

**GEOVANNI ROCHA JUNIOR**

**A DEMOCRACIA DOS DESEMPREGADOS:  
TRABALHADORES, REDEMOCRATIZAÇÃO E IMPRENSA  
(O CASO DE SANTA CATARINA, 1980-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

**Florianópolis – SC  
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial da FAED/UDESC,  
com dados fornecidos pelo autor**

Rocha Junior, Geovanni

A democracia dos desempregados : trabalhadores, redemocratização e imprensa (o caso de Santa Catarina, 1980-2000) / Geovanni Rocha Junior. -- 2019.

219 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. Imprensa. 2. Trabalho. 3. Nova República. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**Geovanni Rocha Junior**

"A democracia dos desempregados: trabalhadores, redemocratização e imprensa (o caso de Santa Catarina, 1980-2000)"

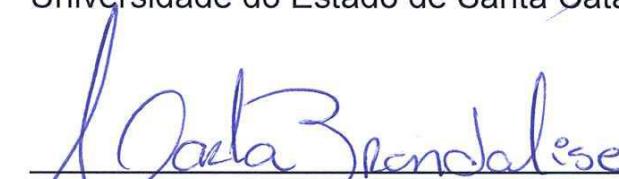
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Banca julgadora:**

Orientador:

  
Doutor Reinaldo Lindolfo Löhnn  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

  
Doutora Carla Brandalise  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membro:

  
Doutor Luiz Felipe Falcão  
Universidade do Estado de Santa Catarina

**Florianópolis, 16 de agosto de 2019.**



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que a realização do presente trabalho não seria possível sem o auxílio de algumas pessoas, cuja presença nesses dois anos de curso merece destaque.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a importância da bolsa concedida pela CAPES para o desenvolvimento desta pesquisa, pois a remuneração mensal possibilitou a compra de livros, de transporte e de alimentação durante as etapas do mestrado. Em meio aos ataques feitos, torna-se imprescindível assumir uma postura de defesa da educação pública e da ciência no Brasil.

Quero agradecer aos meus pais, Andreza e Geovanni, por apoiarem todas as escolhas feitas até aqui. Que o futuro traga saúde, e que os sustos recentes sejam superados. Um agradecimento especial vai para Michele, companheira de todos os momentos e incentivadora persistente, que nunca deixou baixar a cabeça, mesmo nos momentos mais conturbados desses últimos anos.

Aos colegas do grupo de estudos coordenado pelo professor Reinaldo.

Aos amigos, Carlos, Cristina, Hudson e Vinicius, por tornarem o ambiente acadêmico um pouco mais leve e descontraído.

Ao professor Reinaldo, pela orientação sempre atenta desde o tempo da iniciação científica.

Aos professores e professoras que ministraram as disciplinas que frequentei durante essa fase da pós-graduação: Adriano Duarte, Claudia Mortari, Emerson Campos, Glaucia Assis e Silvia Arend.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação de História da UDESC.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Santa Catarina, Alzemi e Cristiano.

A todas as pessoas que lutaram nas últimas décadas por um país mais justo, inclusivo e democrático. A todos que, ainda nos dias de hoje, conseguem manter um sentimento de indignação diante dos desajustes sociais vigentes no Brasil.

Que o futuro seja, de alguma forma, melhor que o presente.



*A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.*

Eric Hobsbawm.



## RESUMO

As complexas fórmulas que regulamentam os mundos do trabalho na contemporaneidade derivam da reconfiguração do capitalismo em escala global, verificada a partir da segunda metade do século XX com a ascensão do neoliberalismo. No Brasil, esse conjunto de ideias ganhou maior consistência durante as décadas de 1980 e 1990. Em tal cenário, no qual estava em questão o processo de redemocratização com o fim da ditadura militar e o horizonte de vigência democrática, alguns setores da grande imprensa tornaram-se importantes atores na difusão de determinados preceitos que remetem a esse conjunto de ideias. Assim, notáveis veículos de comunicação passaram a tecer críticas contundentes à interferência do Estado na condução da política econômica. Tendo em vista esse plano de fundo, a dissertação pretende analisar como parcela da imprensa catarinense, em especial os jornais *O Estado* e *Diário Catarinense*, acompanhou as transformações nos mundos do trabalho ao longo das décadas de 1980 e 1990, em particular no âmbito da dinâmica estadual. Para tanto, entende-se que o papel dos veículos impressos não ficou restrito apenas ao noticiário dos eventos cotidianos, pois eles atuaram no sentido de articular novas projeções acerca das relações de trabalho, levando em consideração a defesa de um projeto específico de país, cujo protagonismo deveria ser exercido pela livre iniciativa privada. Palavras e expressões que parecem absolutamente naturais nos dias de hoje como “flexibilização”, “modernização” das leis trabalhistas, “desemprego” e “informalidade”, retém camadas temporais que se entrecruzam em processos históricos heterogêneos. Com a institucionalização da chamada Nova República, os jornais analisados trataram de criar enredos com o objetivo de acomodar os conflitos trabalhistas que estavam em curso. Os movimentos de trabalhadores organizados em sindicatos, por exemplo, tomaram as ruas em forma de protesto e greves. A chegada dos anos de 1990 no Brasil, no entanto, representou para o âmbito do trabalho o crescimento do desemprego e da informalidade, mas também do avanço tecnológico. Às vésperas da virada para o século XXI, o repertório discursivo das fontes examinadas apontou a flexibilização das leis trabalhistas como única saída possível para a redução do desemprego e do trabalho informal, incorporando a tal demanda uma rejeição sistemática da CLT. Por fim, este trabalho está inserido na lógica da História do Tempo Presente à medida que tenta colocar em prática os referenciais teóricos e metodológicos desse domínio do campo da produção histórica.

**Palavras-chaves:** Imprensa. Trabalho. Nova República.



## ABSTRACT

The complex arrangement that regulate the worlds of work in the contemporary world, come from the reconfiguration of capitalism on a global scale, verified from the second half of the twentieth century with the rise of neoliberalism. In Brazil, this set of ideas gained more consistency during the 1980s and 1990s. In such a scenario, in which the process of re-democratization was in question with the end of the military dictatorship and the democratic horizon, some sectors of the mainstream press became important actors in the diffusion of certain precepts that refer to this set of ideas. Thus, remarkable communication vehicles began to criticize the interference of the State in the conduct of the economic policy. Bearing in mind these aspects, the master's thesis intends to analyze how part of the Santa Catarina press, especially the newspapers *O Estado* and *Diário Catarinense*, followed the transformations in the labor worlds throughout the 1980s and 1990s through the state dynamics. It is understood that the role of print vehicles was not restricted only to the news of daily events, since they acted to articulate new projections about labor relations, considering the defense of a specific country project, whose role should be exert by free private enterprise. Words and expressions that seem absolutely natural these days, such as "flexibilization", "modernization" of labor laws, "unemployment" and "informality", retain time layers that intersect in heterogeneous historical processes. With the institutionalization of the so-called New Republic, the newspapers analyzed tried to create scenarios with the purpose of accommodating the ongoing labor conflicts. The workers' movement organized into unions, for example, occupied the streets as a protest and going on strikes. The arrival of the 1990s in Brazil represented the growth of unemployment and informality, but also of technological advances. On the turn of the century, the discursive work of the sources examined pointed to the flexibilization of labor laws as the only possible way out to the reduction of unemployment and informal work, incorporating to such demand a systematic rejection of the CLT. Finally, this work is inserted in the perspective of the History of Present Time as it tries to put in practice the theoretical and methodological references of this field of historical production.

**Keywords:** Press. Labor. New Republic.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Panfleto distribuído em abril de 2017 pelas centrais sindicais em Florianópolis.....	26
Figura 2 - Imagem retirada da capa do jornal O Estado na edição do dia 6 de abril de 1983.....	59
Figura 3 - Folheto retratando a divulgação da 1 <sup>a</sup> Conlat.....	77
Figura 4 - Panfleto da Comissão pró-Cut convocando a população para o Dia Nacional de Luta.....	81
Figura 5 - Panfleto que circulou em 1983, incentivando a Greve Geral.....	88
Figura 6 - Diretas Já em Florianópolis, bandeiras estampadas nas ruas da cidade.....	90
Figura 7 - Motoboy que trabalhava no Disque Pizza de Edson José Mazzarotto.....	110
Figura 8 - Cartaz de divulgação da greve geral.....	130
Figura 9 - Policiais reprimindo manifestantes na Praça XV de Novembro, em Florianópolis.....	135
Figura 10 - Análise Comparativa do Desemprego no Brasil Durante as Décadas de 80 e 90.....	150
Figura 11 - Imagem do fiscal Pedro Pereira.....	161
Figura 12 - Protesto contra Fernando Henrique Cardoso em Florianópolis.....	184
Figura 13 - Imagem da marcha dos cem mil, em 1999.....	189



## **LISTA DE SIGLAS**

ALISC – Associação dos Licenciados de Santa Catarina  
APUFSC – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
CDL – Clube de Diretores Lojistas  
CEDOC – Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DC – Diário Catarinense  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem  
ENCLAT – Encontro da Classe Trabalhadora  
FECESC – Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FUP – Federação Única dos Petroleiros  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
JUC – Juventude Universitária Católica  
MLCD – Movimento de Luta Contra o Desemprego

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PDS – Partido Democrático Social  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RBS – Rede Brasil Sul  
SINE – Sistema Nacional de Emprego  
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina  
SOSEBAN – Sociedade de Segurança Bancária  
TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina  
TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
TST – Tribunal Superior do Trabalho  
UDN – União Democrática Nacional  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1 AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE .....	34
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	39
<b>2 TRAÇOS DE UM NOVO TEMPO: ENTRE A CRISE E A ESPERANÇA (1980-1985) .....</b>	<b>43</b>
2.1 ESTAR DESEMPREGADO: O “SE VIRAR” COMO ESTRATÉGIA DE VIDA .....	44
2.2 EVITAR O CAOS: A FIGURA DO “TRABALHADOR ORDEIRO” EM TEMPOS DE CRISE .....	58
2.3 UMA NOVA MATRIZ DISCURSIVA NA IMPRENSA CATARINENSE .....	73
2.4 O COROLÁRIO DA DITADURA MILITAR: A LIVRE INICIATIVA COMO PROJETO .....	84
<b>3 O TEMPO DAS GREVES (1985-1989) .....</b>	<b>95</b>
3.1 NASCE UM NOVO JORNAL.....	96
3.2 PROJETOS EM DISPUTA.....	102
3.3 TRABALHADORES NA MANCHETE: CONFLITOS NO ALVORECER DA NOVA REPÚBLICA .....	118
<b>4 O TEMPO DA CORROSÃO DO TRABALHO (1989-2000).....</b>	<b>149</b>
4.1 DA LIBERDADE POLÍTICA À LIBERDADE ECONÔMICA.....	150
4.2 “TRABALHADOR LUTA CONTRA O TEMPO” .....	157
4.3 VIOLÊNCIA E REPRESSÃO: O FIM DO TEMPO DAS GREVES .....	174
4.4 A CONSOLIDAÇÃO DAS MUDANÇAS TRABALHISTAS: O NOVO PERFIL DO EMPREGO .....	190
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>209</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Em *A última catástrofe*, o historiador francês Henry Rousso propõe uma reflexão acerca da História do Tempo Presente e para isso evoca os desafios a serem acatados pelos pesquisadores que pretendem caminhar sobre os desígnios desse domínio no campo da produção histórica. Um dos paradoxos por ele apresentado é a “tensão estrutural” entre o historiador e seu objeto de pesquisa, devido à necessidade de estabelecer uma distância em relação a algo próximo, pois a História do Tempo Presente “se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado”,<sup>1</sup> no qual o historiador presencia os desdobramentos de sua própria investigação. Porém, não se trata de reduzir tal contribuição à casualidade do momento, mas sim tornar complexa a relação entre presente/passado e passado/presente. Desse modo, é indispensável inserir o objeto de estudo em uma densidade temporal, haja visto que para fazer a História do Tempo Presente, assim como outras formas de se fazer a História, é preciso “restituir uma genealogia”, compreender o “acontecimento em uma duração”, além de tecer “uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante”.<sup>2</sup>

Partindo da ideia apresentada por Rousso, a problemática desta dissertação foi elaborada em decorrência de um incômodo pessoal no tocante a um assunto que compõe uma das dimensões do nosso Tempo Presente, isto é, a compreensão das relações de trabalho nos dias de hoje. Como qualquer outro objeto de estudo, a proposta aqui analisada carrega traços subjetivos. Deriva, na verdade, de uma série de preocupações e de dilemas que precisam ser encarados com maior responsabilidade, como por exemplo, o alto índice de desemprego, a disseminada lógica do “se virar”, verificada principalmente pelo trabalho informal e autônomo, o qual afeta em cheio as camadas populares, a valorização de um empreendedorismo proveniente do enredo firmado na ideia de livre iniciativa, assim como o arrefecimento das lutas sindicais e das formas de associativismo. Mas, acima de tudo, a corrosão das perspectivas de futuro que estão diretamente associadas ao trabalho requer maior atenção por parte das Ciências Humanas, seja na produção de estudos empíricos que tenham como finalidade fazer apontamentos sobre essas demandas ou por meio de reflexões em escopo alargado. A falta de estabilidade, vivenciada por tantas pessoas em longínquas partes do mundo, impede a formação de expectativas por um futuro melhor, aprisionando diversos atores sociais nas teias de um presente instável que parece se fechar em torno de si mesmo.

---

<sup>1</sup> ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 18.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 237.

A pulverização dos mundos do trabalho<sup>3</sup> é visível e está mais próxima do que se pode imaginar. Um observador atento, ao vagar pelas ruas de muitos centros urbanos, depara-se de imediato com as contradições que estão postas na atualidade. Em Florianópolis,<sup>4</sup> capital de Santa Catarina, uma cidade brasileira inserida em relações econômicas próprias do século XXI, marcadas pela terciarização da economia, pelo trabalho precarizado e por relações flexíveis de produção, verifica-se abruptas desigualdades sociais e espaciais. Mesmo não estando entre as cidades mais importantes do país, Florianópolis pode ser um ponto de observação significativo dos processos que atravessaram as transformações no mundo do trabalho brasileiro nas últimas décadas. Além de situar-se em posição estratégica no Centro-Sul do Brasil, sofrendo as inflexões dos fluxos mais dinâmicos de uma economia que se move cada vez mais pela exploração imobiliária, pelos serviços e negócios ligados à indústria do lazer, a cidade incrementou um perfil demográfico em que são salientes os conflitos sociais gerados pelo aumento das camadas médias assalariadas em conjunto com uma grande quantidade de trabalhadores que se esforçam em um mercado de trabalho caracterizado por ocupações flexíveis e instáveis.

Para observar isso, também é possível percorrer os bairros pobres, cujas infraestruturas são altamente precárias e onde é possível ver de perto as consequências do desemprego. A falta de trabalho exige das camadas vulneráveis da população uma espécie de perseverança na informalidade, o que vai desde a produção e venda de alimentação ligeira e de pequeno valor até a prestação de serviços sem a mínima regulação, como é o caso das mulheres que sobrevivem ofertando eventuais serviços de limpeza nos bairros de classe média. Quando as limitações físicas impossibilitam arcar com o trabalho pesado não há a mínima salvaguarda. Da mesma forma, acontece com pessoas que trabalham em pequenas firmas no setor da construção civil, a maioria dos serventes e pedreiros, quando não são autônomos, possui vínculos precários de emprego. Por sua vez, boa parte dos jovens, para quem o mercado formal de trabalho simboliza apenas um horizonte utópico e distante, é obrigada a se aventurar pelas estradas, ruas e becos, exercendo a função de motoboy, atividade “regulada” por aplicativos de celular. Com caixas refratárias nas costas, percorrem o sempre turbulento

<sup>3</sup> Ver HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. Optou-se por utilizar esse termo devido a sua abrangência, pois a fonte em questão retrata múltiplas facetas relacionadas ao trabalho. A noção de mundos do trabalho, portanto, reporta ao sentido dinâmico e heterogêneo na tentativa de compreendermos a forma como os trabalhadores aparecem nas páginas da imprensa catarinense. De acordo com o próprio Hobsbawm, “a história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e ideias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado”, e que, “portanto, criaram e transformaram as classes que o executam”.

<sup>4</sup> Lugar onde essa dissertação foi produzida.

trânsito das cidades, vagam de um lado para o outro, fazendo a entrega de alimentos, água, gás e remédios.

Salvo raras exceções, todos esses agentes mencionados residem em bairros periféricos e convivem, assim, com a crescente violência urbana, representada por taxas consideráveis de homicídios, roubos e a subordinação ao autoritário tráfico de drogas. A repressão policial também faz parte do repertório cotidiano. O entendimento do processo analisado por Sérgio Adorno, à luz do que Paulo Sérgio Pinheiro chamou de “autoritarismo socialmente implantado”, parece ser fundamental para avaliar os grupos sociais que conservam tal tipo de experiência.<sup>5</sup> Basta observar como as práticas de violência servem como subterfúgio para a resolução dos conflitos. Em muitos casos, a medida requerida de combate a esse tipo de problema é justamente o recrudescimento de tal ato, levando a crer que o ímpeto da violência perpassa todos os estratos da sociedade brasileira. É nesse contexto que se proliferam crenças segundo as quais a única saída de uma vida indigna parece ser uma outra vida, fora do plano terrestre, prometida por dezenas de denominações religiosas.

No caso de Florianópolis, uma rápida caminhada despretensiosa pelas ruas mais apinhadas da região central, Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, e as que se interpõem a elas, Jerônimo Coelho, Deodoro e Trajano, pode ser reveladora acerca das contradições atuais relacionadas ao trabalho. Nesse trajeto, cercado por lojas comerciais e pela costumeira rotatividade dos “colaboradores” desses espaços, inúmeros trabalhadores informais ocupam as calçadas e, para não endossarem o desalento do desemprego, vivem das angústias do dia-a-dia, ofertando roupas, perfumes, guloseimas, aparelhos eletrônicos e uma infinidade de outros objetos. A “Ilha da Magia”, tão adornada em anúncios oficiais para fomentar a indústria do turismo, que é bem verdade gera empregos sazonais, carrega sua face oculta. As colunas sociais escritas nos jornais impressos por personalidades da cidade, não condizem com o aumento do número de pedintes e moradores de rua. No “Centro Histórico” da capital catarinense,<sup>6</sup> é improvável andar e não ser abordado por algum sujeito que carrega em seu corpo as marcas do desajuste social brasileiro. Vaguear pelas ruas permite ao observador perceber a pobreza em sua fase extrema, como bem lembrava João do Rio em outro contexto: “a rua é um fator da vida das cidades”, “é a agasalhadora da miséria”<sup>7</sup>

<sup>5</sup> ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança:** Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea. São Paulo: USP, 1996. 282 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.100-124.

<sup>6</sup> Assim chamada pelo senso comum a região que abrange a Catedral Metropolitana, a Praça XV de Novembro, as ruas João Pinto e Tiradentes.

<sup>7</sup> RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Não há consenso sobre a quantidade de moradores de rua na capital de Santa Catarina. Notícias recentes indicam a faixa de 400 a 800 pessoas vivendo nessas condições, mas nos últimos dois anos é bem provável que essas cifras tenham aumentado consideravelmente.<sup>8</sup> Um diagnóstico social participativo da população em situação de rua na Grande Florianópolis, realizado pelo ICOM e pelo MNPR-SC em 2017, permite obter um melhor panorama. Segundo a pesquisa, elaborada por meio de um formulário com questões facultativas, 47% dos moradores de rua se consideravam brancos, enquanto 45% negros. Majoritariamente os entrevistados eram homens, 77,8% dos entrevistados. A faixa etária apresentava 65% de pessoas entre 30 e 59 anos, 30% acima de 50 anos e 5% até 29 anos. Entre os entrevistados, “quase 70%” estava “há menos de 5 anos em situação de rua”. Viviam na Grande Florianópolis há menos de um ano cerca de 50%, enquanto 20% responderam que tinham nascido na própria região. Por volta de 92% afirmaram saber ler e escrever, porém somente 22% concluíram o ensino médio. “Menos de 30% responderam que” sobreviviam “apenas do ato de pedir bens e recursos”, levando os pesquisadores a acreditar que a maior parte da população “em situação de rua” seria “formada por trabalhadores”, pois 70% das pessoas ouvidas exerciam atividades remuneradas, com destaque para o trabalho informal, com os seguintes ofícios aludidos: construção civil, flanelinha, vendedor ambulante e catador de recicláveis. Por último, 88% declararam que consumiam, ou já tinham consumido, algum tipo de droga. Esse quadro faz parte de uma cidade que apresenta bons índices de emprego e renda. De acordo com dados do IBGE, no último senso realizado em 2010, Florianópolis contava com uma população de 421.240 mil habitantes, com estimativa para chegar no final da década na casa dos 492.977 habitantes. O salário médio dos trabalhadores formais era de 4,7 salários mínimos, com um percentual de 66,3% da população ocupada e 24,6% com rendimento nominal mensal per capita de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.<sup>9</sup>

Mas a vereda de um centro urbano não assiste apenas o caminhar compulsivo de transeuntes apressados e de pedintes, ela é testemunha ocular da esperança, de pessoas que seguram em suas mãos pastas de plástico contendo em seu interior um habitual currículo para distribuir e aguardar a possibilidade de uma entrevista de emprego. Nessas ocasiões, a qualificação profissional fica de lado e o importante é ter uma ocupação garantida. Entre imigrantes, trabalhadores presos à rotatividade, desempregados e vendedores ambulantes,

<sup>8</sup> 800 pessoas moram nas ruas de Florianópolis; 80% são usuárias de drogas. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/800-pessoas-moram-nas-ruas-de-florianopolis-80-sao-usuarias-de-drogas.ghtml> Acesso em: 14 de maio de 2019. Estudo mostra o número de moradores de rua de Florianópolis. Disponível em: <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/estudo-mostra-o-numero-de-moradores-de-rua.html> Acesso em: 14 de maio de 2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama> Acesso em: 14 de maio de 2019.

segue a batalha ordinária pela sobrevivência e, entre uma cédula de dinheiro obtida aqui e outra acolá, os infortúnios da vida são postergados, sem muitas perspectivas de melhoria.

Quem se aventurar um pouco mais, ao percorrer as ladeiras do Maciço do Morro da Cruz,<sup>10</sup> encontrará pessoas que residem em moradias com situação irregular e sofrem o descaso dos agentes do poder público. Nesses lugares, qualquer intempérie climática pode ser fatal, pondo fim ao que deveria ser um direito básico: o acesso à moradia. É desses espaços que provém uma parcela considerável da mão-de-obra para o mercado de trabalho: garçons, porteiros, garis, trabalhadores do comércio, seguranças, empregados de empresas terceirizadas, telefonistas, office-boy, estagiários, entre tantos outros. Alguns dos ofícios mencionados proporcionam uma remuneração razoável, criando condições de vida honrosa. Outras ocupações, no entanto, forçam a busca por novas atividades em períodos de folga, pois somente com o parco rendimento obtido não é factível incumbir-se de todas as despesas mensais. Sendo assim, uma dose de criatividade no manuseio dos gastos é um componente substancial para os contratemplos que podem acontecer. As práticas do trabalho flexível nesses casos é praticamente uma imposição da realidade.

Há quem consiga se adaptar às casualidades do trabalho flexível, como é o caso dos profissionais inseridos no ramo da programação de sistemas. A crescente demanda por essa atividade no âmbito da tecnologia da informação permite a prestação de serviços simultâneos para diferentes contratantes. Dessa forma, a remuneração é alcançada por meio da concretização de projetos e não da atividade laboral regular. Pouco sentido faz para essas pessoas a manutenção de leis trabalhistas ou a proteção por meio de direitos historicamente conquistados. Em síntese, os exemplos acerca da alteração nas relações de trabalho, bem como suas contradições, fazem parte do nosso tempo e detém histórias que merecem ser investigadas com maior atenção.

Tais cenários brevemente delineados são importantes para a delimitação do tema de pesquisa porque retratam de maneira verosímil as complexas fórmulas de trabalho na atualidade. Todavia, outros dois elementos que estão ligados ao assunto ajudaram a consumar a construção do objeto, com a formulação da problemática,<sup>11</sup> a escolha das fontes e o recorte temporal. Em primeiro lugar, em 2017 houve a aprovação de uma profunda reforma na legislação trabalhista no Brasil. As articulações políticas envolvendo os ritos necessários para a imposição do projeto contaram com a articulação majoritária de partidos liberais e

---

<sup>10</sup> Situado na região central de Florianópolis.

<sup>11</sup> Como sugere Antoine Prost, é a questão que define o objeto e não o contrário. In: PROST, Antoine. As questões do historiador. In: **Doze lições sobre a história**. BH: Autêntica, 2008, p. 75-93.

conservadores com a promessa de gerar novos postos de trabalho, facilitando o engajamento de deputados e senadores no apoio à matéria. Em segundo lugar, observou-se neste processo a aceitação e o envolvimento quase irrestrito dos grandes veículos de comunicação no apoio da reforma e na defesa da flexibilização do trabalho. Esses dois elementos - relações políticas e imprensa – são muito importantes para a interpretação histórica proposta na presente pesquisa, de modo a investigar as representações sociais<sup>12</sup> e os discursos acerca dos mundos do trabalho e suas mutações a partir de meados do século XX.

O marco mais recente no ciclo político brasileiro caracterizado pela chamada Nova República, iniciada após o fim da ditadura militar, em 1985, ocorreu quando Dilma Rousseff sofreu um *impeachment* que a depôs do cargo, em 2016. O procedimento gerou inúmeras controvérsias e uma parte dos analistas identificou o processo como um golpe arquitetado no âmbito do poder legislativo, com respaldo do judiciário e da grande mídia.<sup>13</sup> Com uma taxa de desemprego girando em torno de 12,6% no trimestre encerrado em agosto de 2017,<sup>14</sup> o governo, sob a figura do presidente Michel Temer, propôs o conjunto de modificações na legislação que regulamenta as relações de trabalho formais no país, alegando estimular o aumento do número de empregos, tendo em conta a facilitação para contratos de trabalho com menores garantias para os empregados, o que supostamente ajudaria a desburocratizar encargos aos empresários, favorecendo a utilização da mão-de-obra excedente conforme os novos parâmetros legais, reduzindo assim a informalidade. A proposta foi configurada no projeto de lei 38/2017,<sup>15</sup> pondo em xeque direitos assegurados às classes trabalhadoras por meio de regras que foram lentamente construídas desde a década de 1930. Mediante a circulação de propagandas oficiais, a equipe econômica do governo federal “vendeu” a reforma trabalhista como um modelo de modernização do mundo do trabalho. O termo flexibilidade entrou em voga na programação televisiva brasileira,<sup>16</sup> sempre realçado pelo sentido positivo e benéfico da palavra. De modo geral, a aprovação da reforma trabalhista, com a prevalência do negociado sobre o legislado, interfere diretamente em questões cruciais

---

<sup>12</sup> MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>13</sup> Ver MIGUEL, Luis Felipe. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. In.: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 45-63.

<sup>14</sup> Números retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-09/taxa-de-desemprego-fica-em-126-em-agosto>

<sup>15</sup> “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.” Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>. Acesso em: 29 de agosto de 2018.

<sup>16</sup> Ver: GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de modernidade; “Sua janela para o mundo” ou como da mídia “televisão” surgiu a “realidade televisiva”. In.: **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 2008. p. 9-32.

para várias categorias, como na jornada de trabalho, no papel dos sindicatos, nas férias remuneradas, nos planos de carreira e no próprio acesso à justiça do trabalho.

Anteriormente à votação da proposta, os sindicatos, em conjunto com diferentes movimentos sociais, tentaram mobilizar os trabalhadores e a sociedade, convocando uma greve geral para o dia 28 de abril de 2017. A pauta não se restringia apenas à reforma trabalhista, pois além disso, buscava alertar a população sobre a intenção do governo de reformar o regime previdenciário. De abrangência nacional, vários setores aderiram às manifestações. Florianópolis foi uma das capitais estaduais em que setores da chamada classe trabalhadora organizada promoveu manifestações. Circulou na cidade um panfleto distribuído pelas centrais sindicais, cujo intuito era o de informar as pessoas que seguiam rumo ao terminal de transporte coletivo sobre a importância do momento. Três motivos principais foram apresentados no texto, visando incentivar os que tomavam contato com o folheto a aderir ao movimento. Em primeiro lugar, evidenciava-se a luta contra a reforma da previdência. Em segundo, havia os dados sobre os prováveis retrocessos em decorrência da reforma trabalhista. E, por fim, a posição contrária ao projeto de terceirização recém aprovado pela Câmara Federal. No último item, o panfleto indicava o cenário futuro: “Não haverá geração de emprego. O que vai ocorrer, de fato, é uma onda de demissões de trabalhadores contratados pela CLT para posterior contratação terceirizada”, resultando em “trabalho com salários mais baixos, maior jornada, menos direitos trabalhistas e péssimas condições de trabalho”, além de um “maior número de acidente, doenças (estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo entre outros) e mais morte por acidente de trabalho”.

Figura 1 - Panfleto distribuído em abril de 2017 pelas centrais sindicais em Florianópolis.



No dia 28 de abril, a cidade amanheceu com vias bloqueadas.<sup>17</sup> Houve relatos de confrontos e bate-bocas entre manifestantes que obstruíam avenidas e motoristas contrários ao movimento. A greve geral emperrou boa parte das atividades produtivas nas capitais do país, mas as forças reunidas ao redor dos sindicatos e dos movimentos sociais não teve poder suficiente para frear o andamento da reforma trabalhista. No dia 11 de novembro de 2017, a lei entrou em vigor. Em Santa Catarina, o jornal de maior circulação do estado lançou um editorial demonstrando otimismo com a nova legislação, dizendo o seguinte:

<sup>17</sup> Diário Catarinense. Manifestantes colocam fogo em pneus em ao menos quatro pontos na Grande Florianópolis. Florianópolis, 28 de abril de 2017. Ver: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/04/manifestantes-colocam-fogo-em-pneus-em-ao-menos-quatro-pontos-na-grande-florianopolis-9782366.html>

São previsíveis as reações divididas em relação à nova legislação trabalhista, a menos de uma semana de sua entrada em vigor, no dia 11 de novembro. É a primeira vez, desde os anos 1940, que o país ousa alterar sua Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). E isso em meio a uma realidade de desemprego elevado, sem perspectivas de recuperação consistente no mercado formal de trabalho. A situação só não é mais grave porque vem sendo amenizada justamente pela informalidade, deformação que as novas normas se propõem enfrentar.

Independentemente de restrições com as quais as mudanças vão se defrontar, com origem particularmente em meios como o sindical e a Justiça trabalhista, é certo que a proposta transformada em lei pelo Congresso vai exigir tempo para ser assimilada. Ainda assim, e sem interferir em questões como férias e 13º salário, acena com perspectivas favoráveis para quem emprega e para quem trabalha. A explicação está principalmente na ênfase às negociações coletivas e na maior facilidade de acordos entre as partes.

Na prática, a nova legislação mantém inalterado o que está na Constituição, mas determina a prevalência do negociado em questões como jornada, intervalo para almoço e plano de cargos, salários e funções. Esse aspecto tende a desafogar uma estrutura pesada, cara, sobrecarregada e lenta como a Justiça trabalhista. Ao mesmo tempo, há inovações em relação a questões impensáveis na primeira metade do século passado, há algum tempo incorporadas ao cotidiano de um grande número de trabalhadores. É o caso, entre outros, do teletrabalho, do trabalho intermitente e do serviço autônomo sem vínculo. [...]

Combinada com a esperada retomada do crescimento, porém, a reforma trabalhista acena com a perspectiva concreta de favorecer quem depende de uma oportunidade no mercado formal de trabalho. Essa é uma razão consistente para que as mudanças sejam encaradas como positivas e bem-vindas por brasileiros comprometidos com o futuro do país.<sup>18</sup>

Embora longo, o texto carrega pontos importantes para a análise. A linha de opinião do *Diário Catarinense* começa a narrativa advertindo sobre possíveis descontentamentos que as novas leis trabalhistas podem provocar, principalmente no setor sindical e na Justiça do Trabalho. O grande desafio está justamente em alterar as relações de trabalho com taxas crescentes de desemprego. Mesmo assim, o jornal mantém a confiança em reduzir a falta de ocupação regulamentar. Isso porque, a aprovação da reforma trabalhista fundamenta-se no discurso de acabar com a informalidade, pois as novas medidas jurídicas favorecem os empregadores, diminuindo encargos e viabilizando a contratação dos trabalhadores inseridos no modo autônomo ou informal. A facilidade dos acordos, com prevalência do negociado sobre o legislado, limita consideravelmente o papel da Justiça do Trabalho na mediação de conflitos. É um tanto errôneo pensar que as negociações entre patrões e trabalhadores serão feitas de forma equitativa, supor isso seria rejeitar as tensões que atravessam os interesses do capital e do trabalho. Como é possível perceber, a imprensa faz projeções, cria um enredo

---

<sup>18</sup> Editorial: Expectativas com a nova CLT. Disponível em:

[dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/11/editorial-expectativas-com-a-nova-clt-9987018.html](http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/11/editorial-expectativas-com-a-nova-clt-9987018.html) Acesso em: 8 abr. 2019.

para acomodar os fatos, elabora discursos e representações sociais em torno do tema. Os resultados da reforma trabalhista no Brasil ainda estão por ser melhor avaliados, mas é preciso encontrar a historicidade do processo que acarreta na desvalorização dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Torna-se indispensável, portanto, assumir uma perspectiva histórica para a avaliação de processos cuja densidade social não é perceptível sem levar em conta registros que, embora recentes, contam a trajetória de uma sociedade.

Cabe ao historiador interrogar os dilemas atuais face ao que sugere Rousso, pois fazer a História do Tempo Presente requer manter uma distância do objeto de pesquisa e remeter o problema a uma escala temporal. Esta investigação, portanto, tem como ponto inicial tentar responder ao seguinte questionamento: como setores da imprensa catarinense, em especial os jornais *O Estado* e *Diário Catarinense*, estruturaram narrativas que não só acompanharam as transformações dos mundos do trabalho a partir da dinâmica estadual entre 1980 e 2000, mas também forneceram elementos discursivos capazes de dar respaldo a tomadas de decisão. As transformações então ocorridas nas relações de trabalho são parte indispensável da necessária compreensão do que está colocado nos dias de hoje e na construção de uma História do tempo presente. É preciso compreender o que se passa a partir da tessitura do tempo histórico, levando em conta sua materialidade e abrangência. Daí a necessidade de focalizar o final do século XX e os eventos e processos sociais e políticos que marcaram a sociedade brasileira.

Uma das primeiras hipóteses levantadas é a de que os impressos não noticiaram apenas os acontecimentos em andamento, mas tiveram papel decisivo na projeção de medidas legais ou práticas sociais que configuravam novas relações de trabalho. As ideias que compõem as páginas de um jornal não nascem do acaso. Elas circulam, retêm um lastro temporal, adquirem novos significados, se adequam às emoções do instante, são apropriadas de diferentes formas e por diferentes sujeitos, ganham projeções e fazem parte da realidade de determinado contexto político e social. Desse modo, é plausível deduzir que a imprensa acompanhou as transformações dos mundos do trabalho, constituindo-se como uma fonte privilegiada para se analisar as alternâncias das relações de trabalho em um período de efervescência dos conflitos sociais. Como recorte temporal, entende-se que as décadas de 1980 e de 1990 foram palco de múltiplos acontecimentos. Em tal cenário, as classes trabalhadoras organizadas ocuparam as ruas, as greves eclodiram por toda parte, projetos políticos para a Nova República estiveram em disputa, assim como a incidência do desemprego e do avanço tecnológico sobre o trabalho.

Em Santa Catarina, entre 1980 e 2000, as notícias publicadas nos grandes veículos de imprensa local referentes ao tema alçaram destaque sob diferentes aparências. Outras

inquirições surgem por meio da problemática. Há, por exemplo, especificidades na maneira como a imprensa e as elites catarinenses construíram seus laços com as classes trabalhadoras do estado, por meio dos quais a ação dos sindicatos transcorreu em paralelo com o imaginário do “trabalhador ordeiro”. Ademais, a pesquisa junto ao material empírico permite reunir alguns pontos sobre as experiências dos trabalhadores no recorte cronológico proposto. Os jornais impressos não são agentes passivos, eles constroem tramas de acordo com uma visão de país, forjando projetos políticos e sendo determinante para a delimitação dos assuntos publicados acerca das relações trabalhistas.

O problema de pesquisa poderia ser solucionado por outros caminhos, trabalhar com os jornais é uma opção. Toda escolha implica em privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros. Segundo Tania Regina de Luca, o historiador “dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”, como acontece na investigação dos jornais.<sup>19</sup> Esses “discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”.<sup>20</sup> As informações dos impressos devem ser contextualizadas, a análise permite levar em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, que circulam nas publicações de cada veículo. Por meio da imprensa, podemos encontrar “dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões interna, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos”.<sup>21</sup> Seja na chamada imprensa alternativa ou na grande imprensa, há a participação de “sujeitos sociais que, por intermédio da palavra impressa, expressam suas reivindicações, projeto, aspirações e leituras de mundo”<sup>22</sup>.

Além disso, segundo Biroli e Miguel, as notícias dos jornais exercem um impacto sobre o público leitor, “que vai se situar a partir das representações sociais do mundo que recebe da mídia”.<sup>23</sup> Os discursos e as representações sociais não estão à parte da realidade,

<sup>19</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p.139.

<sup>20</sup> Ibidem, p.140.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>22</sup> LUCA, Tania Regia de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In.: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 29.

<sup>23</sup> MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 8.

elas são peças importantes no ordenamento de qualquer sociedade. Evidentemente, a produção das informações começa a ser feita por jornalistas, são eles em certo momento que decidem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Mas existem outros componentes, pois o jornal não está alheio as disputas políticas e aos interesses empresariais que estão ao seu redor.

Ana Paula Goulart Ribeiro, ao escrever sobre a modernização da imprensa do Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1970, chama atenção para o processo de profissionalização e a consequente modernização na área da comunicação. Segundo a autora, nesse período houve a diminuição da concorrência e uma mudança no perfil dos jornais, no qual as opiniões partidárias foram gradativamente deixadas de lado, sendo preteridas pela hegemonia da informação. “O desaparecimento do pluralismo político da imprensa diária era resultado da chegada do jornalismo informativo, baseado nas normas técnicas do modelo norte-americano e centrado nos ideais de objetividade, neutralidade e imparcialidade”.<sup>24</sup> Em Santa Catarina, tal processo de “modernização” começou a caminhar na virada dos anos de 1970 para a década de 1980. Em 1979, por exemplo, foi criado o curso de jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição responsável por formar mão-de-obra qualificada disposta a ocupar os espaços no mercado de trabalho. Segundo César Valente, a década de 1970 é “um marco fundamental para o jornalismo catarinense” por conta de uma “injeção de profissionalismo”. Ao relembrar a prática do ofício na capital, Valente enfatiza a agitação do ambiente naquele tempo, com discussões que estimulavam o aperfeiçoamento profissional.<sup>25</sup>

Entre as décadas de 1970 e 1980, houve também a evolução do sistema de impressão, culminando na reformulação da linguagem gráfica. Não menos importante, a estrutura organizacional dos jornais passou por notáveis adequações. Segundo Jacques Mick, em Santa Catarina “os investimentos para a modernização tecnológica das empresas jornalísticas incrementaram a articulação entre proprietários de imprensa, lideranças políticas e alguns dos maiores empresários do estado”.<sup>26</sup> Os interesses comerciais aproximavam as partes, isso foi um fator chave para se estabelecer as diretrizes de atuação dos periódicos durante os anos seguintes. Conforme indica Maria José Baldessar, a modernização dos jornais teve início na parte gráfica e se estendeu aos processos gerenciais. Somente na década de 1980 é que as

<sup>24</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Bessone da C. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DPA: Faperj, 2006, p. 430.

<sup>25</sup> VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005. p.77.

<sup>26</sup> MICK, Jacques. Jornalismo em cima do muro. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005. p.168.

redações acompanharam esse movimento, sendo que a *Folha de São Paulo* foi a grande precursora ao informatizar seu espaço de redação.<sup>27</sup> Em Santa Catarina, o *Diário Catarinense* (DC), fundado em maio de 1986, foi “o primeiro jornal a nascer informatizado na América Latina”. A inauguração do veículo “mostrou aos jornalistas catarinenses uma nova realidade, que mesclava necessidade de reciclagem profissional e adaptação a novas ferramentas de trabalho”. Na redação do DC havia “126 jornalistas, entre repórteres, redatores, editores, fotógrafos e diagramadores”.<sup>28</sup> Tratava-se de um investimento robusto empreendido pelo grupo RBS, cujo objetivo era assumir o protagonismo no mercado editorial catarinense. Recentemente as empresas de comunicação do grupo em Santa Catarina foram vendidas para investidores do centro do país, passando o jornal a ter novos proprietários.<sup>29</sup> O jornal chegava ao mercado como um contraponto de modernização em relação a seu concorrente mais direto em Florianópolis, *O Estado*, fundado em 1915, tradicional órgão de uma imprensa ligada às disputas entre as frações oligárquicas das elites políticas de Santa Catarina, de propriedade dos herdeiros de Aderbal Ramos da Silva, uma destacada liderança do extinto PSD.

Para Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, durante as décadas de 1970 e 1980 ganhou forma nos setores de comunicação a mentalidade empresarial. Muitos veículos deixaram de ter um único dono e passaram a ser gerenciados por novos proprietários, ou a dispor de mais membros no controle acionário. “Como empresa comercial, a mídia atuou de acordo com as regras do mercado e com a lógica do capitalismo, em busca do lucro”. Os empresários, “para enfrentar a concorrência, fizeram grandes investimentos em novos equipamentos de impressão e transmissão e na informatização dos estúdios e das redações”. No entanto, “os altos investimentos na modernização da produção exigiram uma rentabilidade maior, fazendo com que os empresários buscassem aumentar a venda de espaço publicitário, o que passou a ser um objetivo prioritário nas empresas”.<sup>30</sup> Conforme apontam os autores, a imprensa teve papel de destaque durante a transição política no Brasil. Em meio ao processo de modernização e das conexões com os arranjos de poder, não só os jornais, mas os

<sup>27</sup> Segundo a autora, em Santa Catarina “o processo não foi diferente. A reforma dos parques gráficos começou no jornal “O Estado” em 1971, seguido pelo “Jornal de Santa Catarina”, em 1972, e, finalmente, por “A Notícia”, que só em 1980 adotou a off-set”.

<sup>28</sup> BALDESSAR, Maria José. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições – um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. In: In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005. p.213.

<sup>29</sup> NSC comunicação apresenta a marca da empresa para os catarinenses. Ver: <https://redeglobo.globo.com/sc/nsctv/noticia/nsc-comunicacao-apresenta-a-marca-da-empresa-para-os-catarinenses.ghml> Acesso: 15 de maio de 2019.

<sup>30</sup> ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WLTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de. **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 76.

jornalistas passaram a examinar com maior cuidado o que estava por trás dos fatos. Para quem exercia a profissão havia no ambiente dos anos de 1980 “a convicção de estar escrevendo História”.<sup>31</sup> Era o tempo da campanha das “Diretas já”, de comícios efervescentes, momento em que a *Folha de São Paulo*, por exemplo, ganhava grande notabilidade no cenário nacional. O jornal havia conquistado “um tremendo prestígio ao envolver até a sua última rotativa na campanha das Diretas” e logo “decidiu incorporar métodos de organização do trabalho similares aos das grandes indústrias e restringir a opinião aos editoriais e colunas assinadas”.<sup>32</sup> O Projeto Folha, assim chamado, fora implementado em meados de 1984 pelo diretor de redação Otávio Frias Filho, que almejava fazer um jornalismo “crítico, pluralista, apartidário e moderno”. Segundo Villaméa, “muitos dos princípios preconizados pelo Manual Geral da Redação, o referencial teórico do projeto, acabaram se incorporando ao cotidiano da maioria dos veículos de imprensa do país”.<sup>33</sup> A implementação dessas regras, no entanto, não se deu sem o descontentamento dos jornalistas no interior da empresa.

Inserida em um tempo de transformações tecnológicas e organizacionais, a imprensa escrita passou a cultivar os ideais de imparcialidade que seriam devidos de práticas estritamente profissionais e alheias aos engajamentos a forças políticas organizadas. Ainda assim, como certifica Sônia Meneses, “ao pensarmos o processo que organiza essa produção, devemos considerá-lo a partir de ações difusas que, embora sejam ordenadas em determinadas rotinas de trabalho e enquadramentos disciplinares, constroem conteúdos polissêmicos”. O enredo de uma notícia “articula relações com o tempo que transpõem” o presente “e que pode se situar num movimento de distensão entre passado e futuro”.<sup>34</sup> Em Santa Catarina, o decurso da modernização dos veículos impressos, identificada pela adesão ao modelo das redações informatizadas, pela reforma da área gráfica, bem como pela profissionalização do jornalismo, veio acompanhado de contradições. Baldessar destaca como pontos negativos o crescimento do desemprego, os contratos temporários de trabalho e o rodízio nas empresas. Segundo a autora, a formação de novos profissionais colocou no mercado uma mão-de-obra reserva, permitindo ao “empresariado a opção pela contratação de profissionais recém-formados, em detrimento de outros com mais idade e experiência. Esse procedimento”

<sup>31</sup> VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 257.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 254.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 254-255.

<sup>34</sup> MENESSES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a História. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 239.

acirrou “a rotatividade” e reforçou “a manutenção de salários baixos”.<sup>35</sup> Isso comprova que nem mesmo os jornalistas escaparam da variação das relações de trabalho flexíveis.

É sob esse panorama que os jornais de Santa Catarina fizeram a cobertura dos assuntos referentes às mudanças dos mundos do trabalho. As páginas dos jornais apresentam atores multifacetados, desde pessoas desempregadas, passando por trabalhadores autônomos até chegar à ação sindical. Para o âmbito que interessa especificamente a este trabalho, cabe ainda acentuar que os jornais das décadas de 1980 e 1990 procuraram pontuar a abertura de um novo tempo e tal fator incluía adequar as relações de trabalho à incipiente ideia da Nova República, que estava associada nos documentos pesquisados à defesa de um projeto de livre iniciativa privada.

Neste caso, a imprensa atuou como uma instituição que projetou mudanças nos mundos do trabalho, introduzindo no espaço público discursos e representações sociais que estruturaram as tramas de um determinado contexto histórico. As décadas de 1980 e 1990 parecem ser um referencial temporal importante, pois foi nessa conjuntura que o sindicalismo consolidou sua força com o esfacelamento do governo militar e se fez presente no espaço público por meio de greves e de movimentos contestatórios. Mas também foi nesse período que tivemos a opção por políticas econômicas que procuraram alinhar o país aos arranjos da economia mundial, principalmente nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). É um tempo, portanto, contraditório: ao mesmo passo em que havia uma força indiscutível do movimento sindical, estruturas socioeconômicas delineavam novos mecanismos de organização do trabalho, por vezes ainda pouco perceptíveis.

Percorrer essas tensões próprias de tempos em mudança abre precedentes para a realização de pesquisas históricas sobre trabalhadoras e trabalhadores inseridos nas complexas fórmulas de trabalho no século XXI, por isso a relevância da abordagem proposta pela chamada História do Tempo Presente. A fim de tornar o problema de pesquisa tangível, algumas ideias de ordem teórica e metodológica precisam ser previamente colocadas nesta introdução, portanto, será feita de acordo com a divisão em outros dois tópicos. No primeiro tópico, estará a discussão sobre a História do Tempo Presente e suas possibilidades de análise. No segundo, serão apresentados alguns pontos relativos ao percurso metodológico e a organização dos capítulos que estruturam a linha de argumentação deste trabalho.

---

<sup>35</sup> BALDESSAR, Maria José. Op. cit., p. 216.

## 1.1 AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE

“Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX”.<sup>36</sup> Com a frase de Eric Hobsbawm podemos pensar sobre as mudanças decorrentes dos eventos do século XX, cujas implicações caracterizam as fissuras do nosso tempo. Sem sombra de dúvida foi um período marcante para a história da humanidade, seja para o bem ou para o mal. Da Primeira Guerra Mundial ao colapso da União Soviética assistiu-se um avanço tecnológico jamais visto, a população mundial cresceu exponencialmente, e no âmbito político-social os anos manifestaram o desenvolvimento de ideologias e formas distintas de governo. Contudo, as calamidades presenciadas durante as duas guerras impactaram na relação dos sujeitos entre si e com o tempo, ambos foram fatores determinantes para repensar a escrita da História, oferecendo desafios teóricos e epistemológicos à disciplina. O dinamismo de tais transformações acabou impulsionando o plano de fundo para a elaboração de uma História do Tempo Presente. Novos elementos oriundos do mundo pós-guerra favoreceram a expansão de estudos voltados para as temáticas em alta, como é o caso da proliferação da mídia e dos áudios visuais. Em contrapartida, a possibilidade avistada pela presença de testemunhas, propensas a relatar as experiências obtidas, ampliou o leque de ferramentas disponíveis para a narração da História.

De acordo com Rousso, “as grandes catástrofes do século XX produziram figuras historiográficas novas, que participaram do enraizamento de uma história do tempo presente no campo científico e no espaço público”.<sup>37</sup> Dessa forma, “não somente a catástrofe mudou a maneira de escrever a história contemporânea, mas suas longas sequelas contribuíram para mudar de maneira duradoura a relação com o passado e com o presente”.<sup>38</sup> Para François Dosse, “o presente não é mais visto em nosso tempo como um simples lugar de passagem contínua entre um antes e um depois”.<sup>39</sup> Segundo Hannah Arendt, o autor vê esse tempo como uma “lacuna”, precedida por um passado e cujo desfecho demarca os sentidos do futuro. Por meio da noção de “lacuna” podemos “traçar melhor o que o presente pode revelar de descontínuo, de ruptura e de início”.<sup>40</sup> Aberto a inúmeros cenários, esse tempo passa a ser

<sup>36</sup> HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 15.

<sup>37</sup> ROUSSO, Henry. Op. cit., p. 219.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>39</sup> DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia.** Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, n.1, p. 5-22, jan/jun. 2012, p. 20.

<sup>40</sup> Ibidem.

alvo de uma operação mais cuidadosa, pois é a partir daí que são produzidos relatos conflitantes em que projetos políticos antagônicos são fomentados e também as expectativas sociais edificadas e compartilhadas preparam o terreno ao porvir. Dito de outro modo, é possível perceber múltiplas temporalidades envolta de um único material alocado no presente.

Aos poucos, o século XX forjou outras formas de comportamento diante do presente e, no final desse período, o presentismo se tornou o regime de historicidade dominante. Para François Hartog, tal ordenamento se impôs de fato com a queda do muro de Berlim. Logo, o horizonte de expectativa acentuou sua fragmentação, vagarosamente “o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupa-lo por inteiro”.<sup>41</sup> Como sugere o autor, um regime de historicidade baliza a experiência do tempo para uma sociedade, interferindo inclusive na escrita da História. Ao contrário do conceito de “época”, os regimes de historicidade são a “expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade”, ele é “uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido”.<sup>42</sup> O mecanismo apresenta traços de mudanças e permanências, do mesmo modo, diferentes regimes podem coexistir uns aos outros, variando conforme a particularidade de cada organização social. Nessa lógica, Hartog percebe outros dois regimes de historicidade: o regime antigo da história *magistral vitae* e o regime moderno.

O primeiro remonta a uma temporalidade cíclica, sua preponderância durou cerca de vinte séculos, mas seus resquícios ainda estão representados nos calendários, na natureza e nas festividades religiosas. Já o regime de historicidade moderno, predominou da Revolução Francesa de 1789 até o ano de 1989. Nesse espaço de tempo foram formadas as percepções sobre o que se entende pelas demarcações temporais referente ao passado, presente e futuro. Tal regime comprehende que “os acontecimentos não se produzem mais somente no tempo, mas através dele: o tempo tornar-se ator, se não o Ator. Então a exigência de previsões substitui as lições da história, já que o passado não explica mais o futuro”. Em decorrência, “o historiador não produz mais a exemplaridade, mas está em busca do único. Na história magistral, o exemplar ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado”.<sup>43</sup> Portanto, enquanto no regime antigo a História e suas objeções estavam no passado, sendo reveladas por meio de exemplos a conduzir o tempo, no regime moderno prevalece a lição da História voltada para o futuro, sobressaindo a ideia de progresso. Não é

---

<sup>41</sup> HARTOG, François. **Regimes de Historicidade:** Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 142.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 137.

por demais lembrar que a definição de “tempo” é uma construção social,<sup>44</sup> pois os seres humanos são responsáveis pela significação dos aspectos tocante a estruturação de sentido e a organização temporal de suas experiências cotidianas.

Embora passos importantes tenham sido dados durante os anos de 1960 a fim de alçar a História do Tempo Presente às discussões do campo historiográfico, foi somente em 1978 que houve a sua institucionalização com a criação do Instituto de História do Tempo (IHTP), sob a direção de François Bédarrida. O IHTP procurou posicionar-se de acordo com a “mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro”.<sup>45</sup> Na década de 1970, surgiram novas formas de curiosidade sobre o passado, a História tornou-se objeto de consumo de um contingente maior de pessoas, o “contemporâneo” gerou uma demanda, promovendo a produção de materiais que dessem conta das problemáticas em foco. O desenvolvimento da História do Tempo Presente “resulta de uma evolução própria à historiografia e ao universo científico, mas acompanha também uma ‘demanda social’ de história”.<sup>46</sup> Todavia, é necessário contextualizar esse processo sem perder de vista quatro pontos relevantes à História do Tempo Presente: a memória, a mídia, o acontecimento e o tempo.

À medida que os anos deixavam para trás as sombras melancólicas da Segunda Guerra Mundial, proliferava-se a ânsia por descrever os episódios sucedidos, porém as grandes narrativas históricas apresentavam sinais de limite. Segundo Rousso, tivemos uma virada epistemológica na historiografia, que transcorreu pela guinada linguística nos anos de 1980, possibilitando “um contexto favorável ao questionamento dos paradigmas dominantes – entre os quais a história social determinista e a longa duração – e, portanto, favoreceram o surgimento de novas maneiras de fazer história, incluindo-se a história contemporânea renovada”.<sup>47</sup> Ainda segundo o autor:

A reavaliação da narrativa no trabalho do historiador encorajou incontestavelmente a elaboração de uma história do acontecimento, da memória, das representações, da opinião, que constituíram aproximações ou objetivos que contribuirão para dar à história do tempo presente uma configuração mais problemática do que o simples “retorno”, um tempo caricaturado, à história política tradicional. Esses objetos novos ou renovados, que deram uma credibilidade à nova história do tempo presente,

---

<sup>44</sup> Ver: REIS, José Carlos. *Tempo histórico e ciência social; A “história estrutural dos Analles: a realização do tempo histórico como “terceiro tempo”?* In: **Tempo, História e Evasão**. Campinas: Papirus, 1994, p. 93-138.

<sup>45</sup> DOSSE, François. Op. cit., 2012, p. 5.

<sup>46</sup> ROUSSO, Henry. Op. cit., p. 196.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 227.

devem tanto ao contexto político e cultural quanto a um contexto propriamente científico, o qual evolui também segundo ritmos que lhe são próprios.<sup>48</sup>

Os tópicos elencados por Rousso indicam as bases para a afirmação da História do Tempo Presente no centro dos debates do conhecimento histórico, ao mesmo passo em que interpela determinadas “certezas” fornecidas pela disciplina. Durante o século XIX, momento em que a História se tornou uma ciência, os componentes da Escola Metódica buscaram demarcar uma distância temporal do presente. O olhar para o passado resguardaria o historiador das obsessões do tempo vivido, de modo que a temporalidade do objeto de estudo teria que estar encerrada. Esse modelo de história dedicava-se, quase que exclusivamente, ao Estado-Nação, para isso produzia-se a narrativa na qual os fatos conduziriam uma “linha do tempo”. As fontes, restritas aos documentos oficiais, passavam por um exame rigoroso e falavam por si, restringindo a quantidade de documentos plausíveis à pesquisa. Nos anos de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, a História que privilegiava o nacional começou a entrar em declínio, “surgiram formas renovadas de história ciência, que tiveram como horizonte o materialismo histórico, o quantitativo, o serial”.<sup>49</sup> Em contrapartida, a escola dos *Annales* também cooperou nesse aspecto, principalmente por não considerar a relação entre passado e presente como uma ruptura, mas como uma correlação complexa, envolvendo o historiador e a construção de seu objeto de pesquisa. O fundamento apresentado por Marc Bloch em *Apologia da História* dava conta de uma dialética, na qual o ponto de vista do historiador posto no presente seria de extrema importância na indagação acerca do passado investigado. Ou seja, o presente deveria ser entendido pelo passado, bem como o passado deveria ser entendido pelo presente. O modelo incrementado pelos *Annales* tentava contrapor a escrita da história do século XIX. A história política, por exemplo, caiu em descrédito, vista como factual, foi substituída por elementos econômicos e sociais.

Entretanto, a geração de Braudel rechaçou em certo sentido o tempo presente. Para Rousso, há um ponto semelhante entre essa vertente dos *Annales* e os metódicos: “a recusa, ou talvez a incapacidade, tanto de um Seignobos quanto de um Braudel, em aceitar o caráter incerto e inacabado de toda história do tempo presente, que vai ao encontro da sua perspectiva fundamentalmente científicista”.<sup>50</sup> Nota-se as demarcações de tempo a respeito do passado, presente e futuro, criadas no regime moderno de historicidade. Ainda hoje, esse fundamento guarda suas cicatrizes. Contudo, diferentes noções do presente foram esboçadas dependendo

---

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> HARTOG, François. Op. cit., 2013, p. 179.

<sup>50</sup> ROUSSO, Henry. Op. cit., p. 170.

do período histórico tratado, o que pode caracterizar regimes temporais completamente distintos. Com a virada epistemológica na historiografia dos anos de 1980, debates como a diferenciação entre a História e a memória, a renovação da história política,<sup>51</sup> o retorno do acontecimento, a contestação para com a justiça e o papel cada vez mais determinante das mídias, adquiriram espaço e forneceram um importante suporte para a História do Tempo Presente.

A preocupação com a memória causou o crescimento excessivo de arquivos em nossa época. O receio pela possível ausência de alguma forma de recordação dialoga com “o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável”.<sup>52</sup> Dessa maneira, a ideia defendida por Pierre Nora é que o historiador pode converter a memória em um objeto a ser investigado historicamente. Pois, ao contrário da memória – imersa sob a dualidade lembrar/esquecer – a História opera na construção do passado mediante os vestígios que resistiram com o transcorrer dos anos, portanto, a memória pode ser apreendida como um componente da representação do passado realizada pelo pesquisador. Assim, Nora sugere a definição de lugares de memória, categoria que produz, simultaneamente, o material, o simbólico e o funcional. A existência de um lugar de memória só é confirmada “se a imaginação o investe de uma aura simbólica”,<sup>53</sup> como é o caso das celebrações e dos monumentos.

Por sua vez, o retorno do acontecimento está diretamente ligado ao papel que as mídias ocupam em nosso tempo. A indústria midiática, com suas notícias e por meio de ampla cobertura perante os eventos em andamento, é capaz de reter ao acontecimento no instante de sua produção uma acepção histórica. Por característica própria, o acontecimento moderno produzido pelas mídias intervém no imaginário social. Para François Dosse, a individualização do acontecimento e sua apropriação no espaço público passa pelo crivo dos meios de comunicação. Uma sofisticada intervenção obedece às seguintes etapas: a descrição, a narração e a normalização. Em primeiro lugar, as informações são descritas com o objetivo de tornar coerente um conjunto de dados heterogêneos. Em seguida, é efetuado o enredamento, logo o acontecimento é narrado e ajustado a uma temporalidade. Por último, há a normalização, trata-se de reduzir as probabilidades circunscritas ao próprio episódio. Sendo assim, o acontecimento não é algo estático, e sim um processo de atribuição de sentidos e

---

<sup>51</sup> Ver RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>52</sup> NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, vol. 10, 1993, p. 14.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 21.

identificação. Sua aparição no espaço público é parte integrante do próprio fenômeno. Deste modo, “o acontecimento entra em um campo semântico aberto, incerto e as mídias vão lhe atribuir um significado, ligando-o a uma categoria semântica particular que seja capaz de lhe dar um sentido”.<sup>54</sup>

Pensar o lugar do presente no tempo histórico é um exercício de grande valia para a disciplina, não se trata de enquadrá-lo no modelo quadripartite, e sim transpor essa preposição. Conforme a sugestão de Lohn e Campos, a História do Tempo Presente investe em formas de investigação que não dispõem de uma temporalidade fixa, acatar tal formulação requer uma prática historiográfica específica. Os autores ressaltam a contribuição da História do Tempo Presente para além da discussão conceitual, por isso a entendem como uma atitude metodológica. “A discussão sobre o Tempo Presente passa a envolver então um conjunto de problemáticas que suscita aquilo que talvez seja a mais notória e sólida dificuldade da narrativa sobre o passado”, que são “as diferentes percepções de tempo histórico que se cruzam nos objetos estudados, particularmente aquelas que envolvem o próprio pesquisador”.<sup>55</sup> Mais do que explicar a conjuntura do século XX, a História do Tempo Presente traz questões universais “sobre o lugar do historiador, sobre a escrita da história, sobre o que está em jogo nas relações entre observadores e atores”.<sup>56</sup> Em síntese, assumir tal proposta teórica e metodológica requer o enfrentamento dos desafios que pairam sobre uma série de complexidades que integram o presente, como por exemplo: ocupar-se dos fatos sociais, políticos e econômicos em pleno curso, lidar com o ator e a testemunha, considerar o avanço tecnológico e a velocidade atual da comunicação, atentar para o alcance de ideias que transcendem os limites espaciais, e por fim, levar em consideração a instabilidade da periodização na História.

## 1.2 PERCURSO METODOLÓGICO E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O historiador que entra na Biblioteca Pública de Santa Catarina, local onde estão as fontes desta pesquisa, precisará caminhar até o terceiro andar, no setor de obras raras, para solicitar algum material aos funcionários que trabalham nesse espaço. Em um primeiro momento, a quantidade de informações contidas em um único volume encadernado de impressos pode assustar. O exame detido dos documentos se torna uma tarefa inglória se

---

<sup>54</sup> DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento:** entre a Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 268.

<sup>55</sup> CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Tempo presente entre operações e tramas.** Revista História da Historiografia. Ouro Preto, n. 24, agosto de 2017, p. 102.

<sup>56</sup> ROUSSO, Henry. Op. cit., p. 215.

porventura o pesquisador não formular uma problemática para direcionar o olhar aos jornais, pois uma rápida folheada em qualquer exemplar revela as incontáveis possibilidades de pesquisa perante esse tipo de fonte. São notícias, opiniões, fotos e tantas outras alternativas acessíveis no mesmo elemento físico.

Além do problema e do recorte temporal, o historiador deve recorrer a procedimentos metodológicos para seguir com a investigação histórica. Neste caso, a tentativa de analisar como a imprensa de Santa Catarina acompanhou as transformações dos mundos do trabalho entre as décadas de 1980 e 1990, fez com que a coleta de dados se voltasse para dois periódicos em especial: o jornal *O Estado* e o *Diário Catarinense*. Optou-se por tentar desvendar um processo dinâmico, repleto de variáveis e de alternâncias, desde o início da década de 1980, por isso a primeira etapa deste trabalho concentra-se na apuração das informações obtidas no jornal *O Estado*, tendo em vista que o *Diário Catarinense* foi fundado somente em 1986. A partir desse ano, o exame recai apenas no veículo impresso então de propriedade do grupo RBS.

Da problemática derivaram outras tantas dúvidas quando se iniciou a coleta das fontes, a primeira delas dizia respeito a como localizar em um “mar” de informações o assunto “trabalho”. Para isso, uma sondagem preliminar amparada em leituras realizadas sobre o tema fora essencial na criação de uma tabela com datas e eventos que possivelmente “obrigariam” os veículos impressos a falar de “trabalho” e de “trabalhadores”. Datas indicando a ocorrência de greves gerais, a fundação de sindicatos, bem como alguns marcos como os debates travados em torno da constituição de 1988, ajudaram no manuseio do material físico.

No total, o tempo de pesquisa na Biblioteca Pública de Santa Catarina rendeu a compilação de 527 matérias, que juntas reuniram notícias, editoriais, colunas de opinião, imagens e capas de jornais. Desse montante, 431 matérias foram retiradas do *Diário Catarinense* e 96 do jornal *O Estado*. Após a coleta das fontes, efetuou-se um procedimento minucioso de catalogação e análise preliminar, por meio do qual cada matéria, depois de lida, teve suas indicações descritas em tabelas, que por sua vez, continham os seguintes dados: *jornal e edição, data, título, assunto, resumo e número da página*. Esses dados possibilitaram o fracionamento das informações em temas comuns por meio do auxílio de planilhas eletrônicas. Sendo assim, notou-se que do total de 527 matérias, 267 versavam sobre assuntos inerentes às *greves* e aos *conflitos trabalhistas*, 57 sobre *desemprego e crise*, 54 sobre o *Diário Catarinense* e seus *projetos*, 43 sobre *relações de trabalho flexíveis*, 22 sobre *ideias associadas ao neoliberalismo*, 20 sobre a *organização sindical*, 18 sobre *políticas salariais*,

16 sobre *redemocratização*, 14 sobre o *cotidiano*, 11 sobre a *Constituinte* e 5 matérias foram classificadas como *outros assuntos*.

Cabe destacar que esses temas de forma alguma devem ser tomados como definidores e imutáveis, eles possuem, na verdade, relações intrínsecas entre si. Por exemplo: uma matéria classificada no tema *desemprego* e *crise* poderia estar diretamente associada com outra matéria classificada sob o tema *redemocratização*. O fracionamento das informações, no entanto, permitiu organizar de melhor forma a redação dos capítulos da dissertação. Evidentemente, por questão de bom senso e de escolhas, das 527 matérias nem todas fizeram parte da escrita final do texto. Esses procedimentos de ordem metodológica em conjunto com o referencial teórico, conformam aquilo que Michel de Certeau chamou de operação historiográfica,<sup>57</sup> cujo produto final é a produção textual que está dividida em três capítulos com os resultados alcançados.

O primeiro capítulo, intitulado *Traços de um novo tempo: entre a crise e a esperança (1980-1985)*, discute como a instabilidade econômica no início da década de 1980 fez crescer o número de desempregados, sobretudo nos centros industriais. Essa constatação repercutiu na imprensa catarinense e gerou apreensão nos atores incumbidos do controle da máquina administrativa do estado. O desemprego era visto em alguns círculos sociais de Santa Catarina como um fator que potencializaria os conflitos, colocando em risco a transição controlada da ditadura militar para o regime democrático. Nesse sentido, os jornais realçaram o perfil do “trabalhador ordeiro” catarinense para servir de contraponto ao que se queria evitar: os motins urbanos de São Paulo de 1983, causados justamente pelo agravamento do quadro de desemprego. Mas os jornais também presenciaram a reorganização dos personagens envolvidos com o trabalho organizado em Santa Catarina, ao menos no plano discursivo, algumas categorias sindicais tentaram criar um repertório para mobilizar as classes trabalhadoras em torno de demandas importantes como o desemprego e a liberdade sindical. No fim da primeira metade da década de 1980, os percalços econômicos suscitaram na imprensa catarinense a defesa de um projeto alicerçado única e exclusivamente na ideia de livre iniciativa, refutando qualquer ingerência do Estado na condução da política econômica. Foi em torno desse projeto que nos anos seguintes se ajustaram as projeções a respeito das mudanças nos mundos do trabalho.

No segundo capítulo, *O tempo das greves (1985-1989)*, está presente uma leitura acerca da chegada do *Diário Catarinense* no mercado de impressos, e como esse grupo

<sup>57</sup> DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

empresarial se consolidou como porta-voz do projeto da livre iniciativa em Santa Catarina. Desde suas primeiras edições, o *DC* manifestou uma plataforma minimamente consistente para flexibilizar as leis trabalhistas, tecendo uma crítica fervorosa à CLT. Simultaneamente, os arranjos políticos que culminaram na institucionalização da Nova República trouxeram para o centro da vida brasileira os conflitos trabalhistas, como indicam o número de greves desencadeadas no período, assim como a constante presença de movimentos paredistas nas páginas dos jornais analisados.

O terceiro e último capítulo, chamado *O tempo da corrosão do trabalho (1989-2000)*, retrata os desenlaces da década de 1990, período no qual ocorreram profundas transformações nas relações de trabalho no Brasil, com taxas crescentes de desemprego e do número de trabalhadores alocados na informalidade. O *DC* defendeu a integração do país ao chamado “Primeiro Mundo”, alegando que havia a necessidade de seguir os ditames de uma modernidade própria do final do século XX, situação em que o empresariado do estado poderia servir de exemplo aos demais entes federativos. Assim, o termo flexibilidade ganhou força na virada para o novo milênio. O veículo procurou acomodar em sua narrativa processos complexos e heterogêneos, apontando como único caminho possível para o trabalho a flexibilização das leis trabalhistas. O futuro dos trabalhadores, portanto, ficaria restrito ao aperfeiçoamento profissional, devido ao avanço tecnológico, e a um arcabouço jurídico menos rígido como forma de combate ao desemprego.

## 2 TRAÇOS DE UM NOVO TEMPO: ENTRE A CRISE E A ESPERANÇA (1980-1985)

Não é raro folhear algum jornal catarinense da primeira metade da década de 1980 e se deparar com manchetes que abordam temas relacionados às relações de trabalho. Em 1984, por exemplo, o jornal *O Estado*, de Florianópolis, estampou em letras garrafais um apelo à iniciativa privada: “Dê um emprego antes que seja tarde”. A suposta vocação dos empresários de Santa Catarina para trilhar o caminho da prosperidade e do desenvolvimento poderia auxiliar na redução do drama que afligia os municípios afetados pelas enchentes de 1983 e 1984. Caso o cenário de desemprego não fosse enfrentado, abriria precedente para a instauração de uma espécie de caos social, pondo em xeque o sentido de ordem atribuído aos trabalhadores catarinenses.

Em torno da palavra “desemprego” foi criado um campo semântico que possibilita olharmos mais cuidadosamente para questões relativas a mudança do que se convencionou chamar de mundos do trabalho. Neste capítulo, será analisado como a imprensa, em especial o jornal *O Estado*, observou a transformação nas relações de trabalho em meio a efervescência do período (1980-1985), que pode ser sintetizada por um aumento do número de pessoas sem ocupação fixa. Durante os primeiros anos da década de 1980, os processos derivados desse quadro tornaram-se alvo de disputas e de incertezas. No plano discursivo, aqueles que representavam as elites políticas e o empresariado de Santa Catarina adotaram um tom cauteloso na tentativa de atenuar os conflitos causados pela falta de emprego. Por vezes, tais setores recorreram ao imaginário construído sobre o trabalhador catarinense, no qual reafirmavam um perfil ordeiro de estima ao ofício, pois nessa perspectiva o operariado do estado diferenciava-se dos demais por permanecer, na maioria dos casos, alheio às “badernas” e “agitações” promovidas em outros centros urbanos do país.

Superar a condição de desempregado integrou o cotidiano de uma mão-de-obra não organizada em sindicatos, cujo poder de barganha frente ao Estado e entidades empresariais era totalmente limitado. Em contrapartida, o clima de instabilidade posto no presente e a expectativa diante do futuro, somados à crise econômica e ao contexto político de abertura do regime militar, forneceram os padrões para importantes mobilizações do sindicalismo e dos movimentos sociais.

Em suma, o jornal impresso acompanhou o dinamismo social em curso e por meio de suas páginas é possível perceber diferentes modos de vida, a projeção de expectativas futuras, os medos, as incertezas, as contradições, a proposição de projetos políticos e a deflagração de conflitos trabalhistas. São histórias que oferecem uma dimensão concreta à realidade vivida.

## 2.1 ESTAR DESEMPREGADO: O “SE VIRAR” COMO ESTRATÉGIA DE VIDA

Em agosto de 1981, a fábrica da Mercedes Benz, localizada em São Bernardo, dispensou 6.200 funcionários de uma única vez. A justificativa dada pela empresa para a demissão em massa recaiu sobre a retração da atividade econômica. Para o secretário de mão-de-obra do Ministério do Trabalho, Renato Simplício Lopes, a abertura de novos postos demandava soluções de longo prazo, anualmente havia a “necessidade de criação de 1 milhão 500 mil empregos” aos que ingressavam no mercado e “mais 500 mil para atender os desempregados ou em sub-empregos”.<sup>58</sup> Não tardou para o desemprego aflorar, até se tornar um sério problema nos principais centros industriais do país. Como um efeito em cadeia, a crise na Mercedes Benz atingiu diretamente os trabalhadores da Fundição Tupy<sup>59</sup> em Joinville, haja vista que a empresa catarinense fornecia equipamentos para a fabricação de automóveis em São Paulo. O diretor-presidente da Tupy, Henrich Berg, concedeu entrevista ao jornal *O Estado* e falou a respeito da situação. Segundo ele, caso as circunstâncias piorassem, a primeira opção da empresa não seria a demissão em larga escala, cogitava-se reduzir a jornada de trabalho dos funcionários, ou então de conceder a eles férias coletivas. A segunda opção foi adotada, e na semana seguinte Berg reconheceu que “aproximadamente 6.500 empregados da Tupy, a grande maioria do setor de produção”, tiveram seus nomes “incluídos nas férias coletivas, permanecendo na empresa apenas um número de empregados suficiente para não se paralisar totalmente”.<sup>60</sup> Quase na mesma data, três mil operários da Consul também entraram em férias até que os estoques da empresa diminuíssem.<sup>61</sup> Em alguns relatos, as férias coletivas ligavam o sinal de alerta, considerando que possíveis demissões poderiam ser iminentes. Um trabalhador ou trabalhadora sem carteira profissional assinada dependeria do ganho em atividades informais, ou utilizando o termo que circulava no jornal para classificar essa condição de trabalho, a pessoa faria parte da categoria de “subempregado”.

A falta de meios para prover o sustento da família incomodava as entidades religiosas. Ainda em Joinville, as paróquias das igrejas católica e luterana mostraram-se preocupadas e benevolentes com os acontecimentos, para tanto criou-se o Comitê de Solidariedade ao Desempregado. O objetivo da causa era fazer o levantamento do número de pessoas sem trabalho, cujo estado de insegurança seria passível de proteção e assistência. Um dos

<sup>58</sup> *O Estado*. Florianópolis, 11 de agosto de 1981, p. 5.

<sup>59</sup> A Tupy é uma empresa com atuação na área da metalurgia, foi fundada em 1938 na cidade de Joinville. A empresa é responsável pela fabricação de materiais destinados à indústria automotiva e também à construção civil.

<sup>60</sup> *O Estado*. Florianópolis, 21 de agosto de 1981, p. 5.

<sup>61</sup> Ibidem.

coordenadores do comitê, o bispo Dom Gregório Warmeling, referia-se ao quadro como um desafio para os cristãos. A primeira etapa do projeto organizado pelas igrejas consistia no preenchimento da ficha disponibilizada nas paróquias, as informações coletadas facilitariam na busca por referências acerca dos desempregados. Posteriormente, as equipes formadas por voluntários das comunidades religiosas visitariam as “famílias mais necessitadas para comprovar *in loco* a sua principal dificuldade”. A partir disso, o comitê ofereceria auxílio aos mais carentes.<sup>62</sup>

O ordenamento de forças em torno de um ideal solidário não preocupou apenas o plano espiritual, pois se tornou um dilema dos departamentos superiores da administração pública de Santa Catarina. O bispo Warmeling pediu os dados sobre os índices de desemprego da cidade de Joinville à Secretaria do Trabalho e Promoção Social, conduzida por Fernando Bastos. Em contrapartida, Bastos solicitou ao bispo que repassasse à secretaria as informações recolhidas nas fichas das paróquias. De antemão, dois casos apresentados nas paróquias chamaram a atenção da Secretaria. O de Arnaldo da Silva, 29 anos e pai de dois filhos, residente do bairro Itaum, sem vínculos contratuais desde 1979, que após a demissão “não conseguiu emprego”, informou que sobrevivia “graças ao sub-emprego”, passava por “dificuldades e até mesmo fome”.<sup>63</sup> O segundo caso é o de Rubens Fernandes, morador do bairro Nova Brasília, dispensado da empresa Atlas, tinha “três filhos menores de seis anos. Sua esposa, que foi preencher a ficha, lamentou a situação e disse que o gás acabou, sua luz foi cortada” e faltava “alimento para eles e as crianças”.<sup>64</sup> Moradores de áreas periféricas, Rubens e Arnaldo exemplificam as agruras das pessoas que perderam suas ocupações e ficaram desamparadas legalmente. Como não estavam inseridos em entidades classistas, porque não eram filiados a nenhum sindicato, precisavam recorrer a outros meios a fim de resistir a oscilação do desemprego. As igrejas abriram as portas, estendendo sua zona de influência às camadas populares, já os desempregados, traçaram estratégias de vida explorando os mecanismos acessíveis em seus cotidianos, isso incluía alcançar uma renda mínima por meio de “bicos”, receber a tutela de familiares próximos ou dispor da assistência clerical.

Em especial, a Igreja Católica teve um importante papel político historicamente construído no Brasil. Entre as décadas de 1960 e 1980, conforme afirma Azevedo, a instituição passou por mudanças significativas. Ao longo dessa fase “a Igreja tenta integrar-se

<sup>62</sup> *O Estado*. Florianópolis, 26 de agosto de 1981, p. 5.

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> Ibidem.

cada vez mais à sociedade civil e aos movimentos sociais”,<sup>65</sup> a influência para tal guinada decorreu em parte das Conferências Episcopais Latino-Americanas, realizadas nas cidades de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1982). Para Flores, os “aportes do Concílio Vaticano II, junto com o documento de Medellín, geram uma nova perspectiva sobre a missão da Igreja e a imagem que tinha de si mesma”,<sup>66</sup> com isso “a prática gerada por esse processo leva a Igreja a direcionar a sua atuação, na sociedade brasileira, a partir da situação dos pobres e dos excluídos”.<sup>67</sup>

O sociólogo marxista Michael Löwy vai um pouco além. Segundo o autor, “algo novo aconteceu no cenário religioso da América Latina” durante as décadas de 1960 e 1970, pois um “setor significativo da Igreja” mudou “sua posição no campo da luta social, pondo seus recursos materiais e espirituais ao serviço dos pobres e de sua luta por uma nova sociedade”.<sup>68</sup> Löwy sugere que “alguns dos principais eventos sociais e políticos recentes – como a revolução nicaraguense, a insurgência popular em El Salvador e o novo movimento operário e popular no Brasil – são incompreensíveis” sem o entendimento de uma rearticulação da “cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da Igreja, de alguns temas essenciais ao marxismo”.<sup>69</sup> Esse processo, no entanto, é consequência das transformações internas da própria Igreja e do contexto histórico da região.

Na América Latina, dois fatores contribuíram para uma convergência de posicionamentos. Em primeiro lugar, devido ao desenvolvimento acelerado do capitalismo nos países do continente. Em segundo lugar, pelo papel da revolução cubana, que levou a um novo patamar as lutas sociais na região. A partir desse dinamismo houve o que o autor chama de “afinidade eletiva”, culminando na aproximação de aspectos do cristianismo e do socialismo, como por exemplo: a libertação dos escravos e oprimidos, a valorização do pobre, o universalismo, a crítica do individualismo, a valorização da comunidade, um sentimento anticapitalista e a esperança por um futuro melhor de justiça e liberdade.

Na segunda metade do século XX, “se desenvolveram inúmeras manifestações deste processo de convergência por afinidade eletiva”, na qual três movimentos merecem destaque:

<sup>65</sup> AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos Avançados, 18 (52), 2004, p. 112.

<sup>66</sup> FLORES, Victor Ernesto Ochoa. **Trabalho e desemprego nas campanhas da fraternidade da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: PUC, 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 17.

<sup>67</sup> AZEVEDO, Dermi. Op. cit., p. 112.

<sup>68</sup> LÖWY, Michael. **Marxismo e religião: ópio do povo?**. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 299.

<sup>69</sup> LÖWY, Michael. **Marxismo e cristianismo na América Latina**. Lua Nova – São Paulo – novembro de 89, nº19, p. 5.

“a esquerda cristã brasileira do começo dos anos 60, a teologia da libertação e a revolução sandinista”.<sup>70</sup> Segundo Löwy, a transformação da cultura católica na América Latina encontrou lugar propício para o seu desenvolvimento na Juventude Universitária Católica. Por outro lado, a teologia da libertação não deve ser analisada apenas como originária do cristianismo radicalizado, mas como “resultado de toda uma prática” libertadora da Igreja na América Latina. Essa vertente, de acordo com Löwy, “é a expressão – enquanto sistema coerente de valores e ideias – de todo um movimento social que atravessa a Igreja e a sociedade, a que se poderia chamar Igreja dos pobres ou cristianismo da libertação”, apresentando-se “como uma ampla rede informal, uma corrente vasta e diversificada de renovação religiosa, cultural e política, presente tanto ‘na base’, nas comunidades, paróquias, associações de bairros, sindicatos, ligas camponesas”, quanto “na cúpula”, “nos bispedados, nas comissões pastorais, conferências episcopais nacionais ou regionais”.<sup>71</sup> Um dos elementos mais significativos de tal seguimento talvez tenha sido a ideia de ver os pobres como sujeitos de sua própria libertação. Portanto, “o interesse pelo pobre enquanto vítima inocente e digna de misericórdia, característica da tradição da Igreja, articula-se” com a “ideia moderna do pobre como classe social explorada e oprimida que busca libertar-se”.<sup>72</sup>

Muito bem articulado, esse setor católico soube como ninguém intermediar os conflitos causados pelo aumento do desemprego, conforme aponta Doimo, em análise sobre o Movimento de Luta Contra o Desemprego em Vitória, no Espírito Santo. Segundo a autora, no início dos anos de 1980, a alta de demissões levou à formação de “comitês de desempregados” em várias capitais brasileiras, organizações que escapavam da esfera sindical e que se desenvolveram no âmbito dos bairros. O MLCD em Vitória cresceu por meio da aproximação com a CNBB, esta passou a “incluir a luta contra o desemprego em suas diretrizes gerais de ação pastoral nas periferias das cidades brasileiras”. Foi quando se verificou uma modificação das pautas do movimento na tentativa de angariar, perante os representantes políticos, a abertura de frentes de trabalho, o fornecimento de cestas básicas, a gratuidade no transporte coletivo e a dispensa do pagamento das taxas de luz e água às pessoas sem vínculo empregatício.<sup>73</sup> Cabe realçar que na Campanha da Fraternidade de 1978 o trabalho entrou no itinerário discursivo da conduta católica sob o tema “Trabalho e justiça

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 11

<sup>71</sup> LÖWY, Michael. **O catolicismo latino-americano radicalizado.** Estudos avançados. vol.3 nº5. São Paulo Jan./Apr. 1989, p. 58.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>73</sup> DOIMO, Ana Maria. O Movimento de Luta Contra o Desemprego e a Mediação da Igreja: um estudo de caso na Grande Vitória, ES. In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, dezembro 2009, pág. 255.

para todos". Em trecho retirado da mensagem da CNBB daquele ano<sup>74</sup> notamos certos temas da campanha, como a valorização dos cristãos pela dignidade do trabalho, a responsabilidade dos governantes e das empresas privadas na criação de empregos, além de uma crítica a crescente rotatividade nos serviços. Ter emprego passou a ser uma questão de direito, elemento básico para alcançar a justiça social. Outra ação importante foi o surgimento, a partir de 1974, da Pastoral Operária, orientada pela corrente cristã da Teologia da Libertação.

Enquanto as igrejas católica e luterana de Joinville dedicavam um espaço em suas práticas comunitárias levando adiante a causa dos trabalhadores desempregados, nos meandros da política atuava o secretário Fernando Bastos, que classificou como "alarmante" o desemprego em Santa Catarina no início dos anos de 1980. Seguindo o levantamento feito pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE), Bastos ratificou que "os trabalhadores de Joinville e Blumenau" estavam sendo "demitidos em decorrência da grave recessão" que atingia "a indústria automobilística de São Paulo, compradora das autopeças das fábricas desses dois municípios catarinenses".<sup>75</sup> Porém, a onda de demissões chegou até as cidades de Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Chapecó e Tubarão. Um quadro otimista foi elaborado por uma edição do jornal *O Estado* da seguinte maneira:

Em Itajaí calcula-se que 1.500 trabalhadores estão sendo demitidos mensalmente, com tendência a se acentuar se o setor pesqueiro local não receber apoio do Governo. Em Joinville, onde há 30 mil operários só na área industrial, calcula-se que o número de desempregados não chegue a 5 mil, mas as indústrias locais estão buscando outros recursos para não demitir, como as férias coletivas. Em Criciúma, contrariando o pessimismo generalizado na Região Sul, apenas dois segmentos da indústria manifestam tranquilidade com relação ao desemprego: os segmentos cerâmico e de vestuário. Em Blumenau, o presidente da Associação Comercial e Industrial local garante que não há crise e esse quadro favorável ele debita ao alto grau de conscientização e capacidade administrativa do empresariado local, que "está 50 anos à frente do empresariado brasileiro". Em Chapecó é evidente o quadro de crise: 3 mil desempregados, calcula o secretário da Indústria Local. A construção civil é a mais afetada, mas a agroindústria ajuda a manter certo equilíbrio. Em Lages, a Associação Comercial e Industrial local acha que fornecer dados sobre desemprego "estraga a imagem da cidade".<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> "Se o trabalho é vocação de grandeza para todo homem e se, praticamente, o homem precisa trabalhar para desenvolver a sua família, será necessário criar condições de trabalho para todos. É dever dos poderes públicos e é tarefa das empresas privadas criar e multiplicar empregos em número suficiente. Nem se deve omitir aqui uma referência especial à insegurança do emprego, como acontece no sistema de rotatividade, e ao trabalho da mulher, com respeito ao qual não deveria haver discriminações, salvo somente aquilo que provem da sua condições e dignidade específica. Para que todos possam trabalhar, é da justiça ainda que a todos se ofereçam possibilidades de preparo e habilitação profissional." In.: FLORES, Victor Ernesto Ochoa. Op. cit., p. 99.

<sup>75</sup> *O Estado*. Florianópolis, 23 de agosto de 1981, p. 2.

<sup>76</sup> *O Estado*. Florianópolis, 25 de agosto de 1981, p. 17.

A imprecisão dos números, ou até mesmo a falta deles, impossibilita chegarmos a uma afirmação quantitativa referente ao total de trabalhadores desempregados em Santa Catarina.<sup>77</sup> É prudente interpretar com certa desconfiança a versão comunicada à imprensa pelas associações de indústria e comércio de cada região, presumidamente dados como os de Blumenau e Lages visavam preservar a boa imagem das respectivas cidades, enaltecendo a “virtude” de seus empresários. No entanto, é provável sugerir que havia uma sensação de vulnerabilidade sendo compartilhada por diferentes atores sociais. Os trabalhadores alocados em categorias com menor exigência de qualificação foram os mais prejudicados, uma vez que estavam suscetíveis à tendência de rotatividade, mas nem mesmo a formação acadêmica indicava alguma garantia de estabilidade, como é o caso das professoras e professores da rede de ensino. Em agosto de 1981, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina, base do futuro sindicato dos professores da rede estadual, promoveu uma encenação no centro de Florianópolis para simbolizar o enterro da educação no governo de Jorge Bornhausen. Os cartazes conduzidos pelos manifestantes, que percorreram a rua Felipe Schmidt em direção à Catedral Metropolitana, mostravam à população as precárias condições de trabalho enfrentadas no dia-a-dia das escolas. O motivo que levou à articulação da passeata, tendo por desfecho o ato em volta de um caixão de papel, foi a demissão de 200 profissionais da rede de ensino. Ao longo da caminhada, o som entoado por cerca de 300 pessoas recitava as bandeiras de luta do movimento: “contra o desemprego”, “pela readmissão immediata dos professores”, “pela garantia de trabalho” e por “melhores condições de vida”.<sup>78</sup> Raul Guenther<sup>79</sup>, representante da Apufsc, resumiu bem o descontentamento dos presentes: “a educação e a política do Governo estão doentes, pois além das poucas verbas destinadas ao setor, aplica-se agora a demissão de centenas de docentes”.<sup>80</sup>

Embora a sensação de vulnerabilidade fosse compartilhada por inúmeros atores sociais, a experiência do desemprego acabou sendo enfrentada de diferentes formas e por diferentes meios. Para Rubens e Arnaldo, preencher as fichas disponibilizadas nas paróquias de Joinville

<sup>77</sup> De acordo com censo demográfico do IBGE, na década de 1980 a população catarinense era de 3.687.652 habitantes, o que significava 3,0% da população brasileira. Esses números aumentaram na década de 1990, e passaram, de acordo com o censo realizado em 1991, para 4.438.248 habitantes, o que correspondia a 3,1% da população brasileira.

<sup>78</sup> Ver: DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação:** a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC/NUP, 1999.

<sup>79</sup> Professor ligado ao Departamento de Engenharia Mecânica do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Estado, pelo qual concorreu ao governo em 1986. Entre 1982 e 1984 exerceu a presidência da Associação dos Professores da UFSC (Apufsc). Durante boa parte dos anos 80 notabilizou-se pela defesa dos professores e da própria UFSC, assumindo posição contrária diante da possibilidade que se ventilava da instituição de ensino se tornar uma autarquia.

<sup>80</sup> *O Estado*. Florianópolis, 15 de agosto de 1981, p. 20.

acendia a esperança por dias melhores na corrida pelo trabalho. Até que conseguissem o almejado emprego fixo com carteira assinada, deixando para trás a vida incerta dos “bicos”, o amparo da igreja por meio do Comitê de Solidariedade ao Desempregado poderia ser útil, ou até mesmo vital. Já os profissionais da educação, dispuseram da organização de sua categoria, portanto, a plataforma reivindicativa de contestação direcionou o ato ao governador em exercício, culpando as escassas verbas do Estado destinadas ao setor pela demissão de 200 professores da rede de ensino. Para muitos outros desempregados, o único caminho levava a informalidade e ao trabalho autônomo. Logo, no jargão popular o “se virar” foi convertido em estratégia de vida a ser compartilhado por uma parcela significativa da população catarinense. Não que tal artimanha representasse uma novidade no interior das classes trabalhadoras em si, mas dado o contexto, a precariedade das relações de trabalho propeliu o “se virar”, demarcando esse conjunto de experiências como lugar central na tentativa de interpretarmos as dinâmicas do trabalho no Tempo Presente.

Tendo em conta que os trabalhadores possuem uma experiência histórica, pois cada sujeito é partícipe dos acontecimentos ocorridos em seu contexto de vida, eles “não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos”, ao contrário, eles “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas”.<sup>81</sup> Em levantamento realizado por um grupo de pesquisadores inseridos na área da psicologia do trabalho, pode-se constatar a heterogeneidade da condição de desempregado. Para os autores, a sensação de instabilidade é ao mesmo tempo material e simbólica. Por meio de entrevistas realizadas em distintos ambientes sociais de São Paulo, a pesquisa revela “facetas e compreensões” da experiência do desemprego. Passando por algo singular como as identificações, não ter emprego envolve a maneira pela qual os trabalhadores concebem o tempo, afora a interferência nos laços pessoais, em que estão colocadas as relações familiares e comunitárias. A conclusão sugerida pelos autores situa o emprego como peça central de um ordenamento social complexo. Fazer parte do mercado de trabalho “oferece acesso às condições materiais necessárias para garantir a sobrevivência e para projetar uma perspectiva de futuro a ser construído”. Sem essas condições, paira a insegurança “da marginalização tanto material, quanto subjetiva, uma vez que não só há o empobrecimento material, como também há a marginalização da participação social”. Assim,

---

<sup>81</sup> THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189.

o argumento sintetiza a atenção que deve ser dada à busca por estabilidade por parte dos trabalhadores situados na conjuntura aqui tratada. As pessoas exercem efetivamente a cidadania através do equilíbrio tênue entre a conjunção subjetiva e material. Ajustado de modo harmônico esses dois polos, um trabalhador consegue pleitear direitos e reivindicar demandas, cujos proveitos pode congregar toda uma categoria.

A imprensa, por sua vez, recolheu exemplos rotineiros de quem encarava os desajustes da informalidade. Em linhas de papel corroídas com o passar do tempo, encontramos rastros e imagens da realidade vivenciada, são dilemas que despertaram a curiosidade e o olhar aguçado de jornalistas profissionais na prática de seu ofício. Em matéria publicada em julho de 1983, sob o título *A batalha de camelôs que vendem até “Remédio para curar chiado no peito”*, a edição do jornal *O Estado* fornece um bom registro acerca de pessoas desempregadas, entregues à fórmula do “se virar”. Em Florianópolis, “o número de camelôs nas ruas, praças e avenidas” aumentava “na proporção direta do desemprego”.<sup>82</sup> Na avaliação de José Moreira do Nascimento, vendedor de pipas e tapetes nas mediações de um supermercado em Barreiros, o momento era delicado, pois a condição de vida se deteriorava com a baixa remuneração obtida no comércio de seus produtos. Oriundo de Pernambuco, José Moreira chegou à Santa Catarina em 1974 e desde então ganhava o pão de cada dia atuando como camelô, mas reconhecia o aperto. Ao contrário dos primeiros anos em solo catarinense, relatava a dificuldade de “pagar a comida e o aluguel de Cr\$ 30 mil”. A expectativa de superar tal fase fixava-se na venda das redes de pesca no mês de outubro, provavelmente isso possibilitaria a José Moreira um lucro maior para suprir suas necessidades básicas.

Nos desvios da Conselheiro Mafra, região central de Florianópolis, as contingências acirravam os ânimos entre potenciais concorrentes. A disputa acontecia pelo espaço imaginário delimitado para cada comerciante, paralelo a competição havia a oferta dos mais variados artefatos: brinquedos, ursos de pelúcia, guloseimas, meias, desentupidores de fogão, antenas de televisão, quentão, pipoca e remédios naturais. “Entre uma discussão com o fiscal da prefeitura e outra com os demais vendedores ambulantes”, os linguajares vociferantes ofereciam “uma mercadoria baratinha para a senhorita”, ou “quatro pares de meia por Cr\$ 1mil”.<sup>83</sup> Tratando a dura realidade de maneira cômica, um camelô, figura carimbada na Praça Hercílio Luz, usava técnicas excêntricas para divulgar seu produto. Guardada as devidas proporções, nos dias de hoje isso atenderia o nome de “marketing pessoal”:

---

<sup>82</sup> *O Estado*. Florianópolis, 23 de julho de 1983, p. 16.

<sup>83</sup> Ibidem.

Todos os dias é a mesma roupa. Calça clara, camisa vermelha com colete preto; um velho microfone no peito, daqueles do tempo em que os prefixos de rádio eram PRC. O microfone está enrolado num lenço. No chão, uma mala azul onde afirma ter uma cobra. Um velho equipamento de som ao lado, ligado a um alto falante. Na outra pasta, caixas da famosa ervanária em pó.

Com um óculos escuro do tipo Waldick Soriano, ele começa a falar e a despertar a atenção do público que passa. Coloca dois pregos de 10 centímetros no nariz enquanto arranca o português na comunicação com o público: “peço ao nosso Pai Celestial...

Segundo ele, que não para de falar um só minuto e que repete todos os dias o mesmo “show”, “o que eu vou entregar para os senhores é a proteção mais eficiente contra os problemas do fígado.<sup>84</sup>

A ervanária em pó seria o medicamento a fazer abundantes “milagres”, seu princípio ativo supostamente ajudaria a combater problemas nos rins e no fígado. O camelô, que preferiu manter o anonimato ao jornalista, procedia como intermediário na venda do produto, cuja fábrica funcionava na rua da Praia em Recife. Muitos transeuntes interrompiam a caminhada e assistiam ao “show” daquela figura um tanto carismática e, para a alegria do comerciante urbano, alguns adquiriam a caixa contendo a mercadoria pelo preço de Cr\$ 500. Da mesma forma, em tempos de festividade como a Copa do Mundo de Futebol as pessoas sem renda estável aproveitavam a euforia para fazer um dinheiro extra, mediante os biscoates. A cada esquina de Florianópolis em dia de jogo da seleção brasileira vendiam-se bandeiras, chapéus, cata-ventos e cornetas. Em frente à Catedral Metropolitana, as irmãs Teresinha e Joana confeccionavam bonés de crochê nas cores verde-amarelo. As mãos habilidosas e ágeis preparavam cada peça em menos de 45 minutos, de tal maneira que o freguês saia com o utensílio do tamanho desejado. O biscoate não carecia de uma estrutura de trabalho organizada, em dia de jogo do Brasil a demanda crescia, segundo Teresinha era a única data que valia a pena comercializar os produtos, para isso bastava as irmãs se apossarem do meio fio da calçada, com o barbante de linha junto aos pés e o movimento manual segurando a agulha, elas aguardavam as encomendas momentâneas em troca da pequena remuneração.<sup>85</sup>

Em Chapecó, o aprofundamento da recessão econômica serviu de pretexto para as empresas demitirem seus funcionários, conforme assinala uma notícia da região em 1983. No período de seis meses, 4 mil trabalhadores da cidade perderam suas ocupações. De acordo com depoimento publicado na imprensa de Oenes Neckel de Menezes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, esse setor sofreu uma dura queda, provocando muitas dispensas. Mas apesar disso, houve poucas solicitações junto ao sindicato para mediar os conflitos durante as rescisões de contrato. Segundo Menezes, a

---

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de junho de 1982, p. 12.

quantidade de trabalhadores autônomos, “além de uma massa significativa de operários” que trabalhavam a descoberto, “sem registro em carteiras e sem cobertura previdenciária”, explicam a baixa procura pelo sindicato no âmbito da construção civil.<sup>86</sup> A indústria de produção de alimentos seguiu roteiro parecido. No total, estima-se a partir do levantamento realizado na época que, entre as pessoas demitidas, 65% promoviam o sustento de suas famílias, 25% eram mulheres casadas ou com filhos e 10% eram mulheres solteiras.<sup>87</sup> Por razões óbvias, uma excessiva busca por emprego criou a engrenagem perfeita para que as empresas pudessem achatar a remuneração paga aos assalariados, acentuando o sistema de rodízio no mercado de trabalho. O Sindicato dos Empregados no Comércio de Chapecó constatou a disposição dos patrões em demitir “os funcionários mais antigos porque” recebiam “melhores salários, contratando, para as mesmas funções, funcionários com salários menores”.<sup>88</sup> As sutilezas do desemprego em Chapecó podiam ser percebidas sob diferentes ângulos, em meio a corrida por alguma oportunidade as pessoas iam até o Departamento de Promoção Social da Secretaria Municipal de Educação para requisitar “assistência, móveis, madeira, comida, auxílio para funerais, passagens rodoviárias”.<sup>89</sup> Esses são sintomas de um pequeno centro urbano acometido pela crise do início dos anos de 1980, dessa forma, um observador atento que passasse pelas ruas da cidade no contexto apresentado possivelmente notaria a queda de venda nas lojas, bem como o montante de currículos acumulados nas mais diversas firmas, entregues por trabalhadores à mercê de uma única chance.

Simultaneamente à crise econômica, em julho de 1983 e agosto de 1984, Santa Catarina passou por duas calamidades em decorrência das enchentes que atingiram com maior intensidade a região do Vale do Itajaí. As imagens reproduzidas nos jornais da época traduziam a angústia e o desespero de milhares de famílias desabrigadas. Muitas perderam todos os bens materiais, restava a essas pessoas recomeçar a vida praticamente do zero. As catástrofes agravaram o quadro de desemprego, isso porque o volume de água acarretou na paralisação das atividades industriais em áreas inundadas. O setor do comércio também teve seu funcionamento alterado, já que vários estabelecimentos permaneceram de portas fechadas por longos dias.

Na cidade de Blumenau, sobre os escombros das cheias do Rio Itajaí-Açu, emergiu o discurso da “operosidade germânica”, ideia que pregava a competência dos moradores da região para sair do infortúnio e reedificar o município, graças à predisposição laboral herdada

<sup>86</sup> *O Estado*. Florianópolis, 3 de julho de 1983, p. 13.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Ibidem.

dos imigrantes alemães. “As enchentes se tornaram símbolo da capacidade de trabalho e reconstrução do blumenauense, referência que é impressa nas páginas dos jornais, relatórios oficiais, editais, e proferida nos púlpitos e meios de comunicação”.<sup>90</sup> O ex-governador Esperidião Amin reembrou o episódio exaltando a atuação de Bernardo Werner<sup>91</sup> e a posição da Fiesc. Segundo Amin, a entidade se responsabilizou por liderar um acordo em conjunto com “as Federações do Comércio e da Agricultura, as Federações dos Trabalhadores e o Governo do Estado, condicionando a concessão de apoio governamental à não demissão imotivada (sem justa causa) de trabalhadores da indústria, do comércio e da agricultura do Estado”.<sup>92</sup> Após o cataclismo de 1984, os jornais alertavam para o empobrecimento da população em Blumenau, Brusque, Gaspar e São João Batista, os municípios mais prejudicados.

Avesso ao pacto citado por Amin, notícias davam conta de que os pequenos negócios e o biscoate crescia em Blumenau. “Salve-se quem e como puder. É com este espírito que os blumenauenses desempregados estão enfrentando a crise, piorada com as enchentes de 83 e 84”, relatava a manchete. Na ausência de trabalho sobrava o biscoate, ou então abrir o próprio negócio com o dinheiro retirado do Fundo de Garantia, “foi assim que pequenos bares, confecções e lojinhas se multiplicaram por todos os bairros” da cidade.<sup>93</sup>

A junção das catástrofes climáticas com a crise econômica legava ao passado recente um tempo áureo de pujança nas ofertas de emprego. Em Joinville, “até 1979 as grandes empresas industriais, como a Consul, Fundição Tupy e Grupo Hansen, compravam largos espaços nas emissoras de rádio locais, para anunciar as centenas de vagas que possuíam em seus quadros para os trabalhadores com pouca qualificação profissional”.<sup>94</sup> As contratações tornaram-se escassas e na “nova realidade” os departamentos de recursos humanos das empresas faziam a seleção de uma entre muitas fichas que pleiteavam qualquer vaga. Outro problema relatado nos jornais era o aumento do número de pedintes nas ruas, isso já não se tratava mais de um contingente de pessoas provenientes de outros lugares, mas de uma disfunção social que aos poucos chegava nas cidades catarinenses. No sul do estado, em Tubarão, se desenrolava uma “guerra invisível” movida por “famintos perambulando pelas ruas, batendo de porta em porta”. A programação das rádios, ao invés dos costumeiros

<sup>90</sup> FROTSCHER, Méri. Blumenau nas enchentes de 1983 e 1984 e o imaginário da cidade do trabalho. **Esboços (UFSC)**, Florianópolis, v. 5, n.5, p. 61-70, 1997, p. 63.

<sup>91</sup> Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

<sup>92</sup> PEREIRA, Moacir. **Os presidentes da FIESC:** História dos líderes da indústria catarinense. Florianópolis: Insular, 2015, p. 66.

<sup>93</sup> *O Estado*. Florianópolis, 15 de outubro de 1984, p. 9.

<sup>94</sup> Ibidem.

informes diários, dedicava metade de seu tempo “para pedidos de ajuda de famílias desesperadas”.<sup>95</sup>

O jornal ainda fazia menção àqueles, que nas palavras de Maciel e Grillo, encarnavam a “luta constante, entre todas as pessoas, pelo reconhecimento de seu valor prático na sociedade do trabalho”.<sup>96</sup> Em agosto de 1981, o periódico *O Estado* publicou a matéria “*Em 1km de rua, 8 sucateiras dão emprego a muita gente*”. Entre os bairros Procasa e Campinas, na rua Josué Di Bernardi, em São José, município conturbado com Florianópolis, havia abundantes estabelecimentos comerciais que coletavam equipagens de ferros usados, chamados popularmente de sucateira ou ferro-velho. No interior de cada espaço dedicado a esse tipo de atividade encontramos exemplos de pessoas inseridas na informalidade, sem contrato de trabalho assinado em termos legais. No entanto, a rede se expandia nas ruas. Em muitas esquinas da cidade achava-se alguma criança recolhendo latinhas recicláveis para vender na Josué Di Bernardi. “O maior comprador da redondeza” era o Sr. Hugolino Francisco Duarte, “mais conhecido como seu Gole”. Encarregado de雇用aproximadamente oito funcionários, Duarte recebia “o ferro-velho de quase todos os pequenos comerciantes da localidade”, mas as menores transações tornavam o negócio rentável. Segundo ele, cerca de 100 crianças o procuravam a cada dia para vender os utensílios apanhados nas ruas. Afirmava ser um bom pagador e julgava estar fazendo o bem em prol de muitas famílias, já que reembolsava em dinheiro vivo “a gurizada” e até mesmo os adultos que levavam seus materiais em troca da recompensa. Apesar disso, o comerciante lamentava a pobreza dos que dependiam da renda com o comércio de reciclados, mas via futuro no ramo porque beneficiava muita gente. Reiterava para a reportagem sua índole honesta, e repelia quem contrariava a prática: “eu pago em dia os meus oito funcionários e pago à vista qualquer pessoa que me traga qualquer material. Pago também em dia a taxa da Prefeitura e não entendo como é que alguém possa ser contrário a este tipo de comércio”.<sup>97</sup> Mesmo gerando emprego, as sucateiras reproduziam as desigualdades da sociedade. Em tempos de retração econômica fazer parte desse círculo possibilitava apenas sobreviver, a informalidade pode ser avistada na figura dos oito funcionários anônimos que trabalhavam para o Sr. Hugolino Duarte, já as crianças se enquadravam nas delicadas condições do trabalho infantil.

---

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> MACIEL, Fabrício; Grillo, André. O trabalho que (in) significa o homem. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018, p. 271.

<sup>97</sup> *O Estado*. Florianópolis, 13 de agosto de 1981, p. 24.

A recessão provocada entre 1981 e 1983 intensificou a tendência de o mercado de trabalho ser composto por uma mão-de-obra em expansão que passou a ocupar as posições de subemprego, seja na atividade autônoma ou na informalidade. Para Arandia, a situação de “subemprego, cuja manutenção é decorrente de fatores mais gerais do funcionamento e da estrutura da economia brasileira, se transformou em um problema crônico de subutilização da força de trabalho, transcendendo as oscilações periódicas do nível de atividade econômica”.<sup>98</sup> Enquanto isso, os trabalhadores de emprego fixo com carteira assinada tiveram seu poder de consumo corroído pela inflação. Segundo Carneiro e Modiano, as altas taxas de juros e o segundo choque dos preços do petróleo “tornaram mais custoso e mais prolongado o processo de ajuste da oferta doméstica iniciado na segunda metade da década anterior”,<sup>99</sup> essas “condições adversas aumentaram os custos internos do ajuste, e as políticas adotadas, contribuíram para aumentar os conflitos internos e agravaram os efeitos inflacionários”.<sup>100</sup> Cláudio Salvadori Dedecca argumenta que as contradições relativas ao emprego no Brasil possuem raízes históricas, “a ocorrência de um desenvolvimento econômico descasado de um desenvolvimento social garantiu a consolidação de um mercado de trabalho heterogêneo em termos de proteção social”. Mesmo com a Consolidação das Leis do Trabalho na década de 1940, muitas categorias e setores permanecerem sem o suporte legal. Dessa forma, “o problema de emprego foi sendo acomodado na informalidade”.<sup>101</sup> Mas apesar da situação de recessão econômica entre 1981 e 1983 que afetou majoritariamente a indústria, no final da década de 1980 as taxas de desemprego apresentaram um nível baixo, portanto, houve a recuperação. Segundo a justificativa de Sabóia, nos três anos de crise “o mercado de trabalho mostrou uma elevada capacidade de absorção de mão-de-obra, impedindo assim que houvesse um crescimento brutal das taxas de desemprego aberta. Essa absorção deu-se basicamente através do mercado informal de trabalho”. Percebe-se o crescimento da informalidade pela redução do número de trabalho com carteira assinada, e também com o aumento do trabalho autônomo na proporção de pessoas ocupadas.<sup>102</sup>

<sup>98</sup> ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente a crise dos anos 80 e aos planos de estabilização. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 18, p. 148.

<sup>99</sup> CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In.: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 323.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>101</sup> DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 25, nº1 (97), pp. 113-130, janeiro-março, 2005, p. 129.

<sup>102</sup> SABÓIA, João L. M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. *Revista de Economia Política*, Vol. 6, nº 3, pp. 82-106, julho-setembro, 1986, p. 106.

Contudo, a crise em Santa Catarina precisa ser melhor explicada. Assim como sugere Mioto, ao longo da década de 1960 há um condicionamento da diversificação econômica da região, fator esse que foi consolidado nos anos de 1970, colocando o estado no rumo do capital industrial moderno. A “concentração e centralização do capital fizeram com que o processo de acumulação fosse comandado, na sua maioria, por grandes firmas que, junto ao governo nacional e estadual, obtiveram condições materiais para a expansão e distribuição da produção”. Entre 1980 e 1990 as taxas de crescimento a nível regional foram maiores do que a média nacional, isso se deve a alguns motivos, um dos quais às “adequações da economia catarinense, cuja formação permitiu uma crescente e diversificada participação nos mercados nacional e externo durante a crise”.<sup>103</sup> Para Alcides Goulart Filho, uma série de fatores colaborou para o crescimento econômico de Santa Catarina acima do padrão nacional, o autor destaca: o “espaço para a integração produtiva intra-estadual”, os setores não atingidos pela crise “eram justamente aqueles em que Santa Catarina se especializou”, a produção foi realocada “para o mercado externo”, “os investimentos em infraestrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década” de 1980, e por fim, “as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos”.<sup>104</sup>

Apesar do crescimento estável da economia catarinense, em maior ou menor grau, o estado também foi afetado por problemas impelidos no contexto de crise, entre eles o desemprego. Na pretensão de capturar discursos que versem sobre as transformações nos mundos do trabalho a partir da imprensa de Santa Catarina, a questão do desemprego aparece no período em análise neste capítulo com certa periodicidade. Mas não há indicativos sobre a vigência de ideias relacionadas a relações de trabalho flexíveis, de curto prazo, oriundas das mudanças estruturais do capitalismo. Havia, sim, incertezas e apreensão. Os fragmentos selecionados ajudam a interpretar as experiências de sujeitos que passaram por um ciclo de desemprego, ou então, dos que foram alocados na informalidade e no setor autônomo. São relatos que reportam a pessoas até então desprecebidas em suas rotinas, para qual o significado do trabalho podia ter uma conotação totalmente subjetiva. Ao mesmo passo, a incidência do desemprego nas cidades catarinenses chegou à narrativa do jornal *O Estado* através de minúcias e de matérias voltadas a cobertura de casos cotidianos, mas em seguida o

---

<sup>103</sup> MIOTO, Beatriz Tamaso. “Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). Campinas: UNICAMP, 2011. 139 f. Dissertação – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2011, p. 47-48.

<sup>104</sup> FILHO, Alcides Goulart. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 372.

assunto ganhou contornos mais nítidos na linha editorial, especialmente quando ocorreram os motins urbanos em São Paulo, no mês de abril de 1983.

## 2.2 EVITAR O CAOS: A FIGURA DO “TRABALHADOR ORDEIRO” EM TEMPOS DE CRISE

Em abril de 1983, a cidade de São Paulo foi sacudida por três dias de intensos protestos de rua. No cerne da questão estava o desemprego, tema responsável por reunir muitos manifestantes e consolidar a formação de motins urbanos. O desencadeamento dos fatos alcançou o espaço público, deixando latente a mensagem daqueles que encaravam uma vida sofrida, aquém das condições materiais necessárias para um cidadão comum. Muito embora membros de partidos políticos e o comitê de luta permanente contra o desemprego tenham atuado na tentativa de canalizar os atos contestatórios em favor dos populares, com a intenção de exigir melhorias sociais junto ao governador Franco Montoro, havia uma composição multiforme de atores em cena, levando a multidão a suprimir qualquer tipo de liderança. Devido às proporções, o evento repercutiu na imprensa catarinense, que noticiou o segundo dia de manifestações em 6 de abril de 1983. *O Estado* conferiu uma capa exclusiva ao acontecimento, cujo título era: *Violência em SP – Brizola, Tancredo e Montoro sitiados por manifestantes*. A imagem inserida abaixo do letreiro, impressa em preto e branco, realçava um grande aglomerado de pessoas derrubando parte dos portões do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo. A formatação da página é condizente com o aviso que a empresa jornalística queria transmitir aos seus leitores, isto é, um agrupamento completamente fora de controle, movido por uma crise, ocupava as ruas da cidade e promovia saques e quebra-quebra por onde passava. Mais do que uma notícia, a descrição soava como alerta aos empresários e ao governo de Santa Catarina.

A considerar essa maneira de ler o fenômeno apontada na matéria do jornal *O Estado*, uma das prováveis conclusões é a de que os levantes em São Paulo estariam pondo a transição democrática em risco, a pressão acentuada das ruas abriria brecha para um recuo dos militares, haja vista que o processo de abertura não se dava por encerrado. O enredo da notícia usava a violência como peça chave para resumir os incidentes do protesto: “pelo segundo dia consecutivo a zona Sul de São Paulo continuou em clima de guerra, com manifestações, passeatas, saques e depredações”. O ambiente de pânico “estendeu-se a outros pontos da capital, como os bairros de Pinheiros, na Zona Oeste e Tatuapé, na Zona Leste, onde o comércio encerrou suas atividades por volta do meio dia, por temor a saques e

depredações".<sup>105</sup> Mas ao averiguar com maior precaução as nuances do enredo formulado na própria matéria, verifica-se uma variação de sentidos emitidos em torno do significado que se queria dar para àquele evento. Estes sentidos foram proferidos por diferentes agentes, cada qual a sua maneira. Deve-se mencionar o papel do governo, dos empresários, dos deputados que representavam os partidos políticos simpáticos a causa, das pessoas ligadas aos movimentos sociais, e por fim, dos próprios desempregados.

Figura 2 - Imagem retirada da capa do jornal O Estado na edição do dia 6 de abril de 1983.



<sup>105</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

No segundo dia de protestos, a concentração começou logo cedo e de início reuniu aproximadamente 500 pessoas no Largo 13 de Maio, próximo à Catedral de Santo Amaro, assim como sucedera na data anterior. Faziam-se presentes alguns integrantes do Comitê de luta contra o desemprego, bem como deputados federais e estaduais do PT e do PMDB. Dirigindo-se ao público, os oradores repudiavam “a repressão policial da véspera” e mostravam-se reticentes com o “aparato policial que já se montava no local”. Aproveitando a brecha, esses personagens ligados aos partidos políticos articulavam a fala contra a ditadura militar, mas também refutavam “as medidas anunciadas pelo governador Montoro no dia anterior”, pois as deliberações do executivo paulista não apresentavam nada de concreto para solucionar o problema do desemprego. Volta e meia o discurso era interrompido por gritos depreciativos entoados em referência ao Ministro da Secretaria do Planejamento: “Delfim tem que levar um tiro”, “Delfim é ladrão”.<sup>106</sup> Quando os ponteiros do relógio assinalavam 9h07min, a concentração deu lugar a uma passeata que teve início com os populares esbravejando frases de ordem, “um, dois, três quatro, cinco mil, acaba o desemprego ou paramos o Brasil”, “o povo está a fim da cabeça do Delfim”. Nesse momento, o número de participantes já havia passado de 500 adeptos, segundo estimativas, cerca de 5000 pessoas marcavam presença. O capitão Nobrega, comandante da Polícia Militar, informou aos pretendentes organizadores sobre as orientações recebidas pela corporação: “façam o que quiserem, mas se repetirem os saques e depredações nós interviremos”.<sup>107</sup>

Dificilmente os ânimos seriam contidos, apesar dos alertas enunciados no alto-falante da Kombi em que alguns componentes da comissão organizadora pediam ao público para prosseguir em direção ao Palácio dos Bandeirantes. A todo momento as pessoas envolvidas com a organização do ato buscavam frear o ímpeto dos mais exaltados, na Av. Adolfo Pinheiro, “os organizadores, de mãos dadas, fizeram um cordão humano para proteger o carro de valores estacionado em frente a uma agência do Banco Itaú, e que os manifestantes ameaçavam virar”.<sup>108</sup> A marcha avançava em meio as espoliações, no bairro Morumbi, “área de residências luxuosas, os manifestantes quebravam luminárias instaladas do lado de fora e depredavam portões e vidraças”. Logo na sequência, um grupo se afastou da passeata para saquear o supermercado Peg-Pag, “com pedras e paus, arrebentaram todas as portas e paredes de vidros e invadiram o local, destruindo antes, com chutes, todo o material de uma banca de revistas situada em frente ao supermercado”. Não tardou para a polícia chegar e contornar a

<sup>106</sup> Trata-se do economista Antônio Delfim Netto que ocupava o cargo de Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência do Brasil.

<sup>107</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

<sup>108</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

situação, seis pessoas foram presas. Uma confusão seguiu porque os deputados Paulo Frateschi e Paulo Diniz intervieram contra a prisão dos manifestantes. “Depois desse primeiro saque, os organizadores constituíram uma comissão que foi à frente da passeata e cercou antecipadamente todos os supermercados e lojas antes da chegada dos manifestantes”.<sup>109</sup>

Quando o protesto chegou em seu ponto final, na frente do Palácio dos Bandeirantes, os participantes esperavam ser recebidos por Franco Montoro ou que ao menos o governador se dirigisse a eles através de um pronunciamento. Todavia, a assessoria do governo rechaçou tal possibilidade. Enquanto isso os manifestantes não arredavam o pé e insistiam em falar com o governador. A negociação de um encontro restringia-se apenas a recepção do comitê de luta contra o desemprego, desde que o contingente de pessoas fosse remanejado da frente do palácio para a Praça Vinicius de Moraes. O nervosismo aumentava de parte a parte, e uma atitude infeliz, quando um policial “começou a bater com cassetete nas mãos que seguravam as grades” que dividia o jardim da parte externa do palácio, desencadeou o já previsível confrontamento dos populares contra as forças de segurança. Os manifestantes, extremamente irritados, derrubaram 100 metros de grade e transpuseram o jardim. Para dispersar a invasão os policiais jogaram bombas de gás lacrimogêneo, ao passo que a reação se deu com “paus e pedras atiradas sobre a tropa de choque”. O tumulto parecia não ter fim, “enquanto o pelotão de choque passou a guarnecer os 100 metros de grades destruídos, soldados da guarda do palácio” envolveram-se em “luta corporal com os manifestantes”. Somente após meio-dia o governador Franco Montoro, rodeado por seguranças, apareceu em frente à residência oficial.

Com semblante de impotência, reconheceu o grave problema do desemprego, confirmou estar em reunião com os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Leonel Brizola e Tancredo Neves, buscando soluções conjuntas para aplicar nos três estados. Pedia um voto de confiança, pois seu tempo à frente do governo era de apenas duas semanas, e, para não chegar de mãos abanando “na escadaria da entrada do palácio, discursando para a comissão, assessores, deputados, jornalistas e secretários”, anunciou estar tomando medidas de combate ao desemprego. No mais, o governador parecia andar sob um caminho tortuoso e incerto, clamava por uma resolução coletiva, “num clima de entendimento”. Chegou a frisar para que não dessem “atenção àqueles que” queriam “a baderna, para dizer que em São Paulo” havia “bagunça porque a oposição venceu”. A fala demonstrava o empenho em angariar consistência política diante da votação obtida nas eleições de 1982, posto que se algo pusesse em risco o processo de transição, indicada aqui pela agitação procedente das ruas, poderia

---

<sup>109</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

servir de argumento para os militares deslegitimarem o governador, assim como nos rumos que estavam sendo desenhados a partir de um horizonte de vigência democrática. Naquelas eleições, Franco Montoro do PMDB derrotou Reynaldo de Barros do PDS, sigla herdeira das hostes do partido da Ditadura Militar, a Arena.

A “bagunça” e o “vandalismo”, na interpretação da Associação Comercial de São Paulo, vinha sendo provocada por um grupo específico com interesses pontuais. No segundo dia de manifestações, os diretores da associação aconselharam de forma alarmista o fechamento do comércio, seria a única maneira dos “comerciantes protegerem o seu patrimônio, suas vidas e dos seus funcionários”. O então presidente da entidade, Guilherme Afif Domingos, classificou os protestos como “um movimento profissional” que aproveitava da “síndrome do desemprego de operários”. Minimizando o impacto da falta de vagas oferecidas no mercado de trabalho, Domingos acrescentava: “é preciso que tomemos consciência de que há mais empregados do que desempregados na Grande São Paulo”. Já o presidente da Fiesp, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, admitia ser difícil avaliar a situação, disse saber da existência de “profissionais no meio” da manifestação, mas quantificar essas pessoas não era nenhum pouco plausível, até porque nela também havia muitos desempregados.<sup>110</sup>

Observando apenas a capa do jornal *O Estado* do dia 06 de abril de 1983, o título e a imagem induz o leitor a uma compreensão limitada dos acontecimentos. Ao explorar a matéria por completo percebe-se uma grande complexidade inerente ao desenrolar da trama. Segundo Marcos Napolitano, os saques de abril de 1983 “abalaram o cotidiano” da capital paulista, ao mesmo tempo “a repolitização do espaço público deixava de ser vista como uma festa cívica, como nas eleições gerais do ano anterior, e se manifestava como um verdadeiro drama social”. Diferenciando-se do comportamento de uma “categoria profissional em greve, de alguns estudantes radicalizados ou do movimento social organizado”, os motins urbanos formados por desempregados despertavam medo por sua inclinação ao descontrole. Dessa maneira, “à direita e à esquerda, a multidão em protesto colocava em xeque as estratégias e discursos que procuravam direcionar a ação coletiva”.<sup>111</sup> No calor da hora, mediante a hesitação dos atores envolvidos e na falta de uma proposta concreta de combate ao desemprego via aplicação de políticas públicas, ao menos quatro tendências procuraram atribuir diferentes sentidos ao acontecimento.

---

<sup>110</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

<sup>111</sup> NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 106.

A primeira tendência, representada pelos membros dos partidos políticos ligados à causa e pelos movimentos sociais, pretendia abrir canais de interlocução com o Estado. A aposta no conflito se dava justamente vislumbrando a possibilidade de negociação, cujo objetivo final era conseguir reparações sociais em favor dos desempregados. Esse grupo, geralmente associado às esquerdas, era visto no âmbito do empresariado como o principal protagonista na organização dos protestos, por isso seriam os responsáveis diretos pela “baderna”, pelos saques e pelos episódios de violência praticados em São Paulo. Para se distanciar dessa visão e conseguir legitimidade na opinião pública, a todo momento, as pessoas reconhecidas com a organização dos atos tentavam frear atitudes extremadas de vandalismo por parte dos demais manifestantes. Prezavam por uma reconstrução democrática, teciam críticas à ditadura militar, atacavam a política econômica vigente, porém, foi em vão a investida desses personagens na condução do descontentamento popular, pois dadas as circunstâncias, os protestos sobrepujaram o papel de qualquer liderança.

Em torno da segunda tendência girou a bandeira de luta dos motins, ou seja, os desempregados foram os atores principais. Devido aos limites da fonte não é possível traçar um perfil coeso dos sujeitos que estiveram nas ruas motivados pela falta de trabalho no principal centro urbano do país. Como explicar então o quebra-quebra e os saques aos estabelecimentos comerciais? De acordo com a investigação empreendida por Marcos Napolitano, o jornal *Folha de São Paulo* captou a justificativa de um desempregado, que dizia o seguinte: “Enquanto não quebrar tudo eles não acreditam. Nem quebrando eles ouvem a gente. Não adianta mandar a polícia, tem que abrir serviço. Quando aparece um emprego querem me pagar o que eu ganhava em 1980. Não dá”.<sup>112</sup> Naquela ocasião, a pilhagem de lojas sugere que os desempregados recorriam a esse tipo de comportamento para chamar atenção das autoridades governamentais em relação ao sofrimento causado pela falta de trabalho, sobretudo porque a fome acometia alguns. Na ausência de avanços obtidos através da interlocução política, a atitude extrema de depredação das propriedades consistia em uma artimanha compartilhada, que pode ser interpretada como um meio de levar as reivindicações para o espaço público. “Quebrar tudo” refletia a ânsia daqueles que perderam suas ocupações, cujo horizonte não era promissor. Muitos desempregados não queriam nada além da abertura de novas oportunidades de emprego por uma remuneração justa. Entretanto, a expressão maior desse grupo materializou as consequências da crise econômica e como ela ressoou em camadas humildes da população brasileira.

---

<sup>112</sup> Ibidem, p. 110.

As duas últimas tendências podem ser identificadas, respectivamente, pelo empresariado e pelo governo de São Paulo. Ambas não possuíam uma resposta de médio a longo prazo para a demanda vinda das ruas. A frágil conclusão compactuada por setores do empresariado, que insistia na narrativa de que as manifestações estavam sendo promovidas por “profissionais” na pretensão de desestabilizar a ordem, esconde a incapacidade de fazer uma análise apropriada do quadro de recessão econômica. O presidente da Fiesp falou sobre aquela que talvez fosse a única alternativa cogitada pela iniciativa privada e pelo governo estadual a fim de amenizar o problema: “a ideia do Governo Montoro de criar frentes de trabalho vem sendo defendida pela Fiesp há tempos, há mais de dois anos, exatamente. São obras que exigem poucos recursos, mas oferecem empregos e aliviam a tensão social”.<sup>113</sup> Por outro lado, o governo recém empossado achava-se pressionado, sua presença nas ruas, marcada por meio da violência cometida no uso das forças de segurança, intensificou ainda mais as hostilidades.

Em Brasília, se desenrolou um debate sobre a conduta do governo paulista. O senador do PDS, Virgílio Távora, disse que Franco Montoro “não agira com a devida firmeza para coibir as agitações”. Em réplica, o senador Severo Gomes do PMDB, eleito por São Paulo, frisou “que seu Estado convivia com a fome”, fator responsável por desencadear as manifestações, mas “não afastou a possibilidade de infiltração de eventuais aproveitadores”. O seu companheiro de bancada, Fernando Henrique Cardoso, afirmou “que São Paulo não vive uma crise política, havendo, isso sim, uma crise que atinge todo o País”.<sup>114</sup> É certo, porém, que a onda de protestos deixou no ar vários pontos de interrogação. Segundo o jornalista Carlos Castello Branco, “os episódios de São Paulo colocaram no centro da vida brasileira um problema novo – o desemprego”. O enfrentamento exigia uma força conjunta, no qual o Governo federal precisaria “desempenhar seu papel na coordenação das medidas e na adoção de providências do seu alcance”.<sup>115</sup> Alguns dias depois, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, salientou a importância de incentivar a construção civil, atividade capaz de absorver o “trabalhador de baixa qualificação”.<sup>116</sup> Em suma, o ineditismo da adversidade pegou de surpresa quem acompanhava de perto o fenômeno, portanto, tivemos uma variação de sentidos atribuídos por diferentes sujeitos envolvidos com a onda de protestos. A partir de tais sentidos, os veículos de comunicação criaram o enredo do acontecimento, destacando determinados aspectos e negligenciando tantos outros.

---

<sup>113</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

<sup>114</sup> *O Estado*. Florianópolis, 6 de abril de 1983, p. 2.

<sup>115</sup> *O Estado*. Florianópolis, 9 de abril de 1983, p. 4.

<sup>116</sup> *O Estado*. Florianópolis, 12 de abril de 1983, p. 2.

A imprensa catarinense buscou construir significados próprios a partir dos motins envolvendo os desempregados da capital paulista. Em Santa Catarina, não houve nenhuma manifestação semelhante, mas as notícias de São Paulo chegaram até o jornal *O Estado*. Ao longo do mês de abril o assunto rondou as páginas do periódico como em sinal de alerta.<sup>117</sup> Em editorial, o meio de comunicação reprovava os incidentes, alegando que “a desobediência à lei, o desacato à autoridade e a desordem nada têm a ver com a abertura”.<sup>118</sup> Apesar de reconhecer o drama das pessoas sem emprego, e de cobrar uma postura favorável do governo para findar o quadro de desalento, a opinião dos editores condenava a “baderna” e o “vandalismo”, sentenciando:

O tumulto promovido em São Paulo pode ser entendido como um ato relativamente bem-sucedido de provocação. Se porventura a intenção inicial tivesse sido a de promover uma manifestação de classe, sob a inspiração e a organização sindical, desde logo escapou ao controle e se propagou como um ato de força desordenada, sob inspiração externa, pois é público e notório que o triste espetáculo predatório teve a infiltração de agentes estranhos à categoria dos trabalhadores desempregados.

Quem quer a abertura do regime tem de aceitar responsabilidades. Toda responsabilidade, individual ou coletiva, decorre da existência da lei e da garantia de que ela é a norma social suprema [...]. Por que, entretanto, estariam pessoas e grupos se alinhando contra a oportunidade democrática nacional? Não é, evidentemente, por qualquer apego ao arbítrio. Mas será apenas por uma concepção errada do uso das liberdades? É sobretudo por um nível inferior de consciência política que se deixa enganar pelas aparências a curto prazo.<sup>119</sup>

Não fica explícito quem são os agentes infiltrados aos quais o jornal faz referência, mas é notório o consenso de que as manifestações de São Paulo ultrapassaram as fronteiras do sindicalismo e dos movimentos sociais. Evidentemente, a definição das palavras descritas em editorial expõe uma concepção prévia de democracia, propensa a evitar os conflitos. A transição política exigia sensatez e consciência dos mais diversos setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo, a tensão social deveria ser afastada porque trazia consigo o risco iminente de transgredir os formalismos da lei, “norma social suprema”. Não havia compatibilidade naquele instante entre a transição controlada, em parte aceita na linha editorial de *O Estado*, com a contestação exacerbada das ruas, considerada a noção “errada do uso das liberdades” almejadas. Desse modo, a incipiente ideia de uma Nova República, ideia essa que perpassa a visão de alguns grupos políticos e empresariais de Santa Catarina,

<sup>117</sup> Vale destacar que além dos protestos de São Paulo, o jornal *O Estado* apresentou uma matéria do Rio de Janeiro também sobre os desdobramentos do desemprego, que levava o título de “*Favelados saqueiam supermercado no Rio e comércio fecha as portas*”. *O Estado*. Florianópolis, 12 de abril de 1983, p. 2.

<sup>118</sup> *O Estado*. Florianópolis, 7 de abril de 1983, p. 4.

<sup>119</sup> Ibidem.

pressentia a vigência do regime democrático sem “desordem”. O caminho até a democracia havia sido árduo e encontrava-se inacabado, por meio dessa narrativa os direcionamentos políticos das décadas anteriores ofereciam um bom exemplo do percurso a não ser levado adiante.

O novo regime democrático só obteria êxito se coibisse o “mecanismo de crises que funcionou até 1964”. Seria preciso ter “coragem para repudiar tudo que nos dividiu antes” e “unir a sociedade num só esforço construtivo”, para isso os equívocos cometidos no passado orientariam as projeções de futuro.<sup>120</sup> Fica subentendido na releitura feita em editorial que a segmentação do corpo social na véspera do golpe militar de 1964 aconteceu devido à desordem resultante da opção de enfrentamento, expressa em torno do programa reformista que aglutinou os grupos de esquerda durante o governo de João Goulart.<sup>121</sup> A articulação envolvendo as reformas de base, junto ao acirramento que desagregou a sociedade brasileira, na avaliação do jornal, inviabilizara as possibilidades democráticas surgidas em 1945. Usando de variadas temporalidades, o caso mencionado tende a destacar justamente o risco de uma nova cisão, agora puxada por uma crise econômica sem precedentes. “As demonstrações radicais” de São Paulo eram “suficientes para delinear os perigos trazidos pela abertura”, os protestos simbolizavam “um novo grau de organização e atuação possibilitadas pela própria” mudança gradativa do regime, mas a “questão radical” não poderia se sobrepor ao porvir democrático “como uma sombra a projetar sobre ele formas ameaçadoras”.<sup>122</sup> Existia o entendimento por parte do veículo impresso de que as condições, tanto políticas, quanto econômicas e sociais, constituíam os impasses daquele tempo presente. Mas ainda assim, prevalecia a visão na qual reiterava que “os movimentos reivindicatórios estribados na violência, na desordem e na baderna” não reivindicavam nada, apenas agiam “contra o único ponto de referência” que indicava “a saída definitiva do arbítrio: a lei”.<sup>123</sup> Na avaliação de *O Estado*, as formas de contestação teriam que obedecer aos preceitos legais, sem colocar em risco a transição política, para não repetir o “remédio amargo” de 1964.

Apesar da escolha do jornal catarinense ter focado na esfera do domínio político para construir o acontecimento, bem como na ameaça de ruptura antes mesmo da instituição de um novo regime democrático, que eventualmente os protestos de São Paulo poderiam provocar, o desemprego acabou se tornando tema relevante no círculo empresarial e governamental de

<sup>120</sup> *O Estado*. Florianópolis, 9 de abril de 1983, p.4.

<sup>121</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-584.

<sup>122</sup> *O Estado*. Florianópolis, 9 de abril de 1983, p. 4.

<sup>123</sup> *O Estado*. Florianópolis, 13 de abril de 1983, p. 4.

Santa Catarina. Entre essas correntes predominava a ideia de que algumas medidas precisariam ser tomadas a fim de evitar o “caos de São Paulo”, para tanto recorria-se a um imaginário acerca do trabalhador catarinense envolto em simbolismos e que fora socialmente construído. Na realidade, o desemprego dava indícios de ter chegado em alguns municípios, sobretudo naqueles afetados pela recessão industrial, com destaque para as cidades de Blumenau e Joinville. De 1981 a 1985 o tema “desemprego” manifestou-se com certa regularidade no escopo documental pesquisado. Em 1983, quatro dias após a matéria dos motins urbanos de São Paulo, o jornal *O Estado* publicou um impreciso levantamento feito pela Fiesc, para traçar o panorama do desemprego levando em conta a situação das principais cidades de Santa Catarina.

Não há estatísticas oficiais sobre o desemprego em Santa Catarina. Levantamento da Fiesc conclui que, somente na indústria, havia há pouco menos de 20 dias, entre 20 e 24 mil desempregados no setor. As estimativas não oficiais, levantadas nesta semana nas principais cidades do Estado indicam que há entre 10 e 12 mil em *Joinville*, 5 mil em *Blumenau* e outros 5 mil nos municípios vizinhos, 9 mil em *Itajaí*, cerca de 3 mil em *Lages* [...].

A situação mais grave é a de *Joinville*. O operário padrão do Brasil, Augustinho Rausis da Rosa, constatou na semana que famílias da periferia da cidade estão passando fome. Ali os líderes sindicais nunca estiveram tão preocupados como agora e a Prefeitura não pode ajudar em nada a não ser manter seu quadro e não dispensar ninguém. Em *Blumenau* ocorre um fato inédito: a indústria local absorvia muita gente das cidades vizinhas e até gente do meio rural. O que ocorre agora é o êxodo urbano. Em *Lages* há muita contradição sobre os números do desemprego e o Prefeito local tentará absorver pessoal para a pavimentação de ruas. É aparentemente grave a situação de *Itajaí*, principalmente no comércio, que só dispensa já que não há meio circulante. Em *Balneário Camboriú* o principal ramo que absorvia emprego em massa, o da construção civil, está praticamente parado. Para *Blumenau* e *Joinville* o que mais interessa, para atenuar o desemprego, é a retomada da atividade industrial, principalmente, e a construção civil, ramo este último que *Chapecó* também confia na retomada.<sup>124</sup>

Conforme aponta a notícia, havia ausência de dados oficiais. A sondagem preparada pela Fiesc demarca apenas o desemprego no setor industrial, os números completos desvelariam com maior exatidão outras faces do problema. Embora o quadro não fosse comparável aos padrões de São Paulo, o relato sobre a demissão de muitos trabalhadores não deve ser menosprezado. A Fiesc, na figura de seu presidente, Bernardo Werner, chegou a recomendar alguma forma de amparo aos desempregados, com a intenção de prevenir possíveis insatisfações decorrentes da piora dos índices econômicos. Em 12 de abril de 1983, aconteceu uma reunião entre os representantes do governo e os empresários catarinenses. O

---

<sup>124</sup> *O Estado*. Florianópolis, 10 de abril de 1983, p. 14.

encontro fora agendado para discutir a formação de um conselho consultivo empresarial, que incluía a participação dos presidentes das federações patronais e dos secretários de governo. Por meio do conselho, os empresários estreitariam laços e levariam seus problemas diretamente ao governador Espíridão Amin. A certa altura do diálogo, Bernardo Werner mostrou-se “preocupado com os distúrbios já verificados em São Paulo” e no Rio de Janeiro, “sugeriu a criação de um grupo de assistência aos desempregados, que seria composto por representantes das entidades patronais da indústria e do comércio, bem como pelo Governo Estadual”. Já o presidente do conglomerado Besc/Codesc, Carlos Passoni Júnior, falou a respeito do programa de fomento chamado “Pequeno Patrão”, tal projeto consistia no financiamento de empresas, cuja mão-de-obra não excedesse o número de cinco funcionários. A medida ajudaria na criação de vagas no mercado de trabalho. Nas palavras de Werner, “o operário catarinense é ordeiro, educado e eficiente, mas no momento em que a fome bate em seu estômago, no da esposa e dos filhos, ele pode perder a razão. Por isto é melhor prevenir do que remediar”.<sup>125</sup>

Werner apelava para o protótipo do trabalhador catarinense, mas reconhecia o perigo iminente que a falta de emprego poderia acarretar. Isso porque, em Santa Catarina as relações de trabalho foram estruturadas a partir de um forte elemento discursivo. Não é pretensão aqui “restituir a genealogia” desse discurso, e sim acompanhar como ele foi mobilizado no momento de efervescência dos conflitos aguçados em torno do desemprego. De um lado, temos o perfil apresentado nas biografias dos grandes empresários da região, nas quais se almeja demonstrar uma espécie de predestinação à vitória. Cada trajetória particular daqueles que conseguiram acumular certa fortuna obedece um roteiro bastante comum, são pessoas que triunfaram na vida através do suor e da devoção ao trabalho. Nessa lógica, a cultura empresarial está associada ao “espírito empreendedor” do catarinense e carrega uma série de valores distintivos. Esse matiz resiste ao passar do tempo e as variações políticas, insistente mente seus traços aparecem na configuração da realidade atual.<sup>126</sup> O empresário catarinense, por essência, é um visionário, está sempre um passo à frente dos demais, busca a todo momento a inovação. Capacitado, persevera nas dificuldades, por vezes é pioneiro no ramo em que atua. Alguns fazem questão de enfatizar a origem modesta, no qual seus antepassados saíram do continente europeu e encontraram em Santa Catarina infindáveis contratempos, mas mesmo assim obtiveram êxito nas áreas colonizadas e prosperaram. Outros

<sup>125</sup> *O Estado*. Florianópolis, 13 de abril de 1983, p. 5.

<sup>126</sup> Uma leitura da revista da Fiesc chamada *Industria e Competitividade*, é uma boa maneira de perceber a forma pela qual a imagem do empresário catarinense é apresentada nos dias de hoje, assim como os valores intrínsecos a esse perfil.

desvelam o período da juventude, fase de aprendizagem dos mais básicos procedimentos executados nos ofícios da indústria. No âmago do “espírito empreendedor” vigora a tradição da gestão familiar, pois os negócios são transmitidos de geração em geração. Já no mundo corporativo, prevalece a ideia de promover a harmonia dos funcionários e na relação pessoal do trato entre empregados e empregadores. Porém, no *script* desse discurso fica subdimensionado os secundários elos tecidos nos negócios privados junto à esfera política, assim como o incentivo do governo estadual para com as atividades empresariais.

Da narrativa do “espírito empreendedor” desponta a utopia do “trabalhador ordeiro” catarinense. Em termos gerais, a figura do “operário ideal” possui raízes no imaginário forjado acerca da colonização realizada em algumas regiões pelos imigrantes europeus, principalmente os de origem alemã e italiana. Esses agentes “trouxeram consigo a tradição do trabalho, da dedicação, da busca constante do progresso”, avaliava uma matéria de *O Estado*.<sup>127</sup> O discurso sustenta a visão a muito explorada sobre o perfil que se queria dar às classes trabalhadoras em Santa Catarina: de dedicação ao trabalho, de cooperação com o patrão, cuja ordem prevaleceria ao invés da adesão aos movimentos contestatórios e grevistas. Ao analisar o cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau entre 1958 e 1968, Cristina Ferreira identifica o estereótipo do “bom trabalhador” criado por membros do patronato local. Essa figura “visava constituir um ‘empregado ideal’ para o sistema fabril, dotado de todas as qualidades necessárias às prioridades definidas pelos industriais”.<sup>128</sup> A difusão dos preceitos morais em que o “bom trabalhador” estaria enquadrado ocorreu por meio da distribuição de jornais impressos no interior das fábricas, redigidos pelas próprias empresas. Ainda de acordo com a pesquisa da autora, naquele contexto houve a “formulação de condutas pelo viés da conciliação, sem confrontos diretos”. A classe patronal procurava consolidar “um tipo específico de capitalismo, decorrente da ausência de reivindicações e greves”, para isso adotava “medidas protetoras e benéficas” destinadas aos trabalhadores. Cabia aos jornais de circulação interna realizar uma “função pedagógica”, no intuito de “desmobilizar o operariado por meio da publicação de artigos que exaltavam o trabalho e reforçavam o clima de harmonia intensa entre patrões e operários na cidade”.<sup>129</sup>

Considerando as peculiaridades espaciais de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí, conforme indica Giralda Seyferth, o desenvolvimento das relações capitalistas de

<sup>127</sup> *O Estado*. Florianópolis, 2 de abril de 1983, p.12.

<sup>128</sup> FERREIRA, Cristina. **Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968)**. São Paulo: Unicamp, 2015. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015. p. 24.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 28.

produção concebeu um tipo específico de trabalhador, os chamados colonos-operários. Nesse caso, havia uma relação dual de equilíbrio entre a pequena propriedade camponesa e a indústria. O colono-operário dispunha da posse de terras, pois era herdeiro de lotes cultiváveis, concomitantemente, exercia o expediente nas fábricas. “O resultado desta minifundização não foi, como era de esperar, o êxodo rural, mas a proletarização parcial do campesinato. Indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos, mas são trabalhadores na indústria”.<sup>130</sup> A estrutura familiar obedecia a lógica da unidade empresarial, na qual o pai era o “dono da firma”. Isso permitia a reprodução da parcela doméstica camponesa, tendo em vista a importância da terra cultivável, item que garantia a estabilidade das pessoas inseridas nessa racionalidade face ao salário ganho na indústria. Segundo Seyferth, os colonos-operários faziam a diferenciação de si de acordo com a ordem étnica. De origem italiana ou alemã, alimentavam um sentimento de dignidade em torno do trabalho. Para Lohn, nessas regiões “a constituição de uma sociedade de proprietários, na qual o valor do trabalho disciplinado e a subordinação às relações de produção capitalistas foram fator de distinção e pujança econômica”, engendrou culturas políticas que foram intensificadas “por um sistema produtivo baseado na exploração da mão de obra de colonos-operários”.<sup>131</sup> Essas culturas políticas aproximam-se devido ao compartilhamento de valores semelhantes entre patrão e trabalhador. Sobrava pouco espaço para o associativismo de classe, mas não se deve negligenciar os conflitos em meio aos vínculos criados,<sup>132</sup> apesar de predominar no enredo dos jornais o viés conservador valendo da imagem do “trabalhador ordeiro”, construída e reconstruída historicamente. Temos, portanto, indicativos de como as relações de trabalho em Santa Catarina avançaram ao longo do tempo. Tanto os componentes discursivos, quanto as práticas sociais oriundas do discurso, são dispositivos usados pelas elites catarinenses como forma de enfrentar as contradições intrínsecas aos interesses que opõe empregador e empregado, por isso seria “melhor prevenir do que remediar”, como disse Bernardo Werner.

<sup>130</sup> SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987, p. 107.

<sup>131</sup> LOHN, Reinaldo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (Org.). **Histórias na ditadura: Santa Catarina: 1964-1985**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014, p. 24.

<sup>132</sup> Ver, por exemplo, NIEBUHR, Marlus. **Memória e cotidiano do operário têxtil na cidade de Brusque-SC: a greve de 1952**. Florianópolis: UFSC, 1997. 171 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 1997. Neste trabalho, o autor investiga os conflitos que permearam o cotidiano dos trabalhadores têxteis de Brusque. Ressalta a greve desencadeada na fábrica de tecidos Carlos Renaux, entre 19 de dezembro de 1952 e 26 de janeiro de 1953, quando aproximadamente 4 mil operários paralisaram suas atividades, reivindicando aumento salarial.

Invariavelmente, o desenvolvimento das relações de trabalho em Santa Catarina, e a forma na qual as elites construíram seus laços com as classes trabalhadoras, implicou em obstáculos para a organização sindical, especialmente nas regiões mais industrializadas e no complexo carbonífero do sul. A título de exemplo, em 1983, na cidade de Joinville, as entidades classistas ficaram responsáveis por fazer o levantamento do número de desempregados. A listagem acontecia por meio de cadastros preenchidos diretamente nos sindicatos. Em seguida, cada pessoa poderia ser remanejada para alguma vaga que surgisse. Mas, a procura fora limitada. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Orlando Silva, os trabalhadores estavam “temendo uma aproximação com os sindicatos”. Em conversas informais, Silva constatou o medo nutrido por parcela dos trabalhadores de uma repressão caso se inscrevessem na campanha de cadastramento.<sup>133</sup> A ação sindical, na perspectiva das elites que detinham o controle sobre os rumos políticos e econômicos do estado, deveria ficar restrita às funções assistenciais. Ademais, grande parte das agremiações correspondiam a um baluarte de lideranças alinhadas aos interesses patronais.

No início da década de 1980, o “espírito empreendedor” e a imagem do “trabalhador ordeiro” circundaram as páginas da imprensa, na conjuntura em que o desemprego refletia uma situação inédita e despertava incertezas nos sujeitos incumbidos do poder decisório na máquina governamental. O secretário de trabalho de Santa Catarina, Juarez Fonseca de Medeiros, se viu obrigado a elucidar os reflexos do tema na sua administração. Em esboço escrito para o jornal *O Estado*, tratou de focar na diversificação dos polos econômicos da região, afirmando que “a atividade agrícola” era “o pano de fundo contra o qual” ressaltavam “todas as outras” atividades. Preponderantemente, Santa Catarina dedicava-se à agricultura, com a presença, “de modo quase que modelar”, do minifúndio. Segundo Medeiros, isso implicava que “os polos industriais existentes no Estado” estavam “próximos de zonas agrícolas, quando não centralmente nelas localizados”. Implicava ainda, “em dizer que é nelas que esses polos” buscavam “a mão-de-obra de que necessitam”. Como o campo não passava por uma crise, os impactos do desemprego eram atenuados. O secretario alegava que essa formatação procedia da trajetória de correntes imigratórias europeias do passado que teriam trazido a Santa Catarina “não só a noção da preferência pelo minifúndio, mas a do minifúndio, cuja produção fosse dirigida tanto para o suprimento ‘in natura’ de alimentos para as populações urbanas quanto à industrialização de suas colheitas”.<sup>134</sup> A indústria e a construção civil preocupavam, ainda assim o estado achava-se em condições muito melhores se

---

<sup>133</sup> *O Estado*. Florianópolis, 7 de abril de 1983, p. 5.

<sup>134</sup> *O Estado*. Florianópolis, 24 de abril de 1983, p. 25.

comparado a outros centros do país. A Secretaria do Trabalho, nas palavras de Medeiros, seguia a ideia do humanismo cristão, dessa maneira tentaria enfrentar as adversidades. De acordo com tal visão de mundo, não importava a quantidade de desempregados, e sim o valor humano de cada indivíduo.

Retomando a proposição do presidente da Fiesc de encaminhar alguma forma de assistência aos trabalhadores que se encontravam em condições vulneráveis durante a crise do desemprego em 1983, o jornal *O Estado* saudou em editorial a iniciativa, dizendo o seguinte: “as palavras do Sr. Bernardo Werner merecem ser colhidas, cultivadas e transformadas em ações concretas com o esforço de todos os setores diretamente envolvidos na questão”.<sup>135</sup> Todavia, os índices econômicos não favoreciam a retomada do crescimento, dado que o capitalismo passara por mudanças cruciais, “tanto no ocidente como no mundo oriental o problema” existia “com gravidade relativa para ambos os lados, embora a escala” variasse “de acordo com as peculiaridades de cada economia”. Como não havia indícios apontando para a vigência de novas relações de trabalho nos jornais, restava a incerteza e a insegurança no horizonte do futuro próximo:

Seria possível tentar alguma coisa original, quando o mundo parece ter esgotado todas as fórmulas de convivência e comércio? Estaremos condenados a taxas de crescimento baixas e ao acúmulo progressivo de batalhões de desempregados, candidatos a marginais, a favelados ou a mendigos batendo nas portas dos mais bem aquinhoados em busca de um pedaço de pão?<sup>136</sup>

A inexistência de um debate sobre as mudanças que vinham ocorrendo em proporções globais nos mundos do trabalho fez com que todas as fichas fossem depositadas no “renascimento político” brasileiro. Ao final do movimentado mês de abril do ano de 1983, um gesto torna didático vários pontos tratados anteriormente. Por ocasião da inauguração do Centro de Atividades do Sesi em Itajaí, novamente Bernardo Werner, presidente da Fiesc, anunciou que a entidade, em conjunto com o governo de Santa Catarina, forneceria cestas de alimentos aos trabalhadores desempregados. Os sindicatos enumerariam as pessoas mais necessitadas a serem contempladas com os mantimentos.<sup>137</sup> Por essas intervenções, Werner recebeu a alcunha, segundo escreve o jornalista Moacir Pereira, de “defensor dos empresários

---

<sup>135</sup> *O Estado*. Florianópolis, 14 de abril de 1983, p. 4.

<sup>136</sup> Ibidem.

<sup>137</sup> *O Estado*. Florianópolis, 30 de abril de 1983, p. 1.

e protetor dos trabalhadores”.<sup>138</sup> Conquanto, havia uma distância considerável entre o estilo paternalista expresso nos meios de comunicação e as experiências concretas do desemprego.

De uma forma ou de outra, a primeira parte da década de 1980 caracteriza um momento em que setores da elite catarinense se viram obrigados a repensar as relações a tanto tecidas com o conjunto das classes trabalhadoras devido à crise do desemprego. As representações sociais em torno da figura do “trabalhador ordeiro” foram proferidas quando se temia o pior, a repetição dos motins urbanos, assim como acontecera em São Paulo. No entanto, em meio à crise da dívida externa e do esfacelamento das políticas de desenvolvimento nacional, as páginas dos jornais presenciaram a aparição de novos atores predispostos a disputar os espaços e a reivindicar demandas pertinentes ao trabalho.

### 2.3 UMA NOVA MATRIZ DISCURSIVA NA IMPRENSA CATARINENSE

Descrever os anos de 1980 como o período da década perdida tornou-se uma espécie de “consenso” no âmbito econômico. Em parte, a expressão remete ao baixo crescimento dos países latino-americanos, cujo retrato pode ser comprovado segundo alguns números, como o índice de desemprego, o aumento da dívida externa, o baixo desempenho do PIB, a alta inflação e a desaceleração da produção industrial. No Brasil, uma pesquisa sobre os indicadores de pobreza na chamada “década perdida”, divulgada pelo IPEA em 1992, dizia que “o comportamento errático da economia nos anos 1980 marcou a inflexão das taxas de crescimento acelerado ininterrupto que prevaleceram nas três décadas anteriores”. Com o título “*O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*”, o estudo procurava interpretar a situação social do país considerando a renda e a condição de vida da população.<sup>139</sup> A incidência das desigualdades esteve presente nesses anos, porém, para tentar compreender de uma forma ampla a realidade social no período, uma abordagem exclusivamente econômica tende a esconder a dinâmica das mobilizações de diversos atores. É mais prolífico identificar os efeitos da crise e a forma na qual as pessoas reagiram aos impactos econômicos.

De acordo com Hebe Mattos, “os anos de 1980 foram, antes de tudo, tempos de grande efervescência social e política, começados logo após a revogação do AI-5, em 1979, e terminando com a aprovação de uma nova constituição em 1988 e a eleição direta de

<sup>138</sup> PEREIRA, Moacir. **Os presidentes da FIESC:** História dos líderes da indústria catarinense. Florianópolis: Insular, 2015, p. 71-72.

<sup>139</sup> SILVA, Luiz Carlos Eichenberg (coord.). O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. Disponível: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3300](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3300) Acesso: 20/06/2018.

Presidente da República".<sup>140</sup> Se, por um lado, as sucessivas crises econômicas alcançaram as páginas dos principais jornais do país, por outro, o entrelaçamento da conjuntura política com o processo de redemocratização também forneceu as pautas que estamparam as manchetes das mídias impressas. Ainda segundo Mattos, a ação dos movimentos sociais influenciou até mesmo na produção do conhecimento nas Ciências Humanas, isso ocorreu no contexto de expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil. Nos anos de 1980, os paradigmas estruturalistas entraram em crise, desse modo a formação de identidades coletivas e a agência social na História adquiriram espaço por meio de pesquisas em diferentes escopos documentais. Não menos importante, as perguntas formuladas pelos pesquisadores ante um determinado objeto, alterou a forma de ver os sujeitos em suas práticas cotidianas.<sup>141</sup> Para Alexandre Fortes, quando se trata da história do trabalho, a recepção no Brasil das principais obras acerca do tema<sup>142</sup> durante a década de 1980 motivou a renovação das abordagens sobre os trabalhadores.<sup>143</sup>

Entre os anos de 1970 e de 1980, a diversidade de tramas e enredos exigiu olhares atentos diante dos movimentos sociais. Na América Latina, em especial, as ações populares urbanas foram temas recorrentes para a construção de teorias contemporâneas sobre as mobilizações que aconteciam.<sup>144</sup> No caso brasileiro, segundo Eder Sader, o ano de 1978 e seus desdobramentos podem ser entendidos como um marco para a história social e política do país. Conforme sugere o autor:

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas, e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real [...] Minha pesquisa e minha reflexão sobre esses

<sup>140</sup> MATTOS, Hebe Maria. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 102.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 95 e 96.

<sup>142</sup> Os trabalhadores de Hobsbawm (1981), *Mundos do Trabalho* também de Hobsbawm (1987), e *A formação da classe operária inglesa* de E. P. Thompson (1987).

<sup>143</sup> FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, 2016, p. 589-590.

<sup>144</sup> GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 32.

acontecimentos fazem parte de um movimento intelectual que vem procurando compreender seu significado.<sup>145</sup>

No trecho citado, percebe-se como a ação social está relacionada a produção do conhecimento. Eder Sader buscou analisar o que estava em jogo no período, mas não deixou de se inserir a partir de um movimento intelectual. Na abordagem que perpassa os capítulos de sua obra há uma atenção especial dada às relações do cotidiano, espaço marcado por contradições, pela resistência dos movimentos sociais, lugar onde as trabalhadoras e os trabalhadores vivenciam o dia-a-dia, lugar de lamentos, de dificuldades, de experiências, mas também de organização e de reivindicação. De acordo com Sader, é no cotidiano que as pessoas recorrem a matrizes discursivas existentes, dando sentido às suas próprias vivências. Essas matrizes podem ser entendidas como “modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos”.<sup>146</sup> Dito de outra forma, é um dispositivo enunciado por uma instituição, movimento social ou meio de comunicação, que as pessoas dispõem para compreender o contexto em que estão inseridas. Muito mais do que a década perdida, os anos de 1980 expressaram um dinamismo de acontecimentos em que “os movimentos sociais recorreram às matrizes discursivas da contestação para repensar o cotidiano das classes populares”.<sup>147</sup> Incorporado a essa lógica, o chamado “novo sindicalismo” procurou redefinir o eixo de ação do movimento sindical brasileiro.<sup>148</sup> Ao longo da década de 1970, o grupo de dirigentes denominados “autênticos” ganhou espaço no interior das organizações representativas e abriu um “campo semântico” que permeou os conflitos trabalhistas futuros. O questionamento da atividade sindical e a apostila na organização de base reavivou a ordem reivindicativa dos trabalhadores através dos meandros disponíveis, sobretudo daqueles pertencentes às indústrias modernas, como as montadoras de automóveis em São Paulo. É preciso chamar atenção, no entanto, conforme frisa o historiador Luiz Felipe Falcão, “para a participação significativa de militantes de organizações clandestinas e de ativistas independentes de distintas correntes das esquerdas, ainda que raras vezes eles tenham assumido um papel protagonista nas mobilizações de massa”.<sup>149</sup> Para o autor, “a recepção

---

<sup>145</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.27

<sup>146</sup> Ibidem, p. 143

<sup>147</sup> Ibidem, p. 193

<sup>148</sup> Evidentemente, o “novo sindicalismo” ganhou terreno sob a “velha” estrutura sindical, por isso as aspas.

<sup>149</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. Artifícios e Artefatos entre Memória e História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 56 - 80. set./dez. 2015, p. 64-65.

deste “novo sindicalismo” por parte das esquerdas conjugou surpresa, encantamento e desconfiança”. Surpresa devido a “uma lenta retomada de movimentos massivos de protestos por melhores condições de vida e liberdades”. “Encantamento, pois as greves e manifestações com dezenas de milhares de pessoas eram como que um sonho materializando-se em realidade”, e por fim, desconfiança por se tratar “de um sindicalismo que surgira no interior de uma estrutura sindical burocratizada e fortemente vinculada ao Estado, combinando de maneira singular movimentos combativos e acomodações pragmáticas na ordem vigente”.<sup>150</sup>

Notícias selecionadas do jornal *O Estado* sugerem que algumas categorias de trabalhadores catarinenses aderiram à plataforma de reorganização do sindicalismo brasileiro. Em agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo, aconteceu a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). O evento reuniu delegados sindicais de vários locais do país. Um de seus resultados imediatos foi a definição da Comissão Nacional pró-CUT, que levaria a fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Representando Santa Catarina, compareceu ao encontro uma comitiva formada por professores ligados à Apufsc. O grupo buscava alinhar os interesses da categoria ao “movimento geral da sociedade pela democratização da vida nacional e por melhores condições de salário e trabalho para todos os brasileiros”.<sup>151</sup> Propunha ainda, a viabilidade da sindicalização, o direito de greve, a defesa da educação, bem como do ensino público e gratuito.

---

<sup>150</sup> Ibidem, p. 65-66.

<sup>151</sup> *O Estado*. Florianópolis, 21 de agosto de 1981, p. 20.

Figura 3 - Folheto retratando a divulgação da 1<sup>a</sup> Conclat.



Após a realização da Conferência, alguns sindicatos de Santa Catarina se posicionaram a favor da criação da Central Única de Trabalhadores. Três líderes de associações representativas, Francisco Alano, Élvio Prevedello e Jorge Lorenzetti, concederam entrevista coletiva para a imprensa local e falaram sobre a Conclat. A organização dos assalariados retomava gradativamente o espaço político depois de vinte anos de desarticulação. Alano, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio, destacou a importância do encontro para a afirmação do “autêntico sindicalismo”, ele e o secretário da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Norberto Kortmann, eram os representantes do estado na comissão pró-CUT. Os números impressionavam: 5.247 delegados participaram da

conferência em Praia Grande, 6 mil pessoas no total se forem contabilizados os observadores, 1.126 entidades tiveram a frequência registrada, 480 sindicatos urbanos e 384 rurais. Cooperaram ainda, correspondentes internacionais de Angola, Portugal, França, Itália, Estados Unidos, Uruguai, Paraguai e Argentina.<sup>152</sup> Segundo os sindicalistas catarinenses, na Conclat “foram escolhidas várias bandeiras de luta” que correspondiam “às principais necessidades dos trabalhadores”, com ênfase à “estabilidade no emprego, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária, salário mínimo unificado, direito de greve, direito de sindicalização, contra o aumento da contribuição à Previdência Social, unificação da Previdência Rural com a urbana e a formação da CUT”.<sup>153</sup> Em Criciúma, Gelson Gonçalves, do Sindicato dos Empregados no Comércio, celebrou a realização da conferência que demonstrou “o espírito de democracia do povo brasileiro que só o Governo não reconhece”.<sup>154</sup> Contudo, internamente o encontro acolheu posições políticas heterogêneas. Não houve concordância em temas pontuais, como é o caso da construção de uma greve geral para cobrar do governo o congelamento da dívida externa. Para Alano, existia “divergências sindicais e políticas, mas em relação às bandeiras de luta” uma certa unidade prevalecia.

Quando a greve dos metalúrgicos de São Bernardo foi reprimida em 1980 e, por conseguinte, efetuada a intervenção no sindicato, o que culminou na prisão de seus principais líderes, acusados de subverter a Lei de Segurança Nacional, o campo de ação dos trabalhadores ditos organizados precisou rever a viabilidade de intensificar o movimento de contestação perante a crise econômica e à política salarial praticada por agentes governamentais. A conciliação de questões imprescindíveis aos trabalhadores requeria coesão e a busca de alternativas práticas que possibilitassem a abertura das negociações entre os empregados e empresários. Nesse tempo, a concepção sobre o papel do sindicalismo na sociedade brasileira esteve em disputa. Basicamente dois grupos apresentavam projetos discordantes. Os “autênticos”, ligados aos metalúrgicos do ABC em conjunto com as “oposições sindicais”, formavam a ala combativa. Como principais nomes dessa corrente figuravam Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar. A outra ala, denominada Unidade Sindical, abrigava setores da esquerda que pertenciam ao PCB, PCdoB e MR-8, além de lideranças sindicais moderadas, com uma postura de atuação voltada a um modelo mais conservador. De forma resumida, “o bloco combativo considerava a estratégica da Unidade Sindical como negocista, conciliadora e reformista. A Unidade Sindical, por sua vez, avaliava a estratégia do

---

<sup>152</sup> *O Estado*. Florianópolis, 26 de agosto de 1981, p. 3.

<sup>153</sup> Ibidem.

<sup>154</sup> Ibidem.

outro setor como esquerdista e desestabilizadora”.<sup>155</sup> Em agosto de 1983, pouco antes de oficializada a fundação da CUT, os trabalhadores catarinenses reuniram-se para adotar um posicionamento diante das duas tendências do sindicalismo brasileiro, os jornalistas presenciaram uma divisão quanto a criação da grande central que representaria alguns sindicatos do estado.

No Teatro Municipal de Criciúma,<sup>156</sup> em 15 de agosto de 1983, estiveram reunidos 400 delegados provenientes de todas as regiões de Santa Catarina, episódio que ficou conhecido como III Encontro da Classe Trabalhadora (III Enclat). Os participantes discutiram as consequências causadas pelas desastrosas enchentes que atingiram alguns municípios catarinenses naquele ano. Outro ponto relevante colocado em pauta foi a procura de alternativas que pudessem obstruir as investidas do Governo Federal em relação ao desemprego e à política salarial. Tocante aos assuntos nacionais, a divisão tornava-se latente, duas questões antagônicas acentuavam os traços de separação das tendências do sindicalismo brasileiro: criar ou não a CUT, e propor ou não a greve como forma de contestar a política econômica do governo.<sup>157</sup> O encontro “acabou trazendo para a luz as ramificações, tendências e divergências acentuadas” dos sindicatos de Santa Catarina. Talvez o ponto alto tenha sido a inesperada e polêmica visita do então governador Espíridião Amin Helou Filho. Ao chegar discretamente no Teatro Municipal, Amin teve sua presença reconhecida pelos integrantes da comissão organizadora, responsável por conduzir o expediente. Chamado para compor a mesa, o governador achou prudente ter uma votação da plenária que aprovaria ou rejeitaria a sua fala, proposta imediatamente rechaçada pelos próprios membros da mesa. Sob muitas vaias e mediante a retirada de vários delegados do espaço, Amin falou aproximadamente por cinco minutos. A confusão expôs os contrastes “entre os membros da Comissão Intersindical Estadual e suas respectivas bases”. Em depoimento, um dos delegados da Carbonífera Próspera S/A emitiu seu ponto de vista: “isso aí tudo mostrou quem é Comissão Organizadora e como ela está longe de nós. Enquanto o Amin deu uma de vivo, chegando a respeitar a vontade da plenária que queria impedir a sua participação, a mesa, autoritária e ditadora, fez o

<sup>155</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**, 4: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 291

<sup>156</sup> Trata-se do Teatro Elias Angeloni.

<sup>157</sup> *O Estado*. Florianópolis, 16 de agosto de 1983, p. 14.

oposto”.<sup>158</sup> Por seu turno, “a delegação inteira de Lages deixou a plenária em protesto contra o protesto ensaiado pelos delegados e observadores à presença de Amin”.<sup>159</sup>

Em âmbito nacional, a cisão interna acabou sendo inevitável. Assumindo os riscos, a ala mais à esquerda, sem a presença dos componentes da Unidade Sindical, “decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu também o nome de Conclat”,<sup>160</sup> dando origem à CUT. Em oposição, no ano de 1986 foi fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores, organização formada por um grupo de interesses inconciliáveis, indo no plano das ideias do trotskismo a sindicalistas que haviam passado por cursos de formação nos Estados Unidos. Mais adiante, quando Luís Antônio de Medeiros substituiu Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, aliando-se a Antônio Rogério Magri, se formou o arranjo do chamado “sindicalismo de resultado”. Talvez a grande diferença entre as duas alas sindicais tenha sido as maneiras de encontrar aberturas políticas para resolver os impasses acerca do trabalho, além é claro do plano ideológico, “enquanto a CUT no seu segundo congresso (1986) manifestava-se oficialmente pelo socialismo, o ‘sindicalismo de resultados’ manifestava-se a favor da economia de mercado”.<sup>161</sup>

As contendas internas do sindicalismo são mero fator ilustrativo das disputas em andamento. No início dos anos de 1980, período de fortes contestações que almejavam a abertura política, houve uma convergência de lutas. Por consequência, o fim do desemprego tornou-se uma das bandeiras levantadas quando os conflitos em torno do trabalho foram desatados. Os exemplos trazidos pela pesquisa empírica nas fontes revelam as contradições de uma classe trabalhadora fragmentada. Todavia, as partículas do fragmento conectaram-se no plano discursivo, não somente em âmbito nacional, mas também no espaço regional. Em outubro de 1981, circulou um panfleto da Comissão pró-Cut convocando a população para o Dia Nacional de Luta. O movimento posicionava-se contra o pacote da previdência social, a lei de segurança nacional e o desemprego. Dois pontos relacionados ao último tema pautavam a mobilização: a estabilidade dos postos de trabalho e a reivindicação por um salário mais justo.

Na cidade de Florianópolis, fez parte da programação a visita de uma comissão de trabalhadores à Assembleia Legislativa, além da discussão do documento que seria entregue ao Presidente João Figueiredo, em Brasília. O texto publicado em *O Estado* trazia a seguinte

<sup>158</sup> Ibidem.

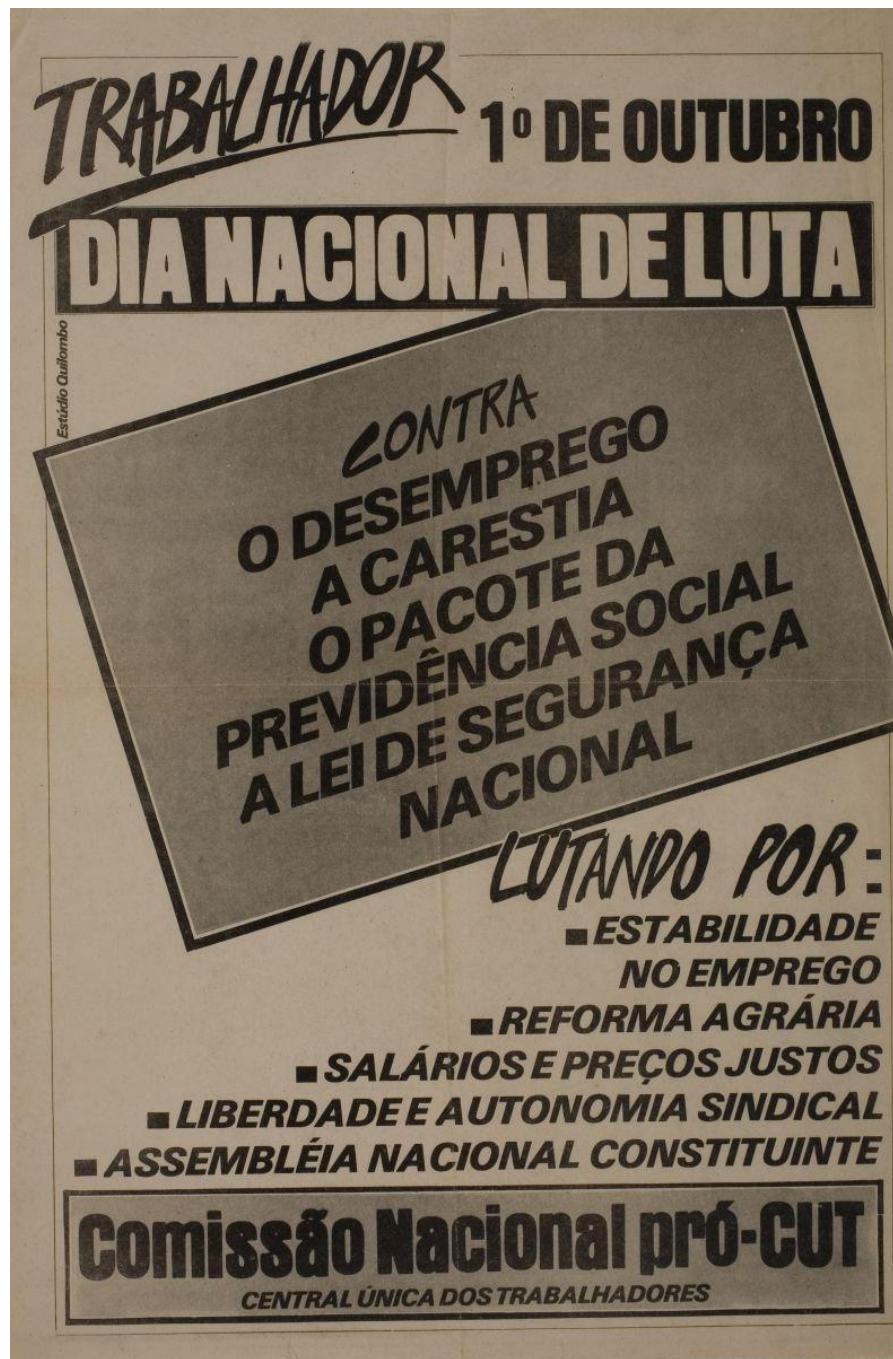
<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> RODRIGUES, Leônio Martins, Op. cit., p. 33.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 36.

informação: o “documento que contém ‘as reivindicações centrais dos trabalhadores brasileiros’ afirma e exige: o fim do desemprego, fim da carestia, contra a redução dos benefícios da Previdência Social, pelo direito à moradia, pela liberdade e autonomia sindicais e pelas liberdades democráticas”.<sup>162</sup> Portanto, era apresentada a demanda de exigências capaz de conduzir uma linha comum de ação em torno do trabalho, sendo complementado pelo viés político na tentativa de se alcançar o regime democrático.

Figura 4 - Panfleto da Comissão pró-Cut convocando a população para o Dia Nacional de Luta.



<sup>162</sup> *O Estado*. Florianópolis, 1 de outubro de 1981, p. 17.

Na edição seguinte, o jornal trouxe aos leitores a repercussão do Dia Nacional de Luta, sublinhando principalmente os episódios das cidades de Lages, Florianópolis e Criciúma. No sul de Santa Catarina, seguindo a fala da presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Ana Aurino Borges, se tem a dimensão do que foi o ato em si e sua recepção diante do público:

A população parece muito receptiva com o nosso trabalho e não são poucos os que param para conversar e discutir sobre os seus problemas. Notamos que há uma preocupação generalizada pela situação econômica, pois o trabalhador já não sabe mais quanto irá pagar no dia seguinte por um determinado alimento, ou pela passagem de ônibus e também do aluguel.<sup>163</sup>

A imprevisibilidade estimulava o diálogo com as camadas populares. Na parte da manhã, os principais sindicatos de Criciúma deram início à panfletagem e para isso contaram com apoio de grupos ligados à Igreja Católica e ao PMDB. Simultaneamente, na cidade foram hasteadas faixas transmitindo as reivindicações da Conlat. Ademir Klein, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos da região Sul, relatou que o Dia Nacional de Luta proporcionou conversas informais com trabalhadores comuns, que movidos pelos problemas do dia-a-dia paravam para perguntar aos manifestantes: “o que está havendo? ”.<sup>164</sup> Segundo o sindicalista, a troca de informações sobre os dilemas coletivos da sociedade abarcou instantes de politização na tentativa de resolver as controvérsias daquele presente. Outro líder sindical, Lourival Espíndola, presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e Içara, percebeu a receptividade dos trabalhadores não ligados ao movimento, a explicação por ele encontrada indica a redução dos salários e o aumento do custo de vida como fatores capazes de sensibilizar um maior número de pessoas. Sem sombra de dúvidas, os partidos políticos recém fundados atuaram de forma decisiva em apoio ao ato. O PT no dia anterior havia lançado nota oficial a favor da mobilização, o PMDB convocou os trabalhadores a “lutar contra o desemprego e o custo de vida”, o PDT reivindicava “estabilidade para o trabalhador, o direito de greve, seguro contra o desemprego e a elaboração imediata de um código de trabalho com a participação das entidades sindicais”.<sup>165</sup> Em Lages, o partido liderado por Leonel Brizola distribuiu 10 mil folhetos aos trabalhadores, material entregue “nas portas das fábricas, na saída do comércio, nos sindicatos, na imprensa, Câmara de Vereadores e numa banca montada no calçadão”. O conteúdo redigido delatava a falsa “normalidade democrática” professada por agentes do governo militar, afirmando perdurar no Brasil um “regime de

<sup>163</sup> *O Estado*. Florianópolis, 2 de outubro de 1981, p. 5.

<sup>164</sup> Ibidem.

<sup>165</sup> Ibidem.

mordomias governamentais". A nota ainda advertia sobre a questão do desemprego, do sub-emprego e da dívida externa, pautas de interesse dos que recebiam a mensagem.<sup>166</sup>

Santa Catarina esteve no raio de ação das centrais sindicais. No dia 10 de outubro de 1984, a Comissão Regional da CUT lançou na capital a sua plataforma reivindicativa. O evento ocorreu no plenário da Assembleia Legislativa e reuniu cerca de 50 representantes dos sindicatos da região da Grande Florianópolis. Dada a fase da organização nacional, a tarefa mais complexa consistia em fixar os anseios da central nas bases regionais. Àquela altura as pretensões representativas das classes trabalhadoras diligenciaram as eleições diretas para a presidência da República, 40 horas semanais de trabalho sem a redução dos salários, assim como a efetivação da reforma agrária sob a condução dos trabalhadores, como principais metas a serem cumpridas. Cirineu Cardoso, integrante do Sindicato dos Economistas e membro da Executiva da CUT no estado, falou na imprensa sobre as campanhas locais realizadas no Planalto, na região Oeste, no Sul, no Vale do Itajaí e em Joinville. Segundo ele, a campanha que ganhou maior repercussão foi a do Oeste, onde "28 sindicatos rurais ligados à regional da CUT, lideraram um boicote de três dias à produção agrícola".<sup>167</sup> Firmar um programa coletivo para os trabalhadores de Santa Catarina requeria a estruturação local, até porque as grandes bandeiras de contestação não seriam suficientes para mobilizar os trabalhadores a nível estadual. Era inevitável entender a realidade de algumas categorias e contrapor o discurso do "trabalhador ordeiro", por isso a atenção concedida nas vésperas do Congresso Regional à melhoria das "condições de vida e trabalho" dos mineiros do Sul e de "apoio à luta dos canavieiros de Tijucas contra a exploração" a que eram submetidos.<sup>168</sup> No que se refere aos desdobramentos da organização sindical em Santa Catarina, Cirineu Cardoso explicou que "os setores mais avançados do sindicalismo catarinense" naquele momento estavam ligados à CUT, pois o grupo de Joaquim dos Santos Andrade não tinha muita expressão no estado.

De todo modo, o tema do desemprego esteve associado à mobilização das classes trabalhadoras, que vinham em contínua organização desde a segunda metade da década de 1970. Seria um equívoco tentar delinejar a trajetória dos principais sindicatos em Santa Catarina, isso exigiria a pesquisa em outro tipo de fonte. Também não é intenção afirmar que a maneira de atuação do movimento sindical de São Paulo foi simplesmente transportada para as cidades catarinenses. A ideia é demonstrar como os jornais captaram a inserção de algumas

<sup>166</sup> Ibidem.

<sup>167</sup> *O Estado*. Florianópolis, 12 de outubro de 1984, p. 2.

<sup>168</sup> Ibidem.

categorias nos debates transcorridos nacionalmente. Os elos sedimentados em parâmetro nacional na primeira metade dos anos de 1980 ressoaram em Santa Catarina e devem ser avaliados como parte integrante de um movimento amplo de organização dos trabalhadores alocados em sindicatos e da atuação dos movimentos sociais. As experiências do desemprego, juntamente com a demanda pela democracia, foram entre outras, duas dimensões constantemente remanejadas e compartilhadas para mobilizar a sociedade naquele contexto. Em certo sentido, os interesses defendidos via trabalho organizado levaram em conta os impasses dos trabalhadores entregues a fórmula do “ser virar”. Tendo conhecimento da segmentação das classes trabalhadoras no Brasil e a sua superexploração, esse ciclo histórico significou a aproximação entre as partes. A linguagem sobre o desemprego e o custo de vida conferia um influente elemento discursivo para atrair e conscientizar os demais trabalhadores, e por fim, tal ato dava credibilidade as ações comandadas a partir dos sindicatos.

## 2.4 O COROLÁRIO DA DITADURA MILITAR: A LIVRE INICIATIVA COMO PROJETO

Paralelo a composição das classes trabalhadoras, o jornal *O Estado* debruçava-se em seus editoriais sobre a crise econômica e a conjuntura política. Em um primeiro momento o tema “trabalho” entrou no noticiário do veículo estando associado a esses dois fatores. O 1º de maio, outrora um dia festejado por operários à espera de benefícios e direitos sociais, sucumbia aos sinais dos tempos. Na imprensa, a lembrança da data no ano de 1984 chamava atenção para o empobrecimento de 40% da população, parcela refém do salário mínimo e do arrocho imposto pelo governo federal. Como viver recebendo apenas um salário? Muitos trabalhadores faziam essa indagação, por vezes a resposta alcançada era frustrante, já que garantir direitos básicos como educação, transporte e alimentação, tornava-se inviável em tantos lares. Neste cenário, as escolhas precisavam ser pontuais. A dúvida pairava entre ter uma refeição na mesa, comprar remédios, adquirir o material escolar dos filhos ou ficar quite com as tarifas de energia elétrica. Estudos do IBGE apontavam uma discrepância na expectativa de vida de quem recebia apenas o valor estipulado de um salário se comparado com os demais segmentos de maior poder aquisitivo.

A matéria sobre o Dia do Trabalho, feita pela jornalista Dinah Lopes, concluía: “ganhar salário mínimo resulta em sacrifícios de vida, aos quais estão submetidos milhões de trabalhadores que não ganham pelo que produzem realmente”.<sup>169</sup> O Instituto Técnico de

---

<sup>169</sup> *O Estado*. Florianópolis, 1 de maio de 1984, p. 9.

Administração e Gerência supervisionou o aumento de alguns produtos, “entre 80 e 83 a água subiu 1.113%, o pão de trigo 2.566%, uma calça de brim 1.954%, o óleo de soja 1.737%, a luz 1.337%, o cigarro 12,51%, refrigerante 1.237%”, enquanto o preço da carne de segunda teve um incremento de “1.203%, o ovo 1.451%, a carne de galinha 1.118%, o gás de cozinha 1.032%, o açúcar 3.114%”.<sup>170</sup> Entretanto, o montante da remuneração recebida por meio do trabalho não obedecia a mesma proporção, ficando restrita a variável de 737%. Se em 1959 a compra das mercadorias elencadas demandava um “gasto de 67 horas de trabalho para os que recebiam um salário mínimo”, no último trimestre de 1982 “a compra dos mesmos produtos implicava em 147 horas de trabalho”, já em 1983 “eram necessárias 243 horas”, ultrapassando a jornada de trabalho mensal.<sup>171</sup>

O articulista Ricardo L. Hoffmann, do jornal *O Estado*, assinando uma coluna de opinião em 1983, justificava que a crise econômica deveria ser atribuída à falta de estímulos à iniciativa privada.<sup>172</sup> Aos poucos o teor do conteúdo presente no editorial do periódico sinalizava o enfraquecimento do governo militar. A condição de vida dos trabalhadores, assim como o cenário de desemprego e carestia, colocava a presença do Estado na economia como o principal motor da instabilidade, por essa razão projetava-se a abertura democrática, cujo protagonismo seria da livre iniciativa.

Os mártires da má distribuição de renda eram muitos. Em comovente matéria sobre salário mínimo, o jornal concedeu espaço e narrou a saga de Maria da Lapa da Conceição e seu marido, um lavador de carros que recebia a pequena quantia de dinheiro. Os bens do casal, moradores da parte continental de Florianópolis, podiam ser resumidos a um casebre localizado no Morro da Caixa, onde repartiam o espaço com os quatro filhos. O título da notícia não esconde o principal alvo da crítica: “este é o resultado da política econômica oficial”. Maria e seu companheiro esboçavam “perfeitamente as condições de vida de milhões de brasileiros na mesma situação”. As doenças, a fome, o choro dos filhos e a angustia, foram simplificadas mediante a frase proferida na fala da própria mulher: “vida de pobre é assim”.<sup>173</sup> Atrás de muitas realidades visíveis ganhava força na imprensa catarinense uma crítica velada, dirigida à burocracia governamental. Vagarosamente um enredo em torno da iniciativa privada atraiu importantes estratos da sociedade, tal adesão afetou não só as tramas do processo de redemocratização, mas também os discursos produzidos a respeito de futuras relações de trabalho.

<sup>170</sup> Ibidem.

<sup>171</sup> Ibidem.

<sup>172</sup> *O Estado*. Florianópolis, 21 de agosto de 1983, p. 2.

<sup>173</sup> *O Estado*. Florianópolis, 1 de maio de 1984, p. 9.

Em 1981, quando Golbery do Couto e Silva deixou o Gabinete da Casa Civil,<sup>174</sup> *O Estado* fez um balanço do cenário político. No texto, o posicionamento do jornal avaliava que a iniciativa privada sustentara o desenvolvimento nacional da década anterior, mas devido a tendência da burocracia governamental em subverter as leis do mercado, os empresários acabavam arcando sozinhos com a instabilidade econômica. Ainda assim, a única aposta para sair da crise era depositada nos agentes privados. Esse setor pleiteava “um regime democrático a partir do restabelecimento da economia de mercado e de garantias à livre iniciativa”.<sup>175</sup> Segundo o editorial, a aptidão estatizante do regime militar criou o mecanismo incontrolável de gastos públicos e um desgaste político que freava o caminho para a democracia. A inflação, “criatura da burocracia estatal”, não poderia desvirtuar os princípios do mercado, já que o novo tempo exigia audácia para assumir os perigos e a volatilidade dos negócios. A assertiva antecipava que a solidariedade assegurada no mundo empresarial era “a dos homens que” faziam “do sentimento do risco um valor permanente de ação”.<sup>176</sup> Através da ação e da solidariedade empresarial havia a esperança de suprimir a crise, em um mundo que clamava cada vez mais por balizas flexíveis.

Na maior parte da década de 1970, com o crescimento da economia, o conflito entre as diferentes esferas sociais permaneceu apaziguado, porém a recessão trouxe problemas até então inéditos, como o alto número de desempregados e o descontrole da inflação. Muito embora o rumo projetado em *O Estado* para resolver a crise econômica tenha sido o da livre iniciativa, a agenda neoliberal ainda nem sequer estava consolidada na imprensa catarinense. Os ruídos da retirada de direitos trabalhistas em marcha durante a implacável repressão que Margaret Thatcher impôs à greve dos mineiros em 1984 na Inglaterra não fazia parte do horizonte como solução ao desemprego. Muito pelo contrário, um certo estado de imprevisibilidade reduzia a capacidade de superar aquela realidade social no Brasil. Em julho de 1983, com o editorial “*Volta por cima*”, o jornal *O Estado* se dispôs a propor a discussão e reaver as alternativas capazes de desatar “o problema mais sério que o País” enfrentava, pois, o desemprego não poderia “ser combatido com soluções mirabolantes”.<sup>177</sup>

---

<sup>174</sup> No dia 30 de abril de 1981, quando se festejava o dia do trabalhador no Centro de Convenções do Riocentro, ocorreu uma tentativa de ataque a bomba. O artefato explodiu em um carro estacionado onde estavam dois militares, matando um deles. Há um consenso em atribuir o episódio à linha dura do regime militar, receosa em garantir a abertura política que estava sendo efetuada. Em decorrência, foi instaurado um inquérito que não conseguiu responsabilizar os culpados, a polêmica fez o general Golbery do Couto e Silva renunciar o seu cargo.

<sup>175</sup> *O Estado*. Florianópolis, 7 de agosto de 1981, p.4.

<sup>176</sup> Ibidem.

<sup>177</sup> *O Estado*. Florianópolis, 8 de julho de 1983, p.4.

Cogitava-se a viabilidade de fórmulas já conhecidas de enfrentamento do desemprego, como as frentes de trabalho empreendidas nos Estados Unidos com o presidente Franklin D. Roosevelt. A ideia foi inspirada nas teorias do economista John Maynard Keynes que ofereceu a base do programa de reformas para confrontar a grande depressão dos anos de 1930. Visando cessar a falta de postos de trabalho e aumentar a produção industrial e agrícola, o plano ficou conhecido como New Deal. Mas no caso brasileiro as “frentes de emprego não surtiriam efeito se permanecessem dissociadas de um amplo programa de recuperação econômica”, o impasse provocava a aflição e expandia as projeções de um futuro amargo. O jornal repetia a frase de abril de 1983: “seria possível tentar alguma coisa original, quando o mundo parece ter esgotado todas as fórmulas de convivência e comércio”? Ou então, estaríamos “condenados a taxas de crescimentos baixas e ao acúmulo progressivo de batalhões de desempregados, candidatos a marginais, a favelados ou a mendigos batendo nas portas dos mais bem aquinhoados em busca de um pedaço de pão”<sup>178</sup>? Não se reconhece uma proposta formulada e anunciada no jornal a fim de resolver a questão da falta de emprego, que era visto como um transtorno a ser solucionado em médio prazo com a recuperação econômica. Apesar de os índices de desemprego apontarem para uma alternância nas relações de trabalho, isso não era tomado como um dado estrutural de transformação do capitalismo. Prevalecia o medo do caos, da desordem e da exacerbação dos conflitos, oriundos de uma pobreza endêmica à condição de ociosidade.

Em contrapartida, a nível nacional, apostar no conflito fez parte da retórica do movimento sindical para mobilizar os trabalhadores. Em 21 de julho de 1983, os sindicatos propuseram uma greve geral contra a crise econômica, na qual responsabilizaram o governo e o setor empresarial por se renderem ao FMI. Nos dizeres de um folheto distribuído no dia anterior à greve fica expresso o descontentamento: “nós trabalhadores vamos deixar claro para o Governo e para os patrões, que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar mais a exploração”. Exigia-se o “fim das intervenções e a devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo”, o “fim do roubo das estatais”, a “revogação do pacote do BNH”, o congelamento dos preços de 1ª necessidade”, a “criação de empregos”, assim como a criação de um “salário desemprego”, a “estabilidade”, a “redução da jornada de trabalho”, a “reforma agrária” e por último o “fora FMI”. Os catarinenses não aderiram ao movimento grevista, pois as enchentes prejudicaram algumas zonas produtivas do estado, de tal modo que os esforços eram direcionados a superar essa calamidade.

---

<sup>178</sup> Ibidem.

Figura 5 - Panfleto que circulou em 1983, incentivando a Greve Geral.



Com essa greve, nós trabalhadores vamos deixar claro para o Governo e para os patrões, que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar mais a exploração.

Chega de pacotes. Ninguém agüenta mais.

Não vamos pagar a crise econômica, cujos responsáveis são unicamente o Governo e as empresas subordinadas ao FMI.

Nós vamos exigir:

- Fim das intervenções e devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo
- Fora o pacote das estatais -- Decreto lei 2036
- Fim do roubô no INPC -- contra os decretos do arrocho - 2012, 2024 e 2045.
- Revogação do Pacote do BNH
- Congelamentos dos preços de 1<sup>a</sup> necessidade
- Criação de empregos, salário desemprego
- Estabilidade
- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários
- Reforma agrária
- Fora o FMI

Em entrevista coletiva concedida na Federação dos Comerciários em Florianópolis, os sindicalistas Francisco Alano e Oscar Rosa anunciaram uma nota oficial. Por meio dela diziam “que os compromissos do Governo são com o FMI e não com a população brasileira”, mesmo sem o engajamento, solicitaram aos trabalhadores de Santa Catarina para “fortalecerem suas entidades sindicais e a se mobilizarem contra o arrocho salarial e o

desemprego”.<sup>179</sup> Todavia, as notícias vindas de São Paulo não eram nada boas e causavam inquietação. A polícia federal prendera sete sindicalistas junto ao material gráfico que seria distribuído na greve. Em suma, as adesões deram ao movimento um caráter nacional. A chamada do periódico *O Estado* no dia seguinte revela a repressão imposta, principalmente na capital paulista, aos trabalhadores atuantes na paralisação: “a greve geral contra a política econômica do Governo conseguiu maior projeção em São Paulo, onde foram registradas 300 prisões”, assim como a “intervenção em dois sindicatos” e as “depredações de ônibus”.<sup>180</sup> Nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador “os trabalhadores aderiram à greve com menor intensidade. Mesmo assim, na capital gaúcha o comando calculou em 200 mil o número de grevistas”.<sup>181</sup>

Junto aos conflitos trabalhistas a projeção democrática foi outro fator em disputa, a própria palavra democracia acabou sendo provida de sentidos por diferentes círculos sociais. Os anos de 1983 e 1984 retratam o otimismo que tomou conta das principais capitais do país, a população manifestava apoio e aguardava apreensiva a votação da emenda Dante de Oliveira, que almejava reinstituir as eleições diretas para a presidência da república. Segundo Marcos Napolitano, os acontecimentos ocorridos nesses anos trazem algumas novidades. “O ímpeto de ocupação das praças públicas”, por exemplo, “que até 1980 ficara restrito a segmentos específicos da sociedade, se ampliou para o cidadão sem vínculo orgânico com o movimento social ou partidário”.<sup>182</sup> De acordo com Carlos Fico, as Diretas Já reuniram “lideranças políticas de diversas correntes e também ídolos populares, artistas que atraíam o público e conferiam um clima festivo às manifestações”, além disso “os comícios eram muito politizados e o público ouvia com atenção os discursos de governadores, parlamentares e sindicalistas”.<sup>183</sup> Na capital de Santa Catarina, a divulgação do comício enfatizava a presença de Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade, para o dia 29 de março em frente a catedral metropolitana. Os membros do comitê organizador encontraram dificuldades quanto à mobilização popular. Apesar de muitos folhetos impressos e da produção de cartazes e faixas, o coordenador Artur Scavone temia: “a população ainda não sabe que vai ter comício dia 29”.<sup>184</sup> Na data da manifestação, o ato fora amplamente divulgado: “vamos encher esta praça”. “O Brasil clama por eleições diretas para Presidente da República. Milhares de pessoas já

<sup>179</sup> *O Estado*. Florianópolis, 21 de julho de 1983, p. 13.

<sup>180</sup> *O Estado*. Florianópolis, 22 de julho de 1983, p. 5.

<sup>181</sup> Ibidem.

<sup>182</sup> NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 128.

<sup>183</sup> FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 101.

<sup>184</sup> *O Estado*. Florianópolis, 27 de março de 1984, p. 3.

manifestaram isso nas praças de outros estados. Agora chegou a nossa vez. Santa Catarina também quer as diretas”, referendava o anúncio no jornal *O Estado*.<sup>185</sup>

Figura 6 - Diretas Já em Florianópolis, bandeiras estampadas nas ruas da cidade.



O número de presentes superou a expectativa do comitê estadual pró-diretas, cerca de 10 mil pessoas compareceram ao evento. A aglomeração começou por volta das 17h e tomou os arredores do Palácio Cruz e Souza. Populares e estudantes da UNE passaram a ocupar os espaços, ouvia-se músicas de Chico Buarque e faixas ilustravam dizeres de protesto: “jamais

<sup>185</sup> *O Estado*. Florianópolis, 29 de março de 1984, p. 6.

Andreazza”, “contra a negociação”, “greve geral”. No microfone as falas se revezavam, o deputado Edison Andrino rememorou um marco na história da cidade: “quem não se lembra, dos que estão aqui, da novembrada, quando o povo bateu no seu César Cals e no senhor João Figueiredo. Ali começamos a derrubar a ditadura”. Após as participações de Manoel Dias, Eurides Mescolotto e do senador Jaison Barreto, discursou o personagem da oposição mais aplaudido no comício, Lula. O líder do Partido dos Trabalhadores frisou que a eleição direta representava a única saída possível para o Brasil naquele momento. Ulisses Guimarães falou por último, conclamando a participação popular contra o “governo incompetente”.<sup>186</sup>

A emenda constitucional precisaria de 2/3 dos votos na Câmara dos Deputados, mas a base governista contava com a quantidade necessária para impedir o encaminhamento da matéria ao Senado Federal. No dia 25 de abril de 1984 ela foi rejeitada, frustrando os anseios da maioria da população. Em pleno calçadão da Felipe Schmidt, na cidade de Florianópolis, um mês após a rejeição da proposta, foi realizado o enterro simbólico dos quatro deputados federais de Santa Catarina ligados ao PDS que votaram contra a emenda, sendo eles: Epitácio Bittencourt, Nelson Morro, Adhemar Ghissi e João Paganella. No pequeno grupo de manifestantes compareceram políticos, militantes partidários e líderes sindicais. As pessoas que passavam na rua observavam a cerimônia e depois continuavam a caminhada. Discursaram sob o fogo atendo nos “traidores do povo catarinense” a vereadora do PMDB Clair Castilhos, o presidente do PDT Manoel Dias, o deputado Francisco Kuster, líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, Paulo Riso representante do PT, Edison Andrino e o vereador Sérgio Grando. A professora Matilde do Nascimento, única representante do meio popular a se pronunciar, criticou a postura dos parlamentares e da sociedade de modo geral, afirmou na ocasião: “se não houver consciência do povo para votar, talvez nem as eleições diretas resolvam a situação do país” e “se estamos nessa situação de penúria é porque muitos venderam seus votos nas últimas eleições”.<sup>187</sup>

Em Itajaí, o Comitê Popular Pró-Diretas distribuiu uma nota sobre a rejeição da emenda no Congresso Nacional, que demonstrava “total desrespeito à vontade do povo que nas ruas exigia e exige diretas já”, o bilhete reiterava: “todas as propostas que afastam o povo da luta, tais como mandato-tampão, governo de transição ou candidato de consenso serão rechaçadas por todos aqueles que defendem a democracia, respeitando a vontade do povo”.<sup>188</sup>

---

<sup>186</sup> *O Estado*. Florianópolis, 30 de março de 1984, p. 2.

<sup>187</sup> *O Estado*. Florianópolis, 26 de maio de 1984, p. 3.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

Apesar da mobilização, não houve rupturas e a transição política contou com o beneplácito dos militares. De todo modo, isso não reduz a efervescência de acontecimentos do período, “se a resistência democrática não foi capaz de acelerar a abertura política, a dinâmica social daquela época foi muito importante para a configuração da democracia”.<sup>189</sup> A única saída que restou levava às eleições indiretas via Colégio Eleitoral. Como sabemos, o vencedor foi Tancredo Neves, mas ele não tomou posse, sendo substituído por seu vice, José Sarney. Para Carlos Fico, é pela chave da frustração de expectativas e de lutas então empreendidas que pode ser compreendida boa parte das dimensões sociais e políticas envolvidas no processo de transição da ditadura para um regime formalmente democrático. Como aponta o autor, a “ausência de julgamento dos militares e de ruptura com o passado”, formando o quadro de uma redemocratização limitada e marcada pela conciliação, construiu um “componente de frustração”, do qual faziam parte a percepção de que a anistia “perdoou os militares”, a derrota da campanha pelas eleições diretas, por fim, a “constatação de que os militares conduziram a transição exatamente como queriam”.<sup>190</sup>

Sem querer correr o risco de restringir a complexidade dos fatores que estavam em jogo, parece provável em meio a um tempo de mudanças que, em Santa Catarina nos anos seguintes à 1985, duas tendências discursivas antagônicas passaram a disputar os espaços públicos. Esse confronto se expressou através das ações (efetivadas por classes trabalhadoras organizadas) e suas representações narradas (por meio da imprensa): é no choque dessas duas tendências que se construíram os enredos acerca de novas relações de trabalho. A primeira tendência, na figura do *Diário Catarinense*, procurou acomodar os conflitos e desmoralizar as ações dos trabalhadores, para isso há uma defesa do projeto pautado na livre iniciativa e na inserção do país nos padrões da econômica mundial. Aqui a interpretação entende o jornal não apenas como um veículo difusor de notícias, mas como um portador de projetos políticos, compartilhados com seus financiadores e leitores. A segunda tendência, mensurada na ação dos trabalhadores por meio de greves e de conflitos trabalhistas, geralmente quando estes reivindicavam estabilidade no emprego e reajuste salarial, se opunha às projeções defendidas pela empresa jornalística. De certa maneira, essa tendência buscava alargar os direitos sociais.

---

<sup>189</sup> FICO, Carlos. Op. cit., p. 103.

<sup>190</sup> FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi, Rio de Janeiro*, v. 14, n. 27, p. 239-261, 2013.

No seu interior circularam alguns elementos de uma cultura política<sup>191</sup> que perpassa ainda hoje um setor importante das esquerdas brasileiras.

Cabe ainda considerar que os movimentos de trabalhadores, por mais que dispusessem de agência própria em sua mobilização e práticas, não controlavam o conjunto de relações que diziam respeito à elaboração de narrativas sociais que atribuíam sentido às lutas sociais e que, em grande medida, foram manejadas no âmbito da imprensa empresarial. É preciso ainda considerar que os anos em apreço, logo após a ditadura militar e ao longo do processo de construção de um regime formalmente democrático no país, são marcados pela tensão permanente entre, por um lado, iniciativas no sentido de alargar o campo dos direitos civis, políticos e sociais, promovendo a expansão do setor público e a regulamentação do mundo do trabalho, e por outro lado, da notória introdução de mecanismos de flexibilização de direitos trabalhistas, acompanhada de alertas contínuos e volumosos, particularmente por meio da grande imprensa, acerca da chamada “crise fiscal” do Estado e da desindustrialização. O movimento pendular entre essas duas tendências marcou a atuação de diferentes governantes e delineou grande parte dos conflitos sociais desde então.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> Ver SIRINELLI, Jean-François. A história política na hora do “transnational turn”: a Ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo. In: **Abrir a história:** novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

<sup>192</sup> VISCARDI, Claudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 447-478.



### 3 O TEMPO DAS GREVES (1985-1989)

Uma pequena nota no editorial do jornal *Diário Catarinense*, em maio de 1986, retrata a mobilização grevista de uma parcela dos trabalhadores catarinenses. Em Criciúma, Içara e Siderópolis, cerca de dez mil mineiros entraram em greve, caminho semelhante foi seguido pelos vigilantes, vigias e guardas de segurança, que também paralisaram suas atividades por todo estado. A eclosão das greves não se restringiu a Santa Catarina, visto que pelo Brasil afora várias categorias cruzaram os braços como forma de reivindicar reposição salarial e propor condições mais dignas de trabalho. Mas a corrente de opinião do jornal alertava para o impacto dos movimentos grevistas nacionais nos setores produtivos, colocando em evidência os esforços empreendidos pelo governo federal na tentativa de estabilizar a economia do país.<sup>193</sup> Isso porque, em fevereiro de 1986, o presidente José Sarney anunciou a criação de uma nova moeda em substituição ao cruzeiro, tal ato pôs em prática o Plano Cruzado. Com a crise do endividamento externo que assolava a economia brasileira, o controle da inflação era o grande desafio que se impunha a partir da criação de outra moeda. Pensado em curto prazo, o plano corroborou para as vitórias eleitorais do PMDB, partido do então presidente. No entanto, em médio prazo as medidas adotadas mostraram ser insuficientes para conduzir a estabilidade da inflação.<sup>194</sup>

Em maio de 1986, o *Diário Catarinense* entrou em circulação no mercado de impressos em Santa Catarina. A empresa de jornalismo apresentou um projeto gráfico arrojado, mas além disso projetou para o país o início de um novo tempo com o protagonismo da livre iniciativa, refutando assim, os vícios da intervenção estatal na economia. A partir dessa narrativa, verifica-se a disputa de demandas em torno da Carta Constitucional de 1988. No que diz respeito às relações de trabalho, o *DC* defendia novas formas de organização. O sindicalismo, por exemplo, deveria deixar para trás o legado dos governos varguistas de tutela e paternalismo. Esse discurso abriu a possibilidade para a defesa das ideias de flexibilização nos mundos do trabalho. Porém, tal prerrogativa dividiu espaço com a mobilização das classes trabalhadoras organizadas, que ocupava as ruas requerendo reposição salarial frente à instabilidade econômica. O número de greves nesse período aumentou significativamente. São essas questões e seus desdobramentos que contemplam as análises desenvolvidas neste segundo capítulo.

---

<sup>193</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de maio de 1986, p. 4.

<sup>194</sup> SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Coordenador). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183-231.

### 3.1 NASCE UM NOVO JORNAL

No primeiro capítulo, acompanhamos como o aumento do desemprego fez surgir um campo de incertezas no círculo das elites catarinenses, ao mesmo tempo verificou-se que o tema expôs nas páginas dos jornais a difícil realidade de muitas pessoas, alocadas na informalidade e no trabalho autônomo. O ponto alto do problema fora aferido durante os motins urbanos de São Paulo, em 1983. No enredo do jornal *O Estado* havia o receio das manifestações da capital paulista se expandirem. Em tal perspectiva, isso poderia ocasionar a desestabilização do processo de transição política. Assim, o presidente da Fiesc procurou reforçar o imaginário do “trabalhador ordeiro” catarinense, e indicou soluções a fim de prever a deflagração de conflitos em regiões afetadas pela falta de trabalho. Por outro lado, representantes sindicais de algumas categorias do estado aderiram à organização do movimento que vinha sendo realizado em âmbito nacional, resultando na fundação da Central Única dos Trabalhadores. O discurso desses agentes contemplava a reivindicação de demandas importantes das classes trabalhadoras, entre as quais figurava o desemprego, a estabilidade, a melhoria das condições de vida e o aumento salarial. Com maior frequência, esses discursos passaram a ocupar o noticiário. Afora a crise econômica e o processo de transição, com destaque para a mobilização em torno da eleição direta à presidência da república, o jornal *O Estado* teceu críticas veladas à burocracia e ao intervencionismo dos governos militares. Para setores da imprensa, o mais oportuno seria apoiar um projeto político que abarcasse a livre iniciativa como resposta à crise. É nesse contexto que emerge o *Diário Catarinense*. Idealizado por Maurício Sirotsky Sobrinho, a empresa de jornalismo lançou seu primeiro exemplar no dia 5 de maio de 1986.

Além do *DC*, a Rede Brasil Sul já atuava no estado a quase uma década com emissoras de rádio e um canal de televisão. Quando o produto do Grupo RBS foi lançado no mercado, Santa Catarina dispunha de 72 veículos impressos, destes, três jornais de circulação diária ocupavam a zona de destaque: *O Estado*, *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina*. Todos os jornais, porém, “possuíam atuação regionalizada, cada qual em uma bolha mercadológica claramente definida”.<sup>195</sup> Almejando preencher o vazio proporcionado pela falta de um periódico de circulação em todo território catarinense, o *DC* foi projetado para completar a lacuna. Segundo Moacir Pereira, “não havia um jornal que atendesse ao Estado

---

<sup>195</sup> PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992, p. 128

por inteiro e, sim, jornais que tinham seu público-alvo em cada microrregião”.<sup>196</sup> Em proposta ambiciosa, o *Diário* aspirava incorporar o que havia “de mais moderno na indústria mundial da comunicação impressa”,<sup>197</sup> alegando ser “o primeiro jornal do Brasil no qual os textos jornalísticos, editoriais e comerciais” eram “inteiramente processados em computadores”, interligando “instantaneamente suas seis sedes regionais”.<sup>198</sup>

A inserção do grupo RBS em Santa Catarina aconteceu por intermédio da Televisão em 1979, com “a implantação da TV Catarinense, canal 12, na cidade de Florianópolis”. Segundo Golembiewski, “o grupo gaúcho teve o apoio dos militares, da Rede Globo e do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, que não vetou o nome da empresa, ainda que ela estivesse disputando a concessão do canal com dois grupos catarinenses”.<sup>199</sup> Um desses grupos era composto por Aderbal Ramos da Silva e José Matusalém Comelli, diretor do jornal *O Estado*, o outro grupo era representado pelo “empresário Mário Petrelli, que havia adquirido uma emissora de rádio em Joinville e tinha o apoio da família Bornhausen”.<sup>200</sup> Em entrevista realizada em 2012, Petrelli afirmou que naquele período “nenhuma estação de rádio e televisão no Brasil foi concedida por leilão ou por licitação pecuniária”. Segundo o empresário, as concessões seguiam um rito próprio: “dadas ao bel prazer pelo governo para aqueles que trabalham na área ou tinham alguma ligação, algum pedido”.<sup>201</sup> Para Giovanaz, “é provável que um jogo de interesses escusos em Brasília tenha influenciado na decisão de Antônio Carlos Konder Reis”. O autor argumenta que “Florianópolis era a única capital brasileira em que a Rede Globo não tinha liderança de audiência absoluta na metade da década de 1970, devido à instabilidade do sinal de sua retransmissora, a TV Coligadas, de Blumenau”, dessa forma “a Globo perdia em número de espectadores para a TV Cultura e, por isso, Roberto Marinho teria ainda mais interesse em garantir a entrada da RBS em Santa Catarina”.<sup>202</sup> O certo é que a empresa liderada por Maurício Sirotsky Sobrinho esteve comprometida com os grupos políticos conservadores de Santa Catarina, como nas eleições estaduais de 1982, quando a RBS nitidamente preferiu a candidatura de Esperidião Amin ao

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de maio de 1986, p. 4.

<sup>198</sup> Ibidem.

<sup>199</sup> GOLEMBIEWSKI, Carlos. **A RBS em Santa Catarina:** preferência política e concentração de mídias. Comunicarte, v. NR.36, p. 35-44, 2008.

<sup>200</sup> GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à do jornal A Notícia:** as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 289 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 44.

<sup>201</sup> VALENTE, Cesar. Petrelli conta (quase) tudo. In: <http://www.deolhonacapital.com.br/2012/06/28/petrelli-conta-quase-tudo/> Acesso: 30 de junho de 2019.

<sup>202</sup> GIOVANAZ, Daniel Piassa. Op. cit., p. 47-48.

governo em detrimento do candidato do PMDB, Jaison Barreto. Ainda de acordo com Giovanaz, “os Sirotsky tornaram-se sócios das principais lideranças político-empresariais do estado, adquirindo um notório poder de influência no território catarinense nos anos derradeiros da ditadura militar”.<sup>203</sup>

Ao analisar a mensagem de debate na coluna editorial do *Diário Catarinense* alguns pontos ficam perceptíveis sobre as pretensões da empresa, como a valorização da diversidade cultural, social e política de Santa Catarina, a integração das sucursais regionais e o compromisso com a inovação através de uma prática de jornalismo moderno. Mesmo quando a controversa imparcialidade é realçada os ideais que orientariam as opiniões na esfera política e econômica já estavam definidos. Nas palavras de Maurício Sirotsky Sobrinho no aniversário de 20 anos do outro jornal do grupo:<sup>204</sup> “todo homem, numa sociedade inteiramente livre e democrática, tem o direito de transmitir e receber informações e ideias através dos meios de comunicação”. Caberia aos jornais garantir “à sociedade a informação, a discussão e o debate, sempre numa linha de imparcialidade”. As inclinações do *Diário* são ratificadas na parte final do seu primeiro editorial: “cremos na democracia pluralista e representativa, onde o poder público, em todos os níveis, emane do voto, soberano e universal”; “defendemos a livre iniciativa pois acreditamos que somente numa economia de mercado, onde haja sadia liberdade de competição, a criatura humana tem espaço para produzir e, mais que isso, para opinar com liberdade”.<sup>205</sup> Com essa visão de futuro o periódico forjou projetos políticos para Santa Catarina e para o Brasil, mas acima de tudo é a partir de tal inclinação que se desenrolou as projeções em torno de novas relações de trabalho, visando adequar a legislação brasileira ao tempo da Nova República.

Em ato solene que antecedeu o lançamento do jornal, o diretor presidente da RBS, Jayme Sirotsky, fez um pronunciamento no prédio industrial da empresa, situado na Avenida Ivo Silveira, em Florianópolis. A cerimônia contou com a presença do governador Espíridião Amin, responsável por ligar a máquina Goss Urbanite, dando início ao processo de rodagem do periódico, também esteve presente o então Ministro da Educação, Jorge Bornhausen. O ato ficou marcado por homenagens ao principal idealizador do projeto, Maurício Sirotsky Sobrinho, que havia falecido meses antes. Jayme Sirotsky reafirmou a convicção na economia de mercado, por entender que seria a única forma de assegurar a “democracia pluralista, onde

---

<sup>203</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>204</sup> O jornal *Zero Hora*, editado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

<sup>205</sup> Ibidem.

o poder político” emanaria “do povo e apenas do voto”.<sup>206</sup> A edição de estreia do *Diário*, com tiragem de 60 mil exemplares, se esgotou nas primeiras horas da manhã. Enquanto o impresso chegava logo cedo nas bancas, os diretores da RBS recepcionavam autoridades, empresários e agentes publicitários no Hotel Diplomata, com a intenção de apresentar aos convidados as finalidades do veículo. Dessa forma, não é algo fortuito estar presente na primeira edição uma grande quantidade de propagandas patrocinadas por entidades privadas que saudavam a chegada do *Diário Catarinense*. A J.H. Santos patrocinou aquele importante marco, no qual “a tradição” cederia “lugar ao moderno” e o computador substituiria a máquina de escrever.<sup>207</sup> O Banco Meridional prenunciava a abertura de um novo tempo: “o Diário Catarinense, assim como o Banco Meridional do Brasil, nasceu com uma nova proposta, moderno, ágil e pronto para atender às necessidades de um público cada vez mais exigente”.<sup>208</sup> Já o Grupo Weg aspirava no lançamento do jornal a chance de “mostrar novas ideias”.<sup>209</sup>

A segunda tiragem parecia confirmar a aceitação do *DC* perante o seu público leitor.<sup>210</sup> Todavia, ficava evidente ao menos quatro características que conduziriam o plano de atuação do periódico nos anos subsequentes. Em primeiro lugar, o *Diário* representava uma moderna estrutura empresarial, por isso boa parte do espaço físico do jornal era reservado à publicidade, aos informes de interesse do empresariado e aos anúncios comerciais. Em segundo lugar, no que podemos elencar como o comportamento do veículo na esfera social, havia o investimento para a criação da identidade do “ser catarinense”, mesmo que isso significasse enobrecer a diversidade e a pluralidade da “nossa gente”. Em terceiro, havia a preocupação sobre os encaminhamentos políticos do país. E por último, o entendimento da empresa de jornalismo de que o sistema regrado por meio da livre iniciativa iria garantir a solidez da democracia política via representação, cerceava a soberania popular ao repertório eleitoral. O jornal pode ser considerado um importante veículo de comunicação, agente ativo da Nova República em Santa Catarina, no seu entorno ajustaram-se debates relevantes sobre o futuro, que começava a ser desenhado naquele presente.

Ao completar um ano de existência, o *Diário Catarinense*, novamente em editorial, validou seu compromisso com “o povo catarinense”. Não se tratava mais de propagandear um projeto arrojado, pois havia a tendência da marca se consolidar no mercado, passando por cima dos outros jornais. O *DC* obtinha credibilidade ao receber prêmios importantes no

---

<sup>206</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6 de maio de 1986, p. 10.

<sup>207</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de maio de 1986, p. 37.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>210</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 7 de maio de 1986, p. 8.

âmbito nacional como o BRDE de Jornalismo Econômico, o Mérito Lojista de 1986 e o Prêmio Veículo do Ano da Região Sul, concedido pela revista Briefing. De acordo com as amostras retiradas do Instituto Verificador de Circulação, o impresso possuía um fluxo diário com média de 34.246 exemplares, as edições de domingo chegavam a movimentar em média 45.724 exemplares. No parecer do editorial, o jornal fez por merecer a notoriedade alcançada junto à população, porque “desde o início, pautou sua atuação na inspiração superior do humanismo e da vocação comunitária, em princípios e ações sempre voltados para a realização do bem comum, e para a defesa da liberdade”.<sup>211</sup> Mas a caminhada em direção a um outro tempo não tardou a chegar e os formuladores de opinião ambicionavam “a construção de um futuro melhor para nossa terra e nosso povo”.<sup>212</sup>

No decorrer do primeiro ano, uma das novidades do jornal ficou por conta do caderno de Economia. Impresso aos domingos, o espaço era “destinado à interpretação e análise do fato econômico, num Estado em que as atividades produtivas são tão diversificadas e prósperas como seus aspectos culturais e sociais”.<sup>213</sup> A relevância da pauta adquiriria proeminência com avaliações rebuscadas por “critérios técnicos” e diagnósticos defendidos por especialistas do ramo. Porém, a valorização dos tópicos econômicos encobria os antagonismos intrínsecos a muitos assuntos, suscetíveis a interpretações divergentes. O dilema da geração de empregos, ou da falta de trabalho decorrente da tecnologia avançada, que inovava a cada dia a produção industrial, é um exemplo concreto disso. Progressivamente esse tema saiu da lógica política e social para ocupar o noticiário com roupagem puramente econômica. Quando questões altamente complexas começam a ser discutidas somente pelo viés econômico há uma “desumanização” dos debates na esfera pública, uma vez que os números por si só tendem a esconder noções imprescindíveis para a compreensão da realidade social como um todo.

Para fazer valer os conceitos defendidos em editorial, o *DC* louvava a ideia de imparcialidade, alegava, por meio da prática do jornalismo, ouvir todos os lados e todas as correntes políticas. Em outubro de 1988, um anúncio dizendo “A RBS vive em cima do muro” reforçou a imagem que o grupo empresarial queria passar aos leitores, ou seja, de estar isento das emoções momentâneas. “Se ficar em cima do muro é ter uma visão ampla dos fatos e reportar para você somente a verdade, então a RBS fica”, afirmava o texto. Por outro lado, “se ficar em cima do muro é praticar jornalismo acima das paixões partidárias, levando para o

---

<sup>211</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de maio de 1987, p. 4.

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> Ibidem.

leitor somente os fatos que acontecem à direita e à esquerda do muro, para que ele julgue segundo suas convicções, então não descemos”, complementava a entidade em defesa de sua liberdade de imprensa e de seu compromisso com a verdade.<sup>214</sup> Segundo Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, “o valor da ‘objetividade confere legitimidade ao jornalismo, diferenciando-o de outros discursos e práticas sociais’.<sup>215</sup> Desta maneira, buscar a veracidade e a neutralidade na produção de notícias passou a fazer parte do *métier* dos profissionais que atuam na área. Estes recorrem a uma série de valores que devem ser interpretados como princípios da boa prática do ofício. Existe, portanto, a tendência de os jornalistas neutralizarem seus posicionamentos, tal mecanismo é utilizado sob a justificativa de conter a influência de agentes políticos e também como forma de garantir coerência ao público consumidor de notícias. No entanto, seguindo a interpretação de Biroli e Miguel, o jornalismo pode até mesmo exercer a função de partido político, pois “representa interesses e perspectivas sociais específicos, estabelece mediações entre as instituições políticas e os cidadãos, procura impor visões de mundo e forjar consensos”. Além do mais, o silêncio “não significa a ausência de posições ou a acomodação a posições prévias”, porque “ao apresentar julgamentos como fatos, o jornalismo participaativamente da construção dos próprios fatos”. Sendo assim, os autores concluem: o jornalismo “atua com maior eficácia quando, respaldado pelos ideais da objetividade e da imparcialidade, articula perspectivas e interesses parciais em discursos identificados como neutros e não posicionados”.<sup>216</sup> A linguagem do grupo RBS, em especial do *Diário Catarinense*, a respeito de ficar em cima do muro e distante das paixões partidárias não impedia a defesa de agendas particulares. A predileção pela livre iniciativa, enquanto projeto a ser colocado em prática, é revelador sobre esse ponto. Ao optar por tal vertente, o veículo assume um posicionamento respaldado por ideologias e formas de pensamento socialmente construídas.

Em síntese, a imprensa ocupa um lugar central na elaboração discursiva de uma dada sociedade. Cada informação presente nos periódicos é redigida por jornalistas, que por sua vez, detém experiências, gostos e escolhas que lhes são próprias. Ao apanharmos um jornal qualquer é fundamental se ater à sua estrutura, pois detalhes tênuas como a composição do título, a manchete, a posição das frases, a configuração da imagem e o tamanho das letras, indicam a seletividade do impresso, assim como suas linhas de ação. Os discursos e as representações sociais, enredadas nos meios de comunicação, são bases para analisarmos as

---

<sup>214</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de outubro de 1988, p. 9.

<sup>215</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa:** mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 57.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 87

experiências concretas dos sujeitos no mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, o “novo jornal” integrou a vida cotidiana dos catarinenses, mas com lado e posição bem definidos.

### 3.2 PROJETOS EM DISPUTA

Em junho de 1986, um novo plano industrial, proposto pelo governo federal, entrou em discussão. Interessado nos rumos do país sob o comando do presidente José Sarney, o *DC* promoveu uma mesa-redonda em sua sede para avaliar o quadro. Não por menos, o evento contou com a participação de notáveis empresários e foi coordenado por Acari Amorim, editor de economia do jornal.<sup>217</sup> Em parecer feito por alguns líderes do setor privado catarinense, recomendava-se a aplicação do modelo econômico do estado, pautado na diversificação das zonas produtivas, para a nova política industrial do país. Além disso, “os participantes do encontro reconheceram” a tímida “atuação dos empresários de Santa Catarina fora de suas empresas e na política”, consideraram tal fator contraproducente, uma vez que isso dificultava a influência nas diretrizes nacionais.<sup>218</sup> Talvez a fala mais emblemática tenha sido a de Marcondes de Mattos,<sup>219</sup> para quem o planejamento industrial deveria seguir cinco pontos: fortalecer a livre empresa, conformar um modelo econômico que propiciasse maior absorção de mão-de-obra, conduzir o processo tecnológico, fomentar as pequenas e médias empresas e incentivar a desconcentração regional do crescimento econômico.<sup>220</sup> Segundo Marcondes Mattos, o cenário social iria atravessar um período de transformações por causa do avanço tecnológico. Setores como o da construção civil precisariam atrair maior número de mão-de-obra, pois a evolução das máquinas era uma realidade, provocando rapidamente a substituição do trabalho braçal em diversas categorias.

Uma das alternativas defendidas por Mattos previa “o fortalecimento das pequenas e médias empresas”, isso seria necessário “do ponto de vista social”, tendo em conta que a geração de empregos configuraria um dos desafios durante os anos seguintes.<sup>221</sup> Portanto, um processo paulatino de desconcentração tornava-se essencial, “saindo de São Paulo e

<sup>217</sup> Marcaram presença na mesa-redonda realizada pelo *Diário Catarinense* em Florianópolis: Décio Moser, secretário da Indústria e Comércio de Santa Catarina; Francisco Mastella, presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina e diretor da Ceval-Hering; Fernando Marcondes de Mattos, presidente da Implac S/A; Otair Becker, presidente da Cerâmica Oxford S/A; e por último, Nelson Pamplona, presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

<sup>218</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de junho de 1986, p. 32.

<sup>219</sup> Empresário, membro do PFL. Notabilizou-se por sua atuação no setor do turismo, com a criação do Costão do Santinho. Em 1986 concorreu as eleições para o cargo de vice-governador na chapa composta com Vilson Pedro Kleinübing, acabou derrotado por Pedro Ivo Campos do PMDB. Foi Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina, entre 1991 e 1992.

<sup>220</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de junho de 1986, p. 32.

<sup>221</sup> Ibidem.

beneficiando outras áreas do País; e a nível municipal, saindo das grandes cidades e indo para as pequenas cidades, como forma também de reduzir a pressão dos centros urbanos, conduzindo a um processo de maior absorção da mão-de-obra". Por fim, Mattos alertava que "o produto industrial deveria se endereçar mais para o mercado interno", ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos anos.<sup>222</sup> Desse modo, as análises formuladas em um dos círculos empresariais catarinense dava a entender que as previsões sobre o trabalho era justamente a falta de trabalho.

O futuro urgia com a chegada em definitivo da inovação tecnológica. Porém, a indústria brasileira teria que passar por um processo de adaptação para acompanhar as ambições do novo tempo. Rapidamente as palavras "moderno" e "modernização" passaram a ser repetidas com entusiasmo pelos quatro cantos dos jornais, no sentido de acomodar as variadas dimensões cotidianas ao desenvolvimento técnico e científico de um novo período, cuja característica principal requeria a integração da economia global.

As relações de trabalho não ficaram de fora desse enredo. O *Diário Catarinense*, logo em sua segunda edição, dedicou a coluna editorial para fazer um balanço sobre as "greves e a nova realidade".<sup>223</sup> Como uma centelha se alastrando por um mar de pólvora a Nova República começava agitada em território catarinense, a aspiração grevista no Sul do estado, por exemplo, preocupava governo e proprietários. Em 11 de maio de 1986, o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, esteve reunido na cidade de Joinville com aproximadamente 300 representantes empresariais. No encontro, discutiu-se os efeitos da reforma econômica do governo Sarney nas "relações entre o capital e o trabalho", e também o ímpeto dos conflitos grevistas oriundos das mobilizações feitas por sindicatos. O ministro aproveitou a ocasião para tecer duras críticas à legislação trabalhista brasileira, classificando a CLT como um conjunto de leis anacrônicas e ultrapassadas. Diferente das incertezas que pairavam no jornal *O Estado* sobre as relações de trabalho em meio à crise no início da década de 1980, o jornal *Diário Catarinense*, em sua primeira semana de existência, já esboçava um posicionamento consistente acerca de questões pontuais. Vejamos:

Impossível negar que nossas leis trabalhistas estão em descompasso com os novos tempos, e que esta circunstância tem aberto caminho a muitas situações de conflito que uma legislação atualizada e, sobretudo, mais nítida poderia ter evitado. Os empresários catarinenses neste sentido são pioneiros, pois se há muito vêm reclamando uma atualização dos dispositivos legais trabalhistas em seus debates e manifestações, enquanto classe. Quando o ministro prega a libertação dos sindicatos da paternalista tutela estatal,

---

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de maio de 1986, p. 4.

herança do autoritarismo do Estado Novo, entra em sintonia exata com o mais avançado pensamento jurídico que se debruça sobre o problema trabalhista. A estrutura sindical não deve continuar sendo corporativa, vinculada e dependente do Estado, mantendo o ranço do fascismo italiano, do qual foi copiada, décadas atrás. Que os sindicatos sejam realmente livres e libertos, assumindo uma identidade nítida. Mas para tanto, seria necessário também que vivessem por meios próprios, através de contribuições espontâneas daqueles que a eles se associassem e que o Imposto Sindical, outra herança estadonovista, fosse extinto.<sup>224</sup>

O ministro Pazzianotto desaprovava a organização sindical nos moldes da estrutura herdada do varguismo. Atacar o sindicalismo naquela conjuntura significava combater as greves e as mobilizações das classes trabalhadoras organizadas. A livre negociação foi aludida pelo ministro como um “princípio salutar à desejável harmonia entre capital e trabalho”. Assim, o veículo de comunicação catarinense consentia com as ideias de Pazzianotto, valorizando o “pioneerismo” dos empresários da região, que “enquanto classe” traçavam mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, isso porque as greves eclodiam em muitos lugares do país, “atingindo tanto o setor privado de produção como os serviços públicos”. Prontamente os agentes privados declaravam arcar com o ônus do “grevismo”. Contudo, o ministro tratou de tranquilizar os empresários em Joinville, argumentando que “a partir do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, o país” passaria “a ter uma legislação trabalhista adequada aos objetivos maiores da paz social e de um desenvolvimento cujos benefícios se estenderiam “à toda a sociedade”<sup>225</sup>. De fato, havia uma luta de classes em torno das opções a respeito do trabalho travada durante as discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988. De um lado, parte da imprensa endossava as fileiras da livre iniciativa, do outro, os movimentos sociais e os sindicatos empenhavam-se em conquistar avanços sociais em meio a instabilidade econômica.

Os novos tempos, no entender da linha editorial do *DC*, eram incompatíveis com a estrutura sindical corporativa. Dessa forma, as entidades classistas deveriam caminhar com seus próprios pés, seguindo um ideal de liberdade e autonomia.<sup>226</sup> As relações de trabalho formaram, portanto, uma das linhas discutidas pelos deputados constituintes, mas ela possuía vínculos estreitos com outros assuntos. Para a imprensa catarinense, “entre os grandes temas” debatidos na Assembleia Nacional estava o paradigma da escolha por um Estado atuante ou a redução de sua presença na economia. O *Diário* culpava a “fúria estatizante que tomou conta

---

<sup>224</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 11 de maio de 1986, p. 4.

<sup>225</sup> Ibidem.

<sup>226</sup> Cabe ressaltar que a reivindicação por autonomia foi uma das bandeiras do “novo sindicalismo”.

do país, notadamente após 1964”,<sup>227</sup> pela dívida externa e pela “voragem inflacionária” do Plano Cruzado. A retomada do crescimento dependeria da aplicação de capital, mas os investidores receavam que as leis da Carta Magna se revestissem “de um ultranacionalismo obsoleto”, no tempo em “que a interdependência econômica” era “aceita até nos países socialistas do Leste Europeu”. Mas segundo os articulistas do jornal, alguns relatórios redigidos nas subcomissões da constituinte designavam teses que iam na contramão da “modernização da economia nacional”. O *Diário Catarinense*, por conseguinte, fez a defesa de seu ponto de vista recorrendo aos exemplos dos países que adotaram o sistema de privatização. Para esse fim, canonizou a vertente conservadora inglesa, representada sob a figura da primeira-ministra Margareth Thatcher, em incontestável alinhamento aos preceitos Ocidentais, que viriam a ser chamados de neoliberais. Observemos o seguinte trecho:

A privatização está em curso em mais de 50 países, atualmente, entre eles gigantes industriais como os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha. Neste último, depois que assumiu o poder, em 1979, a primeira-ministra Margareth Thatcher, empresas estatais no valor aproximado de U\$ 20 bilhões foram transferidas ao setor privado, entre elas fábricas de produtos químicos e eletrônicos e todo o sistema telefônico britânico. Em resultado, não só melhorou o padrão dos serviços prestados à população, mantendo-se os preços das tarifas, como foi possível ampliar os investimentos públicos em setores essenciais, como saúde e previdência, como até evitar o aumento de impostos. Não é à toa que a sra. Thatcher e seu partido são os favoritos nas próximas eleições, mesmo após oito anos de poder.<sup>228</sup>

Os sujeitos que se filiavam à corrente liberalizante diziam que no Brasil o empecilho às privatizações recaía sobre uma espécie de “empreguismo”, gerador de déficits públicos e de endividamento externo. O chamado “capitalismo de Estado” dos governos militares teria criado uma “máquina burocrática, com enorme poder de corrupção”.<sup>229</sup> Em Santa Catarina, atitudes como o decreto assinado pelo governador Pedro Ivo Campos, para iniciar a desestatização da economia, foram amplamente elogiadas.<sup>230</sup> “Ao contrário de muitos membros de seu partido que integram o grupo *soi disant* ‘progressista’ do PMDB, felizmente nosso governador recusa-se a remar contra a maré da história”, frisava o jornal.<sup>231</sup> No final de maio de 1987, as 24 subcomissões temáticas encerraram a primeira atividade da Assembleia Nacional Constituinte. Ficou perceptível, na votação dos relatórios, as demarcações da

<sup>227</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de dezembro de 1986, p. 4.

<sup>228</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 19 de maio de 1987, p. 4.

<sup>229</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de maio de 1987, p. 4.

<sup>230</sup> O decreto assinado previa a convocação de assembleias-gerais para debater a extinção de empresas estatais, entre elas estavam: a Erusc (Eletrificação Rural de Santa Catarina), a Codisc (Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina), a Cocar (Companhia Catarinense de Armazenagem), e por último, a Codesc (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina).

<sup>231</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de agosto de 1987, p. 4.

intervenção do Estado na economia. Longe da via socializante, de irreais influências “castrista” ou “maoísta”, conforme dito em editorial do *DC*, os pareceres indicavam a opção por um tom moderado, preponderando o pensamento liberal, do “primado da livre iniciativa e da economia de mercado”.

Se no início da década de 1980 a imprensa de Santa Catarina articulava críticas sutis aos governos militares, nos debates à volta da nova constituição federal, a memória que se queria explorar era a dos equívocos na condução da política econômica por parte dos generais presidentes. Pouco importava os crimes cometidos nos porões da ditadura, a repressão e o arrocho imposto às classes trabalhadoras. O *Diário Catarinense*, de maneira enfática, argumentava que para superar a ordem do atraso seria preciso celebrar um horizonte de alcance da iniciativa privada, com a seguinte justificativa:

Não poderia ser de outra forma num País que acaba de sair de uma noite de 20 anos de autoritarismo, período em que se sucederam governos que, aparentemente, defendiam a economia de mercado, mas que de fato reforçaram o capitalismo de Estado, como instrumento de dominação. Neste período, foram multiplicadas as empresas estatais, que avançaram sobre quase todos os setores da economia, sufocando e desestimulando a iniciativa privada. Logo ficou claro que este esforço estatizante, longe de fortalecer a economia do País, serviu apenas para privilegiar uma casta de tecnoburocratas, até hoje enquistados na estrutura do poder nacional, ao ponto de constituírem quase um “governo invisível”. Os monopólios estatais mostraram-se tão perversos e funestos quanto os oligopólios criados na esteira do chamado capitalismo selvagem. E deram origem a um número incontável de casos de corrupção e escândalos administrativos até hoje não devidamente explicados à opinião pública.<sup>232</sup>

O descrédito para com os militares incidia na ampliação dos setores estatais, preenchidos por burocratas, que tornava onerosa a máquina pública, asfixiando a liberdade das empresas privadas. A fim de acabar com a tendência estatizante e dar início ao processo modernizador, algumas questões de difícil concordância careciam de consensos na empreitada seguinte da Assembleia Nacional, entre as quais estava o futuro das relações trabalhistas. O ensejo de modernização não ficava enclausurado às exigências do âmbito econômico, acima de tudo preparar as diretrizes de flexibilização das leis que regulamentavam as relações de trabalho, simbolizava para esse setor da imprensa catarinense a inserção do Brasil nos novos tempos. Rejeitava-se de forma veemente a “utopia que levaria à multiplicação do reprovável paternalismo estatal, nascido no Estado Novo”, que até então comprometia “o desenvolvimento do país” com práticas clientelistas e corruptas.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 31 de maio de 1987, p. 4.

<sup>233</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de junho de 1987, p. 4.

Um dos legados dos governos de Getúlio Vargas, a de proteção aos trabalhadores, era a pedra no sapato dos agentes que reproduziam o discurso da modernização. Essa ideia antecipava um caminho impreverível à integração econômica, cujo sustentáculo seria a liberdade de mercado com mínima interferência estatal. O *DC* agia como porta-voz dos empresários de Santa Catarina, que seduzidos pelas idealizações da modernização começavam a ver com bons olhos a flexibilização das leis trabalhistas, assim como os limites de ação dos sindicatos que porventura tal mudança proporcionaria. Nesse sentido, os debates ocorridos em torno da nova constituição possibilitaram que a imprensa defendesse seus interesses, pois lançava-se as expectativas de como as instituições funcionariam após os anos de governo militar. Em julho de 1987, na subcomissão de direitos dos trabalhadores, desenrolou-se uma divergência muito interessante que ganhou o editorial do *Diário Catarinense* com o título *Legislação e devaneios sociais*. O texto dizia o seguinte:

Pareceu muito sedutor aos integrantes daquela subcomissão dar à massa trabalhadora o presente agradabilíssimo de um 14º salário anual, estipular uma jornada de trabalho de 40 horas, garantir a estabilidade após 90 dias de serviço, assegurar alimentação gratuita aos empregados por conta das empresas e dar ao direito de greve um caráter irrestrito. Não lhes pareceu que tais concessões fossem demasia para a combalida empresa nacional, já a esta altura a braços com a recessão, a descapitalização e o endividamento. Para contemplar o social, ignoram o econômico. E no desenvolvimento de uma utópica proteção ao trabalhador, desconhecem as debilidades de nossa estrutura empresarial, afora as dificuldades próprias da conjuntura presente. Tal como outras tantas matérias típicas da legislação ordinária, as quais estão sendo indevidamente tratadas no texto constitucional, as relações contratuais de trabalho estão sujeitas a uma óbvia interferência do tempo, dos avanços tecnológicos, dos diversos graus de desenvolvimento econômico e das incidências da conjuntura. Não é bom que seus princípios gerais se imobilizem numa legislação de bronze, como é a legislação constitucional, sempre difícil de emendar ou revogar. Basta ver os continuados avanços da legislação social brasileira, de 1930 aos dias atuais, para concluirmos que foi benéfico às relações laborais a circunstância de serem tratadas pela lei ordinária, e não pelas normas estáticas da Constituição.

O crescimento do sindicalismo, em todo o mundo, também tem favorecido a preferência pela livre negociação dos contratos de trabalho, ao invés da fixação de normas cogentes de um poder de Estado que se arroga à condição de curador das classes trabalhadoras. Se é verdade que, em países subdesenvolvidos e em áreas onde prevalece baixa consciência de classe e um nível fraco de informação, o papel tutelar do Estado em relação aos trabalhadores é um postulado da socialdemocracia, também não é menos verdade que esta tutela pode ser perfeitamente dispensada, sempre que as classes assalariadas alcancem um alto nível de organização, como já acontece em grande parte do Brasil.<sup>234</sup>

---

<sup>234</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 7 de julho de 1987, p. 4.

A opinião do periódico refutava a estabilidade no emprego, os direitos das classes trabalhadoras e a “utópica proteção” aos assalariados. Comparava, ainda, o crescimento dos sindicatos, propondo inclusive a livre negociação dos contratos de trabalho. De forma alguma as plataformas sociais e políticas podiam se sobrepor a ordem econômica. Quando levamos em conta o contexto do início da década de 1980, apresentado no jornal *O Estado*, certas comparações são pertinentes com o editorial descrito acima. Durante a crise, cujo efeito fez crescer o número de desempregados nos centros industriais do país, as elites de Santa Catarina mostraram-se apreensivas e procuraram encontrar soluções para sanar o problema da falta de emprego. Cogitava-se a retomada de obras públicas e a assistência aos trabalhadores mais carentes, que não conseguiam ocupar o mercado de trabalho. Já na lógica da livre iniciativa, a reserva de mercado passa a ser justificada como algo corriqueiro, próprio do sistema capitalista. Seria o mercado, o único agente regulador das demandas e dos salários pagos aos trabalhadores. Mas, nessa lógica defendida às vésperas da etapa decisiva da nova constituição, não se considerava a fragmentação das classes trabalhadoras no país, muito menos a realidade compartilhada por pessoas reféns da pobreza, exauridas pela falta de estabilidade e por índices inflacionários elevados. O discurso priorizava o ordenamento da livre iniciativa e os interesses de curto prazo do empresariado. Havia, portanto, uma mudança de discurso acerca das relações de trabalho, que começa a ficar visível a partir das projeções da imprensa catarinense na constituinte.

O desemprego, conforme o arranjo econômico apreciado pelo *DC*, poderia ser compensando pelo fomento às micro e pequenas empresas. A organicidade da iniciativa privada chegava até o “desejo de independência pessoal”, forjando valores no plano cultural através da vida de pequenos empreendedores. Argumentava-se que esse tipo de negócio abrangia 80% do “universo empresarial brasileiro”. O número de empresas cadastradas nas Juntas Comerciais dizia respeito às pessoas que se dedicavam “ao pequeno comércio, à prestação de serviços, ao artesanato, à indústria, sem esperar pelas miríficas benesses da iniciativa estatal, cujos custos sociais, ordinariamente, ultrapassavam largamente os benefícios coletivos”.<sup>235</sup> A valorização de uma sociedade composta por empreendedores transcendeu a narrativa dos jornais e incorporou o cotidiano da capital de Santa Catarina, conforme indica uma notícia de agosto de 1987, intitulada “Facilidades da vida moderna”.

“Pequenos empresários oferecem serviços especiais, para dar mais comodidade à população”,<sup>236</sup> resumia a matéria. Ao lado do texto estava a foto de um motoboy, ilustrando a

---

<sup>235</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de agosto de 1987, p. 4.

<sup>236</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de agosto de 1987, p. 8.

expansão do serviço de Disque Pizza na cidade. A capital dos turistas, do veraneio, dos variados sotaques, “tomou um banho de cosmopolitismo e passou a oferecer uma série de serviços de cidade grande”. Embora os produtos comercializados fossem caros, restringindo o consumo às camadas com maior poder aquisitivo, a procura atendia “o cotidiano de qualquer pessoa sozinha na administração da casa, família e negócios”.<sup>237</sup> O proprietário do Disque Pizza, Edson José Mazzarotto, tratou de explicar como funcionava o serviço. Ao receber o pedido, entre 30 e 40 minutos a pizza chegava “quentinha à mesa do cliente”, entregue “por um dos oito motoqueiros numa caixa aquecida com tijolos refratários”. Lavar as roupas e assistir TV também era outra vantagem da vida moderna que chegava em Florianópolis. Na rua marechal Guilherme, ganhou notoriedade um “*laundry* amplo, organizado, limpo como os melhores de Londres”. O novo serviço encantava as classes médias da região, pois bastava adquirir uma ficha no valor de Cz\$ 80,00 para lavar as roupas em uma “das 12 máquinas montadas na Argentina com peças inglesas”. Já para a secagem na centrífuga a ficha também custava Cz\$ 80,00. A operação demorava por volta de 1h, nesse tempo de espera os clientes assistiam televisão em cores, ou marcavam de se encontrar com os amigos, “e até namoros e flertes animavam a espera”.

Mas, em uma sociedade na qual parcela expressiva dos trabalhadores exercitava a lógica do “se virar”, com vínculos empregatícios precários, jogados na informalidade ou no trabalho autônomo, o enredo da livre iniciativa abriu brecha para que o pensamento dos “pequenos empreendedores” ganhasse corpo, configurando um dos obstáculos à organização de demandas associativas das classes trabalhadoras no tempo presente. Para alguns, ser um pequeno empresário correspondia à sensação de ter atingido o sucesso pessoal, com uma forma vantajosa de ganhar dinheiro e manter um padrão de vida razoável. Há nessa acepção um ditame meritocrático de desprezo às políticas sociais provenientes do Estado. Mas para a grande maioria, fazer parte dessa racionalidade correspondia levar uma vida de dificuldades, como qualquer outro membro da classe trabalhadora, mas esses agentes não se viam pertencentes a tal classe.

---

<sup>237</sup> Ibidem.

Figura 7 - Motoboy que trabalhava no Disque Pizza de Edson José Mazzarotto.



Durante o processo de elaboração da Constituição, o *Diário Catarinense* fez a primeira investida sistemática em defesa da flexibilização das relações de trabalho. As pressões do meio de comunicação visavam pôr em prática um projeto de país traçado com base na livre iniciativa, que previa a redução do papel do Estado no âmbito econômico e social. Não importa que tal narrativa tenha sido derrotada em um primeiro momento, o interessante é verificar como essas ideias passaram a ocupar o espaço público, a partir disso elas adquiriram contornos mais nítidos no decorrer dos anos. Segundo Leonardo Avritzer, uma das características da democracia brasileira é a “participação institucionalizada” e esse aspecto se deu com a promulgação da Constituição de 1988. De acordo com o autor, a Assembleia Nacional Constituinte teve destaque por sua orientação participativa com a presença de setores importantes da sociedade civil, atuantes na redemocratização. Teria sido esse o “primeiro momento do processo de aprofundamento democrático que criou instituições

participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social”.<sup>238</sup>

Em 5 de outubro de 1988, a Carta Constitucional foi finalmente promulgada. O *DC* cobriu o acontecimento com ressalvas, parecia não ter entusiasmo com o novo conjunto de leis. A matéria *Dualidade retrata o Brasil* transmitia aos leitores que a constituição havia sido “elaborada em meio à crise econômico-social sem precedentes, resultante de 20 anos de regime excepcional”.<sup>239</sup> Em um caixa de texto na parte inferior da página, a informação aludia ao gasto da Constituinte: cerca de Cz\$ 3 bilhões aos cofres públicos. O lobby e a pressão nos deputados foram elementos questionados, mas o arcabouço legal encorajava a organização social.

Na seção de economia, a matéria com o título “*Há um novo tempo nas relações do trabalho*” apresentava uma rápida análise acerca das alterações dos dispositivos legais que favoreceu os assalariados. “Com a promulgação da nova Carta Constitucional, os cerca de 34 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada, mais aposentados e pensionistas, serão os grandes beneficiados”,<sup>240</sup> relatava o escrito. O jornal interrogava as benesses concedidas pelos deputados constituintes, que proporcionaram “uma lista de conquista trabalhistas acima de qualquer expectativa realista das duas principais centrais sindicais brasileiras”.<sup>241</sup> A jornada de trabalho fora reduzida de 48 para 44 horas semanais, em caso de demissão, o trabalhador teria direito a uma multa de 40% em cima do valor do FGTS, os aposentados passariam a ter o 13º salário e as pensão corrigidas mensalmente, sendo que o valor recebido não poderia ser menor do que um salário mínimo, a licença-maternidade foi de 90 para 120 dias, e o abono de férias subiu para 33%. No sentido de contrapor as conquistas dos trabalhadores, o jornal trouxe a opinião de alguns empresários. O superintendente comercial da Cerâmica Oxford pressagiava uma vida curta para a Constituição. Mostrando-se irritado com a redução da carga horária de trabalho semanal, ponderou: “Amanhã, a reivindicação será de 40 horas”.

É sintomática a aparição da análise sobre as garantias asseguradas aos trabalhadores pela nova constituição na parte dos assuntos econômicos do jornal. Questões relacionadas ao trabalho saíram gradualmente dos espaços político e social para ficar limitados aos pareceres “economicistas”. A disposição dos fatos na cobertura da promulgação da Constituição Cidadã

<sup>238</sup> AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 14.

<sup>239</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de outubro de 1988, p. 15.

<sup>240</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de outubro de 1988, p. 26.

<sup>241</sup> Ibidem.

mostra a insatisfação do veículo de imprensa com determinados pontos, classificados como falhos, em especial as concessões feitas aos assalariados. Dois anos depois, a linha de opinião do *DC* tinha mais a lamentar do que celebrar. Atentemos para a crítica:

A Constituição Federal completou ontem o segundo aniversário de promulgação, sem que a data se prestasse a maiores comemorações. Contrasta fortemente o silêncio de agora com as ruidosas manifestações de júbilo daquele 5 de outubro de 1988, em que se anuncjava ao País a plena vigência da Carta Cidadã. [...]

Já mais de uma vez aqui apontamos as evidentes qualidades da Carta pela qual nos regemos. É ela inovadora, de vez que contempla temas inéditos no direito constitucional corrente, a exemplo da legislação ambiental. Um de seus grandes méritos foi o de resgatar o princípio da harmonia e da independência entre os poderes. Ao consagrar o direito de propriedade e o sistema de livre iniciativa, sintonizou com valores indissociáveis do regime democrático. Ampliou, ademais, os direitos e garantias individuais e coletivos a um grau que bem retrata a maturidade de política de um povo. [...] Nunca aqui calamos, por outro lado, sobre os seus defeitos. Transparece uma retrógrada xenofobia em vários de seus dispositivos. Em outros viu-se a greve erigida praticamente à categoria de direito absoluto. Da mesma sorte, verificou-se uma demasiada liberalidade no que respeita aos direitos sociais. Obra humana, a Constituição Federal não passou incólume pelo apelo da utopia, do irrealismo, do casuísmo.<sup>242</sup>

No trecho citado estão latentes as contradições da própria Constituição. Enquanto os apoiadores da livre iniciativa conseguiram emplacar as pautas para o funcionamento de uma economia capitalista, deliberada pela liberdade econômica; a mobilização da sociedade civil, particularmente dos trabalhadores e dos movimentos sociais, foi fundamental para que as propostas tocantes a redução da disparidade social e dos direitos trabalhistas estivessem sob a jurisdição constitucional. A desaprovação do jornal reincidia no direito de greve, consequência imediata das “utopias” e do “irrealismo” por parte dos constituintes que apreciaram o tema. Dessa forma, em Santa Catarina, o discurso de flexibilização manifesto no *Diário Catarinense* esteve ligado aos anseios do veículo de comunicação, sobretudo porque a empresa de jornalismo fazia a defesa aberta do projeto da livre iniciativa, cuja finalidade era pôr o país nos trilhos de um novo tempo, após a “herança estatizante” deixado nos governos militares.

É importante afirmar que a interpretação deste conjunto de discussões e processos articula a todo momento o local, o nacional e o global. Os projetos em disputa, os conflitos em volta da elaboração da constituinte, as projeções sobre novas relações de trabalho, assim como as reivindicações das classes trabalhadoras, todos esses elementos compõe o enredo de um contexto mais amplo. Indubitavelmente as idiossincrasias nacionais e regionais não devem

<sup>242</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 06 de abril de 1990, p. 4.

ser negligenciadas. Mas se perdemos a dimensão histórica dos discursos e das representações sociais que foram narradas pela imprensa catarinense no período, torna-se muito difícil apurar parte do problema de pesquisa e suas fendas abertas no dinamismo do tempo presente.

A transformação do capitalismo com a ascensão do neoliberalismo<sup>243</sup> é um componente central para interpelarmos as projeções da imprensa catarinense no que se refere à mudança das relações de trabalho. Embora boa parte do processo tenha transcorrido nos países ditos de economia central, os desdobramentos dessa mudança não tardaram a chegar em diferentes locais do mundo. É no contexto de crise econômica do início da década de 1970 que as ideias neoliberais encontraram espaço propício para oferecer alternativas ao momento de instabilidade. As indicações do “receituário” neoliberal aspiravam a desmantelar o Estado de bem-estar social vigente, sobretudo, na Europa Ocidental. Os arquitetos da doutrina, viam como obstáculo as conquistas obtidas pelos trabalhadores diante do Estado, responsável por assegurar direitos sociais, no qual incluía o acesso à saúde pública, educação, moradia e previdência.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe expectativas para a abertura de uma nova etapa na vida política e social em escala mundial. As expectativas eram movidas, principalmente, pelos desafios descortinados por um contingente enorme de mortos e de projetos políticos desastrosos, como o nazismo e o fascismo. As articulações nos anos seguintes a 1945, idealizaram uma espécie de consenso entre governos, empresários e classes trabalhadoras, a fim de se evitar as hostilidades do contexto anterior que levou a deflagração do conflito bélico. Logo, um círculo “virtuoso” atinou suas engrenagens com os “gastos públicos elevados, tributação progressiva e aumentos salariais”.<sup>244</sup> O consenso produzido na Europa considerou a necessidade de se apoiar “economias planejadas e de algum tipo de Estado previdenciário”.<sup>245</sup> Por sua vez, a classe trabalhadora europeia beneficiou-se desse arranjo. Aos poucos os trabalhadores ganharam o status de consumidores, e as garantias firmadas asseguravam valorosos direitos sociais.

---

<sup>243</sup> David Harvey resume o neoliberalismo da seguinte maneira: “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados”. In: HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 12.

<sup>244</sup> JUDT, Tony. O desmoronamento. In.: *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 337.

<sup>245</sup> Ibidem.

O historiador britânico Eric Hobsbawm, chama as duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial de Era de Ouro do capitalismo. Para o autor, o crescimento econômico presenciado deve ser analisado por meio da reformulação do sistema, que conseguiu aproximar o liberalismo econômico da democracia social. Não por menos, a crise de 1929 e o nazismo apontavam o caminho perigoso que um liberalismo de livre mercado irrestrito poderia trazer. De acordo com Hobsbawm, “todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização”. Para alcançar esse propósito pouco importava a aplicação de um “sistematico controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados”,<sup>246</sup> desde que se evitasse o comunismo. As condições materiais dos trabalhadores melhoraram, mas a vigência do Estado de bem-estar social só foi possível com o crescimento econômico pautado no consumo de massa. A harmonia do sistema dependia da manutenção de lucros estáveis às camadas produtoras, para isso havia a estrutura montada pelo Estado, regulamentando a relação entre capital e trabalho. Cabe dizer ainda, que o consenso do pós-guerra retinha um problema incisivo: o de não ameaçar o sistema capitalista e sua sobrevivência.

No âmbito social e cultural, o Estado-providência trouxe novos componentes, como é o caso do desenvolvimento tecnológico que transformou a vida cotidiana. A própria noção de tempo foi alterada, afetando a percepção das pessoas, principalmente as residentes nos perímetros urbanos. Ao mesmo passo, houve o aumento no acesso ao ensino superior, e também o crescimento da classe operária. No entanto, a experiência de um trabalhador, inserido na sociedade com pleno emprego e voltada ao consumo em massa, acabou por transformar a sua própria identificação com as redes de sociabilidade praticadas em períodos anteriores. “A televisão tornava desnecessário ir ao jogo de futebol, do mesmo modo como TV e vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema, ou os telefones substituíam as fofocas com amigos na praça ou na feira”. Já os sindicalistas e os membros de partidos “que outrora iam às assembleias locais ou reuniões políticas porque, entre outras coisas, isso era também uma espécie de diversão ou entretenimento, agora podiam pensar em formas mais atraentes de passar o tempo, a não ser nos casos excepcionais dos militantes”<sup>247</sup>

A partir de 1973, o consenso estabelecido no mundo pós-guerra na Europa começou a ruir com a chamada crise do petróleo. Gradativamente a pobreza, o desemprego em massa e a

<sup>246</sup> HOBSBAWM, Eric. A era de ouro. In.: **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 268.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 301.

sensação de instabilidade reapareceram nos países de economia central. A conjuntura de desequilíbrio econômico permitiu a manifestação das chamadas ideias neoliberais levantadas após 1945, mas que devido a vigência do Estado-providência acabaram relegadas a outro plano. Assim, os neoliberais, defensores da liberdade individual e do livre mercado, encontraram na crise econômica de 1973 as condições para serem ouvidos.<sup>248</sup> Duas ideologias disputaram a narrativa para sanar os impasses econômicos da década de 1970. “Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas”. Por outro lado, “os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem”.<sup>249</sup> Para além da conflagração de ideias, a recessão tocou no ponto central do equilíbrio firmado nos anos anteriores. Ou seja, a relação entre Estado, trabalho e capital, não poderia ser a mesma com um índice de desemprego em evidente escalada.

A revolução tecnológica contribuiu para a substituição da mão-de-obra humana em detrimento das máquinas, uma vez que os empregos à medida que eram perdidos não tinham previsão de volta. Uma nova divisão do trabalho se fez notar, na qual a industrialização dos países do terceiro mundo provocou o deslocamento das cadeias de produção para receber o trabalho com custos menores. Com isso, a estrutura sindical dos países de economia central, combativa e em busca sempre de melhorias para as categorias nas quais representavam, foi diretamente afetada nas décadas de 1970 e 1980. “O declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas”.<sup>250</sup>

Para David Harvey, a ruptura do sistema ocorreu em 1973, porém, já na década de 1960 o autor aponta que havia sinais de desgaste do Estado de bem-estar vinculado ao modelo fordista de produção. Em primeiro lugar, devido às políticas de substituição de importações do terceiro mundo. Em segundo, devido ao poderio norte-americano que estava ameaçado pelo aumento da competição internacional. No entanto, o que chama a atenção do autor é a contradição inerente ao próprio modelo fordista, entendido como rígido e inflexível para as

<sup>248</sup> Ver, por exemplo, HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

<sup>249</sup> HOBSBAWM, Eric. O desmoronamento. In.: **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 399.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 404.

mutações do capitalismo em si. “O único instrumento em resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável”. No entendimento de Harvey, esse mecanismo concebeu “a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra”.<sup>251</sup> Entre as décadas de 1970 e 1980, o autor aponta uma restruturação econômica do capitalismo em resposta a rigidez do fordismo. A mudança aconteceu com a acumulação flexível, caracterizada pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.<sup>252</sup> O que Harvey chama de acumulação flexível interferiu diretamente nos processos de trabalho e no padrão de consumo. O avanço tecnológico possibilitou aos empresários estreitar as margens de lucro, pois aliado à crise, serviu como uma oportunidade para esse grupo obter proveitos em cima da fragilidade sindical, aprovando assim, dentre outras medidas, as formas voláteis de trabalho. O emprego ordinário com uma jornada diária de atividades acabava cedendo lugar para fórmulas de trabalho parcial. Cada vez mais, a tendência das empresas era optar por um setor qualificado, porém reduzido, que exercesse funções centrais, dispondo de um contingente rotativo de funcionários com baixo custo.

Somado a tal fator, a tecnologia aumentou a velocidade das informações, comprimindo a relação de espaço/tempo. Conforme indica Bauman, na “modernidade leve” o tempo instantâneo do software desvaloriza o espaço. “No universo do software da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferente entre longe e aqui”.<sup>253</sup> Na verdade, a tecnologia é componente primordial para a acumulação flexível do capital. As estruturas de poder moldaram-se a essa fase. Atualmente é muito difícil um funcionário avistar o topo da pirâmide hierárquica da empresa na qual trabalha. O controle sobre o trabalhador pode ser efetuado a partir de distâncias desprezíveis para os sistemas computacionais. Portanto, “os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo”.<sup>254</sup> Mas as benesses pressagiadas pelo avanço da globalização e da tecnologia garantiram a circulação de ideias, de informação e de capitais, mas não de pessoas.

<sup>251</sup> HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In.: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ática, 2000. p. 136.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>253</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001, p. 136.

<sup>254</sup> HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ática, 2000, p. 140.

Boa parte da população mundial permaneceu confinada aos territórios nacionais, experimentando as adversidades da vida rotineira.<sup>255</sup>

A estabilidade desfrutada na esfera do trabalho possibilita a projeção de conquistas materiais de acordo com a melhoria das condições de vida, como era o caso dos trabalhadores alocados na lógica do Estado de bem-estar. O neoliberalismo trouxe a insegurança e a impossibilidade de se pensar o tempo em longo prazo. Segundo Hartog, “a crise de 1973, a inexorável escalada do desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, construído em torno da solidariedade e a partir da ideia de que amanhã será melhor do que hoje”, junto com as respostas neoliberais, “mais ou menos desesperadas ou cínicas, que apostaram todas no presente, e somente nele”,<sup>256</sup> engendraram um clima de desilusão diante do futuro.

O simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os sujeitos mantêm com o tempo. Mas como é possível idealizar uma percepção de futuro em um contexto que prevalece o trabalho informal, temporário, intermitente e precário? Além do mais, o desemprego também “contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado”.<sup>257</sup> Para Richard Sennett, uma das características do que o autor chama de novo capitalismo é o trabalho flexibilizado. Dessa maneira, o caráter pessoal dos indivíduos vem sendo afetado diretamente, tendo em vista que estes não conseguem construir expectativas de longo prazo, de acordo com as suas próprias experiências de vida. Isso porque, o novo modelo capitalista é pautado em relações de curto prazo, flexíveis, fragmentadas e não duráveis. Ainda segundo o autor, tal fenômeno trouxe outras formas de se conceber o tempo, cujas consequências são o esvaziamento dos sentidos e a perda da identidade social experimentada pelos trabalhadores.<sup>258</sup>

Em suma, o neoliberalismo detém uma trajetória histórica e representa mais do que um conjunto de ideias uníssonas, pois carrega um discurso que adquiriu vários adeptos e tornou-se hegemônico no senso comum. É preciso enfatizar que os “defensores do caminho neoliberal ocupam agora posições de considerável influência na educação (universidades e muitos dos chamados *think-tanks*), na mídia, nos conselhos empresariais e em instituições

<sup>255</sup> Ver, por exemplo, SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 158-178.

<sup>256</sup> HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 147.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>258</sup> SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 13-33.

financeiras”.<sup>259</sup> Além de atuarem nas “instituições internacionais como o FMI e a OMC, que regulam as finanças e o comércio global”.<sup>260</sup> Conforme aponta Harvey, o neoliberalismo age para restaurar o poder de classe, mas para isso precisa “construir o consentimento”. Por si só ele representa uma investida contra o trabalho organizado, pois “as virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais”, que não faziam parte do alcance sindical. Durante a década de 1980, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, essa linguagem que apostava na “liberdade de ação no mercado de trabalho” foi importante para “integrar valores neoliberais ao ‘senso comum’ de boa parte da força de trabalho”.<sup>261</sup> No Brasil, ainda era preciso construir o consentimento, e a imprensa teve papel importante nesse sentido.

As conjecturas feitas no *Diário Catarinense* em meio à elaboração da nova carta constitucional levaram em conta o projeto calcado na livre iniciativa, contendo assim, conexões com os princípios neoliberais oriundos de um contexto mais amplo, como por exemplo, do cenário pós-guerra e da transformação do capitalismo devido à crise do petróleo no início da década de 1970. Mas parece ser minimamente plausível sugerir que discursos de modificação das relações de trabalho no Brasil colidiram com a pulsante atuação dos atores da sociedade civil e de um movimento de trabalhadores organizados, que teve seu apogeu nesse período histórico, entre o final da década de 1970 e a primeira metade da década de 1990. A propósito, enquanto os movimentos sindicais nos países europeus sofriam duras derrotas impostas por governos neoliberais, em muitas partes do território brasileiro, devido as contingências históricas, houve um acirramento dos conflitos trabalhistas. Os jornais impressos seguiram de perto a mobilização das classes trabalhadoras em Santa Catarina, articulando representações sociais e formulando narrativas sobre esses eventos.

### 3.3 TRABALHADORES NA MANCHETE: CONFLITOS NO ALVORECER DA NOVA REPÚBLICA

Em 21 de outubro de 1985, o jornal *O Estado* trouxe em sua primeira página a manchete que anunciava uma inédita greve na Fundição Tupy, em Joinville. Segundo as informações previamente apuradas, os trabalhadores exigiam 20% de aumento acima do

<sup>259</sup> HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007, p. 2.

<sup>260</sup> Ibidem.

<sup>261</sup> HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 63.

INPC para repor as perdas salariais. “Numa mobilização-relâmpago, dois mil metalúrgicos, reunidos em assembleia, aprovaram a paralisação, contra apenas 12 votos”, dizia o jornal.<sup>262</sup> O ato surpreendeu a maior produtora de ferro maleável da América Latina, no total a indústria contava com aproximadamente 7.200 empregados. A foto da capa, posicionada ao lado esquerdo do texto, revela que os trabalhadores portavam duas faixas. Uma trazia os dizeres “Estamos em greve” e a outra continha a seguinte inscrição: “Que saudade do Dr. Dieter Schmidt”. Hans Dieter Schmidt assumiu a presidência da Tupy quando seu pai, Albano Schmidt, um dos fundadores da companhia, faleceu em 1958. Mas, em 1981, um acidente aéreo vitimou Dieter Schmidt. “Naquela época nós não reclamávamos porque a Tupy pagava melhor do que as outras”, “hoje estamos passando fome e não dá mais”, alegava um funcionário, ao relembrar os tempos do antigo mandatário.<sup>263</sup> Um outro operário ratificava: na época de Dieter Schmidt “as coisas eram diferentes, pois todos os dias podia se comer carne e hoje é diferente, já teve diversas vezes que eu, minha esposa e filhos tivemos que comer ovos aos domingos”.<sup>264</sup>

No segundo dia de paralisação, *O Estado* novamente estampou em sua primeira página os encaminhamentos da greve. Complementando as notícias incertas da data anterior, a reportagem informou que os trabalhadores almejavam na verdade “um aumento de 100% do INPC sem descontar os 20% que já receberam como antecipação”. Relatos davam conta que a formação de piquetes bloqueava a entrada na área de trabalho, vedando o acesso aos diretores da Tupy. Mas existia um ambiente de solidariedade em favor do movimento, transcendendo assim, o plano de ação do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a Pastoral Operária e a Juventude do PMDB “distribuíram manifesto em apoio aos metalúrgicos”, as entidades eclesiás na figura de alguns padres “estiveram colocando à disposição dos grevistas café durante a chuva de domingo à noite”.<sup>265</sup> Enquanto isso, os diretores da empresa se reuniam provisoriamente no edifício Manchester, para tomar as medidas cabíveis com objetivo de encerrar a greve.

O gerente de relações públicas da Tupy, Ubirajara Dippold, chegou a entregar uma nota para a imprensa local, explicando o ponto de vista da empresa. O escrito enaltecia a relação amistosa mantida por longos anos entre os trabalhadores e a companhia. Os diretores, porém, foram surpreendidos: pela primeira vez os funcionários resolveram interromper as atividades produtivas, causando sérios prejuízos nas exportações da firma. Calculava-se no

<sup>262</sup> *O Estado*. Florianópolis, 21 de outubro de 1985, p. 1.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>264</sup> *O Estado*. Florianópolis, 26 de outubro de 1985.

<sup>265</sup> *O Estado*. Florianópolis, 22 de outubro de 1985, p. 5.

quarto dia de greve que mil toneladas de ferro maleável deixaram de ser fabricados. “Como o relacionamento entre a indústria de Fundição Tupy e seus colaboradores, representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos, sempre foi pautado pelo respeito mútuo, presume-se que a presente mudança de atitude caracterize a presença de interesses alheios aos da classe metalúrgica”, sugeria a nota.<sup>266</sup> Os ânimos permaneceram acirrados quando a negociação mediada no TRT não teve acordo firmado entre as partes, perdurando o impasse. Irremediavelmente alguns incidentes aconteceram, como o do “operário Antônio Medeiros de Jesus”, que “foi atropelado por uma viatura policial e teve um olho perfurado por um estilhaço do para-brisa”.<sup>267</sup>

A organização da greve contou com a colaboração de atores de fora do movimento sindical, pois o presidente do sindicato da categoria, Orlando Silva, era visto por alguns como um “pelego” aliado aos interesses patronais. Segundo Freire, a “paralisação na Tupy precisa ser entendida à luz de outros componentes envolvidos, como a igreja progressista e o incipiente Partido dos Trabalhadores na cidade”.<sup>268</sup> O autor destaca o papel do Monsenhor Boleslau, pároco que vinha de uma trajetória de lutas na cidade de São Paulo, ligado às demandas das classes trabalhadoras. Quando chegou em Joinville, em suas celebrações, Boleslau pregava ideias de mobilização e de conscientização dos trabalhadores da Tupy, estes geralmente frequentavam a paróquia e tomavam contato com essas mensagens. Os depoimentos recolhidos na pesquisa de Freire, através da história oral, confirmam a importante participação de Boleslau em todo processo de paralisação. Por seu turno, a empresa recorria ao discurso do “elemento externo”, supondo que os sindicalistas de São Paulo estivessem coordenando a ação em Joinville, subestimando o poder de organização do operariado local.

O jornal *O Estado* noticiou o fim da greve em 26 de outubro de 1985. Os trabalhadores da Tupy saíram vitoriosos do movimento, “eles aceitaram proposta da empresa, concedendo reajuste de 75% a partir de outubro e antecipação salarial em novembro, de 20% para” quem ganhava entre “um e dois mínimos, 12% entre dois e três, 7% entre três e cinco e 5% para quem” recebia acima de cinco salários. Além disso, os patrões se comprometeram a não demitir os grevistas, e também a não descontar os dias de paralisação.<sup>269</sup> A greve na Fundição Tupy simboliza a abertura de um tempo de intensos conflitos trabalhistas em Santa

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> *O Estado*. Florianópolis, 24 de outubro de 1985, p. 1.

<sup>268</sup> FREIRE, Izaias de Souza. **Ecos de democratização:** uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville. Florianópolis: UDESC, 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/FAED/ UDESC, Florianópolis, 2015, p. 207.

<sup>269</sup> *O Estado*. Florianópolis, 26 de outubro de 1985, p. 1.

Catarina. As ruas de várias cidades foram ocupadas por trabalhadoras e trabalhadores que, ao reivindicarem melhores condições de trabalho, estabilidade no emprego e aumentos salariais, exerciam a cidadania. Apesar de Santa Catarina não ter uma tradição arraigada de contestação operária, muitas categorias acompanharam as movimentações grevistas no contexto da Nova República. Algumas greves, paralisações e passeatas, continham caráter estritamente local, sendo resultado imediato dos interesses de cada categoria mobilizada, outras tantas estavam conectadas com as bandeiras de luta das centrais sindicais. Vamos tentar entender o que motivava os trabalhadores a ocupar os espaços públicos, assim como as representações sociais e os discursos formulados por meio da imprensa, que assistiu de perto esses eventos.

Ao longo da história contemporânea os trabalhadores recorreram a modos de resistência para tentar alcançar direitos e melhorar as relações de trabalho às quais estavam submetidos. Não só a greve, mas outras formas de mobilização se caracterizaram como recursos disponíveis para se operar uma espécie de coerção ante as empresas e as autoridades governamentais. A opção pela greve implica em colocar uma série de estratégias em cena e pressionar temporariamente os patrões até o desfecho da situação. Segundo Marcel van der Linden, há vários formatos de greve: as que são exclusivamente políticas, outras servem para fins econômicos, e ainda há os boicotes a fim de paralisar a produção fabril. Sendo um ato coletivo, a ação requer o uso de pautas consistentes, capazes de reavivar a identidade de cada categoria envolvida. Contam também os meios financeiros para sustentar o tempo de negociação com os empresários e a coesão sindical. De acordo com Marcel van der Linden, tais movimentos mantêm relação direta com a esfera pública, o autor afirma: “caso consigam mobilizar um apoio significativo da opinião pública para sua campanha, os grevistas, direta e indiretamente, irão aumentar as pressões sobre o adversário”.<sup>270</sup> A eficácia de qualquer greve, portanto, “não depende apenas das pressões imediatas colocadas sobre os empregados pelos grevistas”, mas também é salutar o envolvimento com “outros atores sociais”, como “o Estado, os capitalistas, os meios de comunicação, os partidos políticos, a população em geral e os consumidores”.<sup>271</sup> Dessa maneira, as notícias que circulam na imprensa sobre os trabalhadores em movimento são parte importante da aceitação ou da rejeição das demandas de cada categoria perante a sociedade. As greves também devem ser analisadas como pequenos acontecimentos nos quais a própria narrativa dos jornais contribui para o enredo da trama.

---

<sup>270</sup> LIDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo:** Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 220.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 225.

No Brasil, os números são categóricos e comprovam que a partir de 1985 as greves aumentaram exponencialmente. Após esse ano, o país passa a ocupar a lista de lugares com “maiores taxas de greves, particularmente em função dos conflitos da esfera pública”.<sup>272</sup> Para Eduardo Noronha, predominam duas correntes de análise que avaliam os conflitos trabalhistas nesse período. A primeira vertente conservadora impõe de forma pejorativa o termo “grevismo” para classificar as mobilizações. Nessa tendência, os trabalhadores são percebidos apenas como massa de manobra de dirigentes políticos e de sindicatos, desprovidos de qualquer tipo de agência para a organização de seus próprios interesses. A segunda vertente, dada ênfase apenas aos desdobramentos econômicos, com foco nas perdas salariais. No entanto, segundo aponta Noronha, as duas correntes detêm limites interpretativos, isso porque o aumento das greves no período em apreço tem motivações variadas. “Elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais”.<sup>273</sup> O autor argumenta que as greves estão associadas ao processo de transição política. Se levarmos em conta um recorte temporal mais abrangente veremos um ciclo de mobilizações no Brasil a partir de 1978, que perdura com maior ou menor intensidade até o ano de 1998. Assim, Noronha defende que as greves estão vinculadas “às características da transição democrática brasileira, à superação do modelo desenvolvimentista e a um ambiente macroeconômico excepcionalmente instável”.<sup>274</sup>

Entre a abolição da escravatura e o ano de 1977, teriam sido registradas oficialmente apenas 88 greves. Um número muito pequeno se comparado com as estatísticas do grande ciclo de greves no Brasil, que vai, segundo o autor, de 1978 até 1998. A primeira metade da década de 1980, tempo de reorganização do sindicalismo, preparou o terreno para o grande impulso das greves na Nova República. As manifestações subiram de 214 para incríveis 1.102 atos. Merece destaque também o conturbado mandato do presidente Fernando Collor, que enfrentou 1.126 paralisações. Nos dois governos FHC, o movimento sindical sofreu forte repressão, principalmente no episódio conhecido como a greve dos petroleiros, em 1995. Depois, a tendência de estabilização preponderou.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In.: JUNIOR, Armando Boito (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 120.

<sup>273</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>274</sup> NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007**. Lua Nova, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009, p. 120.

<sup>275</sup> Essas informações estão em: NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007**. Lua Nova, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009.

As greves foram aplicadas com a intenção de assegurar ganhos reais para as classes trabalhadoras. Curiosamente, a estreia de um novo veículo impresso, o *Diário Catarinense*, que começou a circular em Santa Catarina no mês de maio de 1986, coincidiu com a efervescência de vários movimentos contestatórios no estado. Imediatamente a empresa de jornalismo precisou noticiar a greve dos mineiros no sul. Em 11 de maio do corrente ano, 10 mil operários das minas de carvão de Criciúma, Içara e Siderópolis, decretaram greve sem ter previsão de volta. Entre as reivindicações, os trabalhadores requisitavam a reposição salarial de 32%, o cumprimento da convenção realizada em janeiro e o recebimento de insalubridade a parte dos salários. Os empregados da Carbonífera Próspera incluíram outros dois pedidos, eles queriam substituir o médico Léo Cassetari, e solicitavam a volta de José Paulo Serafim à mina “A”. O operário fora transferido para o escritório central da empresa por ordem do diretor de produção, Bertoldo Arns. Serafim liderara uma greve em janeiro de 1986, e provavelmente seu deslocamento de setor aconteceu por esse motivo.<sup>276</sup> No dia seguinte, cerca de 800 trabalhadores da Carbonífera Barro Branco S/A também cruzaram os braços, aumentando o número de grevistas. Com a indústria da cerâmica e o setor de vestuário planejando entrar em greve, a cidade de Criciúma parecia balançar com mais adesões. Os ceramistas pleiteavam um ajuste salarial de 70%, um piso de 2.500 cruzados, o pagamento “das horas extras de 100% sobre o valor normal e de 50% a título de adicional noturno”. Já as trabalhadoras do vestuário<sup>277</sup> pretendiam alcançar um “reajuste salarial de 49,5%, 17% de produtividade, redução de jornada para 40 horas, escala móvel de salários, comissões de fábrica, vale-transporte e estabilidade por um ano”<sup>278</sup>.

Na edição do dia 14 de maio o jornal *Diário Catarinense* anunciou: “Greves se alastram por todo o Estado”. “A paralisação de sete categorias pode parar Criciúma hoje, enquanto em várias outras cidades estouram novos movimentos reivindicatórios”, resumia o jornal. O clima de tensão no sul de Santa Catarina ganhava proporções inéditas. O primeiro dia de greve das trabalhadoras da indústria do vestuário foi marcado por insultos e agressões físicas durante a formação de piquetes. “Albertina Zanivan, por exemplo, funcionária da Saleh Confecções, foi agredida pelo proprietário da fábrica de calças Rossel, Celso Cechinel, sendo jogada ao chão e chutada”. “A secretária do sindicato Margarida Taroz sofreu agressões de Silvano Cavaller, filho do comerciante da área do vestuário Galdino Cavaller”. Silvano também atacou o “repórter fotográfico do *Diário Catarinense*, Sidnei Cruz, que fazia a

---

<sup>276</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de maio de 1986, p. 3.

<sup>277</sup> Segundo uma reportagem do DC, cerca de 80% da categoria era composta por mulheres.

<sup>278</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de maio de 1986, p. 6.

cobertura no momento”. Além da questão salarial, as vestuaristas queriam a “redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, insalubridade, vale-transporte e garantias sindicais”, conquistas importantes que assegurariam êxitos muito além da demanda por reposição salarial. O presidente do sindicato patronal das Industrias do Vestuário, alegava estar surpreso com a greve e entendia que muitas pessoas aderiram a causa por falta de conhecimento e ingenuidade. Restava aos patrões recorrer ao encontro na Junta de Conciliação e Julgamento para a mediação do conflito.<sup>279</sup> Segundo Alcides Goularti Filho, a indústria do vestuário modificou o arranjo econômico da Região Carbonífera do sul catarinense junto à diversificação produtiva presenciada entre as décadas de 1970 e 1980. O ramo era composto basicamente por pequenos empresários. De acordo com o autor, “a mineração e as cerâmicas no início dos anos 70 geravam aproximadamente 5.000 empregos diretos exclusivamente de homens; com isso liberou-se uma grande quantidade de mulheres aptas ao trabalho de costureiras”.<sup>280</sup> É possível afirmar, portanto, que a tendência de declínio do setor carbonífero e a ascensão da indústria do vestuário redefiniu as fórmulas de trabalho na região sul de Santa Catarina.<sup>281</sup>

O processo que desencadeou a série de atos em maio de 1986, paralisando a cidade de Criciúma, contou com a articulação da Central Única dos Trabalhadores. O empresário Aldo Apolinário João, da Indústria Calçadista Sincal, culpava os líderes sindicais, afirmando que os operários estavam “sendo insuflados para aderir ao movimento, com reivindicações absurdas que não” poderiam “ser aceitas pela classe empresarial”.<sup>282</sup> Por sua vez, o dono da empresa Polar Way, acusou pessoas estranhas de provocar tumultos durante a formação de piquetes. Segundo Paulo Benedet, as greves tinham respaldo “dos partidos políticos que perderam espaço e votos com o êxito do pacote econômico decretado pelo presidente Sarney”.<sup>283</sup> Mas a executiva estadual da CUT admitia apoiar os movimentos grevistas em decorrência do pacote,<sup>284</sup> pois tais medidas causavam arrocho às classes trabalhadoras. Os sindicatos faziam a leitura da situação e não vislumbravam conquistas salariais através da negociação sem a deflagração de greves, haja vista que os patrões não estavam dispostos ao diálogo. Dessa

<sup>279</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de maio de 1986, p. 3.

<sup>280</sup> FILHO, Alcides Goularti. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. p. 160.

<sup>281</sup> É preciso destacar que o trabalho desempenhado nas minas de carvão não ficava restrito aos homens, as mulheres detinham um papel importante em tal atividade, para isso ver: CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

<sup>282</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de maio de 1986, p. 3.

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> Tratava-se dos desdobramentos do Plano Cruzado.

forma, o resultado das manifestações do sul de Santa Catarina era avaliado positivamente pelos sindicalistas, porque mostrava que naquela região havia uma mínima coesão para a luta e a reivindicação de direitos.

Fazendo valer as acusações dos empresários, o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, esteve na sede do Sindicato dos Vestuaristas de Criciúma e confirmou a coordenação das greves no sul catarinense, mas repudiou quem classificava as paralisações como um movimento político: “é claro que toda greve é política, mas isso não quer dizer que se trate de política partidária. É preciso saber separar as coisas”.<sup>285</sup> Na parte da tarde, Meneguelli discursou para aproximadamente 650 trabalhadores no Auditório São José, reafirmou durante a sua fala a posição da central face ao pacote econômico do governo federal. O presidente da CUT frisou que “os trabalhadores” estavam “pedindo o mínimo”. Ninguém queria “se locomover de helicóptero”, como faziam “muitos empresários de Santa Catarina”. “O trabalhador pede só condições de vida dignas para ele e sua família, nada mais”.<sup>286</sup> Todavia, nos locais de trabalho as hostilidades seguiam com ameaças de demissão e agressões. “Na indústria de calçados Stampa, os grevistas informaram que o encarregado geral da empresa, de nome José Klaug Gutierrez, jogou um pedaço de tábua contra os piqueteiros, atingindo um funcionário da empresa”. Na fábrica de calçados Cacril, sucedeu uma tremenda briga. Segundo o relato de “um dos diretores da companhia, Luiz Paulo Zanatta, o grevista João Medeiros ‘apanhou porque bateu num funcionário da empresa, Rivair Negro, que reagiu’. Os grevistas relataram outra versão, segundo eles, “o tumulto começou por culpa dos funcionários da empresa, que agrediram Medeiros e o padre Pedro Damázio, da Pastoral Operária”.<sup>287</sup>

Em 28 de maio, o *DC* noticiou o fim da greve dos vestuaristas e calçadistas de Criciúma. O Tribunal Regional do Trabalho “concedeu o pagamento dos dias parados, 4% de produtividade, estabilidade por um ano, piso salarial de Cz\$ 964 e um reajuste de 34% retroativo a novembro”.<sup>288</sup> Mas os advogados, representantes da classe patronal, prometeram recorrer a decisão no Tribunal Superior do Trabalho. As contendas não se encaminhavam para o fim, no dia seguinte as empresas demitiram alguns empregados que participaram das greves, mesmo após a garantia de estabilidade de um ano ser acordada no TRT.<sup>289</sup> Enquanto isso, a mobilização dos mineiros passava por sérios desgastes, especialmente quando os

<sup>285</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de maio de 1986, p. 3.

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 24 de maio de 1986, p. 3.

<sup>288</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 28 de maio de 1986, p. 3.

<sup>289</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 29 de maio de 1986, p. 3.

trabalhadores da Carbonífera Próspera de Siderópolis, empresa estatal, decidiram encerrar a greve. “A divisão entre os grupos de operários da Próspera e das quatro outras empresas da região durante a assembleia” ficou latente. “Na hora da votação, 171 trabalhadores de companhias privadas votaram pela continuidade da greve, enquanto 192, quase todos da Próspera de Siderópolis, manifestaram-se contra”.<sup>290</sup> Em 5 de junho, o *Diário* dava a greve dos mineiros na região sul de Santa Catarina por encerrada.<sup>291</sup> Conforme indica Alcides Goularti Filho, o ano de 1985 marcou o ápice das atividades carboníferas no sul catarinense. Nesse período, por volta de 15 mil empregos foram gerados, com uma produção de 4,5 milhões de toneladas de carvão ao ano. Porém, “em 1987, com a entrada do carvão importado e a paulatina redução dos subsídios, a produção caiu para 2,7 milhões de ton/ano e os empregos diretos para 9.129”.<sup>292</sup> Com a chegada do governo Collor, o desmanche arrefeceu a mobilização da categoria, de modo que “os resultados das políticas neoliberais para o setor carbonífero em Santa Catarina foram empresas fechadas, usinas abandonadas e mais de dez mil desempregados”.<sup>293</sup> Entre 1986 e 1995 as notícias comprovam a atuação dos mineiros de Criciúma, todavia, à medida em que o tempo passava as condições econômicas tornavam as lutas mais adversas.

Paralelamente aos acontecimentos de Criciúma, em 13 de maio de 1986, vigilantes e guardas, por meio de assembleias regionais, optaram por paralisar as atividades em todo estado. A categoria solicitava 10% de produtividade, o piso salarial de três salários mínimos para os vigilantes e de dois salários mínimos para os guardas, o pagamento de horas extras e o adicional de periculosidade. Segundo Euclides Antônio Badi, que iria substituir o presidente Francisco Alano na Federação dos Trabalhadores no Comércio, entidade que naquele momento representava a categoria na capital, os trabalhadores estavam engajados na mobilização. Badi alegava que “todos os pontos reivindicados” foram rechaçados pelos patrões. As “empresas não se propuseram a negociar”, pois duvidavam da paralisação.<sup>294</sup> Com o seguimento da greve, nos bancos de Florianópolis os funcionários faziam o papel de “guarda” enquanto esperavam a chegada de policiais para reforçar a segurança das agências. Em Blumenau, uma centena de seguranças realizou “passeata na Rua 15 de Novembro depois de abandonarem seus postos em 54 estabelecimentos bancários”.<sup>295</sup> No dia 21 de maio, o

<sup>290</sup> Ibidem.

<sup>291</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de junho de 1985, p. 3.

<sup>292</sup> Filho, Alcides Goularti. Op. cit., p. 39.

<sup>293</sup> FILHO, Alcides Goularti; MORAES, Fabio Faria de. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. *História & Perspectivas*, Uberlândia (40): 251-267, jan.jun.2009.

<sup>294</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de maio de 1986, p. 5.

<sup>295</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de maio de 1986, p. 3.

movimento foi encerrado em Joinville sem alcançar as conquistas salariais almejadas. No entanto, “a estabilidade de um ano na empresa para quem” tinha mais de 90 dias de trabalho, “o pagamento dos dias parados e o fato de os vigilantes de Florianópolis já terem resolvido voltar ao trabalho”, foram motivos que pesaram na decisão da assembleia em favor do encerramento da greve no norte catarinense.<sup>296</sup>

A categoria se mobilizou novamente, como sinaliza uma matéria publicada pelo *DC* em outubro de 1988, que versava sobre o “drama de ser um vigilante”. A história tinha como personagem principal Gentil Ferreira, de 51 anos, trabalhador da empresa Soseban. Ferreira relatou ao jornalista na ocasião: “a situação não é fácil. Sou um pai de família com 7 filhos com idades que variam entre 4 e 16 anos. Ganho, após um ano de serviço, Cz\$ 32 mil sem os descontos”. Explicou também sobre o aperto financeiro da família: “minha mulher não trabalha e conto, somente, com o auxílio do guri mais velho que trabalha no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde recebe Cz\$ 10 mil e dá Cz\$ 5 mil para ajudar em casa”. A remuneração mal dava para sobreviver, por isso o vigilante vendia jornais no horário de folga.<sup>297</sup> O presidente do sindicato da categoria recriminava as companhias de segurança privada por explorarem os trabalhadores, adquirindo assim, um lucro desmedido em cima da mão-de-obra. No caso dos vigilantes, as represálias inibiam a organização da categoria, temerosos em perder os empregos pessoas como Gentil Ferreira não podiam abrir mão do serviço, mesmo com os baixos salários oferecidos. A terceirização das atividades fins configurou um negócio rentável para as empresas prestadoras de serviços no ramo da segurança privada e de limpeza, o rendimento via repasse dos contratantes não se convertia em salários satisfatórios para os empregados, como indica a situação de Gentil Ferreira.

O jornal ainda cobriu movimentações de menor expressão, mas que não deixavam de ser inéditas, trazendo à tona as objeções de algumas categorias que desfrutavam de maior estabilidade e maior poder aquisitivo, cujos sindicatos não possuíam um histórico de contestação. Em 13 de maio de 1987, o *Diário Catarinense* noticiou a primeira greve por tempo indeterminado da Casan. De imediato, a companhia pediu a ilegalidade do movimento e ameaçou cortar o ponto dos trabalhadores.<sup>298</sup> O presidente, Luiz Fernando Gallotti, defendia ser impraticável atender as demandas dos funcionários, já que a empresa estava operando com déficits orçamentários. Em Joinville, Donald Werner, “membro do comando regional de greve”, saudava a adesão da categoria, lembrando que até àquele momento a sociedade não

<sup>296</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de maio de 1986, p. 3.

<sup>297</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de outubro de 1988, p. 9.

<sup>298</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de maio de 1987, p. 3.

recriminava a paralisação, “o que demonstra que a população está colaborando conosco, no sentido de compreender o motivo justo de nossa greve”, acreditava.<sup>299</sup> Em municípios como Itajaí, Joinville e Florianópolis, o setor de operações contava com funcionários para atender eventuais problemas nos bairros, mas a paralisação colocava em risco o fornecimento regular de água. Apesar disso, em 22 de maio, após 10 dias de braços cruzados, terminou a greve da Casan sem a conquista das reivindicações apresentadas no início do movimento. A deliberação votada na assembleia decorreu do julgamento do dissídio da categoria no Tribunal Regional do Trabalho. “O TRT cortou o direito de licença-prêmio, que garantia para cada três anos de serviço um mês de descanso, o prêmio de assiduidade, auxílio-creche, licença especial”, “estabilidade para os acidentados”. Ademais, “foi eliminado o item que obrigava a empresa a explicar as demissões por justa causa”.<sup>300</sup> Em meio a tantas perdas, o TRT outorgou apenas 15 das 79 cláusulas em favor dos trabalhadores. Entre os itens deferidos estava “o IPC integral para todos os níveis”, “produtividade de 4%” e “estabilidade no emprego para a gestante”.<sup>301</sup> A categoria, por meio de seus representantes sindicais, prometia recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho. Em reunião com os diretores da Casan, Carlos Fernando de Moraes, presidente do sindicato, entregou à Fernando Gallotti as reivindicações imediatas dos trabalhadores após o fim da greve, o documento incluía algumas solicitações como o plano de carreira, o prêmio por assiduidade e o pagamento dos dias parados.

Caso semelhante aconteceu na Celesc. Na edição do dia 23 de maio, o jornal informou sobre a deflagração de uma greve realizada pelos funcionários da companhia. Entre as exigências do sindicato constavam a reposição salarial, “a revogação do último decreto de periculosidade” e a “extinção da mão-de-obra de terceiros”. O presidente da Celesc, Nogert Wiest, acionou o TRT para tornar a greve ilegal, tal medida tinha o respaldo da “Lei Nacional 4.330”, que impedia os funcionários públicos de paralisarem as atividades.<sup>302</sup> Wiest informou ainda que não abriria negociação antes do dissídio da categoria, e naquele instante nenhuma contraproposta seria entregue aos trabalhadores “devido às dificuldades financeiras da empresa”.<sup>303</sup> Prevalecia a tendência de tornar as demandas pleiteadas como itens de ordem judicial.

Os exemplos mencionados ajudam a ilustrar como o *Diário Catarinense* acompanhou de perto as greves desencadeadas no estado. Em nenhum dos casos citados anteriormente o

<sup>299</sup> Ibidem.

<sup>300</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de maio de 1987, p. 3.

<sup>301</sup> Ibidem.

<sup>302</sup> É importante lembrar que tal lei em vigência era anterior a elaboração da Carta Constitucional de 1988.

<sup>303</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de maio de 1987, p. 3.

veículo impresso fez algum tipo de julgamento direto, se colocando a favor ou contra os movimentos narrados. Alertava-se, apenas, em raras notas no editorial para o impacto das greves sobre o planejamento do governo José Sarney na estabilização da economia. Efetivamente, ao investigar os pormenores dos enredos produzidos pelo *DC* observamos que as greves se constituíam como um legítimo conflito de classes, com interesses antagônicos sendo disputados de lado a lado. Os discursos e as representações sociais desenvolvidas na cobertura desses eventos, evoca a efervescência dos conflitos trabalhistas da Nova República em Santa Catarina. Se no início da década de 1980 o desemprego surgiu como o principal tema quando o assunto pesquisado nos documentos dizia respeito aos mundos do trabalho, as greves tomaram conta das pautas dos jornais a partir de 1985, perdurando em grande volume até 1995. Havia um ímpeto participativo dos sindicatos na vida política do país, capaz de mobilizar importantes camadas da sociedade, talvez tenha sido a “década de ouro” do sindicalismo brasileiro. As greves, portanto, surgiram como uma forma autêntica para a abertura de negociações, permitindo aos trabalhadores organizados expor suas necessidades na esfera pública. Apesar disso, elas foram marcadas por avanços e recuos, algumas categorias atingiram as metas projetadas com a interrupção do trabalho, mas havia também as mobilizações que se dispunham a não perder direitos, outras categorias finalizavam a greve sem ter nenhum benefício auferido.

Enquanto a linha de opinião da empresa de jornalismo indicava a defesa de balizas flexíveis para as relações de trabalho, os movimentos grevistas revelaram o clamor dos trabalhadores não só por reposição salarial, mas também por estabilidade no emprego. Contudo, a intensidade dos protestos e a quantidade de paralisações fez com que o *Diário Catarinense* produzisse narrativas para acomodar os conflitos trabalhistas, formulando assim uma série de sentidos acerca dos fatos redigidos. Se as greves locais ocupavam pouco espaço no editorial, os grandes movimentos nacionais repercutiram de forma mais incisiva na coluna de opinião do impresso catarinense.

Em dezembro de 1986, a descrença no Plano Cruzado II uniu as duas centrais sindicais do país, levando a convocação de uma mobilização nacional. A cúpula sindical fechou posição contra “o desrespeito à democracia e ao povo e a inaceitável submissão do Governo aos banqueiros internacionais, nacionais, latifundiários e grandes grupos econômicos”. As centrais acusavam a imprensa de omissão, por não divulgar a verdadeira situação da combalida economia brasileira. Sob outra perspectiva, o *DC* repudiou “a greve incongruente”, organizada por motivações políticas e sem a aprovação da opinião pública. No parecer do jornal, fica explícito o ataque às “lideranças extremadas” dos sindicatos, a ação desses atores

colocaria em risco a estabilidade democrática do país, pois a deflagração do movimento não contou com a consulta prévia das bases. O periódico intercedia a favor do Plano Cruzado, alegando que as medidas econômicas aumentaram o poder de consumo dos trabalhadores, gerando também um quadro de pleno emprego.<sup>304</sup>

Figura 8 - Cartaz de divulgação da greve geral.



<sup>304</sup> Diário Catarinense. Florianópolis, 12 de dezembro de 1986, p. 4.

“Um dia (quase) normal”. Foi assim que o *Diário Catarinense* abordou os acontecimentos da greve geral nos municípios de Santa Catarina. Sem sombra de dúvidas, a narrativa procurou ressaltar o suposto fracasso do movimento. Na cidade de Joinville, as indústrias permaneceram em clima comedido, sem mobilização. Ideli Salvatti, coordenadora da CUT, “denunciou que grandes empresas estavam gratificando os funcionários que não aderiram à greve”.<sup>305</sup> Apesar da panfletagem realizada pelo Sindicato dos Comerciários, convocando as pessoas para ocupar as ruas, não houve muita euforia. O presidente da CDL, Rubens Moura, disse que “mais uma vez ficou provado que os trabalhadores joinvilenses” eram “pacifistas”. Em Blumenau, apenas cinquenta pessoas compareceram ao ato, o destaque ficou por conta da fala de Sílvio Figueiredo, capturada por um repórter. Representando os microempresários, Figueiredo divergiu da afirmação do governo sobre o pleno emprego, segundo ele, havia sim desemprego, “até os microempresários estão fechando as portas, depois do novo Pacote, pois não têm condições de trabalhar”, desabafou. Na serra catarinense, em Lages, “mesmo com vendas reduzidas no comércio, a cidade” vivia um “clima de Natal”, o “papai Noel das grandes empresas comerciais chamaram mais atenção que o palco improvisado sobre um caminhão, onde além de discursos foram apresentados shows musicais e peças de teatro”. Em Criciúma, como era esperado, verificou-se maior mobilização, com três mil operários das minas de carvão aderindo ao movimento, que foi boicotado por dirigentes sindicais moderados. Já em Florianópolis, o centro da cidade ficou vazio por conta do fechamento de boa parte das lojas comerciais. Por volta das 17h, nas escadarias da Catedral, aproximadamente 3 mil pessoas estiveram reunidas no encerramento das manifestações. O presidente estadual da CUT, Jorge Lorenzetti, “considerando a falta de ônibus e a ausência de bares e lanchonetes abertos, avaliou que ‘para quem conhece Florianópolis, essas três mil pessoas, depois de um dia de cidade parada, são uma grande vitória’”.<sup>306</sup> O presidente da FECESC também avaliou de maneira positiva a greve no estado, segundo Ivo Castanheira: “esta greve serviu, entre outras coisas, para despertar os trabalhadores para a importância de sua participação e para que ele, por conta própria, fizesse uma reavaliação das mudanças econômicas e políticas que estão acontecendo no país”.<sup>307</sup> Em suma, o grande objetivo das entidades classistas foi advertir a população para as medidas

---

<sup>305</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de dezembro de 1986, p. 14.

<sup>306</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de dezembro de 1986, p. 18

<sup>307</sup> Ibidem.

econômicas impostas pelo governo federal, cujos desdobramentos atingiam os trabalhadores e as camadas menos favorecidas da sociedade.<sup>308</sup>

Uma enquete feita pelo *DC* ouviu a opinião de pessoas comuns na rua. Ao contrário do que pregava o editorial no dia anterior, havia uma inclinação dos populares em concordar com as queixas do movimento. O comerciário Feliciano Piers disse o seguinte: “sou totalmente a favor da paralisação e contra o Plano Cruzado II, que foi uma decisão antidemocrática do Governo. E vou dizer mais: não acredito nem um pouco nessa tal de Nova Constituição”. A balconista Angelita Silveira seguiu a linha: “sou contra o descongelamento dos preços e o aperto salarial, mas acho que todas as manifestações deveriam ser pacíficas. Assim como hoje, acho que está bom, se for para melhorar um pouco a vida da gente, eu sou a favor da greve e do movimento nacional”. O músico Luiz Carvalho também estava de acordo, mas não fomentava maiores expectativas por mudanças: “o descongelamento foi um grande golpe do Governo depois das eleições, nisso eu concordo com os grevistas [...]. Só não acredito muito que esse tipo de greve vá surtir algum efeito. A gente para, reclama, e tudo continua como está”. Em contrapartida, o bancário aposentado, Sérgio Moura, recriminava os grevistas, dizendo: “sou sempre contra essas manifestações e greves e a favor do Governo, que é o único certo. Isso tudo que está acontecendo hoje é coisa de comunista, e eu sou contra o comunismo porque só dá atraso social”.<sup>309</sup> Ao atentar para a fala das pessoas comuns, e dos próprios organizadores do movimento, nota-se os sentidos polissêmico emitidos a respeito da greve geral, e também a desilusão dos populares, em uma espécie de conformismo perpétuo. São tensões destoantes que estavam presentes nas vozes circunscritas ao jornal impresso. O próprio *Diário Catarinense* em editorial, na data que antecede a ação, procurou antecipar possíveis problemas da greve, empenhando-se em rotular as lideranças sindicais como “agentes subversivos”, transgressores das normas democráticas e das leis. Após o dia nacional

<sup>308</sup> Sobre o Plano Cruzado II, tal análise simplifica o quadro: “O tiro de misericórdia do Plano Cruzado foi dado pelo pacote econômico de novembro de 1986, anunciado logo após as eleições de 15 de novembro, em que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido político que dava sustentação ao governo Sarney, obteve uma vitória esmagadora. Este pacote ficou conhecido como Plano Cruzado II. Na divulgação do pacote, o Ministério da Fazenda classificou as medidas em seis categorias: a) medidas de estímulo à poupança; b) medidas fiscais com correção de preços; c) outras medidas fiscais; d) medidas de estímulo à exportação; e) medidas de desindexação; e f) medidas de redução da participação do Estado na economia. Além de um bom número de medidas cosméticas, o pacote aumentou impostos indiretos, reajustou preços de bens e serviços que estavam completamente defasados, concedeu alguns subsídios para as exportações, e expurgou do índice da inflação as variações de preços de produtos considerados supérfluos, como cigarros e bebidas. O fracasso desta última tentativa de salvar o Plano Cruzado deveu-se única e exclusivamente ao fato de que as origens do processo inflacionário brasileiro não foram atacadas, isto é, o financiamento do déficit público pela emissão de moeda não foi estancado e o regime monetário-fiscal-cambial não foi alterado”. In: BARBOSA, Fernando de Holanda. **Plano Cruzado.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado> Acesso em: 4 abr. 2019.

<sup>309</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de dezembro de 1986, p. 19.

de luta, o *DC* ressaltou a tranquilidade em Santa Catarina, focando na baixa adesão dos trabalhadores. Nas entrelinhas dessa trama, a imprensa construiu os significados do acontecimento, mas caso houvesse algum confronto entre manifestantes e as forças de segurança, muito provavelmente, a culpa recairia sobre as lideranças sindicais, e um outro repertório discursivo, evidenciando um possível descompromisso dos grevistas com a democracia e a estabilidade do país, seria estampado nas páginas do periódico.

A onda de descontentamento seguiu em agosto de 1987, agora contra o Plano Bresser. Tratava-se de um novo conjunto de medidas econômicas do governo federal para tentar estabilizar a inflação no Brasil. O *Diário Catarinense* teceu críticas aos movimentos organizados, alimentando a ideia de que os sindicatos praticavam um “grevismo inconsequente”. Dessa maneira, o jornal denunciava tais mobilizações como badernas que afetavam a estabilidade e a ordem pública do país. A Central Única dos Trabalhadores explicou os motivos para a insatisfação dos assalariados, vejamos uma nota lançada a favor do movimento:

O presidente Sarney vai à televisão e anuncia que a inflação de julho caiu para 3,05%. A Fundação Getúlio Vargas, que se dedica ao estudo da economia, rebate afirmando que a inflação chegou a 9,33% no mês passado. Já o Dieese, uma entidade sustentada pelos trabalhadores, mostrou que quem ganha menos paga mais: para quem ganha de 1 a 30 salários mínimos a inflação atingiu 14,04%; de 1 a 5 mínimos foi de 15,19%; e para a maioria dos trabalhadores, ou seja, aqueles que ganham entre 1 e 3 mínimos a inflação chegou a 16%. Assim não dá!

O plano Bresser roubou 37,74% dos trabalhadores ao ser implantado, pois desconsiderou o gatilho salarial e a inflação da primeira quinzena de julho. Os preços dos produtos de primeira necessidade foram congelados por cima, comendo ainda mais nossos míseros ganhos. Enquanto seu partido diz que o Brasil não vai ao FMI, Bresser viaja para os Estados Unidos para mostrar seu milagroso plano e admitir negociações com o Fundo Monetário. Assim não dá! [...]

O presidente Sarney dá e tira cargos negociando os cinco anos de mandato, que afirma ter direito. Esquece que foi eleito para vice e por um Colégio Eleitoral inventado pelos militares para manter mais de 20 anos de ditadura. Os trabalhadores, junto com a maioria dos partidos e da CUT, estão cheios do chamado “governo de transição” e exigem eleições diretas já para a Presidência da República, porque assim não dá!<sup>310</sup>

Em 21 de agosto, houve uma tentativa de greve geral, duramente reprimida em Santa Catarina pelas forças policiais. Logo cedo uma malograda investida para impedir a circulação do transporte coletivo na capital prenunciava a sorte dos organizadores naquela data. No largo da catedral, lugar característico de encontro dos manifestantes em Florianópolis, notícias

---

<sup>310</sup> In: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/> Acesso em: 5 abr. 2019.

realçavam que desde a “novembrada” em 1979 não se presenciava tantas cenas de violência. Estudantes foram brutalmente agredidos, agricultores indefesos, com idade acima dos 50 anos, foram atacados. Podemos ter uma dimensão dos fatos acompanhando o seguinte relato:

Várias tropas de choque cercaram o acesso à Catedral. Ao meio-dia, chegaram os cavalarianos, antes espalhados pelas ruas laterais da praça. Dez minutos depois, explodem as três primeiras bombas de efeito moral, mas não há dispersão. A tropa revigora sua ação, armada de cassetetes, escopetas e bombas de gás lacrimogênio. Os soldados batiam “cegamente”, dizendo palavrões. Velhos e crianças foram atingidos. Três rapazes fogem das bordoadas, pela Rua Tenente Silveira, carregando ao colo o amigo Líbero Machado ferido e sangrando muito.

Duas moças foram atendidas na farmácia Vitória depois de desmaios, enquanto o massagista Everton Machado tentava estancar o sangue de um corte na cabeça e, chorando, xingava Pedro Ivo de “assassino fascista”. As escadarias da Catedral foram tomadas pela tropa de choque e cavalarianos que fizeram um cerco completo para acabar com o piquete no Banco do Brasil. A repórter Rosane Porto, da TV Barriga Verde e o fotógrafo João Otávio Ness, do DC, foram espancados na porta da igreja sob os olhares estupefatos da população na calçada e nas janelas do edifício da Secretaria da Fazenda.<sup>311</sup>

A população condenou a postura dos policiais. O taxista Osvaldo Pereira Filho achou “a maior ignorância da polícia, pois o povo deve lutar pelos seus direitos”. Já o icônico propagandista Carlos Alberto da Silva, que se notabilizou por andar nas ruas de Florianópolis carregando uma caixa de som e um par de chifres, afirmou ser testemunha ocular da manifestação, expressando seu ponto de vista de maneira verossímil: “apesar de fraco, o movimento era pacífico e ordeiro”.<sup>312</sup> Na cidade de Chapecó, a repressão policial impediu a formação de piquetes na frente das agências bancárias, a violência das forças de segurança deixou feridos, incluindo um cinegrafista do grupo RBS. Em Criciúma, os manifestantes atearam fogo e apedrejaram ônibus, a greve resultou na prisão de 19 pessoas que portavam armas e objetos perigosos, destinados a auxiliá-los na formação de piquetes.

---

<sup>311</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de agosto de 1987, p. 3.

<sup>312</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de agosto de 1987, p. 13.

Figura 9 - Policiais reprimindo manifestantes na Praça XV de Novembro, em Florianópolis.



Em Jaraguá do Sul, relatos de violência também repercutiram na imprensa. Nos dias seguintes à greve contra o Plano Bresser, uma matéria assinada pela jornalista Anete Poll destacava a incomum mobilização da classe trabalhadora no município catarinense, resumida da seguinte maneira: “várias categorias romperam com um acomodamento histórico e saíram às ruas, organizadas para reivindicar seus direitos”. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Luiz Carlos Busana, a inexpressiva organização dos assalariados em Jaraguá, até àquele momento, decorria da presença de “coronéis” à frente dos sindicatos. O surgimento de novos comandos nas entidades classistas foi de fundamental relevância para a ruptura de um modelo de compadrio, responsável por amparar a relação entre trabalhadores e empresários. Busana afirmou na ocasião que “os novos líderes sindicais” estavam “conscientizando os trabalhadores sobre a força de que alcançaram através da organização”.<sup>313</sup> A greve na empresa WEG e o apoio à paralisação geral contra o Plano Bresser foram resultados dessa nova postura dos líderes. Segundo Busana, tal comportamento vigorou desde as campanhas sindicais, quando, nas palavras do próprio presidente metalúrgico, “fomos até a porta das fábricas e nos decidimos a não ser bonecos atrás de escrivaninhas. Sempre procuramos orientar os trabalhadores e fomos bem recebidos”.<sup>314</sup> Outro líder sindical, Clemente Mannes, atribuiu o impulso reivindicatório a maior conscientização dos trabalhadores acerca das verdadeiras condições de exploração a que estavam submetidos.

<sup>313</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 24 de agosto de 1987, p. 5.  
<sup>314</sup> Ibidem.

A mudança de atitude causou perplexidade nos empresários da região. Para o presidente do Sindicato Patronal da Indústria Moveleira, a CUT estava “se alastrando e se organizando e o empresariado em geral não se preparou para isso”.<sup>315</sup> Não é pretensão desta pesquisa tentar desvendar as nuances internas do sindicalismo em Santa Catarina, mas pode-se afirmar que a atuação desses personagens no âmbito político e social já não podia mais ser negligenciada na grande imprensa. Era uma realidade diante do discurso no qual sobrepujava a figura do “trabalhador ordeiro” catarinense. O tempo das greves trouxe mais um elemento central para compreendermos os enredos formulados através da imprensa sobre as relações de trabalho, isto é, a afirmação discursiva de líderes sindicais inseridos em um contexto histórico que procuravam colocar o eixo de ação do sindicalismo de acordo com os conflitos transitórios.

O uso da violência por parte das forças de segurança de modo algum representou uma novidade para alguns trabalhadores catarinenses. Em maio de 1987, o funcionalismo público deflagrou uma greve de grandes proporções, suscitando em alguns momentos a repressão policial. Tudo começou quando os servidores estaduais decidiram rejeitar a proposta do governador Pedro Ivo Campos de abono salarial, porque não condizia com as taxas de inflação. Então, a paralisação por tempo indeterminado foi aclamada. Requisitava-se a execução da lei do gatilho salarial, a implementação do plano de carreira no magistério, estabilidade no emprego e a efetivação do Plano Estadual de Educação. De acordo com Ana Aquini, presidente da Alisc, a isenção do ICM para os empresários impedia o investimento da administração governamental em outras áreas, “se essas empresas pagassem os impostos, o Estado teria condições financeiras de cumprir suas obrigações com os servidores e também conseguiria investir na educação, saúde e habitação”, referendava.<sup>316</sup> No segundo dia de greve, os servidores tentaram ocupar a Praça Tancredo Neves a fim de protestar contra o governador, porém ordens vindas diretamente do Palácio coibiu a presença dos grevistas nesse espaço.<sup>317</sup> Munidos de escudos e cassetetes, os policiais reprimiram os manifestantes. Intransigente, Pedro Ivo Campos taxou-os de “baderneiros e profissionais da agitação”, insuflados pela CUT. O governador indeferiu qualquer possibilidade de negociação, pois segundo ele, o Estado não contava com recursos para oferecer ao funcionalismo.<sup>318</sup>

---

<sup>315</sup> Ibidem.

<sup>316</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 de maio de 1987, p. 3.

<sup>317</sup> Aqui existe uma contradição: o governador Pedro Ivo Campos desmentiu a afirmativa de ter partido do Palácio a ordem para reprimir a manifestação. No entanto, o agente responsável pelo policiamento confirmou que a ordem veio do Palácio.

<sup>318</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 27 de maio de 1987, p. 9.

A partir disso, decorreu uma série de passeatas em Santa Catarina conduzida por docentes e demais servidores públicos. Em Blumenau, por volta de 2 mil pessoas saíram em caminhada nas ruas Sete de Setembro e 15 de Novembro, o protesto seguiu de forma pacífica, com alunos, professores e pais, evocando frases de ordem. Uma paródia do sucesso da cantora Celly Campello era cantada por manifestantes, animando o percurso: “Pedro Ivo, vê se me deixa em paz, o pobre funcionário que não aguenta mais”, “Eu votei há algum tempo atrás, me arrependi e vivo a lamentar”, “Hei, hei é o fim, ó Pedro Ivo dá o gatilho pra mim”.<sup>319</sup> Em Joinville, o lema da manifestação passava pela música “Eu só peço a Deus”, de Mercedes Sosa e Beth Carvalho. A canção serviu como hino para os trabalhadores durante a caminhada. Em Chapecó e Criciúma também ocorreram marchas nas ruas das respectivas cidades.<sup>320</sup>

No 18º dia de greve, em 11 de junho, o *DC* publicou àquela que teria sido “a maior manifestação dos servidores na história da vida pública estadual”. Por volta de 15 mil pessoas estiveram reunidas em frente ao Palácio Santa Catarina e na Praça Tancredo Neves, no centro de Florianópolis, para pressionar o governo. Muitas comitivas vindas de outros municípios agitaram a cidade logo pela manhã. Às 16h uma longa marcha percorreu as ruas Tiradentes, Praça 15, Tenente Silveira, Álvaro de Carvalho e Felipe Schmidt. “Só para se ter uma ideia, as primeiras pessoas já retornavam ao Palácio, quando haviam grevistas que ainda não tinham saído” do local. Em entrevista, o presidente da Federação dos Servidores contrariava a afirmação de Pedro Ivo Campos sobre a impossibilidade de o Estado pagar o gatilho salarial. No mês de março as perdas da categoria chegaram em 131%.<sup>321</sup> O impacto da grande manifestação ecoou na linha editorial do *Diário Catarinense*, demonstrando que os servidores adquiriram um certo prestígio e a aceitação na esfera pública. O jornal reconheceu a legitimidade da principal pauta requerida:

A manifestação organizada pelos servidores públicos em Florianópolis, na tarde de quinta-feira, foi prova definitiva e incontestável de que a categoria está mobilizada e de que o movimento, ao contrário do que, até dias atrás, diziam as autoridades, não se acha circunscrito apenas a alguns de seus segmentos. Foi a maior manifestação de rua já promovida em Santa Catarina nos últimos tempos. Quando mais de 15 mil pessoas dispõem-se a participar de um protesto organizado, não o fazem movidas simplesmente por motivações secundárias, mas estão lutando por uma causa que lhes é vital. A expressiva manifestação de quinta-feira, ordeira e pacífica, atestou a urgência de ambas as partes – servidores e Governo – desarmarem os espíritos e voltarem à mesa de negociações, eis que está provado que, agora, não há qualquer outra saída para o impasse. Diversas vezes temos afirmado

---

<sup>319</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 4 de junho de 1987, p. 13.

<sup>320</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6 de junho de 1987, p. 9.

<sup>321</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de junho de 1987, p. 10.

que a greve, embora direito legítimo dos trabalhadores e preceito indispensável a qualquer legislação democrática, é recurso extremo, que só deve ser acionado quando tenham falhado todos os demais meios suasórios. No caso dos servidores – cabe também lembrar, uma vez mais -, a greve é proibida por dispositivo constitucional. Mas estamos diante de uma situação de fato, situação compreensível diante do aviltamento salarial da categoria que sofreu perdas superiores a 100% de poder aquisitivo, em poucos meses, por conta da voragem inflacionária.<sup>322</sup>

A forma ordeira e pacífica da manifestação se enquadrava nos limites impreteríveis exigidos pela empresa de jornalismo para o desenrolar de uma greve, mas as negociações entre grevistas e governo não avançavam. Quando se completou um mês e sete dias de paralisação, uma nova onda de protestos tomou as ruas de Florianópolis. O comando de greve acreditava que a passeata desse dia havia superado a que fora realizada em 11 de junho. Bandeiras, faixas, apitos e cantos, circularam nas ruas da capital catarinense. Uma chuva de papel picado era jogada dos edifícios e os populares solidarizavam-se com o ato dos grevistas, cenário que diferia muito do início das mobilizações, quando policiais reprimiam professores na Praça Tancredo Neves. Nesse meio tempo, parlamentares e representantes da categoria buscavam uma nova audiência com o governador.<sup>323</sup> Contudo, somente em 17 de julho, após 54 dias, a greve foi encerrada.<sup>324</sup> O desgaste provocado com o passar do tempo resultou no esvaziamento do movimento, somado a isso, a aprovação do projeto de anistia votado na assembleia legislativa selou o fim da paralisação. Na análise de Ana Aquini, “o movimento saiu vitorioso porque sem a luta o Governo teria pago o abono salarial e o gatilho teria ido para o espaço”. Entre perdas e ganhos, foram cumpridos “57,66% referente aos gatilhos de abril e maio, através do decreto enviado pelo governador à Assembleia Legislativa”, “apesar de faltar os de março e abril”.<sup>325</sup> Mas a grande marca do movimento tivera sido a empatia despertada junto à população, sem tal fator a severidade do governo estadual prevaleceria.

A emblemática e movimentada década de 1980 caminhava para o seu final com mais um esforço do presidente José Sarney em tentar controlar a instabilidade econômica do país, motivada por alarmantes índices inflacionários. Em janeiro de 1989, uma série de medidas foram lançadas pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. O Plano Verão, como ficou conhecido, representava a quarta deliberação do executivo para conter a inflação, pois os planos anteriores, Cruzado e Bresser, haviam fracassado. Mais uma vez, as classes trabalhadoras organizadas ficaram insatisfeitas com as consequências práticas das escolhas

<sup>322</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de junho de 1987, p. 4.

<sup>323</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de julho de 1987, p. 10.

<sup>324</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de julho de 1987, p. 8.

<sup>325</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de junho de 1987, p. 8.

definidas através da equipe econômica do governo. Em meados de março, os sindicatos planejaram uma paralisação de dois dias contra o Plano Verão. Em Santa Catarina, a Polícia Militar esteve de prontidão para garantir a segurança de quem porventura optasse por ir trabalhar, mas o governador em exercício, Casildo Maldaner, recomendava a população não sair de casa devido ao clima de tensão. O presidente da Fiesc, Milton Fett, confiava que a greve seria parcial no estado, isso porque a mensagem a ser transmitida pelos grevistas era eminentemente política.<sup>326</sup> Tratava-se da primeira greve geral sob a nova constituição, dessa forma o empresariado e as elites políticas catarinenses buscavam a qualquer custo esvaziar os atos contestatórios. Todavia, as fontes indicam um relativo sucesso do movimento, com destaque para a cidade de Blumenau, onde uma vultuosa manifestação dos trabalhadores das indústrias têxteis aconteceu em paralelo.

No norte catarinense, a mobilização geral também coincidiu com a greve na Fundição Tupy. Os trabalhadores da empresa pediam 26,5% de reposição salarial, mas uma divergência por conta da adesão ao movimento separava o ponto de vista de patrões e empregados. A Tupy informava que apenas 20% de seu quadro de funcionários tinham aderido à paralisação, já os sindicalistas acreditavam ter em média 70% de operários apoio a greve. Um comboio com aproximadamente 200 policiais chegou no pátio da empresa no dia 13 de março para assegurar a entrada do ônibus com trabalhadores, houve relatos de agressão e confrontos. Segundo o jornalista responsável por redigir a matéria ao *Diário Catarinense*: “é certo que mais de mil pessoas estavam na porta da fábrica chamando os trabalhadores à mobilização. De um lado, sob um calor de mais de 30 graus, os sindicalistas e operários gritavam palavras de ordem, que eram abafadas, do outro lado da rua, pelo hino da Tupy, samba e até vanerão”.<sup>327</sup> No segundo dia, o jornal noticiou o clima de calma, mas com uma “verdadeira guerra de equipamentos de som em frente ao portão 2”, local destinado ao acesso dos funcionários para o interior da fábrica. “Tanto a direção da empresa quanto a do sindicato colocaram potentes equipamentos em cima de veículos e divulgavam mensagens tentando conquistar apoio dos indecisos”. O diretor administrativo da Tupy, Ulmar Felipe, atenuou os efeitos da greve, afirmando que os expedientes seguiam normalmente. “A empresa, segundo ele, inovou na tentativa de neutralizar os piquetes, com um conjunto de som reproduzindo músicas e mensagens de convocação ao trabalho, contrapondo-se ao sistema de alto-falantes dos grevistas”. Além disso, “mensagens frequentes nos jornais, rádios e TV locais

---

<sup>326</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de março de 1989, p. 20.

<sup>327</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de março de 1989, p. 22.

completaram o esquema da empresa”.<sup>328</sup> Em 15 de março, o movimento desvaneceu e os trabalhadores passaram a cumprir a costumeira jornada de trabalho. Esse exemplo demonstra algumas das adversidades enfrentadas na mobilização da classe operária em Santa Catarina, visto que, se tornava muito difícil competir com a influência das grandes empresas, devido aos recursos que elas contavam para impedir o associativismo.

Mas, as ruas centrais de Joinville presenciaram uma passeata protagonizada por categorias descontentes com o que nomearam de “Plano Ladrão”, incluindo os mecânicos, metalúrgicos, previdenciários, comerciários e professores. Os estabelecimentos de comércio cerravam as portas quando avistavam cerca de duas mil pessoas se aproximarem, “as lojas iam reabrindo depois, mas o clima nas ruas não ficou o mesmo diante de uma das maiores manifestações desde a passeata por diretas já”.<sup>329</sup> Em Florianópolis, contabilizava-se que por volta de mil pessoas percorreram a região central tentando angariar apoio, compareceram em bom número os eletricitários, estudantes, professores, bancários, servidores públicos estaduais, federais e municipais. “O sucesso foi total junto aos funcionários da Magazine Torra-Torra, na Conselheiro Mafra. Com os pertences nas mãos, as balconistas saíram sob aplauso e incentivo dos grevistas e ingressaram na caminhada”.<sup>330</sup> Apesar da receptividade na capital catarinense, os organizadores do movimento não conseguiram cativar os motoristas do transporte coletivo, assim como aconteceu em outros centros urbanos do país, condição indispensável para o sucesso do protesto.

Antes de ser deflagrada a greve geral contra o Plano Verão em Santa Catarina, os trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau paralisaram a cidade. O jornal *Diário Catarinense* assim informou seus leitores: “num movimento inédito, 20 mil têxteis fazem greve e têm adesão de outras categorias”. Cabe lembrar o papel da indústria têxtil no Vale do Itajaí. Cidades como Blumenau e Brusque cresceram acompanhadas dessa atividade, cujo início pode ser datado a partir da segunda metade do século XIX. As indústrias Hering, Karsten, Buettner e Carlos Renaux foram as que ganharam maior notoriedade no ramo. De acordo com Jinkings, o aparato das máquinas provinha de países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Outra característica importante desse tipo de indústria “era sua localização próxima a fontes de água, porque os teares eram movidos por força hidráulica”<sup>331</sup>. No entanto, seguindo o argumento da autora, durante a década de 1990 constata-se o declínio

<sup>328</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de março de 1989, p. 18.

<sup>329</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de março de 1989, p. 26.

<sup>330</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de março de 1989, p. 16.

<sup>331</sup> JINKINGS, Isabella. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – PPGSP, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. p. 39.

das taxas de lucro das empresas atuantes na região, que possuíam grande relevância no mercado nacional. A abertura econômica brasileira provocou o acirramento da concorrência no setor, isso impôs “as empresas têxteis adotar novos padrões tecnológicos e organizacionais para se adequarem à competitividade internacional”. O processo de integração econômica global interferiu diretamente nas relações de trabalho e na própria ação sindical no setor catarinense.<sup>332</sup>

Na greve de 1989, os empresários da região endossavam um discurso voltado à edificação da imagem do “trabalhador ordeiro”, porém as negociações com os empregados não encontraram um desfecho plausível, estes requisitavam de início a reposição salarial de 87,6% para suprir as perdas que vinham se acumulando desde setembro do ano anterior. Na ocasião, o presidente do sindicato patronal, Ulrich Kuhn, afirmou: “as mesmas pessoas que têm interesse em desestabilizar o Brasil querem fazer o mesmo em Blumenau, que é o maior polo têxtil concentrado do País”. Em assembleia realizada no dia 13, nas escadarias da Igreja Matriz e na Rua 15 de Novembro, “aproximadamente 20 mil operários do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem resolveram continuar a greve iniciada domingo”.<sup>333</sup> O jornal impresso apontava a importância da atividade produtiva na cidade, pois os têxteis correspondiam a “40% da população economicamente ativa do município com 30 mil trabalhadores”, e estavam “fazendo um movimento histórico”, porque até então não havia registros de uma greve com tamanha proporção.

A estratégia usada pela classe empresarial aspirava desestabilizar o movimento. Em primeiro lugar, os mandatários anunciam na imprensa a baixa adesão à greve e a volta de “grande” contingente de assalariados ao trabalho, tal informação não era verdadeira. Os empresários também prometiam conceder bônus para quem retornasse às fábricas e abandonasse a paralisação. Ulrich Kuhn, pressionava os sindicatos ao estipular que abriria conversas somente quando os expedientes estivessem dentro da normalidade. Em 17 de março, efetuou-se uma série de cadastramentos no ginásio de esportes Humberto de Campos, muitas pessoas desempregadas se candidataram a “uma vaga nas mais de 25 indústrias de fiação e tecelagem” para substituir os grevistas.<sup>334</sup> Em meio a tanta pressão e ameaça de demissão, o presidente do sindicato da categoria, Osmar Zimermann, tentava transmitir aos trabalhadores a importância de não se praticar atos de violência, para que o movimento não fosse classificado como de “baderneiros”. O representante da categoria retrucava as afirmações do

<sup>332</sup> Ibidem, p. 2-5.

<sup>333</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de março de 1989, p. 24.

<sup>334</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de março de 1989, p. 21.

patronato local ao reafirmar a força da greve, que contava com aproximadamente 95% de adesão. Zimermann insistia na conscientização dos operários, frisando que a vitória só poderia ser obtida através da coesão. Lideranças sindicais do estado deslocaram-se para Blumenau a fim de acompanhar de perto a mobilização dos trabalhadores têxteis. Figuras como Idemar Martine, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina, Jorge Lorenzetti e Ineir Mipmann, respectivamente, diretor nacional e presidente da Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina, apoiaram a entidade local. Em entrevista, Idemar Martine disse que os têxteis “assumiram seu papel dentro da nova realidade nacional, isso sem falar que estão escrevendo novo capítulo na história sindical catarinense”. O desfecho da greve favoreceu os trabalhadores, e no dia 21 de março cerca de 15 mil operários aceitaram em assembleia a proposta das empresas.<sup>335</sup>

A decisão decorreu da postura mais flexível dos empresários que concederam “35% de adiantamento no salário de abril e 5,18% no de maio, entre outras vantagens”. Segundo Ulrich Kuhn, o acordo foi “economicamente penoso” para os patrões. Iracema Gayo, secretária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, resumiu da seguinte maneira o fim da greve: “este foi o início do despertar da consciência de classe no trabalhador de Blumenau”.<sup>336</sup> Isso porque a unidade da mobilização colocou em dúvida por um instante o imaginário do “trabalhador ordeiro” da cidade, tão comumente veiculado nos meios de comunicação e proferido pelas elites políticas e econômicas de Santa Catarina.

No quadro histórico analisado, a Nova República veio acompanhada de um caráter extremamente conflitivo nas relações entre capital e trabalho. Esse fator se deve em parte a reorganização do sindicalismo, bem como pela instabilidade econômica na qual o país atravessava durante a década de 1980. Conforme defende Noronha, “o processo de democratização permitiu a expressão de demandas trabalhistas, mas manteve a greve como o único meio eficiente para as conquistas dos trabalhadores”.<sup>337</sup> No entanto, não se pode negligenciar a busca das classes trabalhadoras por estabilidade, pois lutar pelas reposições salariais era uma forma de enfrentar as variações dos preços no cotidiano, além de abrir a possibilidade de os assalariados arcarem com o aumento do custo de vida. A grande imprensa tratou de questionar a legitimidade das greves, principalmente as de âmbito nacional, condenando o que denunciava como “grevismo” que eclodiu no limiar da nova vigência

---

<sup>335</sup> É importante destacar que outras duas categorias estavam em greve na cidade de Blumenau concomitantemente ao movimento liderado pelos trabalhadores das indústrias têxteis, os metalúrgicos e os cristaleiros.

<sup>336</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de março de 1989, p. 20.

<sup>337</sup> NORONHA, Eduardo. Op. cit., p. 124.

democrática. Logo após a greve geral contra o Plano Verão, o *Diário Catarinense* fez um apanhado das mobilizações sucedidas em lugares como Recife, Minas Gerais, Salvador e Rio Grande do Sul, com o propósito de ressaltar os prejuízos causados ao restante da população durante as mobilizações. O jornal cobrava uma postura ativa dos parlamentares a respeito das greves, pois elas estariam colocando em risco o equilíbrio econômico, prejudicando inclusive as medidas de combate à inflação. Isso fica latente no seguinte trecho retirado do editorial:

É espantosa a irresponsável facilidade com que se ferem de paralisação atividades vitais neste País. Apenas no primeiro dia da parada dos motoristas e cobradores de ônibus do Grande Recife, perto de 1,4 milhão de passageiros ficaram sem transporte coletivo. Em Salvador, os 22 mil funcionários da Prefeitura, que também cruzaram os braços, deixaram uma capital sujeita a grandes inundações, já que o período chuvoso começou no último fim de semana e não há sequer pessoal disponível para a limpeza dos bueiros e canais que dão vazão às águas. E, em Minas Gerais, teimam os metalúrgicos em manter a ocupação da usina da Mannesmann, inclusive com a ameaça de explodir o alto-forno. No vizinho Rio Grande do Sul, a partir da noite de segunda-feira, funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica ameaçaram com um colapso total do abastecimento de um serviço público essencial que também iria trazer inúmeros transtornos a muitos catarinenses. Mesmo que um acordo haja evitado a continuidade da greve decretada por aquela categoria, que reúne 11 mil servidores, dezenas de milhões de cidadãos estiveram a ponto de ser privados, por tempo incerto e não sabido, de uma prestação de serviço vital, cuja falta não se mede tão só pelos eventuais contratemplos causados a pessoas alheias à mobilização classista, ou a instituições, como hospitais, que não podem prescindir de energia, mas pelos prejuízos a que se expôs toda a economia de uma vasta região.

Tudo isso se sucede nem decorrida uma semana da greve que a CUT e a CGT pretendiam fosse geral, mas que, mesmo parcial e forçada pela violência dos piquetes, a condescendência de alguns prefeitos e o decisivo auxílio das empresas de transporte, não deixou de acarretar sérios danos ao País, além de contratemplos aos trabalhadores que não comungavam com a pregação radical daquelas centrais sindicais. Em verdade, estamos diante de uma perigosa escalada do grevismo, que, mais do que tudo, poderá torpedear os esforços governamentais em busca de estabilidade econômica e da derrota da inflação.<sup>338</sup>

O jornal se encarregou de fazer uma síntese das greves que intercorriam em várias cidades do país, justamente para ressaltar os prejuízos criados pelas paralisações aos demais setores da sociedade que, segundo tal perspectiva, não compactuava com o “radicalismo” das centrais sindicais. De acordo com o editorial, a greve contra o Plano Verão não foi geral e contou com a anuência de prefeitos, muito provavelmente dos filiados a alguma sigla de esquerda. Desse modo, o termo “grevismo” foi uma das principais expressões usados na imprensa para classificar a ação das classes trabalhadoras organizadas durante o período. A

---

<sup>338</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de março de 1989, p. 4.

palavra está associada a muitos outros elementos: praticar o “grevismo”, quase que de forma redundante, correspondia a integrar um movimento de “baderneiros” e “arruaceiros”, de estar submetido ao comando de líderes sindicais, cuja postura não era nenhum pouco compatível com os valores projetados para a Nova República. Seriam esses os atores a liderar motins nas portas das fábricas, de formar piquetes para impedir que outros trabalhadores conseguissem prestar seus expedientes.

Em Santa Catarina, a deflagração das greves colidiu com o discurso do “trabalhador ordeiro”, isso porque os conflitos não eram benquistas pelos formuladores de opinião no *Diário Catarinense*, muito menos pelos agentes empresariais e detentores do controle da máquina administrativa estadual. Mas existia uma especificidade na narrativa empreendida no veículo de comunicação. Enquanto a ocorrência das greves locais não estimulava uma posição contrária em editorial,<sup>339</sup> os movimentos de abrangência nacional, organizados por entidades como a Central Única dos Trabalhadores, suscitava o repertório fundamentado na lógica do “grevismo”. Assim, entrava em jogo um conjunto de premissas sublinhando o pouco apreço desses movimentos às regras democráticas, e a participação de lideranças que não levavam em consideração a opinião das bases nas quais representavam.

Para os trabalhadores organizados, competir no plano discursivo com a influência que os empresários detinham perante os meios de comunicação consistia em uma tarefa árdua. A lógica do “grevismo inconsequente”, enquanto narrativa, foi muito importante para a eleição de Fernando Collor no pleito presidencial de 1989.<sup>340</sup> A maneira como a imagem do então candidato do PRN foi construída veio a calhar com alguns pontos do projeto de país defendido pelo *Diário Catarinense*. Do outro lado da disputa, no segundo turno, estava o representante desse momento de efervescência dos conflitos trabalhistas, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. De imediato se associou ao petista noções pejorativas que faziam parte da lógica narrativa do “grevismo”: Lula poderia trazer a instabilidade política ao país, agravando ainda mais a situação econômica.

Por fim, é necessário destacar que atrás das representações sociais e dos discursos formulados por meio das páginas do *Diário Catarinense*, cujo objetivo era acomodar um enredo sobre os conflitos trabalhistas vigentes no contexto dos anos de 1980, estava um

<sup>339</sup> Com exceção da greve do funcionalismo público de 1987.

<sup>340</sup> Segundo André Singer, nas eleições de 1989 há indícios de que boa parte das camadas mais pobres do eleitorado brasileiro votou na candidatura de Fernando Collor. Segundo o autor, “a vitória de Collor não decorria apenas de promessas fáceis. Havia uma hostilidade às greves, cuja onda ascensional se prolongou desde 1978 até as vésperas da primeira eleição direta para presidente, e da qual Lula era, então, o símbolo maior”. SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009, p. 87. É fato notório, portanto, o papel da imprensa nesse processo.

projeto de país, amparado no que viria a ser chamado de neoliberalismo, no qual ganhava proeminência o papel da livre iniciativa. As projeções para se alterar as relações de trabalho passavam por dois fatores. Em primeiro lugar, as greves e o ímpeto da forte atuação dos sindicatos deveria ser contido. Consequentemente, seria imprescindível modificar a CLT, adequando-a para um novo tempo, o tempo da Nova República. Setores da imprensa, como o *Diário Catarinense*, agiram como porta-voz na disseminação dessas ideias. Tal demanda agradava a empresa de comunicação, pois traria benefícios aos empregadores, e, por conseguinte, retiraria proveitos conquistados pelas classes trabalhadoras, ao mesmo passo em que criaria obstáculos aos articuladores do “grevismo”. Algumas notícias comprovam essas tendências.

Em 13 de julho de 1987, o *DC* celebrava outra “visão do sindicalismo” com a chegada de um novo presidente ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros.<sup>341</sup> Um pouco antes, em junho de 1987, o jornal impresso lançou o editorial “*Sem os vícios do paternalismo*”. Nele havia a expectativa pela aprovação da nova legislação sindical enviada ao Congresso, segundo o resumo do texto: “o projeto da nova lei sindical segue a mais moderna e democrática inspiração, dando novo rumo às organizações”. O projeto fora redigido por Saulo Ramos, consultor geral da República, e de acordo com a nota editorial baseava-se na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada no ano de 1949. Caso fosse acatado, o projeto vedaria o imposto sindical, separando as entidades classista do Estado. Assim anuncia o impresso catarinense:

A inspiração da proposta é nitidamente libertária, e por isso mesmo já começou a receber duras críticas das centrais sindicais, certamente temerosas de que seus poderes e privilégios possam ser contestados pelas bases com mais facilidade, eis que o projeto permite também a organização de mais de uma entidade de categoria na mesma base territorial.

Um sindicalismo forte e autêntico, liberto de toda e qualquer ingerência do Estado, exercendo essa liberdade de acordo com a lei, tanto é fator de vitalidade para qualquer regime que se pretenda democrático quanto é instrumento mais eficiente para a defesa dos direitos e reivindicações das classes assalariadas. A intromissão do Estado nos assuntos sindicais caracterizou sempre regimes ditoriais ou pseudologicamente democráticos. Assim foi na Itália fascista, na Alemanha nazista e no Brasil estadonovista, entre outros exemplos, onde os sindicatos foram utilizados como massa de manobra para governos autoritários. A quase unanimidade das nações democráticas segue a orientação da Convenção 87 da OIT. Em boa hora, impulsionado pelos anseios de consolidar nosso novo regime democrático, o Brasil decide trilhar o mesmo caminho. [...]

O projeto que chegou ontem ao Congresso Nacional prevê que as greves só poderão ser decretadas com base na votação de 50% dos filiados e fica

---

<sup>341</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de julho de 1987, p. 4.

proibida a votação por aclamação, devendo os votos serem contados individualmente. Impede-se assim a decretação de greves por obra e graça de uma minoria ativista e ruidosa, muitas vezes contra os desejos da maioria [...]. O grevismo inconsequente, que muito pouco tem a ver com os reais interesses dos trabalhadores, causa pesados prejuízos à econômica nacional. Espera-se agora que o Congresso Nacional preserve a essência da lei, cuja inspiração é moderna e democrática, podendo aperfeiçoá-la, mas sem destruir seus fundamentos em função de pressões ou do atendimento dos desígnios de grupos minoritários.<sup>342</sup>

Ao que tudo indica o projeto foi arquivado, e tal proposta acabou sendo derrotada com a Constituição de 1988. Mas, a leitura empreendida suscita um imaginário a respeito dos vínculos criados entre Estado e sindicatos. É evidente que regimes como o Estado Novo no Brasil de Getúlio Vargas procuraram interferir diretamente nas entidades associativas, afastando-as do controle de lideranças comunistas. Contudo, essa relação também é marcada pela agência dos trabalhadores, que não se comportaram de maneira pacífica e incorporaram noções de justiça e injustiça e a partir disso apoderaram-se de formas peculiares de interpretar a realidade política e social na qual estavam inseridos.<sup>343</sup> É importante perceber como as projeções feitas pela impressa catarinense não ficam presas somente à desvinculação dos sindicatos em relação ao Estado, mas acima de tudo fixar que o novo regime democrático demandaria acabar com os “vícios paternalistas” e frear o impulso das greves — entre os poucos instrumentos que trabalhadores dispunham para mediar suas reivindicações. Portanto, era muito mais do que prover as bases para um sindicalismo autêntico e apartado da ingerência estatal.

A imprensa buscou definir o que era aceitável e o que era repreensível durante as mobilizações das classes trabalhadoras organizadas. Além do panorama estadual, o jornal *Diário Catarinense* fez projeções sobre os rumos do país para a Nova República. Acabar com o “grevismo” e atualizar as relações de trabalho a um novo tempo, foram, entre outros, dois elementos circunscritos ao enredo do periódico. Por seu turno, as classes trabalhadoras organizadas podem ser vistas como protagonistas, tanto no processo de redemocratização quanto na Nova República. A democratização importou em disputas em torno dos sentidos a serem atribuídos ao que se passava e, conforme Américo Freire e Francisco Carlos Palomanes Martinho, “o problema que se colocava para os estudiosos dos anos 1980 e 1990, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um

<sup>342</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de junho de 1987, p. 4.

<sup>343</sup> Há uma bibliografia consistente que avalia os limites da CLT e a agência dos trabalhadores no período dos governos Vargas, para isso ver: FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FRENCH, John. **Afogados em lei: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Ática, 2001.

regime ‘realmente democrático’ no país”.<sup>344</sup> Não resta dúvida que as lutas sociais configuraram aspectos políticos daquele período, em especial em torno das perdas salariais, constituindo-se em um motivo relevante para a mobilização de muitas categorias, mas é importante frisar que outras questões tiveram sua pertinência, como a pretensa estabilidade face às incertezas provocadas pelos percalços da política econômica do governo federal e as frustrações políticas. Entre conflitos trabalhistas e projetos em disputa, encerrava-se a década de 1980 com eleições para a presidência da República após quase seis anos das Diretas Já. A década que se avizinhava conduzia as contradições gestadas no período anterior. Desse modo, as greves continuaram a aparecer nas manchetes dos jornais, em contrapartida a imprensa acompanhou importantes transformações nos mundos do trabalho, com o aumento significativo do desemprego e a sintomática condição de trabalhadores entregues a fórmula do “se virar”.

---

<sup>344</sup> FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomano. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 5, n. 10, p. 124-145, 2012.



#### 4 O TEMPO DA CORROSÃO DO TRABALHO (1989-2000)

“O réveillon que varou a madrugada, o jantar modesto e alegre de um operário nos confins de um bairro, o olhar maravilhoso nas luzes dos fogos que espocaram nesta última meia-noite, ainda assim encontrou os brasileiros perplexos e inseguros”.<sup>345</sup> As comemorações de final de ano recapitularam “um 1989 que teve dias de efetivos reencontros da nacionalidade e da cidadania, mas que terminou com uma inflação escorchanter”. Com essa mensagem o *DC* iniciou seu primeiro editorial de 1990. A continuidade do texto demonstra uma certa dualidade nas expectativas projetadas pelo veículo impresso para a nova década. Existia, novamente, uma mistura de incerteza e esperança. Incerteza por conta da situação econômica e esperança pela eleição direta para a presidência da República, que outorgou Fernando Collor de Mello à chefia do executivo federal. Os desdobramentos da década de 1990 não podem ser compreendidos sem levar em consideração o que estava em jogo nos anos anteriores. A eleição de 1989 não foi apenas um marco político, ela também refletiu na vida social dos brasileiros. O movimento de trabalhadores organizados continuou a fazer protestos e a ganhar as manchetes da imprensa, mas o tempo das greves não resistiu a um mercado de trabalho que parecia ficar cada vez mais instável, reproduzindo quase que automaticamente a fórmula do “se virar”, esboçada no começo da década de 1980.

Segundo Marcio Pochmann, entre 1989 e 1999 o país passou por um processo de inserção na economia mundial, pelo qual o modelo econômico alicerçado na desregulamentação comercial e financeira foi adotado. O Estado, por sua vez, teve suas funções redefinidas e os mundos do trabalho sofreram profundas mutações. O “eixo do conjunto das reformas implementadas durante os anos 90 esteve comprometido com a integração do Brasil à economia internacional”.<sup>346</sup> Tal projeto interferiu diretamente nas relações de trabalho. Para Pochmann, um dos sintomas dessas mudanças remete aos números da taxa de desemprego. Entre “1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhões para 7,6 milhões”, com aumento do “desemprego aberto passando de 3,0% da População Economicamente Ativa para 9,6%”. Ainda segundo o autor, os postos de trabalho gerados nesse período tinham como característica a precariedade. “Nos anos 90, a cada 5 ocupações criadas”, 4 referiam-se “ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal”.<sup>347</sup>

<sup>345</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de janeiro de 1990, p. 4.

<sup>346</sup> POCHMANN, Marcio. Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil. In.: **Nafta y Mercosur: Procesos de apertura económica y trabajo**. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, 2005, p. 191.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 197-198.

Figura 10 - Análise Comparativa do Desemprego no Brasil Durante as Décadas de 80 e 90.

**COMPARATIVO DAS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO,  
INFLAÇÃO E PIB, ENTRE 1981 E 1998 (EM %)**

<b>Anos</b>	<b>Desemprego</b>	<b>Inflação</b>	<b>PIB</b>	<b>Anos</b>	<b>Desemprego</b>	<b>Inflação</b>	<b>PIB</b>
1981	7,9	95,2	-4,28	1990	4,3	1.476,7	-5,05
1982	6,3	99,7	0,81	1991	4,8	480,2	1,25
1983	6,7	211,0	-2,92	1992	5,7	1.157,8	-0,30
1984	7,1	223,8	5,39	1993	5,3	2.708,2	4,43
1985	5,3	235,1	7,91	1994	5,1	1.093,9	5,85
1986	3,6	65,0	7,50	1995	4,6	14,8	4,22
1987	3,7	415,8	3,61	1996	5,4	9,3	2,66
1988	3,8	1.037,6	-0,05	1997	5,7	7,2	3,27
1989	3,3	1.782,9	3,20	1998	7,6	3,9	0,22
<b>Média</b>	<b>5,3</b>	<b>462,9</b>	<b>2,35</b>	<b>Média</b>	<b>5,4</b>	<b>772,44</b>	<b>1,84</b>

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (Vários Números, 1999) e (Jan., 2001).

Fonte: Dados sobre desemprego, inflação e PIB, retirados de SCHLINDWEIN, M. M.; SHIKIDA, P. F. A.

As transformações do capitalismo a nível global ressoaram com maior força no Brasil durante essa década. O tempo das greves, marcado pela instabilidade econômica com índices que somavam a hiperinflação às perdas salariais, encontrou um ponto de equilíbrio com o Plano Real. Neste último capítulo, pretende-se acompanhar a narrativa do jornal *Diário Catarinense* acerca desses eventos, identificando os aspectos que dizem respeito à elaboração de novas formas de abordar a temática do trabalho, bem como a defesa de um conjunto de valores e representações sociais associados à chamada livre iniciativa, que ganhou terreno fértil com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

#### 4.1 DA LIBERDADE POLÍTICA À LIBERDADE ECONÔMICA

A vitória eleitoral de Fernando Collor significou para os defensores da chamada economia de mercado e da livre iniciativa a possibilidade real de pôr em prática alguns dos anseios projetados para a Nova República, principalmente no que diz respeito à condução da política econômica do governo federal. Em março de 1990, o Grupo RBS lançou o projeto “Novo Brasil”, a ser desenvolvido em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O objetivo da organização era ressaltar os supostos avanços econômicos e sociais desses dois estados, além de traçar soluções para os problemas imediatos do país. A primeira reunião ocorreu na sede do *Diário Catarinense* e contou com a participação de importantes figuras do meio

empresarial. Sentaram ao lado do superintendente da RBS, Pedro Sirotsky, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Milton Fett, o presidente do Centro do Comércio Exterior de Santa Catarina, Henrique Malta e o presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina, Zeferino Pedrozo. Pedro Sirotsky, salientou naquele momento que “o projeto da RBS” pretendia “firmar um compromisso do novo Governo com a iniciativa privada do Sul do Brasil”.<sup>348</sup> As tratativas previam a realização de debates, palestras e seminários, no qual, os resultados, redigidos em um documento, seriam entregues ao então presidente, Fernando Collor.

O encontro é ilustrativo quanto ao papel encenado por um importante setor de comunicação no momento de transição do governo Sarney para o governo Collor. De igual modo, torna-se aparente a afinidade entre imprensa e empresários. Boa parte das ideias e opiniões lançadas em editorial acabavam sendo compartilhadas pelas classes patronais de Santa Catarina. Através da narrativa jornalística do *DC* no início da década de 1990 é possível visualizar aspectos de uma sociedade em mudança, além da formação de concepções políticas e econômicas que envolviam a elaboração de imaginários acerca do passado e do futuro, suscitando assim, representações e expectativas para a Nova República. Interessante mencionar que desde 1988, na cidade-sede da RBS, Porto Alegre, passou a ser organizado anualmente o chamado Fórum da Liberdade, iniciativa de empresários comprometidos com a difusão do que pode ser considerado um ideário neoliberal, buscando influenciar diretamente decisões e políticas governamentais.<sup>349</sup>

A situação nacional esteve em pauta na imprensa catarinense. Após um longo período de transição política, o Brasil que adentrava nos anos de 1990 vivia uma confluência de sentimentos. Havia a esperança com a chegada dos padrões democráticos e a perspectiva de transformações direcionadas ao futuro. Mas também pairavam as dúvidas, sintetizadas pela desigualdade social e pelos altos índices inflacionários. O prognóstico feito pelo *DC* no alvorecer dos anos de 1990 era de que o país precisava entrar no rumo da liberdade econômica. Alcançada a chamada “liberdade política”, restava integrar-se aos ditames da modernidade global para ajustar o projeto de desenvolvimento com os países de economia central. Assim sendo, a década de 1980 marcou a fragmentação dos regimes ditoriais em boa parte da América do Sul. Os ventos da redemocratização se propalaram pelo continente com a volta das agendas institucionais regulares e com a realização de eleições livres. No

---

<sup>348</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 7 de março de 1990, p. 25.

<sup>349</sup> GROS, Denise Barbosa. Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 113-120, 1990.

Brasil, segundo o discurso apresentado pelo *Diário Catarinense*, os anos ditoriais ainda estavam presentes e só teriam fim caso houvesse a “libertação econômica”, ou seja, a diminuição das atribuições do Estado, considerado ineficiente e responsável por uma “hipertrofia burocrática” que não respondia à degradante situação da sociedade brasileira.

Nessa interpretação, os governos autoritários latino-americanos tinham dois pontos em comum, um de ordem política e outro de ordem econômica. “No plano político, a supressão das liberdades públicas e o atropelo dos direitos humanos”. Já do ponto de vista econômico, prezavam por “modelos centralizadores e concentradores, que ensejavam o desmesurado crescimento do tamanho do Estado”.<sup>350</sup> Todavia, o período pós-ditaduras indicava o “predomínio dos governos constitucionais, no primeiro campo”, enquanto que, no segundo, prevalecia “uma visão arejada do liberalismo, com a modernização e a privatização da economia e a busca de uma aproximação com o Primeiro Mundo”.<sup>351</sup>

Em um dos primeiros atos do novo governo, quando Fernando Collor participou do almoço promovido pela Câmara Brasileira de Comércio no Reino Unido, o presidente elencou como prioridade para o início de seu mandato o combate à inflação, porém entendia que o crescimento do país se tornaria viável apenas por meio da “liberdade de criação do setor privado”.<sup>352</sup> Esse olhar causava boa impressão nos formuladores de opinião das grandes mídias, assim como nos empresários de Santa Catarina. A forma de pensar de Fernando Collor conectava-se com algumas prerrogativas que circularam no interior de grupos políticos de outros países da região. Como é o exemplo do Peru, do candidato à presidência Mário Vargas Llosa:<sup>353</sup>

Embora tenha de enfrentar problemas bem mais graves do que os nossos, como o narcotráfico e a sangrenta ação terrorista do grupo Sendero Luminoso, a plataforma de Vargas Llosa não difere substancialmente, no plano econômico, da do presidente eleito Fernando Collor, com quem manteve encontro na terça-feira em Brasília. Com maior ou menor ênfase, é a receita que vem sendo seguida em outras nações do continente, que aprenderam a duras penas que essa é a via por excelência para libertar-se das amarras de um terceiro-mundismo que hoje mais do que nunca tornou-se sinônimo de acomodação e de estagnação.

O figurino autoritário, que pretendeu manter a falácia do Estado-Empresário, já comprovou seu fracasso. Soa o tempo de somar à liberdade política a liberdade econômica, pois ambas são complementares e inseparáveis. É esse o caminho da modernidade em que Vargas Llosa procurará colocar, o mesmo que foi escolhido para o Brasil por Fernando Collor. E não foi outro o tomado por todas as sociedades livres e desenvolvidas do planeta.<sup>354</sup>

<sup>350</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de fevereiro de 1990, p. 4.

<sup>351</sup> Ibidem.

<sup>352</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de fevereiro de 1990, p. 4.

<sup>353</sup> Nas eleições de 1990, o escritor foi derrotado por Alberto Fujimori.

<sup>354</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de fevereiro de 1990, p. 4.

Ao formar o quadro ministerial, Collor escolheu Zélia Cardoso de Mello para chefiar o Ministério da Economia, pasta central na implantação dos compromissos que guiariam o país à “liberdade econômica”. A nomeação gerou dúvidas em Santa Catarina. Ronaldo Baumgarten, presidente da ACIB, achava que o cargo exigia “uma pessoa com mais experiência e vivência”. O representante do Instituto dos Economistas do estado, Walmir Aguiar, acreditava que Zélia “era o nome mais coerente para a pasta, devido ao seu trabalho como assessora econômica de Collor”, mas representava “a continuidade da política econômica vigente no país há 30 anos”. O presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, José Paulo Serafim, se contrapôs e sugeriu que havia começado “o sistema de Alagoas com o presidente nomeando parentes para os cargos mais importantes”.<sup>355</sup> Figuras como o superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes e o ex-ministro da fazenda, Maílson da Nóbrega, aprovaram a indicação. Outra escolha que movimentou o noticiário foi a do Ministério do Trabalho.

Quando o governo designou Antônio Rogério Magri para ocupar a pasta, a grande imprensa avistou a possibilidade de se efetivar uma “moderna” relação entre capital e trabalho. Antes de ser denominado ministro, Magri foi presidente do Sindicato dos Eletricitários, entre 1978 e 1990, e também esteve à frente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). O motivo que o credenciava a ocupar tal posto era sua atuação pouco inclinada aos assuntos “políticos” e mais propensa aos ganhos salariais, o chamado sindicalismo de resultado.<sup>356</sup> O dito pragmatismo de Magri divergia do modelo sindical da Central Única dos Trabalhadores, vinculada naquele instante com a prática do “grevismo”.<sup>357</sup> Segundo o *DC*, os dirigentes sindicais deveriam deixar de “teorizar sobre política salarial, e partir para ações concretas”, pois somente com o crescimento das empresas seria possível a concessão de aumentos salariais. Essa diretriz é retratada da seguinte maneira:

O tamanho do Estado deve ser reduzido, e não pode haver restrições à entrada do capital externo, desde que concorra para desenvolver a nação e haja regras claras a pautar sua atuação. É esse o caminho por excelência para que o País deixe em definitivo a acomodação terceiro-mundista, que em realidade é sinônimo de estagnação, de desambição, de renúncia ao desenvolvimento. Em entrevista concedida há dois anos, o futuro ministro do Trabalho já defendia o ponto de vista de que “quem quer o Brasil no Terceiro Mundo é essa minoria que joga no pior, que pratica a tática do grevismo para inviabilizar o país”.<sup>358</sup>

---

<sup>355</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 2 de março de 1990, p. 21.

<sup>356</sup> Antônio Rogério Magri acabou exonerado em 1992, acusado de envolvimento com casos de corrupção.

<sup>357</sup> Em 1991, Luiz Antônio Medeiros fundou a Força Sindical, principal vertente de oposição da CUT.

<sup>358</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de fevereiro de 1990, p. 4

O projeto de modernização defendido pela imprensa abarcava uma concepção de trabalho que deslegitimava os conflitos promovidos pelos sindicatos contra as classes empresariais. Por isso, a importância em alçar o pragmatismo de Magri à opinião pública como um padrão que deveria servir aos propósitos de um “Novo Brasil”. O vice-presidente da Fiesc, Osvaldo Douat, considerou a escolha de Antônio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho uma inovação, especialmente por ele pertencer ao sindicalismo de resultado, corrente que tinha compatibilidade com alguns pontos do projeto da livre iniciativa. Em Chapecó, Ineir Mittmann, presidente do diretório estadual da CUT, afirmava que o Governo Collor era representante da classe patronal. O PT de Santa Catarina, sigla derrotada na eleição de 1989, manifestou-se dizendo que “Magri sempre foi de direita” e, por via das dúvidas, aguardaria as proposições do novo presidente antes de “marcar uma greve geral”.<sup>359</sup>

A proposta do Grupo RBS, chamada de “Novo Brasil”, pode não ter alcançado suas finalidades se levarmos em consideração as crises do governo Collor que culminaram com seu *impeachment*. Contudo, as projeções dos grupos empresariais, em conjunto com os interesses da mídia, tiveram uma considerável importância no início do decênio aqui investigado. Esses agentes operaram no plano discursivo, vislumbrando um processo de modernização para a Nova República. Cabe indagar quais valores estavam por trás de tal modernização. Ao escrever uma mensagem sobre a criação do Conselho de Administração corporativo do Grupo RBS, Jayme Sirotsky deixa explícito alguns componentes:

Estamos com as nossas raízes muito firmes para apostar no futuro e na modernidade, como uma concepção a um só tempo individual e societária, e que segmentos nacionais, especialmente o próprio Estado, se recusam a aceitar: precisamos abrir as nossas janelas para a humanidade, para o desenvolvimento conjunto e equilibrado das virtudes pessoais aliados à dinâmica de uma sociedade mais eficiente, justa, atuante. A RBS tem a convicção de que essa modernidade, apesar de tudo, está mais próxima e encontrará na nossa atividade de comunicação o veículo de sua difusão, de explicitação do seu conteúdo e de vigilância na preservação de seus valores.  
[...]

De olho no futuro nestes dias de transformações fascinantes em todo o mundo, a RBS está dando adeus ao paternalismo como comportamento, mas dá calorosa acolhida ao talento, à capacidade criativa do indivíduo, às ideias novas que serão perseguidas e estimuladas.<sup>360</sup>

As aptidões individuais levariam à uma sociedade melhor e mais equitativa, sendo assim, os valores citados teriam que ser aplicados na área da administração governamental. Nota-se, por exemplo, que em alguns textos a palavra modernidade estava associada à ideia

<sup>359</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de fevereiro de 1990, p. 24.

<sup>360</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 17 de março de 1990, p. 6.

de liberdade. O veículo impresso levou a sério o combate a uma espécie de “terceiro-mundismo”<sup>361</sup> que supostamente pairava sobre o Brasil após o regime militar. A partir dessa prerrogativa, o “grevismo” e a estrutura paternalista, a partir da qual estariam desenhadas as relações formais de trabalho no país, tornavam-se obstáculos para alcançar a prosperidade econômica. Isso porque as previsões voltadas ao século XXI demandavam o aperfeiçoamento tecnológico<sup>362</sup> e a correção da rota na condução da economia. Santa Catarina cumpriria um papel decisivo nesse processo, pois poderia servir como modelo para o restante da federação.

Em junho de 1990, circulou um comunicado nas páginas do *DC* sobre o evento “Santa Catarina no Caminho do Primeiro Mundo”. O jornal, em conjunto com as prefeituras de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages, iria reunir “empresários, técnicos, especialistas e lideranças políticas, com a intenção de analisar em profundidade as potencialidades e as carências sócio econômicas” do estado, a fim de apresentar propostas que contribuissem “para acelerar o processo” de desenvolvimento da sociedade catarinense.<sup>363</sup> Entre julho e setembro, foram realizadas as etapas do seminário nas cidades indicadas. Apesar disso, as notícias publicadas acerca dos resultados de cada encontro não fizeram menção a presença de membros das classes trabalhadoras. Os encontros evidenciam a busca dos empresários por soluções que viabilizassem o crescimento regional, levando em conta as especificidades dos polos econômicos de cada município catarinense. O futuro da Grande Florianópolis, por exemplo, dependeria de um planejamento integrado, tendo em vista a consolidação do setor de informática e do turismo. Vejamos as considerações sobre estes aspectos:

A primeira área fortalece-se com a expansão do Centro Regional de Tecnologia em Informática, o Certi, que já respondeu pela implantação de 11 industrias na região e abre perspectivas para outras dezenas até a virada do século. Esse segmento econômico encaixa-se perfeitamente na configuração

<sup>361</sup> Obviamente, pode-se problematizar a denominação hierárquica de “primeiro mundo” e “terceiro mundo” conforme expresso no jornal. Essas escalas sempre tendem a colocar os países ocidentais na vanguarda de um processo histórico, negligenciando as particularidades sociais, políticas e econômicas de outros países. No entanto, optamos por utilizar a maneira escrita nos jornais entre parênteses, porque envolve o imaginário acerca do que o impresso desejava transmitir aos seus leitores.

<sup>362</sup> Em setembro de 1991, o *Diário Catarinense* adotou um novo modelo editorial e gráfico, resultado da pesquisa Eyes on The News sobre a leitura em jornais. Esse estudo foi realizado no Poynter Institute, em St. Peterburg, nos EUA. “O professor Mário Garcia, diretor do Poynter, foi um dos coordenadores do trabalho que se utilizou de óculos especiais acoplados a câmeras de vídeo, que registraram o movimento da retina dos leitores de três protótipos de jornal, cada um nas versões preto e branco e colorida”. A nova linguagem gráfica demandou uma adequação nas áreas de redação, industrial e comercial. Segundo Luiz Figueiredo, editor-chefe do *DC*, o veículo impresso iria “perseguir o jornalismo investigativo com textos concisos e um agradável desenho de páginas”. Ao mesmo tempo, a empresa incorporou a tecnologia do Macintosh (computador gráfico) e novos letterings, “alguns inéditos na imprensa brasileira, dentro da tendência do moderno desenho de jornais”. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 1 de setembro de 1991, p. 3.

<sup>363</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 10 de junho de 1990, p. 21.

geográfica da região, que não se pode comprometer com a presença de indústrias poluidoras. [...]

O Pólo da Informática tem a vantagem de surgir com linhas de pesquisa compatíveis com o nível de progresso de países desenvolvidos, motivo pelo qual capacita-se para ser competitivo a nível internacional. Essa é a razão de a região transformar-se no grande celeiro industrial, principalmente de software.

A vocação turística da Grande Florianópolis está intrínseca na singularidade de sua conformação geográfica. Florianópolis, hoje, triplica sua população nos três meses de verão e só não compete em igualdade com outros centros turísticos da América do Sul por carecer de infraestrutura. [...]

O turismo sofre as consequências dos desajustes históricos. O progresso desordenado não acena com perspectivas para a transformação da Ilha, por exemplo, em um grande centro de atração internacional. O planejamento necessário não comprehende apenas um plano diretor avançado ou a construção de avenidas, mas, sobretudo, numa ação integrada de desenvolvimento que possa desencadear o progresso sem os atropelos inerentes ao pensamento subdesenvolvido.<sup>364</sup>

A cidade de Florianópolis do século XXI seria regida pelo avanço dos sistemas computacionais e pelo turismo sustentável. Os empresários solicitavam ao governo o investimento na infraestrutura para que a comercialização do turismo conseguisse fazer frente com outras cidades que apostavam nesse tipo de atividade. Nos outros municípios catarinenses, os seminários chegaram em diferentes encaminhamentos. Em Joinville, empresários e políticos julgavam a necessidade de repasses para “pesquisa, ciência, tecnologia e infraestrutura”.<sup>365</sup> Em Lages, os participantes sugeriram a “criação de vários polos na região”, cobrando “mais atenção do governo do estado para solucionar problemas básicos”.<sup>366</sup> No Sul catarinense, em Criciúma, o desafio futuro recaia sobre a exploração das reservas minerais com a recuperação da natureza.<sup>367</sup> Blumenau, depois de ter consolidado a indústria têxtil, procurava investir “no turismo, comércio e software”.<sup>368</sup> Por fim, no oeste catarinense, buscava-se alternativas “à suinocultura e à avicultura para evitar” que aproximadamente 50 mil famílias” migrassem “para as cidades”.<sup>369</sup> Durante o encerramento do seminário “Santa Catarina no Caminho do Primeiro Mundo”, realizado na sede da Fiesc, o governador recém-eleito, Vilson Kleinübing do PFL, assumiu o primeiro compromisso de sua gestão ao afirmar que o governo voltaria a liberar recursos para a economia catarinense. Segundo o diretor-

---

<sup>364</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 4 de agosto de 1990, p. 4.

<sup>365</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 de julho de 1990, p. 24.

<sup>366</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de agosto de 1990, p. 18.

<sup>367</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de agosto de 1990, p. 16.

<sup>368</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de agosto de 1990, p. 17.

<sup>369</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 29 de agosto de 1990, p. 17.

superintendente da RBS, Pedro Sirotsky, a meta dos seminários foi atingida, ou seja, a de “traçar um rumo para a sociedade catarinense nos próximos anos”.<sup>370</sup>

As projeções para a Nova República feitas por setores da imprensa estruturaram ideias com a possibilidade concreta de colocá-las em prática após a eleição de Fernando Collor. Na década que antecedeu a chegada do século XXI, o sentido de modernidade, narrado neste caso pelo *DC*, esteve associado às aptidões individuais e ao protagonismo da livre iniciativa. Dessa maneira, o crescimento econômico, que seria obtido hipoteticamente através da redução do Estado, tornou-se peça central para direcionar o país ao “Primeiro Mundo”. Os anos de 1990, reconhecidos como um tempo de profundas transformações, exigiam dos agentes que possuíssem o controle político e econômico “de Santa Catarina atitudes firmes,” que lhes pudessem “reservar a vanguarda do desenvolvimento nacional com avanços tecnológicos e um modelo social compatível com” a “riqueza econômica desconcentrada e diversificada” do estado.<sup>371</sup> Mas, como conseguir o desenvolvimento econômico em um período em que o desemprego aumentou de forma repentina? Seria viável crescer equitativamente face às contradições dos mundos do trabalho que ficavam cada vez mais nítidas? Foram essas contradições que correram em paralelo com a ideia de uma Nova República defendida pela imprensa, cercada por noções de modernidade e liberdade econômica, que iria conduzir o Brasil ao patamar de destaque no cenário mundial.

#### 4.2 “TRABALHADOR LUTA CONTRA O TEMPO”

Enquanto a chegada dos anos de 1990 fez despertar no corpo editorial do *DC* a expectativa acerca de uma Nova República moderna e integrada ao chamado “Primeiro Mundo”, tendo o protagonismo da classe política e empresarial de Santa Catarina, as notícias dos jornais indicam uma decisiva mudança nos mundos do trabalho, ao passo que revelam alguns impasses do nosso tempo presente, como o aumento do desemprego e o avanço tecnológico sobre determinados ofícios. Da mesma forma, as greves tiveram seu apogeu com Fernando Collor, mas o eixo de ação sindical amargou uma dura derrota na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Essas contingências históricas eram simétricas ao clamor das elites políticas e empresariais de Santa Catarina por relações modernas de trabalho. Remontar os fragmentos deixados pela imprensa escrita nos ajuda a ter um melhor panorama das transformações em curso.

---

<sup>370</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de outubro de 1990, p. 16.

<sup>371</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de outubro de 1990, p. 4.

O 1º de maio em 1991 foi registrado de maneira melancólica na imprensa catarinense. Após uma breve introdução sobre o significado da data que relembrava o ano de 1886, no qual trabalhadores da cidade de Chicago nos Estados Unidos desencadearam uma greve para exigir condições mais humanas nas fábricas e a redução da jornada de trabalho, a matéria principal redigida pela jornalista Mirela Vieira advertia sobre a luta dos trabalhadores contra o tempo: “com o avanço do consumo massificado, algumas profissões estão caindo em desuso e tendem a desaparecer”. “Barbeiros, alfaiates, cuteleiros” cediam lugar aos “barbeadores elétricos”, “boutiques e casas especializadas em instrumentos de corte”.<sup>372</sup> O sentido da data, de acordo com a reportagem, parecia não ser mais a de grandes movimentos contestatórios, e sim, de uma disputa constante dos trabalhadores contra as vantagens da tecnologia, que ficava cada dia mais acessível aos consumidores.

Em Florianópolis, havia exemplos de profissões que corriam risco de serem ocultadas com o passar dos anos. No antigo terminal urbano da capital, o micro-ônibus de Fanor Fraga Francisco era bem quisto por clientes que levavam para afiar tesouras, facas e alicates. O amolador aprendeu os macetes do ofício com seu pai, conforme relatou para a jornalista: “levei bastante tempo aprendendo com meu pai e confesso que estraguei algumas facas e tesouras”. Segundo Fanor, a chance de seu trabalho desaparecer aumentava rapidamente porque os jovens achavam outras ocupações mais lucrativas e, na sociedade de consumo, as pessoas descartavam “a faca ou a tesoura estragada”, comprando um novo modelo nas lojas de variedades.

O contexto também afetou os alfaiates. No início da década de 1990, Nelson Vieira era um raro exemplo de quem exercia a profissão em Florianópolis. O trabalhador recordou “que, na época, o bom alfaiate tinha um status”, que foi “substituído pelas grifes famosas e lojas especializadas em roupas masculinas”. De acordo com Nelson Vieira, a categoria “já teve até uma associação”: “isto foi há 30 anos, mais ou menos, e havia um grande número de alfaiates. Decidimos criar nossa associação, onde discutímos formas de melhorar as condições de trabalho e até estabelecímos uma tabela de preços”.<sup>373</sup> De modo semelhante, os barbeiros simbolizavam outra profissão que, se não quisesse sucumbir ao tempo, precisaria passar por adequações. Na verdade, essa advertência refletia os anúncios de equipamentos elétricos que explodiam nos espaços comerciais dos jornais, ofertando aos leitores as facilidades de aparar a barba na comodidade do próprio lar. As velhas barbearias da capital de Santa Catarina consistiam em um ponto de referência para muitos sujeitos, espaço de encontro e

---

<sup>372</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de maio de 1991, p. 3.

<sup>373</sup> Ibidem.

sociabilidade, de colocar a conversa em dia, de comentar os resultados esportivos do fim de semana e de se atualizar sobre as novidades da cidade. Ramiro Celso da Silva era um exemplo de trabalhador que provia sua família com a renda lograda na profissão. Ele atendia diariamente por volta de 35 clientes no centro de Florianópolis. Dizia saber os gostos da maioria deles: alguns sentavam na cadeira, outros liam o jornal ou até mesmo cochilavam, enquanto o barbeiro praticava suas habilidades.<sup>374</sup> Mas, todo esse arranjo corria perigo de virar uma simples recordação, uma dessas lembranças remotas, transmitida às gerações futuras com ar de saudosismo.

A notícia do Dia do Trabalho chamava atenção para os seguintes fatores: o avanço tecnológico estava criando novas relações entre o trabalhador e o tempo, da mesma forma as benesses da tecnologia reconfiguravam gradativamente o mercado de trabalho. Essa mudança ia muito além da automação industrial, pois chegava até as mais básicas ocupações da vida cotidiana. A popularização da máquina de lavar, por exemplo, dispensava os serviços das lavadeiras. Nos morros de Florianópolis no começo da década de 1990 ainda restavam algumas mulheres que trabalhavam pesado entregando roupas limpas aos seus clientes. Maria Correia de Souza lembrou do tempo em que ingressou no trabalho: “eu tinha menos de 10 anos quando comecei a buscar as trouxas de roupas para minha mãe”. Apesar de não faltar dinheiro em casa, Maria enfatizava: “não quero filha minha lavando para fora o resto da vida”.<sup>375</sup> Notoriamente, a tecnologia não eliminou por completo a profissão de barbeiro e de lavadeira, mas modificou profundamente o papel social dessas atividades. Hoje em dia é comum ver a expansão de barbearias que oferecem mais do que o elementar serviço de corte de cabelo e barba, a indústria da beleza promete “um estilo de vida” rebuscado, criando um lapso com a rotina no qual Ramiro Celso da Silva estava inserido. Por sua vez, pode nos causar surpresa ouvir falar atualmente nas lavadeiras, contudo é necessário reconhecer que essa atividade está fracionada em outros ramos, como é o caso das empregadas domésticas.

A relação com o tempo é um componente central para se investigar a maneira como a imprensa percebeu novas fórmulas de trabalho. É nesse hiato que reside a contribuição do arcabouço teórico proveniente da História do Tempo Presente. Para Homi Bhabha, “o presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades,

---

<sup>374</sup> Ibidem.

<sup>375</sup> Ibidem.

suas minorias”.<sup>376</sup> O simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os indivíduos mantêm com o tempo. Ao empregar as categorias envoltas do tempo histórico de Reinhart Koselleck, experiência e expectativa, é possível ter uma ideia desse vínculo. Para o autor, essas duas categorias são constitutivas “da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã”.<sup>377</sup> Na preposição de Koselleck, o tempo histórico não é apenas algo imerso no vazio, pois há significados incluídos em cada temporalidade. Esses significados, por sua vez, são modificados através da composição variável entre a experiência e a expectativa. Portanto, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”<sup>378</sup>. De acordo com Koselleck, para se perceber o tempo histórico no cotidiano basta olhar as cicatrizes entrepostas nos prédios, nas construções, nos meios de transporte. “Por fim, que contemple a sucessão das gerações dentro da própria família, assim como no *mundo do trabalho*”. São nesses lugares “nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe”.<sup>379</sup> Logo, o tempo histórico “está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações”, ambas “têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio”.<sup>380</sup>

O dinamismo da década de 1990 gerou diferentes estímulos em um país que estava propenso a manter inúmeras formas de conexões globais próprias do final do século XX. Na cidade de Florianópolis, o ritmo temporal do “novo” se entrelaçava com experiências cadenciadas da população local. Em agosto de 1993, o *Diário Catarinense* publicou uma matéria sobre o tédio reinante em atividades laborais que caminhavam às margens de um ritmo de trabalho acelerado e repleto de desafios. O texto pontuava que “trabalhadores de diversas áreas” enfrentavam “uma rotina monótona”, como a do fiscal Pedro Pereira. “Aos 65 anos, ele” começava a “trabalhar às 5h:30min numa cabine 4x4 metros como fiscal do núcleo de transportes de Florianópolis”. Sr. Pereira passava “o tempo todo com uma caneta e papel na mão anotando o número dos ônibus e a hora da saída dos veículos”. Apesar disso, o fiscal não reclamava do seu expediente, queixava-se apenas da “falta de condições de trabalho”:

---

<sup>376</sup> BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 23.

<sup>377</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 308.

<sup>378</sup> Ibidem, p. 306.

<sup>379</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>380</sup> Ibidem.

“além de não termos banheiro, trabalhar aqui no verão é um inferno, de tão quente”.<sup>381</sup> No Edifício das Diretorias, situado na Rua Tenente Silveira, a copeira Teresa da Silva servia diariamente o habitual café nos andares do prédio. “O trabalho manual não” chateava a funcionária, já que os 17 anos de experiência possibilitava “distinguir a preferência do cafezinho pedido por várias autoridades”.<sup>382</sup>

Figura 11 - Imagem do fiscal Pedro Pereira.



O tempo também passava vagarosamente no trabalho de Marilene dos Santos. Contratada em um prédio de Florianópolis, a ascensorista cuidava da função mecânica do elevador. Sua rotina de trabalho consistia em coordenar por seis horas diárias as subidas e descidas do equipamento de transporte. “Apesar de assumir que gostaria de fazer um serviço mais dinâmico”, Marilene tinha apreço pela profissão: “é um trabalho que dá para fazer muita amizade. A gente acaba conhecendo todo mundo que trabalha no prédio”. Porém, as parcias alternativas do ofício tornavam maçante a recompensa de um salário e meio. Assim também ocorreu com o ex-agricultor Énio Zaitz. Proveniente de Rio do Sul, o trabalhador migrou para a capital tendo o objetivo de atuar como assessor de propaganda, mas ficou frustrado ao se deparar com uma rotina fatigante e pouco promissora. Durante oito horas, Énio distribuía no calçadão da Felipe Schmidt cartões comerciais de lojas que buscavam divulgar seus produtos

<sup>381</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de agosto de 1993, p. 36.

<sup>382</sup> Ibidem.

e serviços.<sup>383</sup> Todos os relatos exemplificados servem como contraponto ao cenário que se fazia presente nos jornais, no qual cada vez mais os trabalhadores teriam que lidar com novas exigências trazidas pela expansão da tecnologia, na qual a aptidão criativa dos indivíduos deveria prevalecer, deixando espaço para o improviso e para a eficiência, ao invés de ritmos de trabalho monótonos e pouco estimulantes.

As novidades durante a década de 1990 vieram revestidas de incontáveis propagandas e ensejos por uma vida introduzida à modernidade global. A expansão da tecnologia por meio dos dispositivos eletrônicos e da sociedade de consumo ficam evidentes pelos múltiplos anúncios nos espaços comerciais dos jornais analisados. Havia ofertas de computadores com 02 MB de RAM e HD de 40 MB, TV tela plana, Vídeo VHS, telefones multifrequencial e sem fio. Segundo Mello e Novais, nesse período “a difusão do individualismo de massas, especialmente pela televisão, acelerou-se muito, nas novelas, nos filmes, nos programas infantis”, consequentemente “a identificação do valor” humano “à quantidade e à qualidade do consumo” se impôs “esmagadoramente, entre ricos, remediados e pobres”.<sup>384</sup> Esses elementos afetaram diretamente os jovens, porém o consumo tinha o poder de acentuar os abismos sociais. O adolescente morador do Morro da Caixa, Fabrício Souza, “mesmo sem dinheiro” não cansava de “consultar as vitrines para se manter atualizado sobre os novos lançamentos da Nike, Le Coq e Adidas”. Em condições totalmente opostas, a jovem Mariana Andrade D’Éla Neves, filha de desembargador e residente da Beira-Mar Norte, olhava as roupas de marca nas vitrines e tentava “convencer a família a liberar mais grana”. As expectativas eram diametralmente distintas a depender do arranjo social que cada sujeito estava inserido. Enquanto Fernanda Ciribelli preparava-se “para enfrentar o próximo vestibular”, Vandei Souza, de 16 anos, trabalhava oito horas por dia em uma lanchonete, com isso não tinha “grandes pretensões”, preferindo “investir o que” sobrava “do esquálido salário em roupas novas, sem se preocupar com a etiqueta”. Os valores individuais cativaram muitos jovens que não acreditavam “no futuro ou na felicidade a longo prazo”, abominavam “a corrupção e apontavam “a inflação como inimiga número um dos brasileiros”, muito embora estivessem dispostos a exercer a cidadania através do consumo.<sup>385</sup>

A cada dia, a sensação era a de que as informações circulavam de forma mais rápida, abrangendo um maior número de pessoas. Em novembro de 1990, a Teleplan criou o “projeto

<sup>383</sup> Ibidem.

<sup>384</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 656.

<sup>385</sup> Diário Catarinense. Florianópolis, 15 de agosto de 1993, p. 38.

de telefone celular” para automóveis, “a empresa de SC” passou “a ser a primeira do país a deter a tecnologia trazida dos EUA”.<sup>386</sup> Anos depois, o *DC* publicou: “celular se populariza e já serve 190 mil catarinenses”. A Telesc “levou três meses para negociar as primeiras 500 linhas de celular em Florianópolis”. Em meados de 1993, “o aparelho era visto como moda cara, objeto de luxo, um bicho estranho e complicado de fazer funcionar”. Não obstante, o aparelho “caiu de vez no gosto de Santa Catarina a partir do final de 1994”, enquanto “a média nacional” era de dois usuários a cada 100 habitantes, o estado catarinense chegava na média de cinco usuários a cada 100 habitantes.<sup>387</sup>

O artefato eletrônico alterou a rotina de trabalho do pintor Irazê Fonseca, que atuava naquele momento no sul da Ilha de Santa Catarina, mais especificamente no bairro do Campeche. Apenas 5 meses utilizando celular foram suficientes para ele notar as mudanças: “desde então, não fico mais parado. Antes, os clientes tinham dificuldades para me localizar. Hoje, eles me acham em qualquer lugar”. A notícia do *DC* afirmava que “o celular se popularizou tanto em Florianópolis” que se tornou “ferramenta de cegos, faxineiros, *baby sitters*, frentistas, pintores”. O impacto do aparelho era visível em inimagináveis situações: “corra o olho pelos classificados do Diário Catarinense e você perceberá que é raro encontrar garotas de programa oferecendo serviços pelo telefone convencional”. “O celular tornou-se um acessório imprescindível, assim como o preservativo”, avaliava a reportagem. Genésio e Sônia da Silva, o homem pedreiro e a mulher babá, garantiam que o equipamento aumentou o volume de serviços, bem como o rendimento do casal. Já a faxineira Claire De Luca, apresentava-se “nos classificados dos jornais” como uma pessoa “dinâmica e caprichosa”, assegurava ao cliente “um bom resultado”, para isso bastava digitar o número e “ligar pra ver”.<sup>388</sup> Ainda assim, a aquisição do equipamento achava-se restrita, pois os preços e as tarifas impossibilitavam o alcance da mercadoria para a maior parte da população.

As novidades raiavam de diversas formas. Em notícia de 1992, o *DC* celebrou a chegada de lojas que funcionavam 24h na capital catarinense. Os estabelecimentos, comumente mercearias e boutiques de conveniência, contavam com o investimento massivo de microempreendedores. A atividade oferecia aos clientes maior maleabilidade na compra de produtos que porventura estivessem faltando em casa. O jornal associava esses aspectos aos “novos tempos” da modernidade global, como indica os dizeres no canto superior esquerdo da

---

<sup>386</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 5 de novembro de 1990, p. 16.

<sup>387</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 4 de maio de 1995, p. 40.

<sup>388</sup> Ibidem.

notícia, aproximando tal iniciativa aos traços do “Primeiro mundo”.<sup>389</sup> No entanto, os ritmos temporais que se entrecruzavam nas páginas dos jornais, prometendo um contexto movido à dispositivos eletrônicos e à circuitos computacionais com o avanço tecnológico e a chegada de relações cotidianas mais flexíveis, foi se estabelecendo na vida das pessoas sob muitas contradições.

É fato notório que as idas e vindas da conjuntura econômica durante o governo de Fernando Collor criaram ainda mais instabilidade no país. Logo ao tomar posse, o novo presidente decretou um plano anti-inflacionário, congelando os ativos de poupança da população. Não tardou para o país entrar no quadro recessivo. Segundo Singer, em 1990 “o governo federal teve superávit” e “isto representou um corte violento da demanda efetiva, que fez a economia mergulhar numa crise de superprodução”, o que provocou concordatas e resultou no aumento do desemprego.<sup>390</sup> Em maio de 1991, o *DC* anunciava o crescente número de desempregados no comércio em Santa Catarina, assim como a procura por seguro desemprego.<sup>391</sup> Em março de 1992, constatava-se a redução de trabalhadores nas indústrias catarinenses.<sup>392</sup> A lógica do “se virar” estava de volta nas páginas dos jornais, ao passo que a crise do início da década de 1980 exprimia apenas o prelúdio do que viria nos anos 1990, mas com um novo agravante: o empobrecimento brutal de camadas vulneráveis da sociedade.

Na década de 1990 um “novo tipo de pobreza” se instaurou nas cidades brasileiras como “resultado da política macroeconômica”, cuja característica principal foi a “desorganização do parque industrial” para “abertura indiscriminada do mercado nacional aos produtos estrangeiros, representando o abandono da política substitutiva de importações e de uma estratégia de desenvolvimento nacional”. O enfraquecimento do mercado interno fez aumentar o desemprego e a informalidade, gerando a precarização do trabalho com vínculos frágeis e o rebaixando salarial. Todos esses fatores ajudam a explicar a modificação da estrutura urbana de cidades como Florianópolis. Já na década de 1980, percebe-se na capital catarinense “a expansão de assentamentos irregulares” e a “formação de áreas carentes”, sobretudo na região dos morros. Apesar disso, o “alastramento da pobreza urbana” ocorreu com maior intensidade nos anos de 1990. Os movimentos migratórios passaram a evidenciar o “afluxo de famílias sem perspectivas de inserção urbana”. Em Florianópolis, a “nova pobreza” era resultado da “combinação de baixas oportunidades de emprego e de ascensão social futura”. Por conseguinte, “a precarização das relações trabalhistas, o aumento do desemprego

<sup>389</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de março de 1992, p. 15.

<sup>390</sup> SINGER, Paul. Op. cit., p. 220.

<sup>391</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de maio de 1991, p. 17.

<sup>392</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 21 de março de 1992, p. 15.

e a diminuição sistemática da massa salarial substituíram processos de formação de bairros de baixa renda por ocupações irregulares”.<sup>393</sup>

A afirmação dos espaços carentes de infraestrutura urbana, decorrente do descaso do poder público, facilitou a propagação da violência. Pequenos bolsões de miséria tornaram-se lugares “privilegiados” para a expansão do tráfico de drogas, dos furtos e do desalento. Em 1992, o título de uma matéria do *DC* dizia o seguinte: “Delitos crescem e esperança diminui”.<sup>394</sup> A notícia abordava a questão do “menor infrator”, porém a frase tinha outros significados e chamava atenção para problemas concretos que ganhavam proeminência no dia-a-dia dos catarinenses. Os jornais presenciaram o crescimento da violência urbana com certa primazia, dedicando inclusive um caderno diário aos acontecimentos policiais. O jornalismo policial do *DC* narrou histórias que mais pareciam epopeias inversas, de assassinatos mirabolantes à roubos praticados na luz do dia.<sup>395</sup> Segundo Alba Zaluar, a violência foi incorporada “nas práticas informais, pertencentes ao campo dos acordos tácitos da vida cotidiana, que não são explicitadas em nenhum código mas gozam do aceite das pessoas nas suas interações sociais, adquirindo a invisibilidade do que é ‘natural’ ou habitual”.<sup>396</sup> Para além disso, o “novo tipo de pobreza” suscitou a produção de extensas matérias na imprensa, que não deixam de estar associadas à corrosão do trabalho durante a década de 1990.

“O endereço da degradação na capital”, esse foi o título de uma intrigante reportagem publicada no *Diário Catarinense* em setembro de 1991. No centro, dividindo as duas páginas, há uma foto ilustrando certa mulher anônima, com aquela que possivelmente seria sua filha sentada no carrinho de mão, ao lado esquerdo estava posicionado outra criança.<sup>397</sup> O texto

<sup>393</sup> PIMENTA, L. F.; PIMENTA, Margareth de Castro Afefche. **Migrantes da pobreza**. Políticas públicas e inserção precária em Florianópolis. In: V Encontro Nacional da ANPEGE, 2003, Florianópolis. Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. v. 1. p. 3336-3345.

<sup>394</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de março de 1992, p.20.

<sup>395</sup> É evidente que muitas notícias policiais apelavam para o sensacionalismo. Gradualmente as notícias envolvendo tal tema viraram um mote central para vender jornais, pois despertava a curiosidade da população.

<sup>396</sup> ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: violência no Brasil. In: **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 246-247.

<sup>397</sup> As fotos estampadas nos jornais que retratam o objeto desta pesquisa mereceriam uma análise pormenorizada, mas devido ao limite do texto não é possível proceder com essa investigação. A fotografia mudou a forma como o público leitor se relaciona com as notícias, o fotógrafo, por sua vez, é um agente ocular dos acontecimentos em curso. Segundo Ana Maria Mauad, a imagem “diferentemente do texto escrito, chega de forma mais direta e objetiva à compreensão, com menos espaço para dúvidas, pois o observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia nos próprios olhos”. Ainda de acordo com a autora, cabe ao historiador um papel decisivo no exame desses documentos: “ao ocupar-se da narrativa histórica constituída pelas fotografias de imprensa, o historiador não pode situar-se como mero espectador dos fatos passados, tomando tais imagens como janelas que se abrem aos acontecimentos. Ao contrário, há de se posicionar criticamente em relação às operações conceituais e práticas que envolvem a produção, a circulação, o consumo e o agenciamento das fotografias de imprensa pelos sujeitos envolvidos em tais operações: fotógrafos, editores, jornalistas, público etc.”. MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil

escrito por Nume Teixeira, que circundava a imagem, expõe para o público leitor do jornal as “condições miseráveis” de muitas famílias sem moradia que sofriam com a falta de saneamento básico, água potável, energia elétrica e alimentação. No bairro Monte Cristo, região da Grande Florianópolis, os barracos cobertos com lonas de plástico abrigavam “mulheres grávidas, velhos doentes e crianças”. As condições insalubres dessas pessoas impactaram o olhar da jornalista: “durante o dia as moscas varejeiras invadem a comida que preparam. À noite, além do frio, chuva e vento, os ratos percorrem os barracos, sem nenhuma infraestrutura. A falta de saneamento básico é um foco de doenças como a leptospirose e sarna”.<sup>398</sup> Na ausência de políticas públicas do governo de Santa Catarina para solucionar o déficit habitacional do estado, a jornalista procurou narrar histórias de pessoas comuns, cuja luta constante por um pedaço de terra e pela sobrevivência merece ser brevemente retratada.

A aflição dos habitantes da região do Monte Cristo estava ligada à falta de perspectivas no trabalho, bem como ao desemprego e aos instáveis vínculos empregatícios. A grávida Doraci Garcia, de apenas 20 anos de idade, temia profundamente os temporais, pois já tinha perdido o seu barraco no ano anterior devido ao mal tempo. Oriunda de Rio do Sul, não queria que seu bebê nascesse naquela situação. Doraci não trabalhava e contava apenas com o salário de seu marido, um servente de pedreiro, cujos proventos chegavam aproximadamente em “Cr\$ 15 mil por quinzena”. A maioria das pessoas que estavam acampadas no Monte Cristo era oriunda de outros municípios do estado, portanto, necessitavam de aluguel, mas a circunstância econômica desfavorável fez em algum momento o preço mensal do imóvel ficar impagável e os locatários precisaram ser desalojados, como a faxineira Adelir de Jesus. Aos 33 anos, a mulher nascida em Imbituba já estava na capital catarinense a uma década. A faxineira sempre dependeu de aluguel, vivia com a filha de 7 anos e passava por dificuldades para conseguir elementos básicos de higiene como água e banheiro. De forma similar, o vigilante desempregado, Valmir José Sobrinho, “foi despejado da casa de aluguel onde morava com a mulher e os três filhos, na Barra do Aririú”. Enquanto Valmir cuidava do “barraco com medo de demolição”, quem conseguia manter uma renda mínima era a sua esposa.

O cotidiano árduo de trabalho enfrentado com afinco por mulheres e homens aumentava a esperança por tempos melhores, ainda que as infelicidades pressagiassem um caminho tortuoso demais para se alcançar a dignidade humana. As batalhas ordinárias da vida

contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Bessone da C. **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DPA: Faperj, 2006, p. 365-384.

<sup>398</sup> Diário Catarinense. Florianópolis, 8 de setembro de 1991, p. 26-29.

são simbólicas como em um dia qualquer de trabalho. Mara Zilda Velasque, proveniente de Lages, começava os compromissos logo cedo e só terminava por volta das 22h:30min. A sua presença no acampamento do bairro Monte Cristo somava apenas dois meses, período suficiente para o acúmulo de preocupações e ansiedade. Mara tinha serviço fixo de faxineira no centro de Florianópolis, recebia a quantia equivalente a meio salário mínimo, valor aquém do necessário para construir uma vida razoável e sustentar os cinco filhos. “No barraco”, quando não chovia “as crianças” levantavam “muito cedo”, o “café da manhã não” tinha variedade: “é café ralo preto e pão sem mistura”. Como muitas mulheres de bairros periféricos, a faxineira optou por seguir uma sina solitária, já que havia se separado do ex-marido, afetado pelo vício do álcool. Mara tentava ao máximo conciliar o expediente de trabalho com o cuidado dos filhos e da mãe, dizia preferir “criar os filhos passando dificuldades do que” ter “a presença incômoda do pai”.<sup>399</sup>

A ocupação dos lotes de terra se expandiu acentuadamente na região da Grande Florianópolis durante a década de 1990.<sup>400</sup> Entre a Rua Tamandaré, no bairro Coqueiros, e a Via Expressa, em questão de cinco anos as moradias improvisadas tomaram conta das margens da rodovia. Boa parte dos sujeitos inseridos em tais condições alegavam “ter cansado do pouco incentivo dado ao pequeno agricultor”, então resolveram “apostar que, na cidade, uma vida mais digna aguardava a todos”. O relato a seguir merece atenção:

É o caso de Adolfo Celso Rutzel, 40 anos, 10 filhos, que saiu de Chapecó, em 1988, carregando debaixo do braço seis deles, a mulher e algumas trouxas de roupa. Antes disso, uma rápida visita a Florianópolis mostrou que as economias como plantador de milho e feijão – na época NCz\$ 6 mil – eram suficientes para fazer com que esse recém-contratado vigia, com salário de NCz\$ 500,00 mensais, viesse a ser dono do barraco número nove daquela comunidade que crescia a todo vapor.

Adolfo conseguiu algumas tábuas e deu um jeito de construir um banheiro. A madeira, desprezada por grandes obras, atualmente está sendo transformada em um estrado de cama de casal, já que os oito moradores do cômodo de duas peças, até então, eram obrigados a se contentar com revezar dois colchões de solteiro. Por mais que admitam a dificuldade de se viver em casas frias, cheias de frestas, sem água ou luz, poucos pensam em voltar para a terra de origem. Acreditam, isso sim, na boa vontade da população, que faz doações das mais diversas, e no dever da Prefeitura Municipal em melhorar suas condições de vida.

Enquanto as ações oficiais são adiadas, a comunidade se organiza. Constituiu uma associação de moradores, presidida por José Nelson da Luz, 27 anos de idade, responsável, ainda, por ter puxado o único cano d’água que serve apenas parte da favela.<sup>401</sup>

<sup>399</sup> Ibidem.

<sup>400</sup> CANELLA, F. **O movimento dos sem-teto em Florianópolis:** mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 - 2013). Revista de Ciências Humanas, v. 50, p. 268-287, 2016.

<sup>401</sup> Diário Catarinense. Florianópolis, 8 de junho de 1990, p. 9.

Apesar de toda precariedade, os “sem-teto” lutavam por direitos básicos e pelo acesso ao meio urbano. Trivialmente essas pessoas eram provenientes de outros municípios, como Adolfo Celso Rutzel. As dificuldades enfrentadas na zona rural fizeram da cidade uma alternativa atraente para levar uma vida melhor, mesmo que isso significasse ocupar espaços desprovidos de qualquer tipo de estrutura. Ainda assim, os habitantes da Rua Tamandaré construíram laços de solidariedade, como deixa comprovado a formação da associação de moradores no local. O associativismo objetivava reunir forças em torno de demandas simples como o acesso à energia elétrica. As histórias de Adolfo Celso Rutzel e José Nelson da Luz, ilustram “apenas um entre os cerca de 20 bolsões de pobreza” detectados na “região da Grande Florianópolis” naquela conjuntura. “Cansados de esperar por uma solução do poder público, esses núcleos resolveram se organizar e deram origem ao chamado movimento dos sem-tetos”,<sup>402</sup> para tanto contaram com o auxílio dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, defensores das demandas por moradia popular. Por outro lado, os representantes dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais travavam uma longa batalha para postergar as responsabilidades sobre a inserção daquelas pessoas no espaço urbano. O procurador do DNER, Carlos Rodolfo Pinto da Luz, disse o seguinte: “a solução deve partir da Prefeitura Municipal, já que ela é, ou pelo menos deveria ser, a principal interessada no embelezamento de uma das principais entradas da cidade”.<sup>403</sup> Enquanto o procurador achava importante esconder o problema, haja vista que ter residências com feições de pobreza na rota de Florianópolis poderia colocar em destaque as contradições de uma cidade cuja economia dependia do turismo, as pessoas alocadas nessa situação seguiam a luta para sobreviver.

Não raro o conflito emergia com a ameaça de despejo emitido por ordem judicial, como aconteceu no parecer envolvendo a residência erguida pelo pedreiro João Cabral, nas imediações da Beira-Mar Norte. No dia em que a família viu seus parcos bens caírem por terra houve desespero, choro, tensão e revolta. Os desabrigados, muito provavelmente, acabaram de mãos atadas sem saber para onde ir. Em nota, o jornal cobriu a ação:

Com o auxílio de 30 homens do 4º Batalhão da Polícia Militar, o oficial de Justiça Vicente Silva fez valer, no final da tarde de ontem, a liminar que, desde a última quinta-feira, lhe dá sinal verde para coordenar a derrubada de dois barracos erguidos em terreno de propriedade de Adolfo Rocca Neto, na Beira-Mar Norte. A área, onde as habitações e os processos por invasão se multiplicam diariamente, já conta com cerca de 300 moradores que deverão, mais cedo ou mais tarde, ter o mesmo fim da família do pedreiro João Cabral,

---

<sup>402</sup> Ibidem.

<sup>403</sup> Ibidem.

38 anos, e de sua cunhada Marilva de Lins, recém-chegada de Lages com o marido e a filha de dois anos.<sup>404</sup>

Todos os exemplos reportados apresentam alguns traços em comum, com destaque, em primeiro lugar, para o acesso à moradia dos migrantes na capital catarinense. Todavia, é preciso frisar que esses sujeitos estavam submetidos a relações precárias de trabalho, pois preenchiam as vagas de vigias, serventes, pedreiros e faxineiras, isto quando não endossavam as taxas de desemprego. Os discursos do *Diário Catarinense* criaram um tom ambíguo na produção de notícias sobre o tema. As condições adversas dos ocupantes do bairro Monte Cristo ou da Rua Tamandaré provocaram perplexidade nos jornalistas que escreveram as matérias, levando os profissionais do ramo a focar em ricas históricas de vida. Mas, a julgar pelo título de um dos textos, percebe-se a sutilização do estigma: “o endereço da degradação na capital”. Isso porque, um dos sentidos da palavra “degradação” está intrínseco aos aspectos de declínio moral, aviltamento e desvalorização. De forma tênue esse tipo de matéria oferece a possibilidade de interpretação pejorativa no espaço público, onde os “bolsões de miséria”, formados por pessoas de outros municípios, causavam prejuízos ao tecido social e à estrutura urbana não só de Florianópolis, mas também de outras cidades do estado.

Uma série investigativa que circulou pelo *DC* no final de 1990, chamada de “os migrantes catarinenses”, reproduziu o imaginário da legião de “desempregados” provenientes de outros municípios que amedrontava as autoridades locais. Ao longo da reportagem são ressaltadas as dificuldades de inserção dessas pessoas nos centros urbanos, com a falta de habitação, o subemprego e os baixos salários. A segunda rodagem da série teve início com a seguinte comparação: “de alguma maneira várias cidades de Santa Catarina se assemelham às superpopulosas e insalubres metrópoles norte-americanas do futuro, no melhor estilo *Blade Runner*”.<sup>405</sup> Entretanto, “ao invés de androides caçados no filme, as prefeituras catarinenses” procuravam por migrantes sem “qualificação profissional”. Em Chapecó, o poder local criou “uma espécie de brigada motorizada” que tinha a missão de “localizar e repatriar indesejáveis visitantes”. A cidade recebia mão-de-obra “desqualificada” do Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul. A secretária de Promoção Social do município, Ulda Baldissera, acusava os prefeitos vizinhos de financiarem ônibus para enviar pessoas até Chapecó. Essa demanda, segundo ela, empobrecia a cidade e rebaixava o salário dos trabalhadores locais, além de representar “um ônus para os serviços de assistência”. Em Palhoça ocorreu algo

---

<sup>404</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de agosto de 1990, p. 8.

<sup>405</sup> *Blade Runner* é um filme de ficção científica dirigido por Ridley Scott, em 1982. O enredo futurista da produção aborda a chegada do ano de 2019 em Los Angeles, passando a ideia de uma cidade refém da poluição, do consumismo e de novas formas de colonização.

semelhante: o prefeito Paulo Roberto Vidal mostrou-se apreensivo “com a chegada de uma média de oito famílias por dia”. Essa leva de pessoas dificultava a abertura do polo industrial no município por meio do investimento de empresas. Segundo o prefeito, os 4 mil empregos que seriam gerados naquele semestre do ano deveriam ser “ocupados por gente que já” morava na cidade. Na avaliação de Vidal, a oferta de vagas aumentava “o fluxo migratório procedente de outros estados”.

Em Blumenau, “a preocupação com os resultados” que poderiam ser ocasionados “pela entrada de uma média de 250 pessoas” ao mês, exigia do prefeito Victor Sasse medidas preventivas. Segundo o mandatário, a cidade havia alcançado “seu ponto máximo de industrialização” e, desse modo, os migrantes acarretariam “problemas de infraestrutura e de moradia”.<sup>406</sup> A série investigativa tratou de apresentar um perfil bem coeso e definido dos migrantes. Em cidades como Joinville, Chapecó, Florianópolis e Blumenau

a palavra migração está definitivamente associada à chegada de caravanas de miseráveis. Expulsos pela mecanização das lavouras, pela descapitalização das pequenas propriedades rurais e pela quase absoluta ausência de indústrias nas pequenas cidades, o ex-agricultor migra atraído pelas luzes de conglomerados urbanos como Joinville, Blumenau, Chapecó, Lages e Florianópolis.

Como a cidade que ele procura não se preocupa em fornecer formação profissional, sua sobrevivência quase sempre é obtida no mercado de trabalho informal, ainda mais em tempos de recessão [...].<sup>407</sup>

O ex-agricultor de Herval do Oeste, Itamar Ferreira, julgou ser melhor viver em Florianópolis do que padecer de fome na antiga cidade.<sup>408</sup> “Sem especialização alguma, e sem ter onde morar”, ele conseguia ganhar “Cr\$ 25 mil por mês à custa de muito trabalho”, pois se redobrava em duas tarefas profissionais. Das 11 às 19 horas prestava serviços em uma lanchonete e depois, das 19 horas até meia-noite, completava seu expediente como vigia. A movimentação de pessoas sem o devido aperfeiçoamento para angariar posições favoráveis no

<sup>406</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de novembro de 1990, p. 18.

<sup>407</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de novembro de 1990, p. 19.

<sup>408</sup> Parece ser pertinente a reflexão proposta por E.P. Thompson em um contexto completamente diferente. Na segunda parte de “A formação da classe operária inglesa”, a respeito das relações entre a zona rural e o ambiente urbano o autor afirma em seu objeto de estudo: “a Revolução Industrial, que removeu do campo algumas das suas atividades típicas, destruindo o equilíbrio entre a vida urbana e rural, criou também uma falsa imagem de isolamento e ‘idiotismo’ rural. Na realidade, a cultura urbana na Inglaterra, durante o século XVIII, era mais ‘rural’ (na sua conotação usual), e a cultura rural, mais rica do que frequentemente se supõe”. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 2: a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 237. Longe de querer cometer qualquer tipo de anacronismo e tendo em conta as especificidades da conjuntura retratada pelo autor britânico, o que nos interessa é que Thompson refuta a ideia na qual o “rural” e o “urbano” compõem experiências e costumes totalmente fechados em si. Dada a formação histórica de Santa Catarina, assim como os processos transcorridos entre as décadas de 1980 e 1990, há evidências que confirmam as trocas entre o “rural” e “urbano”, mostrando que tais relações eram muito mais fluidas e dinâmicas do que estáticas.

mercado de trabalho, segundo a reportagem, ameaçava a qualidade de vida das principais cidades catarinenses. “O empresário do setor de informática” ouvido pelo *DC*, Maximiano Gonçalves, mostrava-se preocupado com o futuro de Florianópolis, e acreditava que deveria existir algum tipo de mecanismo a fim de “resguardar” a “migração desordenada”, pois ela acabaria “afetando a qualidade de vida de toda cidade”.<sup>409</sup>

Cabe ao historiador, no entanto, ultrapassar as fronteiras da narrativa impressa. Por trás de tal reportagem há um forte componente de “classe”. O próprio empresário entrevistado era migrante, porém, bem-sucedido, já que administrava “seis empresas de um conglomerado” liderado pela “Fenasoft Feiras Comerciais” de São Paulo. Ao contrário de pessoas como Doraci Garcia, Adelir de Jesus, Valmir José Sobrinho, Mara Zilda Velasque, Adolfo Celso Rutzell e João Cabral, o empresário Maximiano Gonçalves jamais colocaria em risco a “imagem” da capital catarinense, muito menos desvelaria as contradições dos principais municípios do estado. Na verdade, a figura do empresário estava em conformidade com o conceito de cidade defendido nos meios de comunicação. Os demais migrantes, por outro lado, personificavam os aspectos de um “terceiro-mundismo” que deveria ser superado.

Retirantes da pobreza e inseridos na informalidade, os migrantes representavam, àquela altura, um empecilho à tão sonhada ideia de modernidade global, defendida com entusiasmo no editorial do *Diário Catarinense*. Além do mais, a “degradação” dos centros urbanos e a difusão das desigualdades sociais impossibilitava a marcha para o “Primeiro Mundo”, objetivo utópico nutrido por parcela significativa dos empresários de Santa Catarina. Entre as tramas descritas nos jornais, nota-se a presença de alguns padrões que permearam as práticas discursivas ao longo das décadas analisadas. Em primeiro lugar, utilizava-se como justificativa os elementos externos quando os conflitos derivados de problemas internos ganhavam maiores dimensões. Desse modo, quase que automaticamente as mazelas das cidades catarinenses recaiam sobre os migrantes, de maneira que não poderiam ser explicadas pela falta de investimentos na área da saúde, educação, infraestrutura e pela expansão dos direitos sociais. Da mesma forma, as greves ou a mobilização das classes trabalhadoras estavam ligadas à ação de agentes externos, com a articulação de sindicalistas impetuoso vindos de outros lugares do país, pois em tal imaginário o trabalhador catarinense era “ordeiro”, estava alheio a qualquer tipo de radicalização. Em segundo lugar, havia a tentativa de resguardar a imagem de um estado pioneiro, que refletia o comportamento de seus

---

<sup>409</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 13 de novembro de 1990, p. 19.

empresários, no qual o “espírito empreendedor” seria a vanguarda da chegada ao “Primeiro Mundo”.

A década de 1990 trouxe para o espaço público indícios de uma sociedade que passava por mudanças, e de um estado que ficava mais complexo devido à reconfiguração social e espacial de suas principais cidades. As ruas de Florianópolis, por exemplo, receberam novas fisionomias com a expansão da informalidade. Os vendedores ambulantes, camelôs e cambistas, “começaram a surgir mansamente e aos poucos foram proliferando até transformarem as transversais do centro num grande comércio formiga”. A agitação e a venda de produtos como brinquedos, bijuterias, relógios, rádios, roupas e bilhetes de loteria, perturbava os lojistas. O vice-presidente do CDL chegou a levar uma série de reclamações ao prefeito Antônio Henrique Bulcão Viana, alegando o seguinte: “entendemos que é um comércio ilegal, que não recolhe imposto. Outro problema é a grande proliferação que vem acontecendo de uns tempos pra cá. O pedestre não tem mais livre trânsito porque eles tomaram conta das calçadas e das ruas”.<sup>410</sup> A recessão e o desemprego eram as causas do trabalho informal, que invadia as veredas centrais de Florianópolis. Os ambulantes compartilhavam espaço com pessoas que levavam a vida através de atividades ilegais, como o jogo do bicho e o câmbio. “M.P.M, um dos mais antigos doleiros da Felipe Schmidt” “trabalhava como garçom”, mas o expediente noturno impedia ele de “cuidar direito da família”, então resolveu virar doleiro. Quem escolhia entrar para o ramo deveria seguir um código de ética rígido, J.C.L afirmava que “na Felipe, marginal não se cria”. A doleira D.C.P apontava o desemprego como o “primeiro responsável pelo aumento do número de doleiros na principal rua de Florianópolis”. L.R., que trabalhava como comissionada para uma cambista no calçadão, havia sido despedida a pouco tempo do setor industrial e sobrevivia às custas da troca de dólar.<sup>411</sup>

Os sentidos acerca da palavra “trabalho” pulverizaram-se nas páginas dos jornais durante a primeira metade da década de 1990. Por consequência, é possível deduzir que parte dos trabalhadores não lutaram somente contra o avanço tecnológico, pois precisaram se adequar a taxas crescentes de desemprego, com o aumento da informalidade e com vínculos cada vez mais precários de trabalho.<sup>412</sup> Segundo Ricardo Antunes, “a informalização do trabalho” é “um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos nossos dias”. O autor procura compreender distintos modos de ser na informalidade. Embora essa condição

<sup>410</sup> Diário Catarinense. Florianópolis, 29 de novembro de 1990, p. 22.

<sup>411</sup> Diário Catarinense. Florianópolis, 8 de fevereiro de 1992, p. 18.

<sup>412</sup> Sobre as taxas da informalidade ver o texto para discussão nº 914 elaborado pelo IPEA. RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro, novembro de 2002.

não seja “sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização”.<sup>413</sup>

As notícias da imprensa comprovam os contrastes sociais que trouxeram de volta a lógica do “se virar” para as manchetes. Além do enredo formulado ante a expectativa da chegada do Brasil aos ditames da modernidade global, no qual Santa Catarina poderia servir como modelo, as notícias e as linhas de opinião do jornal analisado indicam a incipiente difusão de alguns valores culturais do chamado “novo capitalismo”. Segundo Richard Sennett, “a fragmentação das grandes instituições deixou em estado fragmentário as vidas de muitos indivíduos” e a relação familiar “se viu desorientada pelas exigências do trabalho; a migração tornou-se o verdadeiro ícone da era global, e a palavra de ordem é antes seguir em frente que estabelecer-se”.<sup>414</sup> Os valores do novo capitalismo estavam entrelaçados no *DC* com os anseios, das elites políticas e empresariais catarinenses, de inserir o país na rota do “Primeiro Mundo”, adequando o modelo de desenvolvimento econômico ao projeto da livre iniciativa. Ainda de acordo com Richard Sennett, no que se refere ao trabalho, o novo capitalismo mostrou-se desagregador, haja vista que o sistema demandava (e ainda demanda) um trabalhador ideal, volátil aos novos tempos, que precisaria se ajustar a pelo menos três desafios:

O primeiro diz respeito ao tempo: como cuidar de relações de curto prazo, e de si mesmo, e ao mesmo tempo estar sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro. Quando as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo.

O segundo desafio diz respeito ao talento: como desenvolver novas capacitações, como descobrir capacidades potenciais, à medida que vão mudando as exigências da realidade. Em termos práticos, na economia moderna, a vida útil de muitas capacitações é curta; na tecnologia e nas ciências, assim como em formas mais avançadas de manufatura, os trabalhadores precisam atualmente se reciclar a cada período de oito ou dez anos. O talento também é uma questão de cultura. A ordem social que vem surgindo milita contra o ideal do artesanato, de aprender a fazer bem apenas uma coisa, compromisso que frequentemente pode revelar-se economicamente destrutivo. No lugar do artesanato, a cultura moderna propõe um conceito de meritocracia que antes abre espaço para as habilidades potenciais do que para as realizações passadas.

Disto decorre o terceiro desafio, que vem a ser uma questão de abrir mão, permitir que o passado fique para trás. A responsável por uma empresa dinâmica declarou recentemente que ninguém tem o emprego garantido em

---

<sup>413</sup> ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

<sup>414</sup> SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 12.

sua organização e, particularmente, que os serviços prestados não significam garantia de perenidade para nenhum empregado.<sup>415</sup>

A cultura do novo capitalismo, expressa em parte pelo predomínio do “individual” sobre o “coletivo”, passou a exigir a adaptação dos trabalhadores a um presente cujas condições sociais tem como ponto de partida a instabilidade e a fragmentação. Seria um tanto óbvio imaginar as consequências práticas desse enredo em um país no qual o trabalho é marcado pela superexploração. No caso de Santa Catarina, as ideias e projeções (seja a nível regional ou a nível nacional) que circularam na imprensa parecem não ter levado em conta uma incógnita básica: como sair do “terceiro-mundismo” sem oferecer as condições mínimas para a expansão do trabalho organizado e estável?

#### 4.3 VIOLÊNCIA E REPRESSÃO: O FIM DO TEMPO DAS GREVES

Em matéria corriqueira publicada no ano de 1992, o *Diário Catarinense* apresentou alguns fatos que integravam a memória da rua Felipe Schmidt, no centro de Florianópolis. O Senadinho, nome que popularmente ficou conhecido o Café Ponto Chic inaugurado em 1948, ainda ocupava lugar de destaque na cidade, sendo retratado como um ambiente que acolhia figuras irreverentes, no qual os relatos curiosos ganhavam vida própria e faziam parte do cotidiano de seus frequentadores. O texto escrito por Tarcísio Poglia procurava transmitir ao leitor a ideia de um espaço compartilhado por pessoas de todas as classes sociais, lugar que abrigou muitos embates políticos nos tempos da UDN e do PSD, e que viu de perto as transformações urbanas do centro da capital catarinense.<sup>416</sup> Em novembro de 1979, formou-se “uma associação dos frequentadores” do Ponto Chic quando o “ex-presidente João Figueiredo esteve na cidade”. Ao tomar o café servido no local, o comandante do regime militar “recebeu o diploma de primeiro sócio”, porém os fatos subsequentes marcaram o episódio que ficou conhecido como Novembrada. A simbólica associação contou com a presença de membros ilustres, como Esperidião Amin, Jorge Bornhausen e Aloísio Piazza. De acordo com o representante da organização, Edy Leopoldo Tremel, até “Pedro Ivo ser eleito governador” em 1990, “todos os candidatos que postulavam algum cargo público na Capital” precisavam passar pelo “teste de popularidade do Senadinho”.

---

<sup>415</sup> Ibidem, p. 13-14.

<sup>416</sup> SOUZA, Isabella Cristina de. “Toda cidade tem seu cantinho, e em Floripa foi o Ponto Chic”: sociabilidade, transformações urbanas e experiências no Café Ponto Chic. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013.

Entre permanências e rupturas, o calçadão da Felipe Schmidt presenciou o passar das gerações e teve sua dinâmica alterada com o desenrolar dos anos. Na década de 1990, “personagens como o senador que nunca teve mandato, o Sombra e a Lourdes da loteria” passeavam “à luz dos cadilaques [sic] de outrora”. No Senadinho dos anos 1990, o termômetro eleitoral havia ficado como recordação, ainda assim outras conversas entraram na moda, gerando inquietação nas pessoas que circulavam pelo local. Segundo Tremel, “desde 1991, o assunto predominante” era “a perda salarial de aposentados e de funcionários públicos”. Outro frequentador assíduo do espaço, Alcides Ferreira, relatou que no ano de 1992 ouvia-se “tantos lamentos sobre a crise econômica brasileira que a Felipe Schmidt deveria trocar de nome” para “Rua dos Aflitos”.<sup>417</sup>

Os murmúrios de uma das principais ruas do centro de Florianópolis refletiam os impasses daquele período. O tempo das greves atingiu seu ponto máximo no governo de Fernando Collor: os números sugerem que em apenas dois anos houve aproximadamente 1.126 paralisações.<sup>418</sup> Os boatos que ressoaram no Senadinho chamavam atenção para as perdas salariais do funcionalismo público, por outro lado, é necessário reconhecer a capacidade de mobilização de tal setor, pois em maior ou em menor grau, os servidores desfrutavam de relativa estabilidade e com isso pleiteavam a reposição salarial ou outras reivindicações. Uma rápida amostra retirada dos dados coletados no *DC* apontam que entre 1990 e 1995 as seguintes categorias paralisaram suas atividades:

Categoria	Abrangência	Motivo	Ano
Petroleiros	Nacional	Questões relacionadas ao salário	1990
Metalúrgicos	Regional	Questões relacionadas ao salário	1990
Mineiros	Regional	Questões relacionadas ao salário e estabilidade para doentes	1990
Trabalhadoras de limpeza terceirizadas	Regional	Questões relacionadas ao salário e desvio de função	1990
Fundação hospitalar	Regional	Questões relacionadas ao salário	1990
Trabalhadores dos portos	Regional	Estabilidade no emprego	1990
Bancários	Regional	Questões relacionadas ao salário e estabilidade	1990

<sup>417</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de março de 1992, p. 20.

<sup>418</sup> Essas informações estão em: NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007**. Lua Nova, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009.

Categoria	Abrangência	Motivo	Ano
Eletrosul	Regional	Estabilidade e sucateamento da empresa na gestão do presidente Collor	1990
Comcap	Regional	Questões relacionadas ao salário	1990
Telesc	Regional	Questões relacionadas ao salário	1990
Mineiros	Regional	Questões relacionadas ao salário	1990
Fundação Hospitalar	Regional	Questões relacionadas ao salário	1990
Professores universitários	Nacional	Questões relacionadas ao salário	1991
Fundação Hospitalar	Regional	Questões relacionadas ao salário	1992
Transporte público	Regional	Questões relacionadas ao salário	1992
Professores estaduais	Regional	Questões relacionadas ao salário	1993
Eletrosul	Nacional	Questões relacionadas ao salário e contra as privatizações	1995
Petroleiros	Nacional	Questões relacionadas ao salário	1995

As informações acima não retratam a totalidade de greves publicadas no veículo de comunicação catarinense. Antes de mais nada, é preciso advertir que esses números são incompletos, mas, ainda assim, apresentam alguns indícios. Em sua maioria, as greves foram debeladas por categorias vinculadas ao funcionalismo público ou de empresas públicas, como os servidores da Eletrosul, da Fundação Hospitalar e dos bancos. A abrangência das paralisações era predominantemente regional, nem por isso devemos reduzir a importância das organizações nacionais, como a greve dos petroleiros. O motivo para aglutinar as lutas, como esperado, deu-se por questões salariais. No entanto, há outros componentes envolvidos, como no caso dos mineiros de Criciúma, que almejavam garantir estabilidade para os trabalhadores enfermos. De igual modo, as trabalhadoras de limpeza terceirizadas, além dos problemas salariais, reclamavam de desvio de função. A garantia de estabilidade também esteve presente nas reivindicações de algumas categorias, assim como o sucateamento das empresas públicas e os processos de privatização propostos nas gestões de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso.

É importante frisar que na primeira metade da década de 1990 o termo “grevismo”, entendido como uma noção carregada de significados pejorativos para acomodar os conflitos trabalhistas, já estava consolidado na imprensa catarinense. A palavra serviu como aporte para os leitores dos jornais interpretarem a realidade social na qual estavam inseridos. Contudo, na

rápida passagem de Collor pelo poder executivo, a novidade na cobertura das greves ficou por conta da incorporação, expressa no editorial do *DC*, de uma crítica contundente à estabilidade dos servidores públicos. É interessante verificar os exemplos que indicam essa direção.

Em maio de 1991, a Central Única dos Trabalhadores convocou uma greve geral, mas a repercussão do ato na imprensa escrita de Santa Catarina não foi nem um pouco positiva. Segundo a linha de opinião do *DC*, o movimento pretendia “paralisar o Brasil em nome de uma cantilena de slogans político-sindicalistas”, o que seria inadequado, pois o país enfrentava uma forte recessão e a inflação fugia do controle. O jornal argumentou que a população repudiava “o grevismo” dos “segmentos funcionais”, detentores da “garantia de emprego por pertencerem a quadros públicos”. Além disso, o texto dizia que a greve tentava “encobrir a crescente distância entre algumas lideranças sindicais e a própria sociedade”.<sup>419</sup> Na edição seguinte do jornal, as imagens ilustram a violência policial imposta aos participantes do movimento. Por volta das 11 horas, as forças de segurança “partiram para cima dos cerca de 1 mil manifestantes distribuindo cacetadas entre os trabalhadores, professores universitários, estudantes, mulheres e até crianças de colo”. O episódio de brutal violência teve início quando os grevistas tentaram bloquear a saída de ônibus no Terminal Cidade de Florianópolis, nas proximidades da Praça XV de Novembro. O presidente do sindicato dos bancários, Vânio dos Santos, em uma fala um tanto inflamada, disse o seguinte: “teve populares, que nem participavam da manifestação, dispostos a irem em casa buscar armas para utilizar contra a polícia, tamanha era a revolta com a atuação repressiva desencadeada”.<sup>420</sup> Nas ruas as opiniões das pessoas se dividiam sobre apoiar ou não a greve. O vigia noturno aposentado, Manoel Martins, afirmou: “para mim não faz diferença fazer ou não greve. Não me interesso por isso. Já sou aposentado e só me preocupa essa confusão”. Já a professora Miriam Santos era favorável aos manifestantes porque acreditava que o povo deveria “mostrar aos políticos o que” estava “precisando”. O vendedor de loteria, Walmir Silva, condenava o movimento: “essa greve é uma pouca vergonha. É uma cambada de vagabundos que sai às ruas só para quebrar tudo. Não passam de um bando de cretinos”. A vendedora Angela Picklen relatou ser a favor dos grevistas, porém não se via representada nas reclamações do movimento, pois como funcionária comissionada dependia das próprias vendas para atingir um salário razoável no fim do mês. Por último, o doleiro Wilmar Bion justificou seu apoio: “sou a favor da paralisação porque o trabalhador está sendo muito sacrificado. O povo tem que gritar, sair às ruas, fazer barulho, fazer pressão e mostrar

<sup>419</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de maio de 1991, p. 4.

<sup>420</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de maio de 1991, p. 24.

força”.<sup>421</sup> O relato dos populares reforça as ideias que estavam em disputa naquele instante, enquanto alguns recorriam a um repertório muito próximo do discurso difundido pela linha de opinião da grande imprensa, outros apoiavam os grevistas, mesmo não se identificando com as diretrizes do protesto.

O comando de greve aprovou a paralisação “apesar de todo clima de repressão imposto pelas autoridades, principalmente em Florianópolis e em Joinville, onde várias pessoas foram presas e espancadas pela Polícia Militar”.<sup>422</sup> Nos meses seguintes, as notícias confirmam o desencadeamento de muitas ações paredistas que foram capazes de pressionar a classe política e os donos do dinheiro de Santa Catarina. A Florianópolis do início da década de 1990 parecia ser uma cidade progressista, na qual os conflitos emergiam e criavam grandes obstáculos ao poder público. Em alguns momentos significativos as autoridades ficaram de mãos atadas, sem ter resposta para fornecer à sociedade.<sup>423</sup> Enquanto isso, o jornal *DC* criou um repertório próprio a fim de acomodar as disputas em curso. Somava-se à ideia do “grevismo” a expressão “sindicalismo xiita” para responsabilizar os culpados pela onda de paralisações que assolava o Brasil no governo Collor. Sem sombra de dúvidas, o funcionalismo público, em conjunto com a CUT, foi eleito o grande “vilão”, incumbido de armar tais circunstâncias. Segundo o veículo de comunicação catarinense, “o vírus do grevismo” encontrava “seu melhor ambiente quando o Estado e as estatais” eram “os empregadores”.<sup>424</sup> Em editorial, os patrocinadores do mercado e da livre iniciativa defendiam o “fim da estabilidade do servidor público” com a apresentação de dados empíricos. Recorrendo aos estudos do sociólogo da Unicamp, Eduardo Noronha, o jornal dizia que “em 1978, de um total de 141 mil trabalhadores que cruzaram os braços, apenas 18,9% eram servidores do poder público”, porém, “dez anos depois, em 1988, o percentual aumentou para 75,9% e o número de grevistas subiu para 8,2 milhões de trabalhadores”.<sup>425</sup> O ataque virulento a essa parcela da sociedade tinha como efeito, perante a opinião pública, deslegitimar as suas reivindicações e criar um clima de repulsa.

As longevas greves afetaram diretamente o funcionamento de serviços prestados aos cidadãos catarinenses. Em setembro de 1991, uma pesquisa realizada pelo Ibope revelou que “67% dos 1.200 entrevistados não” concordavam “com a paralisação em serviços considerados essenciais”, apenas 31% se mostravam favoráveis às greves nas áreas da saúde e

<sup>421</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de maio de 1991, p. 29.

<sup>422</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 24 de maio de 1991, p. 24.

<sup>423</sup> Em 1993, inclusive, tomou posse na capital o prefeito Sérgio Grando, eleito pelo Partido Popular Socialista (PPS).

<sup>424</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de setembro de 1991, p. 3.

<sup>425</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 14 de setembro de 1991, p. 3.

educação. Sobre o desconto dos dias parados, 60% dos ouvidos aprovavam tal medida, enquanto 31% reprovavam. A presidente do Sindicato dos professores estaduais, SINTE, Rita de Cássia Gonçalves, questionou o método da pesquisa. Segundo ela, as perguntas deveriam ser diferentes, como: “se a população concorda que um professor trabalhe por Cr\$ 50 ou 60 mil; se aceita que as escolas públicas continuem funcionando como estão; se aprova o apoio político que o governador Kleinübing está dando ao presidente Collor, e se concorda com a falta de professores ou que um secretário receba duplas gratificações”.<sup>426</sup> Em 1991, o magistério estadual ficou 64 dias em greve. Em 1993, a decisão em assembleia encaminhou uma nova paralisação da categoria, na qual por volta de 50 mil professores catarinenses pediam a “definição de uma política salarial”.<sup>427</sup> Anteriormente, em 16 de fevereiro de 1992, encerrava-se a greve da Fundação Hospitalar que “durou 35 dias e foi a mais longa do setor no Estado”.<sup>428</sup> Para esses exemplos, a imprensa tratou de ressaltar os prejuízos causados ao restante da população devido às paralisações, porém os movimentos contaram com a coesão interna e conseguiram permanecer, por longos dias, de braços cruzados em busca das suas diligências.

Em certo momento, os problemas transcendiam o desenrolar dos conflitos trabalhistas. O conturbado governo de Collor caiu em descrédito e se mostrou incapaz de colocar em prática alguns pontos mínimos do projeto da livre iniciativa. Todavia, a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994, significou para os adeptos da ideia “de menos Estado e mais mercado” uma nova possibilidade para atingir seus desejos. Em março de 1995, em editorial, o *DC* salientou que era “hora de sair da retórica e partir para a ação concreta em nome dos legítimos interesses nacionais”. Mas, o que viriam a ser os legítimos interesses nacionais para a imprensa catarinense? Em parte, significavam retomar as privatizações e enxugar a máquina pública, pois a desestatização parecia “o caminho natural do Estado”, “porque a complexidade dos desafios existentes na administração pública, criada justamente para ordenar e suprir as necessidades sociais”, impedia que os governos cuidassem dos “assuntos ou atividades que lhes” eram “estranhos”. Apesar disso, “a indispensável modernização do Estado brasileiro” andava “a passos de cágado”.<sup>429</sup> O que de fato pleiteava a linha de opinião do veículo impresso poderia ser sintetizado através de medidas concretas tomadas no plano da administração federal, como o leilão de grandes empresas nacionais.

---

<sup>426</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 19 de setembro de 1991, p. 24.

<sup>427</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6 de agosto de 1993, p. 26.

<sup>428</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de fevereiro de 1992, p. 30.

<sup>429</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 6 de março de 1995, p. 2.

O início do mandado de Fernando Henrique Cardoso não passou incólume aos impulsos reivindicativos de setores organizados da sociedade brasileira. No fim de março de 1995, os aposentados tomaram em protesto a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto, naquela que teria sido a “maior manifestação desde a época do impeachment de Collor”. Aproximadamente 10 mil pessoas contestavam a proposta do governo de mudar a Previdência, bem como de reformar a Constituição. O ato “foi organizado pela Central de Movimentos Populares”, grupo que reunia “entidades de mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, meninos de rua e favelados”, dando um novo semblante aos movimentos que ocupavam as ruas do país.<sup>430</sup> Por seu turno, o presidente Fernando Henrique respondeu a manifestação com ironia, acusando “a velha direita carcomida” de se associar “à nova, chamada esquerda”, na tentativa de desestabilizar o Plano Real.<sup>431</sup> Em maio de 1995, uma onda de greves seguiu e foi abordada da seguinte maneira nas páginas do *DC*:

Sob a liderança da Central Única dos Trabalhadores, petroleiros, eletricitários, ferroviários, servidores da saúde, previdência e educação começaram ontem um movimento nacional de paralisações contra as privatizações e em defesa dos monopólios estatais, anacronismos que garantem a algumas categorias vantagens impensáveis para a maioria dos trabalhadores brasileiros. [...]

Em vez de defender os interesses dos trabalhadores menos privilegiados, que ganham pouco, se aposentam por menos e ainda sustentam com seus impostos as mordomias do serviço público, a CUT prefere proteger aqueles que já possuem benesses em demasia, subsídios oficiais até para seus centros de lazer e aposentadorias especiais.

Além disso, é muito fácil fazer greve quando não há risco algum. Protegidos pela estabilidade no emprego e pela negligência de seus superiores, os servidores públicos brasileiros, com honrosas exceções, param de trabalhar a qualquer pretexto, transformando a sociedade em refém de seus interesses.<sup>432</sup>

Dois pontos merecem destaque no trecho citado. Em primeiro lugar, o jornal, como previsível, vê com maus olhos a luta de várias categorias contra a política econômica com base neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em segundo lugar, a empresa de jornalismo tratou de taxar os trabalhadores com estabilidade, sobretudo os servidores públicos, como favorecidos, que agiam em causa própria e não levavam em consideração os interesses de outros “trabalhadores menos privilegiados”. No entanto, o mês de maio de 1995 é um momento de inflexão entre o tempo das greves e o projeto da livre iniciativa, defendido com afinco pelo *Diário Catarinense*. Para aprovar as normas da flexibilização na economia, assim como a redução das atribuições do Estado em tal área, seria vital colocar fim ao volume

<sup>430</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de março de 1995, p. 6.

<sup>431</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 de março de 1995, p. 4.

<sup>432</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 4 de maio de 1995, p. 2.

massivo de paralisações que eclodiam Brasil afora desde a instauração da Nova República. Não havia a menor perspectiva para o governo realizar a Reforma Constitucional, conforme pretendida por Fernando Henrique Cardoso, sem derrotar o movimento de trabalhadores organizados. Muito embora a CUT tenha investido para dar conotações de uma ação geral, a greve puxada pelos petroleiros foi a que ganhou maior destaque, face ao enfraquecimento dos demais protestos das categorias aludidas no trecho citado. A greve dos petroleiros merece ser olhada com maior atenção pelos historiadores que se dedicam ao estudo dos fenômenos recentes referente ao trabalho no Brasil, pois ela ajuda a explicar as mudanças nas relações de trabalho que seguiram na segunda metade da década de 1990.

Já com um lastro temporal, o projeto da livre iniciativa, ventilado na imprensa escrita desde o período da transição política, chegou nos anos de 1990 com feições majoritariamente neoliberais. Para colocar em prática tal receituário, todos os mecanismos possíveis foram acionados, inclusive a repressão. Desse modo, a intimidação foi um artifício imprescindível na derrota dos petroleiros. Para Bianchi, “frente aos movimentos grevistas, o governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou comportamento semelhante ao de Margareth Thatcher na greve dos mineiros da Inglaterra em 1985”. O presidente “recusou todo tipo de negociação e manteve-se firme a exigência de que as categorias em greve voltassem ao trabalho para dar início a um diálogo entre governo e sindicatos”. As ameaças giraram em torno das demissões e do desconto dos dias parados na folha de pagamento, além é claro, da postura do judiciário. O Tribunal Superior do Trabalho “amparou todas as medidas do Executivo”, e no “dia 9 de maio, o TST julgou a greve dos petroleiros abusiva”, exigindo “que os petroleiros garantissem 30% da produção”. “Na mesma ocasião, o TST tomou uma atitude inédita, fixando uma multa de R\$ 100 mil por dia parado para cada sindicato”.<sup>433</sup> A “utilização de tropas do Exército nas refinarias” e a “demissão de mais de 60 grevistas” formaram o “conjunto de ações contra uma greve que provavelmente só encontrará paralelo na repressão levada a cabo pelo regime militar contra o movimento operário do ABC paulista e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1980”.<sup>434</sup>

A greve dos petroleiros teve início quando a categoria reivindicou o cumprimento do acordo salarial acertado em 1994 com o governo Itamar Franco. Segundo Romão, a “opção de Fernando Henrique Cardoso em pôr fim à possibilidade do dissenso não se tratou” apenas de uma rendição “aos ditames internacionais”. “No seu caso foi em grande medida o reencontro

<sup>433</sup> BIANCHI, Alvaro G. **O que estava em jogo na greve dos petroleiros?** Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. Plural: Sociologia, USP, São Paulo, 3:82-101, 1.sem. 1996.

<sup>434</sup> Ibidem.

com a sua própria teoria da dependência atualizada”, no momento em que FHC entendeu “que não havia condições estruturais do país se desenvolver de forma independente, ele optou analiticamente por submeter o Brasil as orientações da hegemonia neoliberal”. Na perspectiva defendida por Romão,<sup>435</sup> a “escolha do presidente em efetuar as reformas preconizadas e formatadas nos organismos internacionais” dependia da “estabilidade política, portanto, “não havia espaço para as ações identificadas com o *Novo Sindicalismo*”.<sup>436</sup> Apesar de ser derrotada, a greve dos petroleiros estampou páginas e páginas em notáveis jornais e revistas do país. O movimento também contou com o apoio nacional de outras categorias. Em Santa Catarina, o assunto esteve na pauta no *Diário Catarinense*. Seus desdobramentos no momento de inflexão entre o tempo das greves e o projeto da livre iniciativa tornam algumas ideias que circularam no estado pertinentes.

Após o início da paralisação dos petroleiros seguiu uma disputa de narrativas entre a linha de opinião do principal veículo impresso de Santa Catarina e os apoiadores do trabalho organizado. Em editorial intitulado “*Grevismo contra o país*”, o *DC* afirmou que a decisão do TST “de considerar abusiva a greve dos funcionários da Petrobrás” não iria servir de aviso para os demais servidores públicos, porque no Brasil o grevismo possuía “raízes político-ideológicas”.<sup>437</sup> Na mesma edição do jornal havia a notícia de que o TST autorizava “o desconto dos dias parados, demissões por justa causa e multa para os sindicatos”, caso a categoria não voltasse ao trabalho. O judiciário, acenando positivamente ao executivo, rejeitou o acordo assinado entre a Federação Única dos Petroleiros e o governo anterior. Segundo o ministro do tribunal, Almir Pazzianotto, “os trabalhadores foram vítimas de uma fantasia”, já que a resolução entre os operários e o ex-ministro das Minas e Energia, Delcídio Gomes, não era válida, pois os acordos trabalhistas poderiam ser negociados apenas pela direção da empresa.<sup>438</sup> Com a judicialização do movimento, os petroleiros desafiaram as ordens do TST, mas no dia seguinte “vinte e cinco funcionários da Petrobrás foram demitidos por justa causa”, sob alegação de incitarem a continuidade da greve.<sup>439</sup>

---

<sup>435</sup> Sobre a teoria da dependência de FHC mencionado por Romão ver: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. CARDOSO, Fernando Henrique. A dependência revisitada. In: **As ideias e seu lugar**. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1993.

<sup>436</sup> ROMÃO, Frederico Lisbôa. **A greve do fim do mundo**: petroleiros 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p. 433.

<sup>437</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 10 de maio de 1995, p. 2.

<sup>438</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 10 de maio de 1995, p. 14.

<sup>439</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 11 de maio de 1995, p. 20.

No centro de Florianópolis, na mesma semana, por volta de trezentas pessoas compareceram ao ato organizado pela CUT “em solidariedade às categorias” paralisadas, quando circularam faixas e cartazes com frases chamando o presidente Fernando Henrique Cardoso de “capacho” do FMI. Em Santa Catarina, encontravam-se em greve os ferroviários de Tubarão, os professores e servidores da UFSC e das Escolas Técnicas Federais de Florianópolis e São José.<sup>440</sup> Em 18 de maio, a seção estadual da CUT realizou outra passeata em apoio aos petroleiros, quando aproximadamente cinco mil manifestantes “se concentraram em frente ao Palácio do Governo e caminharam até a ponte” Colombo Salles, paralisando “o trânsito por cerca de 20 minutos”.<sup>441</sup>

Neste meio tempo, notícias vindas do Rio de Janeiro davam conta de que os petroleiros buscavam mecanismos para abrir canais de interlocução com o governo federal. De modo intransigente, o executivo respondia com veemência, sustentando a posição de negociar apenas quando os trabalhadores retornassem à suas atividades.<sup>442</sup> Da sua parte, os grevistas recusavam-se a voltar ao trabalho sem nenhum acordo oficial firmado. Para Antonio Carlos Spis, presidente da FUP, “em hipótese alguma” a paralisação terminaria “apenas pela renegociação dos dias parados” ou pela readmissão dos 59 nomes que constavam na lista de demitidos. Quanto a isso, “os 20 sindicatos petroleiros em greve foram unânimes em rechaçar” a oferta do governo.<sup>443</sup> O presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, propôs-se a montar “uma comissão de lideranças políticas para tentar interceder, junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em defesa dos petroleiros em greve”. Em entrevista concedida na cidade de São Paulo, Lula acreditava que a paralisação decorria de fatores salariais e não de fatores políticos, conforme transmitido pela grande mídia. Segundo o petista, “nem nos tempos da ditadura a negociação foi tão difícil”.<sup>444</sup> No entanto, como demonstram os episódios subsequentes o caminho da negociação acabou sendo rechaçado pelo próprio governo federal.

---

<sup>440</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 11 de maio de 1995, p. 21.

<sup>441</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 19 de maio de 1995, p. 15.

<sup>442</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de maio de 1995, p. 20

<sup>443</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 20 de maio de 1995, p. 12.

<sup>444</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 15 de maio de 1995, p. 18.

Figura 12 - Protesto contra Fernando Henrique Cardoso em Florianópolis.



O reflexo imediato da suspensão dos serviços na indústria petroquímica foi a ameaça de desabastecimento do gás de cozinha e dos combustíveis nas grandes cidades, suprimentos imprescindíveis em praticamente todos os lares brasileiros. A narrativa do *Diário Catarinense* tentava a todo instante reforçar o discurso do “grevismo”, enfatizando os prejuízos provocados ao restante da população. Mais do que nunca, o trabalho organizado era apresentado como o antagonista do projeto da livre iniciativa durante a Nova República. Além dos desajustes sociais brasileiros, escancarados por meio das abruptas desigualdades sociais vigentes no país, o ímpeto das mobilizações promovidas inviabilizava, na perspectiva da linha de opinião do jornal, a chegada ao “Primeiro Mundo” que, consequentemente, levaria o Brasil a um lugar de destaque na modernidade global. Nos últimos capítulos da greve, o *DC* lançou o seguinte editorial:

A paralisação dos petroleiros, temerariamente mantida apesar de duas decisões de um tribunal superior, transforma-se cada vez mais numa greve contra a nação. As imagens difundidas pela tevê retratam a cada dia cenários de desolação só comparáveis aos dos grandes conflitos, das imensas filas formadas desde madrugada pelas populações carentes em busca de um botijão de gás à ronda dos automóveis à procura de álcool e gasolina em postos fechados ou à redução da produção industrial em setores estratégicos. É o que se trava em realidade neste país: a guerra de uma categoria isolada em defesa de teses anacrônicas e ganhos ilegítimos, assestando suas baterias até mesmo contra a majestade da Justiça. [...]

É tamanha a impopularidade da paralisação, que a própria CUT, sua patrocinadora ostensiva, recuou da decisão de convocar uma greve nacional.

Mas como o irrealismo da FUP parece não conhecer limites, ainda agora seu dirigente máximo, Antônio Carlos Spis, debita ao governo toda a responsabilidade no caso de uma crise de abastecimento, por sua “intransigência” em não negociar com os petroleiros. Ora, nunca existiu tal intransigência. O que o Executivo exige, a começar pelo primeiro mandatário, é que os grevistas voltem ao trabalho, como condição básica para quaisquer conversações [...]. É hora de que correntes esclarecidas dos grevistas entendam que a parede se esgotou e que seu único legado é de prejuízos à nação e à categoria, que, como outras, no futuro certamente haverá de refletir mais antes de partir para aventuras malogradas ao estilo xiita.<sup>445</sup>

As medidas do governo FHC em relação à mobilização foram validadas na imprensa catarinense. Além disso, o veículo de comunicação classificou as reivindicações dos petroleiros como “teses anacrônicas”. Essa expressão retrata bem a ideia que a empresa de jornalismo defendia perante seu público no que se refere ao plano de ação dos trabalhadores organizados. Em tal perspectiva, as atitudes sindicais estavam em descompasso com o tempo projetado para a Nova República. O evento mais emblemático da greve dos petroleiros, no entanto, foi noticiado na edição do dia 25 de maio, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso deu ordens ao exército para ocupar as refinarias de Campinas, Mauá, São José dos Campos e Araucária.<sup>446</sup> Mediante a tantas formas de pressão e com pouco espaço para articular algum caminho que possibilitasse obter acordos vantajosos à categoria, em 2 de julho decretava-se o fim da greve sem as conquistas desejadas. O comando dos petroleiros divulgou esta mensagem: “De posse do quadro nacional de hoje, e apesar de ainda haver muita disposição em algumas refinarias, a análise da direção da FUP, por unanimidade, é que devemos suspender o movimento, manter o estado de greve e indicar a terça-feira para data de início das negociações com a Petrobrás”.<sup>447</sup> Seis dias depois, em Florianópolis, membros da CUT e dos sindicatos aproveitaram a presença do ministro do TST na cidade, Almir Pazzianotto, “que participou como conferencista do 2º Congresso Internacional de Direito Material e Processual do Trabalho”, para protestar contra o comportamento do tribunal. Ao término do evento, o ministro falou que “os conflitos trabalhistas coletivos” eram “muito mais um jogo de forças do que matéria de discussão jurídica”, e complementou que a “reforma constitucional deveria apontar mudanças na estrutura sindical, como a pluralidade e a eliminação das contribuições obrigatórias”.<sup>448</sup> A fala de Pazzianotto nada diferia da ideia transmitida por ele mesmo ao círculo empresarial catarinense em 1986, ou seja, a de

<sup>445</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 30 de maio de 1995, p. 2.

<sup>446</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 de maio de 1995, p. 18.

<sup>447</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 3 de julho de 1995, p. 12.

<sup>448</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de junho de 1995, p. 30.

flexibilizar as leis sindicais e criar novos rumos para o trabalho.<sup>449</sup> Por fim, a queda de braço com o presidente Fernando Henrique Cardoso, embora tivesse servido para reavivar a identidade de luta dos petroleiros, infligiu uma dura derrota ao trabalho organizado como um todo.

Há uma espécie de consenso entre pesquisadores que se debruçam sobre as greves e o sindicalismo no Brasil referente ao reconhecimento de que as práticas contestatórias na década de 1980 almejavam a defesa salarial, assim como a expansão de direitos, enquanto que na década de 1990 os movimentos se deram pela manutenção das conquistas obtidas diante da implementação do receituário neoliberal. Segundo Santana, “o pano de fundo que conjugava desemprego e precariedade no trabalho fez também com que os sindicatos mudassem” suas pautas. Nos anos de 1980 “a questão econômico-salarial” teve prioridade, mas na década seguinte “a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego” ganharam maior projeção. Para o autor, a segunda metade da década de 1990 “representou para os trabalhadores brasileiros um duro revés, colocando na agenda novas questões e problemas, além de intensificar outros pré-existentes”.<sup>450</sup> De acordo com Armando Boito Junior, a própria CUT passou de um “sindicalismo defensivo” nos anos de 1980 para um “sindicalismo propositivo” nos anos de 1990. Na visão do autor, a central “abandonou a luta prática e a agitação de ideias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal no seu conjunto”. Assim, “abandonada a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto da política neoliberal, firmou-se a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental”. Logo, “o sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores”.<sup>451</sup> Por sua vez, Alberto Moreira Cardoso afirma que nos anos de 1990 os sindicatos perderam prestígio na opinião pública, e a greve dos petroleiros foi um marco, pois a partir de 1995, conforme defende o autor, os trabalhadores e as esquerdas não conseguiram impedir a agenda neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. Desde o referido ano os sindicados acumularam reveses, perdendo direitos logrados anteriormente. As relações trabalhistas no Brasil, segundo Cardoso, ficaram caracterizadas pela tradição de

<sup>449</sup> Ver o tópico do segundo capítulo a partir da página 93, intitulado “Projetos em disputa”.

<sup>450</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000:** do ressurgimento à reorientação. Estudos do trabalho; Revista da Rede de Estudos do Trabalho, Ano V – número 8, 2011, p. 7 e 9. Ver também SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária:** O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, nº13 – outubro de 2008.

<sup>451</sup> BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999, p. 143-144.

confrontar e negociar, por meio da qual os sindicatos e as centrais muitas vezes exerceram o papel de agentes políticos, cuja estratégia era pressionar o sistema sem participar propriamente dele.<sup>452</sup> Na metade dos anos 1990 há uma alteração neste cenário, no qual a ação sindical sai do centro da arena política brasileira dando espaço para outros movimentos, como o MST.

É preciso salientar que por trás desses processos transcorreram profundas alterações nos mundos do trabalho. Para Antunes, em tal conjuntura “efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal” e “ao setor de serviços”, portanto, a consequência imediata aponta para a “heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho”.<sup>453</sup> Em junho de 1996, a CUT convocou uma greve geral para chamar atenção sobre o desemprego no país,<sup>454</sup> porém o editorial do *Diário Catarinense* levantou um problema pertinente: “o elevado número de desempregados não motiva aquele que detém um emprego com salário certo a aventurar-se em greves”.<sup>455</sup> Esse seria um dos paradigmas estruturantes a partir de então, diferindo muito das ideias vinculadas sobre a crise do desemprego no início da década de 1980, quando a falta de ocupações era tratada como algo de curto prazo no jornal *O Estado*. Talvez engajar pessoas em torno das disputas trabalhistas seja uma das lacunas abertas na atualidade, para qual ainda não há encaminhamentos definitivos. Todavia, a imprensa catarinense acompanhou a reorganização das reivindicações e dos movimentos de luta no final do século XX no Brasil, de modo que dois grandes eventos tomaram proporções inéditas no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em abril de 1997, uma vultuosa marcha do MST,<sup>456</sup> iniciada dois meses antes, reuniu uma verdadeira multidão em Brasília. O acontecimento ganhou ampla repercussão no jornal *Diário Catarinense*, inclusive na parte editorial. A notícia, muito bem redigida por Flávio Ilha, destacou os episódios finais que antecederam a chegada das colunas na capital federal. Vejamos alguns trechos:

Uma chuva fina acompanhou os mais de 2 mil colonos sem-terra nos últimos 15 quilômetros da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça Social. Eufóricos, eles cumpriram a derradeira etapa da viagem com

<sup>452</sup> CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 23-76.

<sup>453</sup> ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 205.

<sup>454</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 20 de junho de 1996, p. 18.

<sup>455</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 22 de junho de 1996, p. 2.

<sup>456</sup> Sobre o MST ver ROSA, Marcelo Carvalho. **Sem-terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, 76: 197-227, 2009.

a disciplina de sempre: Enfileirados, uniformizados, no mesmo ritmo com que deixaram São Paulo, Governador Valadares e Rondonópolis no dia 17 de fevereiro rumo a Brasília. Mas havia uma diferença: de anônimos desesperados, os colonos entraram na capital com o respeito e a admiração devotados aos heróis. “A felicidade é isso aqui”, resumiu o líder dos sem-terra, José Rainha Júnior. Sob a imensa bandeira vermelha do movimento que testemunhou o encontro das Colunas em marcha pelo Brasil.

Eram pouco mais de 9h quando os colonos entraram no Plano Piloto de Brasília e iniciaram o que se transformou no maior ato de oposição ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. [...]

Os colonos inauguraram uma placa para marcar o ato e prosseguiram a caminhada, agora rumo ao centro de Brasília. À medida que a coluna avançava, mais e mais pessoas se juntavam ao cortejo. As mulheres recebiam rosas, os carros que passavam por perto buzinavam, o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, se juntou ao grupo e disse que o movimento havia despertado o Brasil inteiro. [...]

Dos pouco mais de 2 mil agricultores que fizeram a festa na entrada do Plano Piloto, a coluna já reunia 5 mil manifestantes. Enormes faixas de partidos políticos, centrais sindicais e grupos civis entupiam o Eixo Sul que leva ao centro de Brasília. No ponto de chegada, uma outra multidão esperava os colonos. Da janela de seu gabinete no Palácio do Planalto, o chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, acompanhava toda a movimentação. [...]

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, insistia nos ataques ao ministro da Política Fundiária, Raul Jungman. [...]

Na chegada da marcha ao centro da capital, às 12h07, as multidões se misturaram. Alguns grupos seguiram até metade da Esplanada dos Ministérios, enquanto outras pessoas se aglomeravam em frente aos carros de som para ouvir discursos ou algum cantor. A maioria se dirigiu mesmo para as barraquinhas de comida. No meio da rua, cercado por admiradores, o ex-governador Leonel Brizola tentava se dirigir ao seu carro. “Este governo, se não se decidir logo, vai ficar muito mal perante o povo”, disse Brizola, depois de um gole prolongado de cerveja. A lata foi passada por uma admiradora, que se debulhava em lágrimas perante o líder. Era o retrato da festa.<sup>457</sup>

O texto narra o que pode ser entendido como um momento de rearticulação dos movimentos contestatórios na vida política brasileira. Nota-se, por exemplo, que a aparição de novas bandeiras no espaço público se somou às demandas trabalhistas, ganhando autenticidade nas páginas dos jornais. O próprio *DC* no dia seguinte, em longo editorial intitulado “*Somos todos responsáveis*”, recebeu a manifestação do MST de maneira favorável, apresentando este parecer: “os brasileiros – os que marcharam com os sem-terra e os que não o fizeram – continuam reclamando providências governamentais para atenuar problemas nas áreas da segurança, da saúde, da educação e do emprego”.<sup>458</sup> No final de agosto de 1999, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso exibia sinais de profundos desgastes políticos e nesse mesmo mês houve a chamada marcha dos cem mil. O principal objetivo do

<sup>457</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 18 de abril de 1997, p. 26-27.

<sup>458</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 19 de abril de 1997, p. 2.

ato era exigir a mudança da política econômica adotada pelo Executivo, bem como o rompimento com o Fundo Monetário Internacional.

O *DC* concedeu a capa da edição posterior às informações sobre o protesto, no qual expôs uma foto colorida com o título “*O recado das ruas*”. Abaixo do letreiro, escrito em letras garrafais, três tópicos resumiam o teor da notícia principal: 1) “Protesto reúne 130 mil, diz a CUT, mas governo estima em 40 mil”. 2) Oposição pede a CPI da Telebrás e o impeachment do presidente”. 3) “FHC considera manifestação um sinal de que algo vai mal no país”. Para além da imagem de capa, que retratou o tremular de várias bandeiras e um mar de gente portando faixas sob as edificações da esplanada dos ministérios, a matéria principal discorria acerca de uma oposição dividida, sem ter pauta unificada. “Os principais líderes da Marcha dos 100 mil passaram a manifestação inteira tentando amenizar o impacto das diferenças de posições entre partidos e movimentos populares sobre o objetivo maior do protesto”, assinalava o início do texto.<sup>459</sup> Entretanto, a manifestação, que nos dias anteriores fora vista com ressalvas pelo veículo de comunicação, recebeu uma abordagem mais simpática quando a empresa de jornalismo reconheceu a falta de atenção do governo na área social.<sup>460</sup>

Figura 13 - Imagem da marcha dos cem mil, em 1999.



<sup>459</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 27 de agosto de 1999, p. 4-5.

<sup>460</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 28 de agosto de 1999, p. 10.

O fim do tempo das greves, com a derrota dos petroleiros em 1995, não significou o arrefecimento completo das lutas em torno do trabalho. Os fatos subsequentes revelam a rearticulação de movimentos contestatórios e a eclosão de novos atores nas páginas dos jornais. No entanto, após a greve dos petroleiros, houve uma estabilização, acompanhada de um declínio do número de movimentos paredistas.<sup>461</sup> As mobilizações de várias categorias que despontaram durante a implementação da Nova República e no governo Collor são marcas irrefutáveis da dinâmica de um mundo do trabalho que passava por profundas alternâncias, mas que encontrou um grande obstáculo na agenda neoliberal, e ainda assim teve força para chegar ao século XXI.

#### 4.4 A CONSOLIDAÇÃO DAS MUDANÇAS TRABALHISTAS: O NOVO PERFIL DO EMPREGO

Seria um equívoco pensar que as contingências históricas que pairaram sobre o trabalho organizado no Brasil, principalmente nos anos de 1990, estavam completamente desconectadas da tentativa de flexibilizar as relações de trabalho. Durante a referida década, houve um avanço sistemático do governo federal no sentido de alterar algumas leis trabalhistas. Sendo assim, é possível sugerir que a partir desse período efetuou-se a consolidação dos enredos que, em maior ou menor medida, configuravam as narrativas que situavam as agendas sociais e políticas dos meios de comunicação em Santa Catarina desde a década de 1980 e que tinham a pretensão de influenciar o debate público e a tomada de decisões. No *Diário Catarinense*, ao menos três aspectos aparecem na análise realizada. Em primeiro lugar, é evidente o esforço da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso em tornar as balizas que regulamentavam os mundos do trabalho mais voláteis. Em segundo lugar, uma espécie de novo perfil de trabalhador foi sendo moldado pela imprensa, em resposta ao desenvolvimento tecnológico avançado. Por último, o prelúdio da lógica do “se virar”, exibido nos jornais no começo da década de 1980, foi expandido com a imensa quantidade de desempregados.

Uma leitura preliminar contribui para se ter uma visão panorâmica das novas relações de trabalho que estavam despontando no Brasil durante a segunda metade da década de 1990. Os jornais tiveram a preocupação de atualizar seus leitores sobre diferentes categorias de

---

<sup>461</sup> De 1995 até 1998, período que Noronha chama de final do 1º grande ciclo de greves no Brasil, houve 865 ocorrências. De 1999 até 2002, esse número cai para 440, e de 2003 até 2007, conjuntura em que Luiz Inácio Lula da Silva exerce a presidência, tivemos 322 greves registradas. Se compararmos os números, entre 1985 e 1995 tivemos aproximadamente 3.070 ocorrências, e de 1995 até 2002, fim do mandato de FHC, tivemos um número de aproximadamente 1.305 ocorrências registradas.

trabalho, sublinhando, principalmente, o perfil dos profissionais que se enquadrariam nas demandas das empresas inseridas no processo de modernização tecnológica. Com a internacionalização da economia brasileira, as novidades trazidas pela inovação da tecnologia passaram a moldar um estilo diferente de emprego. O funcionário de uma empresa, a partir de então, seria avaliado de acordo com sua formação escolar, assim como pela sua autonomia diante das atribuições que fossem exigidas em determinado cargo. Tendo em vista que o ciclo de expansão econômico estava diretamente ancorado na redução das ofertas de emprego, ser flexível, na concepção das reportagens trazidas pelo *Diário Catarinense*, seria uma pré-condição em que as pessoas teriam que levar em conta para chegar aos postos de trabalho gerados. Dessa forma, um novo profissional foi sendo mapeado nas páginas da imprensa, sujeitos que necessitavam passar por uma “reengenharia individual” para se tornarem aptos a atender as demandas da iniciativa privada nas vésperas do século XXI. Fora desses parâmetros havia um contingente de pessoas desempregadas acompanhado da informalidade.

Em junho de 1996, tramitou na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, um “projeto de lei do governo instituindo o trabalho temporário nas empresas, com redução de encargos sociais”. A proposta, de autoria do Ministério do Trabalho, foi alvo de debates quando o relator, Mendonça Filho, do PFL de Pernambuco, “aumentou o limite permitido de pessoal contratado temporariamente”. Com o substitutivo do relator, esse percentual poderia chegar em 50% mesmo nas empresas cujo quadro de funcionários fosse inferior ao número de 50 pessoas, além disso os empresários ficariam livres dos acordos coletivos. Os deputados Eliseu Padilha e Paulo Paim questionaram as mudanças e barganharam um meio termo, por isso a votação do relatório acabou adiada. Segundo Paim, “ao criar três níveis para o total de contratados temporariamente – 20%, 35% e 50% -, variando de acordo com o número de empregados da empresa, o projeto” aumentaria “as desigualdades sociais entre os trabalhadores”. O ministro do trabalho, Paulo Paiva, aguardava os encaminhamentos do Congresso, para ele “o mais importante” era o “rompimento de um tabu na discussão dos direitos trabalhistas e o efeito positivo que” poderia ter “a nova legislação”.<sup>462</sup>

Não foram poucos os estímulos ventilados nos jornais para flexibilizar as relações de trabalho. Em editorial, o *DC* afiançou as reformas trabalhistas sob a justificativa de que a CLT retinha “inspiração fascista”. Ademais, segundo o veículo impresso, havia a necessidade de repensar os mecanismos normativos entre capital e trabalho devido às modificações sociais, políticas e econômicas que transcorreram dos anos 1940 em diante.<sup>463</sup>

---

<sup>462</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 16 de junho de 1996, p. 20.

<sup>463</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 26 de junho de 1996, p. 2.

O presidente Fernando Henrique Cardoso também não escondia certas aspirações: um de seus objetivos era propor novas leis para regulamentar as relações de trabalho no Brasil. Em abril de 1997, no Seminário Internacional de Emprego e Relações de Trabalho,<sup>464</sup> o chefe do executivo defendeu a “mudança da estrutura jurídica de contratação de empregados para que o país” chegasse a “ter contratos flexíveis de trabalho”. Segundo ele, não adiantava “esperar do governo medidas gerais e uniformizadoras em defesa dos trabalhadores, mas sim tratamentos diferenciados”, a fim de permitir a vigência de “relações flexíveis”. Fernando Henrique sentenciava o envelhecimento um tanto precoce do *novo sindicalismo*. Para o então mandatário, tal vertente não se adaptou aos novos tempos, e ainda por cima contrariava a ideia de fragmentação do trabalho formal. O presidente da república responsabilizou a globalização por uma “revolução cultural”, na qual sucederia profundas alterações nas noções de emprego e ocupação, “vamos ter que preparar a mão-de-obra para uma certa mobilidade geográfica e mental”, dizia. As vicissitudes da circulação do capital no desfecho do século XX teria como efeito uma quantidade imensa de “inimpregáveis”, expressão utilizada por FHC “para referir-se aos trabalhadores sem qualquer qualificação para as novas exigências do mundo do trabalho”. Essa condição precária, correlacionada ao quadro de desemprego e de informalidade, só poderia ser superada mediante o aperfeiçoamento individual, através da educação básica e de treinamentos especializados. O presidente concluiu dizendo que “as forças do mercado” não resolveriam “o problema”. “A tendência natural”, segundo ele, era que ocorresse a “concentração de riquezas e melhoria da situação do trabalhador” empregado, com vínculos estáveis. Por sua vez, os “inimpregáveis” estariam à mercê da mediação política, mas isso requeria um novo modelo sindical, “um novo empresariado e um novo poder público”. Com descrença, Fernando Henrique enfatizou: “não temos nada disso no Brasil”.<sup>465</sup>

O jornal *Diário Catarinense* tratou de repercutir a fala do presidente no seminário realizado em São Paulo. Em editorial, a “revolução cultural” mencionada por Fernando Henrique Cardoso serviu para afrontar o funcionalismo público. Segundo a linha de opinião do impresso catarinense, ao contrário dos setores privados, a União pagava “acima do mercado os funcionários operacionais contínuos, ascensoristas, motoristas, digitadores e abaixo do mercado os capacitados a exercer funções essenciais de Estado”. A estabilidade, “considerada direito adquirido”, funcionava “como uma camisa-de-força que” impedia

---

<sup>464</sup> O discurso completo do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de abertura do Seminário Internacional do Trabalho está disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/disursos/1o-mandato/1997/07-de-abril-de-1997-discurso-na-cerimonia-de-abertura-do-seminario-internacional-sobre-emprego-e-relacoes-do-trabalho>

<sup>465</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de abril de 1997, p. 28.

“qualquer movimento no sentido de modernização da estrutura” estatal. Se as formas de trabalho oferecidas pela iniciativa privada estavam passando por transformações abruptas, tal cenário precisaria chegar até a administração pública, defendia o *DC*.<sup>466</sup> No entanto, o texto editorial omite dois pontos centrais da fala do presidente Fernando Henrique Cardoso: a expansão do desemprego e o crescimento desproporcional da informalidade. Essas duas questões pareciam ter raízes muito mais profundas do que o ensejo de modernização e o apoio à uma “nova noção de emprego público”, como pretendia focar a empresa de jornalismo de Santa Catarina. Um documento elaborado pela Cepal, que seria divulgado durante a Primeira Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social, também em São Paulo, prescrevia que “a situação do emprego e dos salários na América Latina e Caribe” não teria avanço “enquanto o crescimento econômico” moderado e instável perdurasse, conforme indicava a taxa média de 3,1% entre 1991 e 1996. De acordo com o documento, entre 1990 e 1994, “84 de cada 100 empregos novos” correspondiam “a atividades informais da economia”. “Cerca de 16 milhões de empregos criados na América Latina e Caribe entre 1990 e 1994, 13,4 milhões corresponderam ao setor informal”, representando 56% do total de trabalhadores dessa região. Segundo os números da Cepal, a Venezuela era o país que detinha o maior crescimento do emprego informal, “com 8%, seguida do Panamá, com 7,7% e Paraguai, com 7,2%”. “Na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Peru e Venezuela, o maior crescimento em ocupações informais foi registrado nas microempresas”. Em países como Paraguai e Uruguai, esse fenômeno ocorreu “entre os trabalhadores autônomos”. “No Brasil e Panamá, cresceu mais o serviço doméstico”. Por último, a pesquisa da entidade revelou “que o emprego informal mais dinâmico” aconteceu por meio da microempresa, “que registrou um crescimento anual de 5,2% no quinquênio 1990-1995”, tipificando “22,5% do emprego total da região”. Ainda assim, os “trabalhadores informais autônomos cresceram 4,4% seguidos do serviço doméstico, com 3,9%”.<sup>467</sup>

De maneira pormenorizada, os números mostram que a informalidade afetava toda a região da América Latina e Caribe, não se tratando apenas de algo rotineiro restrito ao Brasil. Para além disso, os problemas voltados ao trabalho não estavam somente reduzidos às matérias da imprensa periódica, pois o tema realmente preocupava a população como um todo. Em pesquisa de opinião realizada em 1997 “os brasileiros mostraram que entre suas preocupações mais intensas” estava a “questão do emprego”. O mercado de trabalho solapava ofícios e profissões, recriando em menor proporção novas modalidades, isso afetou,

---

<sup>466</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 9 de abril de 1997, p. 2.

<sup>467</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 8 de abril de 1997, p. 29.

principalmente, a indústria. Segundo dados do IBGE de fevereiro de 1997, o “nível do emprego industrial decresceu 0,4%, resultando em índices acumulados de -6,2% em 1997 e de -10,2% nos últimos 12 meses”.<sup>468</sup> Para os formuladores de opinião do *DC*, embora o quadro fosse preocupante, o país deveria buscar “saídas modernas e eficazes”. O “estímulo à criação de postos de trabalho via micro e pequenas empresas”, segundo o jornal, constituía um tipo de “solução eficaz e progressista”.<sup>469</sup>

A tecnologia avançada representou, conforme advertência de uma matéria publicada no Dia do Trabalho em 1997, o principal vetor para a falta de emprego. “O ser humano não precisará mais do ser humano para produzir? Esta é a pergunta que assusta o mundo do trabalho, onde cada vez mais as máquinas ocupam o lugar dos trabalhadores, formando um enorme contingente de desempregados”, introduzia o texto da reportagem. A notícia trouxe o exemplo da pesca artesanal, atividade comum praticada ao longo do litoral catarinense, mas que sofria uma “concorrência predatória de grandes barcos equipados com sonar e outras tecnologias sofisticadas”, que ajudavam a “localizar os peixes e captura-los ainda em alto-mar, antes” que chegassem “às praias dos pescadores, cada vez mais pobres”. Em alguns lugares, salientava a matéria, os praticantes da pesca artesanal obtinham “mais renda com o turismo do que” propriamente com a pesca.<sup>470</sup> Nos últimos anos do século XX, o desemprego apareceu com um grave problema que carecia de solução, ao contrário da crise do começo da década de 1980, quando entes empresariais e pessoas ligadas à administração pública propunham a resolução da falta de trabalho com políticas de curto prazo, na virada para o novo milênio tal fator parecia estar associado aos mecanismos estruturantes das interconexões globais e do uma nova cultura do sistema capitalista.

O *Diário Catarinense* procurou apontar possíveis caminhos, em torno é claro, de pautas que favorecessem a livre iniciativa. Diante do desemprego o jornal julgava ser prudente incentivar “áreas que de forma mais rápida” pudessem responder “aos estímulos oficiais”, como a agricultura, a construção civil e o setor de serviços. Em paralelo, o investimento na educação se fazia urgente. Além dessas medidas, era importante “desonerar a folha salarial das empresas dos pesados encargos” que incidiam “sobre elas, além de modernizar a legislação trabalhista”.<sup>471</sup> Em editorial denominado “*O desafio do desemprego*”, a linha de opinião do veículo impresso catarinense prescrevia que as mudanças nos mundos do trabalho causavam “desemprego e inquietações numa escala planetária enquanto os

<sup>468</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de maio de 1997, p. 2.

<sup>469</sup> Ibidem

<sup>470</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 1 de maio de 1997, p. 34.

<sup>471</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 28 de novembro de 1998, p. 10.

cientistas sociais e os legisladores, atônitos”, não conseguiam “formular respostas objetivas a este desafio”. No Brasil, entretanto, seria necessário modificar o “arcabouço legal” da relação trabalhista, pois o país andava em “descompasso com a modernidade”, tendo em vista que as normas jurídicas funcionavam “mais como um obstáculo à criação de novas oportunidades de emprego do que como proteção e garantia dos direitos do trabalho”. O editorial recordou que o Plano Real fez Santa Catarina extinguir 41 mil vagas com carteira assinada, sob alegação de que os “custos trabalhistas e sociais, aliados à agregação de novas tecnologias”, deixavam “este tipo de relação entre trabalho e capital por demais oneroso para as empresas”.<sup>472</sup> Outra aposta de combate ao desemprego, de acordo com o DC, seria fomentar o cooperativismo. A organização de diversas instituições, seja no âmbito público ou privado, poderia abrir empregos em curto prazo, acalentando as crescentes taxas de desemprego.

De qualquer forma, as notícias não eram nada animadoras. Em novembro de 1998, o governo federal lançou um pacote contra o desemprego, e também com o intuito de “modernizar” a organização sindical.<sup>473</sup> No mesmo mês, a Volks ameaçava demitir 7,6 mil trabalhadores em São Paulo.<sup>474</sup> Noticiava-se que o índice de desemprego registrado em outubro no país batia recorde. A técnica do IBGE, Shyrlene Ramos de Souza, na divulgação da pesquisa “previa que a taxa média de desemprego” para o ano de 1998 giraria em torno de 7,5%, “a mais alta da série histórica” desse estudo.<sup>475</sup> No mesmo período, baseado em relatório do SINE, foi divulgado que Santa Catarina havia fechado nos últimos doze anos cerca de 102,8 mil vagas formais de trabalho, e que 12% dos trabalhadores do estado não possuíam vínculos contratuais com respaldo jurídico. As estimativas indicavam que 320 mil pessoas em território catarinense não tinham emprego, enquanto que no Brasil havia aproximadamente 12 milhões de desempregados. Isto posto, o debate que ganhou força foi sobre a importância da qualificação profissional para a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. O documento produzido pelo SINE serviu na identificação das funções que deveriam ser abertas em Santa Catarina nos quatro anos seguintes. Tal levantamento fundamentaria a “implementação de cursos para a preparação, qualificação e reciclagem de mão-de-obra num programa financiado pelo Ministério do Trabalho”. Assim, “o primeiro passo na luta contra o desemprego endêmico”, na perspectiva do veículo impresso catarinense, era fazer “um esforço redobrado, unindo poderes públicos e iniciativa privada para educar,

---

<sup>472</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 23 de agosto de 1999, p. 12.

<sup>473</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 3 de novembro de 1998, p. 12.

<sup>474</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de novembro de 1998, p. 12.

<sup>475</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 27 de novembro de 1998, p. 20.

qualificar e reciclar a mão-de-obra".<sup>476</sup> As previsões acerca das relações de trabalho no futuro, traçadas durante os últimos anos do século XX, sugeriam que a tecnologia avançada intermediaria as profissões na Era da globalização, portanto, todo tipo de capacitação seria muito bem-vinda.

Na segunda metade da década de 1990, o *Diário Catarinense* se propôs a ordenar e criar um sentido textual uniforme para dar conta das transformações dos mundos do trabalho. Por ser um porta-voz privilegiado das ideias que circulavam no interior das elites empresariais do estado, o jornal defendia alterações trabalhistas sob o argumento de que as leis brasileiras estavam em descompasso com os rumos da modernidade global. Dessa maneira, a defesa de contratos de trabalho flexíveis apenas complementava a crítica feita à CLT desde meados da década de 1980. No final de 1998, o governo federal encaminhou ao Congresso um projeto que visava efetuar algumas modificações no âmbito do trabalho. Caso a emenda fosse aprovada, "todos os setores, com exceção dos relacionados a atividades essenciais," seriam "estimulados a uma ampla negociação entre as partes, deixando para recorrer à Justiça do Trabalho só em último caso". Imediatamente o veículo de comunicação saiu em defesa da proposta, dizendo o seguinte, em alusão à opinião do economista José Pastore: "esta é a oportunidade de os parlamentares incluírem um dispositivo que torna flexíveis os direitos trabalhistas hoje submetidos à CLT". Ou seja, a flexibilização dos preceitos legais é identificada como um mecanismo de combate ao desemprego, portanto, "modernizar" as leis que regiam o trabalho, na perspectiva compartilhada pelo *DC*, convertia-se em algo essencial na geração de novos postos no mercado formal, uma vez que o arcabouço jurídico brasileiro se caracterizava pela sua rigidez, sobrecregando o custo do trabalho para os empresários. Vejamos:

Ou o contrato entre o trabalhador e a empresa é engessado numa camisa-de-força legal, fornecendo combustível para reclamações intermináveis na justiça especializada, ou simplesmente não existe e a relação de trabalho transcorre à margem da lei. Ora, o trabalho não pode ser uma questão de controle estatal. Atividade essencial do ser humano, deve ser muito mais objeto de acordos privados, feitos em função da própria complexidade gerada pelo desenvolvimento tecnológico. Tornar os direitos trabalhistas flexíveis não significa revogar direitos.<sup>477</sup>

Os exemplos de flexibilidade no trabalho provinham de países como Estados Unidos e Japão. Em março de 1999, o então ministro da pasta, Francisco Dornelles, discutia com as centrais sindicais formas de mudar a legislação trabalhista brasileira, em especial o ponto

<sup>476</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 7 de novembro de 1998, p. 10.

<sup>477</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 9 de novembro de 1998, p. 10.

relativo à substituição de alguns itens do artigo 7º da Constituição<sup>478</sup> pela livre negociação entre patrões e empregados, como por exemplo: férias, 13º salário, aviso prévio, hora extra e piso salarial. Segundo a linha de opinião do *DC*, “a Consolidação das Leis do Trabalho acabou sendo mantida e até mesmo reforçada com os chamados direitos sociais incluídos na Constituição de 1988”. Desse modo, não se tratava “simplesmente de extinguir conquistas, mas de buscar avanços num sistema de relações laborais em que” o negociado prevaleceria sobre o legislado, e também de se adequar às “exigências de um mundo que se modernizou numa velocidade surpreendente”. O rigor sob o qual estava firmado os limites entre capital e trabalho era visto naquele momento como uma barreira à geração de empregos, contribuindo “de forma significativa” para o aumento do “número de trabalhadores” informais.<sup>479</sup>

Na virada do milênio, a ambição de alguns setores empresariais recaiu sobre a abertura de um período regido pelas negociações, assim como verificou-se no acordo entre os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, filiados à Força Sindical, e o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). “Em troca de 10% de redução nos salários, os trabalhadores” aceitaram diminuir “a jornada em até 25%”. No editorial, o *DC* afirmou ser um avanço histórico, e que “exemplos de negociação coletiva em países desenvolvidos, especialmente europeus”, demonstravam que “a era da negociação” sobrepunha “o período em que as relações de trabalho eram dominadas pela luta de classes”.<sup>480</sup>

Sob um determinado ponto de vista, o *Diário Catarinense* atuou no sentido de ordenar e apresentar um desfecho plausível às transformações dos mundos do trabalho. Para dar conta de processos antagônicos e complexos, a empresa de jornalismo catarinense tratou de construir tramas e enredos que fossem compatíveis com os anseios de uma inserção do Brasil ao chamado “Primeiro Mundo”, oportunidade na qual Santa Catarina poderia servir como estado de referência, simbolizando a suposta competência da sua classe empresarial. No entanto, para acomodar fatos e conflitos que seguiam de forma totalmente heterogênea, o *DC* recorreu a um repertório que indicava a flexibilização das leis trabalhistas como o único caminho possível diante de um mundo cada vez mais pendente dos circuitos globais. O desemprego, o aumento da informalidade e o avanço tecnológico, faziam do trabalho um problema a ser enfrentado, mas que colidiu, segundo tal concepção, com um ordenamento jurídico pouco maleável à modernidade do final do século XX. Flexibilizar as relações de

<sup>478</sup> Ver: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_7\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_7_.asp). Acesso em: 26 de junho de 2019.

<sup>479</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 10 de março de 1999, p. 10.

<sup>480</sup> *Diário Catarinense*. Florianópolis, 11 de dezembro de 1997, p. 2.

trabalho no Brasil, portanto, foi mais um paliativo incorporado a uma crítica agressiva à CLT e aos atos reivindicatórios do trabalho organizado, que irromperam com frequência na imprensa catarinense pelo menos desde a segunda metade da década de 1980.

O novo perfil do emprego na véspera do século XXI, levando em consideração esse cenário, seria de aperfeiçoamento e formação de uma mão-de-obra qualificada, inclinada a assumir desafios ao invés da submissão a rotinas monótonas e pouco estimulantes de trabalho. Por sua vez, ganhava feitio a ideia de que flexibilizar as leis trabalhistas conformaria a melhor opção para resolver o problema do desemprego. A CLT nunca foi uma unanimidade no âmbito do próprio movimento dos trabalhadores e representou para grande parte da esquerda uma regulamentação intervencionista e conservadora no âmbito da autonomia da organização sindical. Mas a apreciação desse conjunto de leis nas páginas do *Diário Catarinense* associou os mecanismos fixados desde a década de 1940 a um tempo que deveria ficar no passado, cujos preceitos remetiam a anacronismos e ao vício “paternalista”, e que de certa maneira dificultava o ingresso do país ao arranjo da modernidade global. Porém, não se levou em conta uma classe trabalhadora fragmentada, destinada a conviver com o desajuste social desde tempos remotos.

A imprensa catarinense participou e agiu em defesa do projeto da livre iniciativa e de suas implicações políticas, sociais e culturais, ao defender o mercado como única instância legítima de disputa e interação social, o que adquiriu força a partir do processo de redemocratização. Projeto esse que passou a refutar todas as possibilidades de intervenção do Estado na economia, e que além disso chegou na década de 1990 com traços majoritariamente neoliberais. Compreender de modo ainda que tênue esse período de efervescentes mudanças em relação ao trabalho através da imprensa, nos permite visualizar com maior cautela a pulverização dos modos de ser dos trabalhadores na atualidade. Esse talvez seja um dos grandes desafios do nosso tempo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de uma investigação de caráter historiográfico que tentou apresentar por meio de dois jornais impressos de Santa Catarina as transformações dos mundos do trabalho no decorrer das décadas de 1980 e 1990 — daí que as análises estejam conscientemente situadas no âmbito da dinâmica estadual. É possível afirmar que no caso averiguado a imprensa atuou no sentido de ordenar as variáveis das relações de trabalho de acordo com um projeto voltado para o protagonismo da livre iniciativa, que rechaçava a participação do Estado na condução da política econômica. Esse enredo ganhou maior consistência durante o período de transição do regime militar para a Nova República. A documentação analisada permite reiterar que as empresas de jornalismo, principalmente o *Diário Catarinense*, participaram da construção de uma lógica narrativa que definiu o que seriam cenários e possibilidades para o mundo do trabalho em um momento de ascensão das lutas sociais, procurando delimitar o alcance dos conflitos trabalhistas constituindo fronteiras para o que seriam as formas legítimas de protesto popular e mecanismos de ação sindical que ganharam forma durante os anos de 1980 e de 1990. Como parte integrante dessa narrativa, havia a afirmação de uma lógica segundo a qual a democracia política deveria resultar da liberdade de iniciativa econômica e do livre mercado.

Uma das tensões fundamentais do recente processo brasileiro de construção de um regime político democrático está assentada na disputa de projetos sociais distintos, principalmente entre aqueles que, por um lado, apontam para uma sociedade de direitos e que demanda a presença mais incisiva do poder público na resolução de conflitos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais extremas, em contraposição aos que há décadas buscam a flexibilização de direitos sociais e trabalhistas e a restrição da esfera pública de disputas sociais ao mercado.

O entendimento, ainda que de forma provisória, do recorte temporal proposto, ajuda a compreender um pouco melhor algumas das questões que estão colocadas na atualidade, especialmente, no caso brasileiro, sobre os ajustes firmados pela reforma trabalhista de 2017. A incursão em fontes documentais recentes pode caracterizar a contribuição do historiador aos debates que rondam a sociedade, a História enquanto campo de conhecimento fornece auxílio nesse sentido.

Determinados conteúdos que aparecem com certa frequência no espaço público tocante ao trabalho, como o “desemprego”, a “crise”, a “informalidade”, a “flexibilização”, a “modernização”, detém, tal como indica Koselleck, estratos de tempo. Segundo o autor, os

estratos “remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”.<sup>481</sup> “Todos os âmbitos de vida e ação humanas contêm diferentes estruturas de repetição, que, escalonadas, se modificam em diferentes ritmos”,<sup>482</sup> “graças aos ‘estratos de tempo’ podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo”.<sup>483</sup> Investigar as relações de trabalho no Tempo Presente e seus fracionamentos, construídos e reconstruídos na imprensa, requer assumir a “tensão estrutural” entre historiador e objeto de pesquisa, bem como o caráter inacabado de tais relações. O tema ganha dimensão histórica quando inserido em escaras temporais. As incertezas, que afetam milhares de pessoas em volta das atribuições do que se convencionou chamar de “trabalho”, não devem ser encaradas por direcionamentos estáticos e imutáveis, mas como parte de construções enredadas por diferentes instituições e interesses antagônicos, repletas de temporalidades que se entrecruzam em processos históricos heterogêneos.

Com efeito, o desemprego, o crescimento da informalidade, o avanço tecnológico sobre alguns ofícios, a crítica à CLT e a flexibilização das relações de trabalho, são temas inseridos na conjuntura da Nova República e não podem ser assimilados sem a consideração dos processos políticos que redundaram na sua institucionalização com o fim da ditadura militar, iniciada em 1964. No que lhe diz respeito, a imprensa foi peça importante no direcionamento dos debates em torno do trabalho, organizando um campo semântico para abrigar acontecimentos complexos e variados.

As projeções de um novo tempo para as relações de trabalho, no caso analisado, estão diretamente ancoradas em um contexto amplo. Um dos pontos em questão é a ascensão das ideias neoliberais no último quarto do século XX, e principalmente os seus impactos identificados no trabalho, sendo esse um mecanismo ainda em marcha. As consequências do neoliberalismo nas relações de trabalho são: a institucionalização de contratos mais flexíveis, o deslocamento das indústrias para regiões periféricas do globo, a demanda de emprego no setor de serviços em detrimento de outros setores, a crescente disposição de uma mão-de-obra excedente, o aumento da informalidade e a precarização do trabalho. O receituário neoliberal, na sua prática concreta, apresenta um caráter totalmente desagregador, fragmentando as lutas em torno de direitos socialmente conquistados. Sob um prisma liberal, Tzvetan Todorov escreve que “diante do poder econômico desmesurado dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos que dispõe de capitais imensos, muitas vezes o poder político se revela fraco

<sup>481</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2014, p. 9.

<sup>482</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>483</sup> Ibidem, p. 9.

demais”. Esse cenário expõe o paradoxo “de que a liberdade individual, em cujo nome é rejeitada qualquer intervenção do Estado, fica impedida pela irrestrita liberdade concedido ao mercado e às empresas”.<sup>484</sup> O dilema encontra-se em aberto, no qual os ditames neoliberais buscam não apenas solapar qualquer interferência do político na condução da economia, mas também das ideias oriundas do próprio liberalismo.

A investigação histórica realizada, também permite atentar para fenômenos recentes que interligam o âmbito político, social e econômico. Mike Savage, por exemplo, cita o desenrolar de processos contemporâneos ao refletir as incertezas que pairam sobre as classes sociais na História do Trabalho. De acordo com o autor, “um certo número de problemas remete para a natureza cambiante da política”, pois “a história do trabalho sempre se apoiou em inquietações políticas do tempo presente ao refletir sobre o passado”.<sup>485</sup> Discussões que abordam as alternâncias dos mundos do trabalho entre as décadas de 1980 e 1990, veiculadas na imprensa escrita, podem auxiliar na interpretação do comportamento de alguns segmentos das classes trabalhadoras no Brasil do século XXI.<sup>486</sup> Talvez um dos componentes que ganhou maior impulso no novo milênio tenha sido o que Guy Standing entende pela categoria de “precariado”.<sup>487</sup> Ou seja, uma classe marcada pela insegurança, sujeita aos empregos temporários, aos expedientes de meio período, ao sistema rotativo do mercado de trabalho e à baixa remuneração. Segundo o autor, na era da globalização “à medida que as desigualdades aumentaram e que o mundo se moveu em direção de um mercado de trabalho aberto e flexível, a classe não desapareceu. Em vez disso, surgiu uma estrutura de classe global mais fragmentada”. Uma das características do precariado, de acordo com o autor, não é apenas “o nível de salários em dinheiro”, “mas a falta de apoio da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro”.<sup>488</sup>

O precariado se afastou das “amaras do trabalho corporativo” vigente no estado de bem-estar social, mas ainda não se tornou “uma classe para si”, o que envolveria a construção de identificações próprias. Segundo Richard Sennett, a estrutura de trabalho do fordismo, por

<sup>484</sup> TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 106.

<sup>485</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio et al (orgs.). **Culturas de classe**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 28.

<sup>486</sup> Uma discussão muito interessante nesse sentido foi realizada por Pochamnn, anteriormente aos eventos que ficaram conhecidos como jornadas de junho, em 2013. POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>487</sup> Termo utilizado de forma descritiva por sociólogos franceses na década de 1980 em referência aos trabalhadores temporários ou sazonais, porém Standing complementa essa definição com outras noções.

<sup>488</sup> STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 23 e 30.

exemplo, mesmo com todos os seus limites, possibilitava aos trabalhadores a formação de vínculos informais a partir de um triângulo social estabelecido em tal estrutura, que envolvia o reconhecimento dos assalariados perante uma autoridade hierárquica, a confiança no ambiente de trabalho e a cooperação. As mudanças levadas adiante com o novo capitalismo, de acordo com o argumento de Sennett, alteraram profundamente a relação dos trabalhadores com o tempo, fazendo com que o trabalho de longo prazo cedesse lugar ao trabalho temporário. O autor vê as empresas financeiras como o principal modelo dessa variação do capitalismo. Para Sennett, “todos esses aspectos do tempo de curto prazo convergem nas relações sociais informais entre os que” estão imersos nesse modelo de companhia. “O trabalho por projetos em instituições camaleônicas”, portanto, “age como um solvente ácido, corroendo a autoridade, a confiança e a cooperação”, provocando assim, o isolamento, a competitividade, a rotatividade e a superficialidade nas relações cotidianas.<sup>489</sup>

Segundo Standing, “aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma identidade baseada no trabalho”. Visto que, “quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social”, por isso “não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade”.<sup>490</sup> No Brasil, parece que o precariado vem ganhando importância no conjunto da classe trabalhadora, historicamente marcada pela superexploração e pela fragmentação, conforme a sugestão feita por meio da lógica do “se virar” como estratégia de vida.<sup>491</sup>

Tomar a imprensa como documento histórico, e mais do que isso, como um agente responsável por fomentar projetos políticos para a sociedade, significa tentar colocar a narrativa desse importante ator social sob suspeita. Se não nos cabe estritamente sugerir soluções, é preciso levantar os problemas com a finalidade de discuti-los. Na atualidade, as complexas transformações dos mundos do trabalho não podem ficar à mercê de uma única saída possível, que deseja somente a retirada de direitos sociais dos trabalhadores. O sociólogo marxista Ricardo Antunes é um dos pesquisadores que, nas últimas décadas, têm se preocupado em apontar problemas sobre os sentidos do trabalho. Em texto publicado na revista *Latin American Perspectives* em 1998, a recomendação do autor parece ser sugestiva:

---

<sup>489</sup> SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 181-218.

<sup>490</sup> STANDING, Guy. Op. cit., p. 31.

<sup>491</sup> O sociólogo da USP, Ruy Braga, é um dos autores que opera o conceito de “precariado”, e que possui alguns estudos nesse sentido. Ver, por exemplo, BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

A classe trabalhadora no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo. O resgate do sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos desafios mais prementes. Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem, das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e desempregados, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora, torna-se fundamental, tanto para o movimento operário latino-americano como para a reflexão da esquerda. O resgate do sentido de pertencimento de classe é questão crucial nesta virada de século.<sup>492</sup>

A principal dificuldade desta investigação talvez tenha sido, justamente, um dos desafios de se fazer uma História do Tempo Presente, ou seja, lidar com o caráter inacabado do próprio objeto de pesquisa. Um rápido mapeamento de notícias, recolhidos durante os dois anos de mestrado, mostra como o assunto esteve em andamento nos sites dos principais jornais do país. Em 2018, no dia do trabalho, muitas pessoas desempregadas formaram uma fila quilométrica no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro, para pleitear as vagas de emprego que estavam sendo ofertadas no evento “Festa do Trabalhador”, organizado pelo Sesc da cidade. Alguns candidatos viraram a madrugada na tentativa de garantir uma ocupação formal. Lindinalva Ramos era uma das concorrentes, e falou o seguinte para a reportagem do *Jornal do Brasil*: “já fui recepcionista numa clínica e tenho curso de cuidadora de idosos. Estou há dois anos desempregada, então fico fazendo um bico aqui outro ali, faço faxina, passo roupa. Não posso parar de trabalhar, porque sou responsável pela minha casa e pela minha filha”. Em fevereiro de 2018, a *Folha de São Paulo* noticiou que o Brasil fechou o ano de 2017 com 26,4 milhões de subempregados.<sup>493</sup> O *G1* afirmou, em janeiro de 2018, que o trabalho sem carteira assinada havia superado, em 2017, o emprego formal.<sup>494</sup>

O receio sobre a perspectiva de a automação industrial alterar a carreira de 16 milhões de brasileiros até o ano de 2030, conforme uma matéria da *Folha de São Paulo*,<sup>495</sup> não reflete de imediato os impactos desiguais do desemprego. Segundo a revista *Carta Capital*, o índice

<sup>492</sup> ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 223.

<sup>493</sup> Brasil termina 2017 com 26,4 milhões de subempregados. In: <https://ndmais.com.br/noticias/brasil-termina-2017-com-26-3-milhoes-de-subempregados/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

<sup>494</sup> Trabalho sem carteira assinada e ‘por conta própria’ superaram pela 1ª vez emprego formal em 2017, aponta IBGE. In:<https://g1.globo.com/economia/noticia/trabalho-sem-carteira-assinada-e-por-conta-propria-supera-pela-1-vez-emprego-formal-em-2017-aponta-ibge.shtml> Acesso: 31 de janeiro de 2018.

<sup>495</sup> Automação vai mudar a carreira de 16 milhões de brasileiros até 2030. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1951904-16-milhoes-de-brasileiros-sofrerao-com-automacao-na-proxima-decada.shtml> Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

de desemprego, em fevereiro de 2018, era de “11,8% para mulheres e de 10,5% para homens”, “pelo critério raça/cor”, a desocupação atingia “14,5% dos pretos e 13, % dos pardos”. Em Santa Catarina, o cenário seguiu a mesma tendência de acordo com a divulgação feita pelo *Diário Catarinense* da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, divulgada pelo IBGE.

Novamente a *Carta Capital*, em março de 2018, chamou atenção sobre os dados do Ministério do Trabalho, que mostraram o início da “precarização formal”, no qual 5% das novas contratações com suporte legal “foram nas modalidades de jornada parcial ou intermitente”. No final de abril de 2018, a *Folha de São Paulo*, através de dados levantados pela Caged, lançou uma matéria alegando que no primeiro semestre do referido ano o país criou somente vagas de trabalho com até 2 salários mínimos.<sup>496</sup> Em maio de 2018, o *G1* noticiou outro dado alarmante: o número de desempregados na procura por emprego há dois anos chegava na cifra de 3 milhões de pessoas. O desalento atingiu recorde, “de acordo com a classificação do IBGE”, são “aqueles pessoas que desistiram de procurar emprego e, por isso deixam de fazer parte da população desempregada do país”.<sup>497</sup>

Em novembro de 2018, a informalidade chegou em números preocupantes incorporando 43% dos trabalhadores.<sup>498</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, ao completar um ano de vigência, a “Nova CLT reduziu acordos coletivos, gerou demissões em sindicatos e cortou direitos do trabalhador rural”. A “redução no número de desempregados”, por sua vez, “deve-se ao aumento da informalidade”.<sup>499</sup> Em dezembro de 2018, o desemprego recuou para 11,6%, mas com novo recorde de trabalhadores informais.<sup>500</sup> As formas de contrato intermitente aos poucos caem no gosto do empresariado. Em 17 de novembro, a *Folha* informou que essa modalidade chegou em 1/3 das ocupações formais no país.<sup>501</sup> Os jovens, cada vez mais, estão sendo contratos em regimes flexíveis, única forma de trabalho oferecida pelas empresas a esse faixa etária.

<sup>496</sup> Brasil só cria vagas de trabalho de até 2 salário. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/brasil-so-cria-vagas-de-trabalho-de-ate-2-salarios.shtml> Acesso em: 30 de abril de 2018.

<sup>497</sup> 3 milhões de desempregados buscam trabalho há pelo menos 2 anos, aponta IBGE. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/3-milhoes-de-desempregados-buscam-trabalho-ha-pelo-menos-2-anos-aponta-ibge.shtml> Acesso em: 17 de maio de 2018.

<sup>498</sup> Informalidade bate recorde no país e atinge 43% dos trabalhadores. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/informalidade-bate-recorde-no-pais-e-ja-atinge-43-dos-trabalhadores.shtml> Acesso em: 3 de novembro de 2018.

<sup>499</sup> Em um ano, reforma trabalhista aumenta informalidade e enfraquece sindicatos. In: <https://www.jb.com.br/pais/2018/11/956308-em-um-ano,-reforma-trabalhista-aumenta-informalidade-e-enfraquece-sindicatos.html#.W-m8V084SYk.twitter> Acesso em: 12 de novembro de 2018.

<sup>500</sup> Desemprego em novembro cai a 11,6% com novo recorde de trabalho informal. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/desemprego-em-novembro-cai-a-116-informa-ibge.shtml> Acesso em: 28 de dezembro de 2018.

<sup>501</sup> Contratos intermitentes avançam e chegam a 1/3 das profissões formais. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/contratos-intermitentes-avancam-e-chegam-a-13-das-profissoes-formais.shtml> Acesso em: 17 de novembro de 2018.

Este trabalho tem sua redação finalizada no momento em que uma das montadoras de automóveis instaladas no Brasil, a Ford, anunciou o fechamento de sua planta no ABC paulista, alegando o acúmulo de prejuízos em detrimento da insegurança jurídica, no que parece ser o fim de uma era na região que foi o berço de importantes mobilizações do movimento sindical brasileiro. Em março de 2019, a oferta de 6 mil vagas de emprego provocou a aglomeração de uma multidão no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo.<sup>502</sup> Na falta de emprego regular, outras formas de trabalho parecem ditar o ritmo durante esse momento do século XXI. Em abril de 2019, o jornal *Notícias do Dia*, de Florianópolis, reproduzindo conteúdo do *Estadão*, afirmou que a Uber e o iFood, ambos aplicativos de celular, estão gerando fonte de renda para 4 milhões de trabalhadores autônomos.<sup>503</sup> O mesmo veículo noticiou, em maio de 2019, a possibilidade estudada pelo Ministério da Economia de incluir os motoristas de aplicativos na categoria de microempreendedor.<sup>504</sup> Anteriormente, o *GI* informou sobre a regulamentação das atividades de microempreendedores para as pessoas que trabalham por conta própria, como as que transportam lanches de bicicleta através de cadastro em aplicativos de celular.<sup>505</sup>

Em 2018, cresceu o número de sujeitos que trabalham sem remuneração, como por exemplo nas atividades domésticas. O IBGE, segundo a *Folha*, apontou no governo de Bolsonaro que 1 em cada 4 trabalhadores é subutilizado no Brasil, no total 28,3 milhões de pessoas encontram-se nessa situação. Em maio de 2019, os defensores da reforma trabalhista, dispendo de dados totalmente adversos, culparam a instabilidade política e a crise econômica pela limitação dos “ganhos com a nova CLT”. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, João Batista Brito Pereiro, em julho de 2019, reconheceu que “foi um equívoco alguém um dia dizer que a lei ia criar empregos”, em referência à reforma trabalhista de 2017.<sup>506</sup>

Em Santa Catarina, segundo dados do IBGE divulgados pelo *Diário Catarinense*, o desemprego aumentou. A “taxa de desocupação saltou de 6,5% entre janeiro e março do ano

<sup>502</sup> Mutirão por emprego forma fila gigante no Vale do Anhangabaú, no Centro de São Paulo. In: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/26/mutirao-por-emprego-forma-fila-gigante-no-vale-do-anhangabau-no-centro-de-sao-paulo.ghtml> Acesso em 26 de março de 2019.

<sup>503</sup> Aplicativos como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. In: <https://ndmais.com.br/noticias/aplicativos-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-autonomos/> Acesso em: 28 de abril de 2019.

<sup>504</sup> Motoristas de aplicativo poderão inscrever-se como microempreendedor. In: <https://ndmais.com.br/noticias/motoristas-de-aplicativo-poderao-inscrever-se-como-microempreendedor/> Acesso em: 04 de maio de 2019.

<sup>505</sup> País já tem 8,1 milhões de microempreendedores formais; veja atividades em alta entre MEIs. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/03/pais-ja-tem-81-milhoes-de-microempreendedores-formais-veja-atividades-em-alta-entre-meis.ghtml> Acesso em: 03 de abril de 2019.

<sup>506</sup> Reforma trabalhista: “Foi um equívoco alguém um dia dizer que lei ia criar empregos”, diz presidente do TST. In: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48839718?ocid=socialflow\\_twitter](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48839718?ocid=socialflow_twitter) Acesso em: 3 de julho de 2019.

passado para 7,2% nos três primeiros meses” de 2019.<sup>507</sup> Atualmente os números do desemprego se estabilizaram, mas para isso houve a abertura de vagas precárias com salários reduzidos. Mesmo que essa afirmação tenha caráter provisório, as relações de trabalho vigentes apontam uma espécie de miríade do desalento em nosso tempo. Entender os descaminhos do século XXI no Brasil passa pela compreensão um pouco mais detalhada dos processos que estão em curso.

Enquanto isso, a cidade de Florianópolis insiste em fazer seus observadores a pensar. Para quem toma o lugar como um ponto de referência, no sentido de verificar de perto a realidade social, consegue materializar algumas das contradições do Tempo Presente que estão relacionadas ao trabalho. Recentemente, o jornalista Carlos Damião narrou com vivacidade o cenário que motivou o ponto de partida para a construção desse tema de pesquisa. Vejamos:

Há uma guerra pela sobrevivência nas ruas de Florianópolis – e ela não é “surda”, ao contrário, é bem barulhenta. A guerra é vivida por dezenas, talvez centenas, de seres humanos que se espalham pelo Centro Histórico, da Praça 15 de Novembro ao Terminal Integrado do Centro (Ticen) e ao Terminal Rodoviário Rita Maria. [...]

Uma parada na esquina das ruas Jerônimo Coelho e Conselheiro Mafra, onde se concentram os imigrantes – senegaleses, bolivianos, haitianos, vendedores de roupas e acessórios de grifes como Adidas, Nike, Calvin Klein, entre outras. Eles se retraem com a chegada de uma equipe de TV – repórter e cinegrafista. Ficam irritados com a presença dos jornalistas, porque sabem que a pauta é sobre comércio ilegal, de produtos supostamente pirateados. Recolhem rapidamente suas mercadorias, para impedir a filmagem. A forma de recolher é rápida e esperta: quase sempre os itens são expostos sobre um pano grande; assim, basta levantá-lo e enrolá-lo para evitar apreensão por parte do “rapa”, no caso de Florianópolis, os meganhos da Guarda Municipal, sempre ameaçadores e violentos. [...]

Em frente ao Ticen há mais ambulantes, alguns tradicionais, outros aventureiros ocasionais, todos à procura de trocados. Alguns garotos aproveitam para desfilar pilotando as patinetes elétricas. É um campo mais aberto, mais difícil para atuação dos guardas, porque circulam centenas de pessoas num tempo muito curto, coisa de cinco ou 10 minutos. Difícil também para vender qualquer tipo de produto, justamente por causa da dinâmica humana. No caminho da rodoviária, mais ambulantes, vendedores de meias, guloseimas e artesanato.

É claro que todo esse panorama confuso, desde a Praça 15 e sempre pela parte baixa do Centro Histórico, tem relação com a crise econômica, o desemprego e a falta de perspectivas. É possível encontrar jovens estudantes (alguns com uniformes de colégios públicos) oferecendo doces caseiros [...] e tentando comprovar que o “empreendedorismo” é um caminho para superar as dificuldades pessoais. Muitos usam esse recurso para garantir a sobrevivência individual. Outros usam para reforçar o orçamento doméstico,

---

<sup>507</sup> IBGE aponta aumento do índice de desemprego em Santa Catarina no primeiro trimestre. In: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ibge-aponta-aumento-do-indice-de-desemprego-em-santa-catarina-no-primeiro-trimestre> Acesso em: 16 de maio de 2019.

ajudar pai e mãe. São crianças, algumas se divertem, sorriem, andam rapidamente entre os outros ambulantes e em geral abordam idosos, sempre mais generosos diante das agruras alheias.

Pelo que se vê nesse trajeto é quase impossível, para o poder público, controlar a vida e a luta de tantas pessoas batalhadoras, carentes e desviadas involuntariamente do mercado de trabalho formal.<sup>508</sup>

Por fim, cabe indicar alguns elementos que são conclusivos acerca do tema abordado. Em primeiro lugar, o decurso dos anos de 1980 e de 1990 foi marcante para a ação dos trabalhadores organizados, a Nova República, portanto, não pode ser compreendida sem levarmos em consideração seu caráter conflitivo e suas próprias contradições. Em segundo lugar, o “trabalho” fez parte do repertório discursivo dos veículos impressos durante o processo de redemocratização brasileiro. Os jornais são fontes privilegiadas para acompanharmos os enredos criados em torno dessa temática. A chegada da democracia, no entanto, veio em conjunto com profundas transformações nos mundos do trabalho, modificações essas que não ficaram restritas apenas aos movimentos protagonizados pelo trabalho organizado, mas que acima de tudo trouxeram para a análise problemas mais gerais, como a fragmentação das classes trabalhadoras no Brasil, com o aumento do desemprego, do trabalho autônomo e informal.

O tão almejado regime democrático ganhou forma com as agendas institucionais e o calendário eleitoral, aspectos que de forma alguma devem ser desprezados, mas para uma parcela considerável de trabalhadoras e de trabalhadores a democracia representou a chegada de relações precárias de emprego, assim como a instabilidade e a falta de perspectivas futuras. O título, “*A democracia dos desempregados*”, não é apenas ilustrativo, ele é um convite para a reflexão sobre um tema que pode ser considerado uma das chaves interpretativas a respeito da Nova República.

---

<sup>508</sup> A dura e barulhenta guerra pela sobrevivência nas ruas centrais de Florianópolis. In: <https://carlosdamiao.wordpress.com/2019/04/22/a-dura-e-barulhenta-guerra-pela-sobrevivencia-nas-ruas-centrais-de-florianopolis/> Acesso em: 05 de julho de 2019.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABREU, Alzira Alves de. **A democratização no Brasil:** atores e contextos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ACKERMANN, Katia et al. O desemprego do tempo: narrativas de trabalhadores desempregados em diferentes ambientes sociais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2005, vol.8, p. 1-27.

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança:** Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea. São Paulo: USP, 1996. 282 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ANDERSON, Perry. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANDIA, Alejandro Kuajara. **O mercado de trabalho frente a crise dos anos 80 e aos planos de estabilização.** Indicadores Econômicos FEE, v. 18, p. 148-164, 1991.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, 18 (52), 2004.

BALDESSAR, Maria José. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições – um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. In: In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva.** Florianópolis: [s.n.], 2005.

BATALHA, Claudio et al (orgs.). **Culturas de classe.** Campinas: Unicamp, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BIANCHI, Alvaro G. O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. **Plural: Sociologia**, USP, São Paulo, 3:82-101, 1.sem. 1996.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo presente entre operações e tramas. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 24, agosto de 2017.

CANELLA, F. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 - 2013). **Revista de Ciências Humanas**, v. 50, p. 268-287, 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação**: a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC/NUP, 1999.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº1 (97), pp.113-130, janeiro-março, 2005.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social: a crise de um conceito**. A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p. 37-50.

DOIMO, Ana Maria. O Movimento de Luta Contra o Desemprego e a Mediação da Igreja: um estudo de caso na Grande Vitória, ES. In: **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, dezembro 2009. pp. 249-295.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, n.1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento**: entre a Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

FALCÃO, Luiz Felipe. Artifícios e Artefatos entre Memória e História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 56 - 80. set./dez. 2015.

FERREIRA, Cristina. **Nas malhas da história**: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). São Paulo: Unicamp, 2015. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). **O Brasil republicano, 4**: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, 2013.

FILHO, Alcides Goulart. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

FILHO, Alcides Goulart. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FILHO, Alcides Goulart; MORAES, Fabio Faria de. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. **História & Perspectivas**, Uberlândia (40): 251-267, jan.jun.2009.

FLORES, Victor Ernesto Ochoa. **Trabalho e desemprego nas campanhas da fraternidade da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: PUC, 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro, 2016.

FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 5, n. 10, p. 124-145, 2012.

FREIRE, Izaias de Souza. **Ecos de democratização**: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville. Florianópolis: UDESC, 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/FAED/UDESC, Florianópolis, 2015.

FRENCH, John. **Afogados em lei**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Ática, 2001.

FROTSCHER, Méri. Blumenau nas enchentes de 1983 e 1984 e o imaginário da cidade do trabalho. **Esboços (UFSC)**, Florianópolis, v. 5, n.5, p. 61-70, 1997.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à do jornal A Notícia:** as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 289 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GOLEMBIEWSKI, Carlos. A RBS em Santa Catarina: preferência política e concentração de mídias. **Comunicar**, v. NR.36, p. 35-44, 2008.

GROS, Denise Barbosa. Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 113-120, 1990.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de modernidade; “Sua janela para o mundo” ou como da mídia “televisão” surgiu a “realidade televisiva”. In.: **Modernização dos sentidos.** São Paulo: Ed. 34, 2008.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade:** Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempo, História e a escrita da História: a ordem do temo. **Revista de História**, n. 148, São Paulo, 1º Sem. 2003, pág. 09-34

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Ática, 2000.

HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IOKOI, Zilda. DOS SANTOS. Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização. In: Júlio Ricardo Quevedo. **Movimentos sociais na América Latina:** desafios teóricos em tempos de globalização. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Mestrado em Integração Latino-Americana, 2007.

JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio. In.: **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2000.

JINKINGS, Isabella. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – PPGSP, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 1986-1999.

JORNAL O ESTADO. Florianópolis, 1980-1985

JUDT, Tony. **Pós-guerra:** uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo:** Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LINDEN, Marcel Van Der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, Vol. 1, No. 1, (2009), pp. 11-26.

LOHN, Reinaldo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (Org.). **Histórias na ditadura:** Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova** – São Paulo – novembro de 1989, nº19.

LÖWY, Michael. **Marxismo e religião: ópio do povo?**. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

LÖWY, Michael. O catolicismo latino-americano radicalizado. **Estudos avançados**. vol.3 nº5. São Paulo Jan./Abr. 1989.

LUCA, Tania Regia de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In.: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas**: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Fabrício; Grillo, André. O trabalho que (in) significa o homem. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS, Hebe Maria. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Bessone da C. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DPA: Faperj, 2006.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a História. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MICK, Jacques. Jornalismo em cima do muro. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

MIOTO, Beatriz Tamaso. “**Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina:** transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). Campinas: UNICAMP, 2011. 139 f. Dissertação – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo.** Curitiba: Juruá, 2006.

NIEBUHR, Marlus. **Memória e cotidiano do operário têxtil na cidade de Brusque-SC:** a greve de 1952. Florianópolis: UFSC, 1997. 171 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 1997.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, vol. 10, 1993.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In.: JUNIOR, Armando Boito (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder:** a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992.

PEREIRA, Moacir. **Os presidentes da FIESC:** História dos líderes da indústria catarinense. Florianópolis: Insular, 2015.

PIMENTA, L. F.; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Migrantes da pobreza.** Políticas públicas e inserção precária em Florianópolis. In: V Encontro Nacional da ANPEGE, 2003, Florianópolis. Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. v. 1. p. 3336-3345.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In.: **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina.** Enrique de la Garza Toleto (Org.). Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, Arg. 2005.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?:** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** BH: Autêntica, 2008.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano:** 1991-2001. Rio de Janeiro, novembro de 2002.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão.** Campinas: Papirus, 1994.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Bessone da C. **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DPA: Faperj, 2006.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Leônicio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In.: JUNIOR, Armando Boito (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. **A greve do fim do mundo:** petroleiros 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2006.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação no Brasil. **Lua Nova,** São Paulo, 76: 197-227, 2009.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SABÓIA, João L. M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política,** Vol. 6, nº 3, pp. 82-106, julho-setembro, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política e Sociedade,** Florianópolis, nº13 – outubro de 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. Estudos do trabalho; **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, Ano V – número 8, 2011.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio et al (orgs.). **Culturas de classe**. Campinas: Unicamp, 2004.

SCHLINDWEIN, M. M.; SHIKIDA, P. F. A. . Análise Comparativa do Desemprego no Brasil Durante as Décadas de 80 e 90: Implicações e Panoramas Econômicos. **Economia Ensaio**, Uberlândia, v. 14/15, n.2/1, p. 125-144, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987, p. 103-120.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Coordenador). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183-231.

SIRINELLI, Jean-François. A história política na hora do “transnational turn”: a Ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo. In: **Abrir a história**: novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SOUZA, Isabella Cristina de. “Toda cidade tem seu cantinho, e em Floripa foi o Ponto Chic”: sociabilidade, transformações urbanas e experiências no Café Ponto Chic. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013.

STANDING, Guy. **O precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa,** 2: a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva.** Florianópolis: [s.n.], 2005.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.) **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

VISCARDI, Claudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 447-478.

WIEVIORKA, Michel. **Depois dos novos movimentos sociais.** Nove lições de Sociologia: como abordar um mundo em mudança? Lisboa: Teorema, 2008.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: violência no Brasil. In: **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.